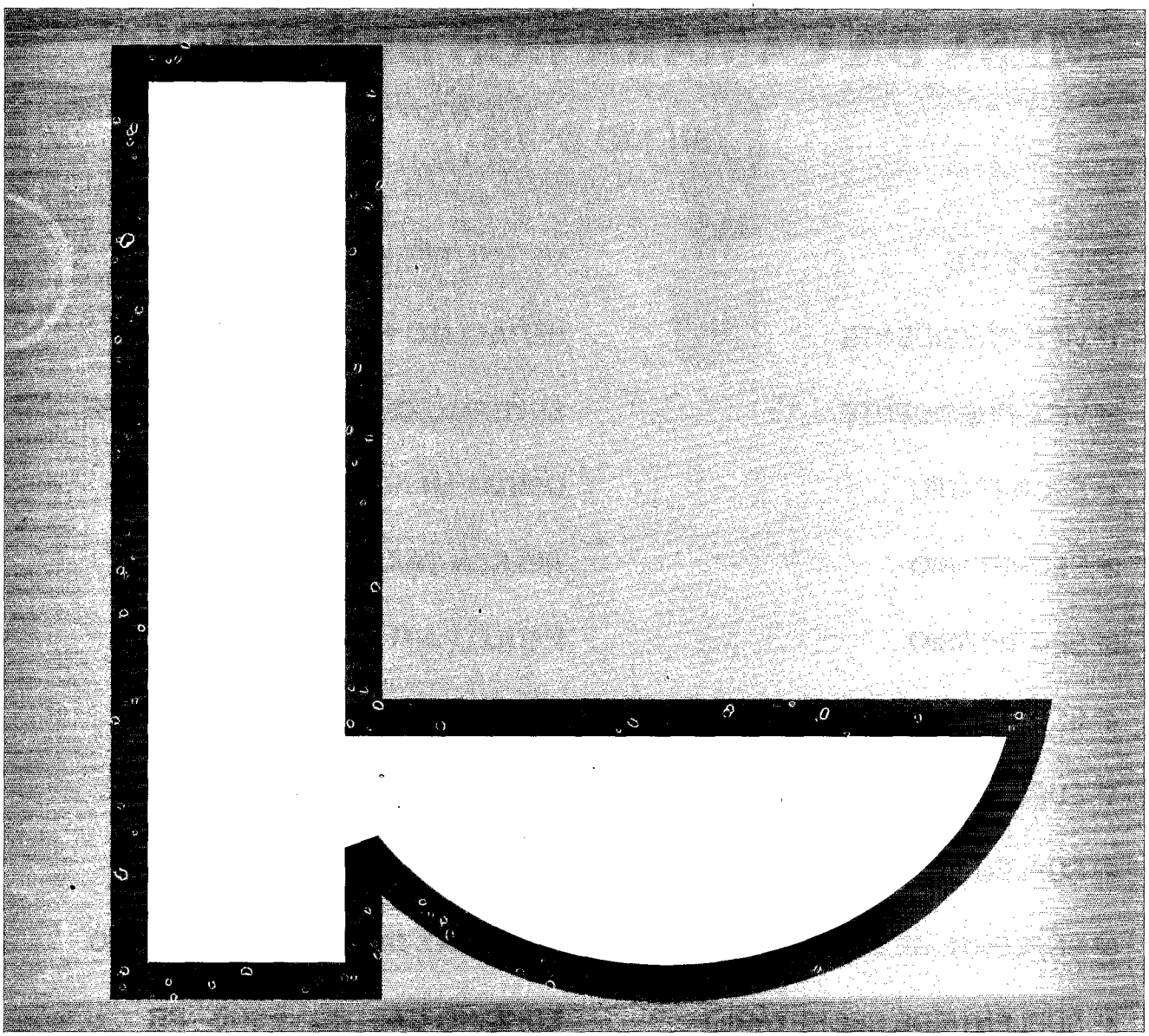
República Federativa do Brasil



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LII - Nº 191 QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1997 BRASÍLIA - DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(BIÊNIO 1997/98)

PRESIDENTE	**MICHEL TEMER - PMDB - SP**
1º VICE-PRESIDENTE	**HERÁCLITO FORTES - PFL - PI**
2º VICE-PRESIDENTE	**SEVERINO CAVALCANTE - PPB - PE**
1º SECRETÁRIO	**UBIRATAN AGUIAR - PSDB - CE**
2º SECRETÁRIO	**NELSON TRAD - PTB - MS**
3º SECRETÁRIO	**PAULO PAIM - PT - RS**
4º SECRETÁRIO	**EFRAIM MORAIS - PFL - PB**
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	**JOSÉ MAURÍCIO - PDT - RJ**
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	**WAGNER SALUSTIANO - PPB - SP**
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	**ZÉ GOMES DA ROCHA - PMDB - GO**
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	**LUCIANO CASTRO - PSDB - PR**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

1 – ATA DA 188ª SESSÃO, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 50ª LEGISLATURA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1997

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 1.683/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que o Deputado Osmir Lima passa a integrar, como membro titular, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, em substituição ao Deputado Francisco Rodrigues..... 33603

Nº 1.690/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que a Deputada Vanessa Felippe passa a integrar, como membro suplente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. 33603

Nº 1.692/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que a Deputada Vanessa Felippe, passa a integrar, como membro titular, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em substituição a Deputada Maria Valadão. 33603

Nº 1.694/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que o Deputado Oscar Goldoni, passa a integrar, como membro titular, a Comissão de Viação e Transportes..... 33603

Nº 1.696/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que o Deputado Antônio Jorge passa a integrar, como membro suplente, a Comissão de Agricultura e Política Rural. 33603

Nº 1.728/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, indicando os deputados do referido Partido que farão parte da Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 513-A/97..... 33603

Nº 1.736/97 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, comunicando que o Deputado João Ribeiro deixa de fazer parte, como membro suplente, da Comissão Especial com a finalidade de examinar o Projeto de Lei nº 3.633, de 1997, do Poder Executivo. 33604

Nº 3.634/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, solicitando a substituição do Deputado Almino Affonso pelo Deputado Bonifácio de Andrada, como membro titular, na Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 20-A/95..... 33604

Nº 3.636/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, indicando o Deputado Feu Rosa, como membro suplente, na Comissão Especial destinada ao "estudo das medidas legislativas que visem implementar, no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher"..... 33604

Nº 3.672/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, indicando o Deputado Nestor Duarte, como membro suplente, para integrar a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação..... 33604

Nº 3.674/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, indicando o Deputado Alberto Goldman, como membro suplente, para integrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público..... 33604

Nº 3.676/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, solicitando a substituição do Deputado Domingos Leonelli pelo Deputado Alberto Goldman, como membro titular, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática..... 33604

Nº 3.679/97 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, solicitando o desligamento do Deputado Basílio Villani, como membro titular, da Comissão de Agricultura e Política Rural... 33604

Nº 922/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Oscar Goldoni deixa de integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional..... 33605

Nº 959/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que a Deputada Etevalda Grassi de Menezes passa a participar das Comissões de Agricultura e Política Rural, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e, de Seguridade Social e Família..... 33605

Nº 960/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Robson Tuma deixa de participar, na qualidade de suplente, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. 33605

Nº 961/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Francisco Rodrigues, deixa de participar, na qualidade de titular, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional..... 33605

Nº 962/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que a Deputada Maria Elvira deixa de participar, na qualidade de titular, da Comissão Especial "destinada ao estudo das medidas que visem implementar no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher"..... 33605

Nº 966/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Djalma de Almeida César passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 320-A/96, em substituição ao Deputado Gilvan Freire. 33605

Nº 967/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Asdrubal Bentes passa a integrar, na condição de suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 14-A/95, em substituição ao Deputado Robson Tuma. 33605

Nº 968/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Gilvan Freire deixa de constar da relação dos deputados que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 368-A/96. 33606

Nº 969/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado José Pinotti deixar de constar da relação dos deputados que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Sistema Único de Saúde – SUS. 33606

Nº 970/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado João Almeida deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 43-A/95. 33606

Nº 971/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado João Almeida deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 57/95..... 33606

Nº 972/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Aníbal Gomes deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.673, de 1966..... 33606

Nº 973/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que a Deputada Marisa Serrano deixa de integrar, na condição de suplente, a Comissão Especial "destinada ao estudo das medidas legislativas que visem implementar no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher"..... 33606

Nº 974/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Jurandyr Paixão deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a examinar os projetos de leis, em trâmite nesta Casa, que versam sobre matérias relativas ao Sistema Financeiro Nacional..... 33607

Nº 975/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que a Deputada Marisa Serrano deixa de participar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 370-A/96. 33607

Nº 976/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Gilvan Freire deixa de participar, na condição de titular, da Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 89-A/95. 33607

Nº 977/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que os Deputados Aloysio Ferreira e Marisa Serrano deixam de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.430/90..... 33607

Nº 995/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, encaminhando os nomes dos deputados do referido Bloco que comporão a Comissão Externa para propor medidas preventivas que possam atenuar os efeitos do fenômeno El Niño em todo o País..... 33607

Nº 998/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, indicando o nome do Deputado Confúncio Moura, para participar do Grupo de Trabalho com objetivo de acompanhar as situações de conflito agrário que vêem ocorrendo no País. 33607

Nº 1.001/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que os Deputados Ary Kara e Gilvan Freire deixam de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 96/92..... 33608

Nº 1.002/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Marçal Filho deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial "com o objetivo de acompanhar e participar da discussão para implementação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas". 33608

Nº 1.003/97 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, comunicando que o Deputado Robson Tuma deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial com a "finalidade de examinar a questão da segurança pública do País, com a faculdade de, ao final, oferecer proposições versando sobre o assunto, para tramitação no âmbito da Câmara e do Congresso Nacional. 33608

Nº 105/97 – Do Senhor Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, indicando o Deputado Haroldo Lima para integrar como membro suplente, em substituição ao Deputado Lindberg Farias, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 46/91. 33608

Nº 107/97 – Do Senhor Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, indicando o Deputado Ricardo Comyde para integrar como membro titular, em substituição ao Deputado Lindberg Farias, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 370-A/96. 33608

Nº 109/97 – Do Senhor Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, em substituição ao Deputado Lindberg Farias, a Comissão de Educação Cultura e Desporto. 33608

Nº 111/97 – Do Senhor Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, indicando o Deputado Luiz Gushiken para integrar como membro suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 20-A/95. 33609

Nº 115/97 – Do Senhor Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, indicando os deputados do referido Bloco para integrarem o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. 33609

Nº 725/97 – Do Senhor Deputado Odelmo Leão, Líder do PPB, indicando o Deputado Cunha Bueno como titular, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 20-A/95. 33609

Nº 729/97 – Do Senhor Deputado Odelmo Leão, Líder do PPB, indicando os Deputados Adhemar de Barros Filho e Jair Soares, como suplentes, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 1.159/95; e da Lei nº 8.672/93; e a seus apensados PL nº 2.437/96 e PL nº 3.633/97..... 33609

Nº 730/97 – Do Senhor Odelmo Leão, Líder do PPB, indicando o Deputado Jair Soares como membro titular, para integrar, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 20-A/95. 33609

Nº 262/97 – Do Senhor Deputado Paulo Heslander, Líder do PTB, indicando os Deputados Vicente Cascione e Rodrigues Palma, para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 513-A/97. 33609

Nº 168/97 – Do Senhor Alexandre Cardoso, Líder do PSB, comunicando que a partir desta data, o Deputado Gervásio Oliveira deixará de integrar, como membro titular, a Comissão de Direitos Humanos..... 33610

Nº 169/97 – Do Senhor Deputado Alexandre Cardoso, Líder do PSB, indicando o Deputado Gilvan Freire para ocupar a vaga de titular na Comissão de Direitos Humanos..... 33610

Nº 170/97 – Do Senhor Deputado Alexandre Cardoso, Líder do PSB, indicando os Deputados Gilvan Freire (titular) e Pedro Valadares (suplente) como membros da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 513-A/97. 33610

Nº 236/97 – Do Senhor Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, indicando os Deputados Eujácio Simões, como titular, e Welinton Fagundes, como suplente, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 513-A/97..... 33610

Nº 136/97 – Do Senhor Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando que declara prejudicado o PL nº 2.231/96. 33610

Nº 181/97 – Do Senhor Deputado José Maurício, solicitando seja retirado de tramitação o Requerimento de Informação nº 2.818/97. 33610

IV – Homenagem

(Centenário de atividades da Congregação dos Irmãos Maristas no Brasil)

PRESIDENTE (Michel Temer) – Convite aos Irmãos Antônio Carlos Ramalho, Paulo Antônio Forster Ramos e Gérard Detraz para composição da Mesa Diretora. Execução de número musical pelo Coral do Colégio Marista do Brasil. Homenagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo centenário de atividades no Brasil..... 33611

NELSON MARCHEZAN, FRANCISCO HORTA – Homengagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo centenário de atividades no Brasil..... 33611

PRESIDENTE (Nelson Trad) – Registro da presença de convidados..... 33615

FREIRE JÚNIOR, OSMÂNIO PEREIRA, JOSÉ LINHARES, PEDRO WILSON, NILSON GIBSON, SERAFIM VENZON – Homenagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo centenário de atividades no Brasil. 33615

PRESIDENTE (Nelson Trad) – Aviso ao Plenário sobre adiamento da sessão conjunta convocada para a presente data..... 33627

LUIZ BUAIZ – Homenagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo centenário de atividades no Brasil..... 33628

PRESIDENTE (Nelson Trad) – Homenagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo centenário de atividades no Brasil. 33628

V – Encerramento

2 – ATA DA 189ª SESSÃO, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 50ª LEGISLATURA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1997.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

IV – Pequeno Expediente

ALCIDES MODESTO – Assassinato do líder sindical Fulgêncio Manoel da Silva, no Estado de Pernambuco. Adoção de medidas governamentais para contenção da criminalidade nas agrovilas habitadas por trabalhadores atingidos pela construção de barragens nos Estados de Pernambuco e Bahia..... 33631

PAULO PAIM – Aprovação, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Casa, de projeto de lei regulamentador do exercício da profissão de professor de educação física e de projeto de lei sobre criação de Ouvidoria na Câmara dos Deputados. Expectativa de aprovação de requerimento para tramitação em regime de urgência do projeto de lei sobre criação do Estatuto do Idoso. Preocupação com a transformação do programa Toda Criança na Escola, lançado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, em instrumento de política eleitoral..... 33632

BENEDITO GUIMARÃES – Apuração, pela Câmara Municipal de Itaituba, de denúncias de irregularidades praticadas por empresas estrangeiras interessadas no controle da Reserva Garimpeira do Tapajós, Estado do Pará..... 33633

JOÃO PAULO – Crescimento do desemprego em São Paulo, Estado de São Paulo. Repúdio à política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso..... 33634

JOSÉ LINHARES – Transcurso do 114º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ipueiras, Estado do Ceará – 25 de outubro..... 33635

EDISON ANDRINO – Alerta aos Parlamentares quanto à impropriedade dos termos da Medida Provisória nº 1.567, de 1997, sobre regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis da União. Solicitação ao Poder Executivo de retirada da proposta..... 33635

LUIZ BUAIZ – Criação de plano de carreira para os servidores do patrimônio da União..... 33637

NEIVA MOREIRA – Posicionamento do Ministro Lélio Lôbo, da Aeronáutica, contrário à privatização dos aeroportos brasileiros. Apresentação à Mesa de requerimento de informações ao Ministério da Cultura sobre leis de incentivo ao cinema nacional. 33637

JOSÉ CHAVES – Crise econômica vivida pelo Estado de Pernambuco. Falta de ação política do Governador Miguel Arraes para desenvolvimento da economia pernambucana. Realização do seminário "Economia de Pernambuco: um Projeto para o Futuro". Apoio à candidatura de Jarbas Vasconcelos ao Governo do Estado..... 33638

ADYLSON MOTTA – Contrariedade ao Projeto de Lei nº 2.734, de autoria do Deputado Paes Landim, relativo à concessão de licença a práticos em odontologia. 33638

LUIZ CARLOS HAULY – Comparecimento do Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, à Comissão de Finanças e Tributação para prestação de esclarecimentos acerca de projeto de lei sobre lavagem de dinheiro. Apreciação, pela Comissão Especial, da nova proposta governamental de reforma tributária. Descontrole da administração financeira do Governo do Estado do Paraná. 33639

JOSÉ MAURÍCIO – Crítica às privatizações de empresas estatais pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. 33640

CARLOS SANTANA – Arbitrariedades praticadas na Vila Militar do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 33641

PRESIDENTE (José Maurício) – Determinação à Taquigrafia de retirada de expressões incompatíveis com o decoro parlamentar do pronunciamento do Deputado Carlos Santana. 33642

ZAIRE REZENDE – Defesa do lançamento, pelo PMDB, de candidatura própria à Presidência da República nas eleições de 1998. 33642

ESTHER GROSSI – Não-contribuição dos novos parâmetros curriculares nacionais para a superação, pelo alunato, de dificuldades de aprendizagem. Trabalho intitulado "Proposta Alternativa e Análise Crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais". 33643

CECI CUNHA – Resgate do papel social do professor no País. 33643

JÚLIO CÉSAR – Dificuldades dos agricultores do Estado do Piauí em decorrência da recusa, por parte do Banco do Brasil S.A., de concessão de financiamento de custeio por falta do zoneamento agrícola. 33644

EURÍPEDES MIRANDA – Visita do orador ao Município de Jorge Teixeira, Estado de Rondônia. 33645

GERALDO PASTANA – Responsabilidade do Sr. Petrus Emile Abi-Abib, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pelo aumento de conflitos agrários nas regiões sul e sudeste do Estado do Pará. 33645

UBIRATAN AGUIAR – Transcurso do 88º aniversário de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – 22 de outubro. 33646

LAEL VARELLA – Correspondência do escritor Ariel Ramos sobre o lançamento, pela organização Cubanos Desterrados, do livro-documentário intitulado "Cuba Comunista, 1997: Vergonha de Nosso Tempo e de Nosso Continente", tendo em vista a visita do Papa João Paulo II a Cuba.... 33647

NILSON GIBSON – Aumento do déficit nas contas correntes da União. 33647

AIRTON DIPP – Apoio do orador ao projeto de lei sobre instituição do Estatuto do Idoso. Excelência do trabalho desenvolvido por entidades assistenciais junto a pessoas da terceira idade. Existência na Casa de requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.733, de 1997, sobre obrigatoriedade de inserção de advertência em rótulos de bebidas alcoólicas. 33648

ENIO BACCI – Desnutrição de pacientes mantidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, segundo pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral – SBNPE. Anúncio de realização do Congresso de Nutrição Parenteral e Enteral, em São Paulo, Estado de São Paulo. 33648

MARÇAL FILHO – Investigação, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul, de atividades de fiscais, agentes e delegados fazendários. 33649

JOÃO COSER – Transcurso do Dia Mundial do Dentista – 22 de outubro. Realização do 15º Encontro Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho, em Vitória, Espírito Santo. Problemática da exploração do trabalho infantil no País. 33649

ÁTILA LINS – Necessidade de alteração na Portaria Interministerial nº 300 no tocante à retirada de incentivos fiscais para a indústria de compensados instalada no interior do Estado do Amazonas. 33650

ADÃO PRETTO – Visita do orador ao Município de Campo Largo, Paraná, em apoio à marcha de trabalhadores rurais sem terra no Estado. 33651

LUCIANO ZICA – Denúncia de dominação do setor de distribuição de gás de cozinha por companhias estrangeiras. Irregularidade praticada pela companhia italiana Agip Liquigás na região de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, com a inclusão, no preço do produto para o consumidor, do custo de frete inexistente. 33651

IVAN VALENTE – Redução dos gastos públicos nas áreas sociais, conforme relatórios do Tribunal de Contas da União e do Senador Jefferson Péres, do PSDB da Amazonas. Anúncio, pelo Governo, de diminuição do repasse de recursos pela União para os Fundos Estaduais de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. 33652

EDINHO BEZ – Manifesto da Psicologia do Trânsito do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, pela rejeição do veto presidencial a dispositivo do Código de Trânsito brasileiro sobre a obrigatoriedade de exame psicológico para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. 33653

CUNHA LIMA – Perplexidade do orador diante da eliminação, pelo Governo Federal, da isenção de imposto para importação de equipamentos de última geração sem similar nacional, em prejuízo da competitividade das indústrias brasileiras. 33656

MOISÉS BENNESBY – Precariedade do fornecimento de energia elétrica em Rondônia. Viabilidade da implantação de agroindústrias no

Estado diante dos investimentos estaduais em eletrificação rural. 33656

FERNANDO FERRO – Crescimento da dívida externa brasileira após a implantação do Plano Real. 33657

MURILO DOMINGOS – Impropriedade das comparações feitas por Senador da República, em entrevista à imprensa, entre o trabalho da Câmara e o do Senado Federal. Eficiência do Parlamento brasileiro. Dotação à Câmara dos Deputados dos meios institucionais cabíveis e dos recursos materiais e humanos necessários para empreendimento de trabalho sistemático e permanente de divulgação dos trabalhos parlamentares. 33658

CARLOS NELSON – Apresentação de projeto de lei sobre realização de sorteio para seleção de beneficiários de programas habitacionais. 33660

PAULO FEIJÓ – Liberação, pelo Ministério da Saúde, de recursos destinados à aquisição e aparelhamento de unidade móvel de saúde para o Município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro. Agradecimento ao Ministro Carlos Albuquerque e aos funcionários Paulo Marcos de Oliveira e Maria do Carmo Porto Oliveira pela liberação dos referidos recursos. 33661

DÉRCIO KNOP – Defesa da legalização dos cassinos no País. 33662

CONFÚCIO MOURA – Conveniência de participação da Caixa Econômica Federal como agente financeiro junto ao BNDES. 33663

LUIZ ALBERTO – Atraso no pagamento de salários dos funcionários da Prefeitura Municipal de Maragogipe, Estado da Bahia. 33664

PAULO LUSTOSA – Repercussão e papel social das atividades desenvolvidas pela indústria farmacêutica no Brasil. 33665

MIGUEL ROSSETTO – Protesto contra a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul. 33667

JOSÉ EGYDIO – Reexame, pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário de Saúde de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, da proibição de atendimento, pelo Hospital São José do Avaí, de pacientes através do Sistema Único de Saúde – SUS. 33667

HAROLDO SABÓIA – Adoção, pela Casa, de medidas para contenção dos gastos do Governo Federal com campanhas publicitárias. 33668

MARIA VALADÃO – Filiação da oradora ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Identificação com os ideais do partido. 33668

CANDINHO MATTOS – Urgente adoção, pelas autoridades competentes, de medidas para reversão da crise financeira do hospital do Instituto de Assistência dos Servidores do Rio de Janeiro – IASERJ. 33669

VANIO DOS SANTOS – Realização, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Casa, de audiência pública para debate sobre denúncias de irregularidades praticadas por dirigentes do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN. Apoio ao Movimento Nacional pela Inovação e Moralização do Sistema COFEN/CORENS. Constituição, pela Câmara dos Deputados, de comissão externa para investigação das referidas denúncias. Imediato afastamento dos dirigentes do mencionado Conselho. 33670

CLAUDIO CAJADO – Repasse de recursos federais à área de saúde do Estado da Bahia. 33671

WILSON CIGNACHI – Homenagem à Congregação dos Irmãos Maristas pelo transcurso do centenário de atividades no Brasil – 15 de outubro. 33672

SANDRO MABEL – Realização, em Goiânia, da 1ª Feira de Integração dos Municípios do Estado de Goiás – FEIMU. 33672

PAES LANDIM – Transcurso das Bodas de Ouro do casal Raimundo Costa Paixão e Carmelita Oliveira Paixão, do Município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. 33673

PAUDERNEY AVELINO – Urgente conclusão, pelo Congresso Nacional, das reformas administrativa, previdenciária e tributária. 33673

JAQUES WAGNER – Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.274, de 1997, de autoria do orador, sobre a instituição da meia-entrada para jovens de até 21 anos de idade em estabelecimentos de lazer e entretenimento. 33674

SALATIEL CARVALHO – Aumento do índice de desemprego no País. 33675

PAULO ROCHA – Problemática da exploração do trabalho infantil no País. Realização do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente, em Belém, Estado do Pará. Anúncio de apresentação, pelo orador, de projeto de lei referente à punição da contratação de qualquer forma de trabalho de menor de 14 anos, direta ou indiretamente, para fins econômicos. 33675

ARY KARA – Realização do VI Encontro Country e Sertanejo, em Monteiro Lobato, Estado de São Paulo. 33676

JOÃO MENDES – Considerações sobre o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Imobiliário do País. 33676

NELSON MARQUEZELLI – Aplauso à atuação do Ministro Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores, com vistas à celebração de acordos entre o Brasil e a China para eliminação

das barreiras impostas aos produtos agrícolas brasileiros, especialmente o suco de laranja, o café solúvel e o óleo de soja. 33677

FAUSTO MARTELLO – Rejeição do veto a dispositivo do projeto de lei do novo Código de Trânsito Brasileiro, sobre obrigatoriedade de realização de exame psicológico para acesso à Carteira Nacional de Habilitação. 33678

ROBERTO PESSOA – Escalada da violência no Estado do Ceará. Precariedade do sistema de segurança pública cearense. 33679

WAGNER SALUSTIANO – Lançamento, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, do Projeto Infocar Unidade Móvel Informatizada, para o ensino gratuito de processamento de dados às populações carentes da periferia da capital paulista. 33680

ARTHUR VIRGÍLIO – Importância da decisão do Governo Federal quanto à inclusão, no Programa Nacional de Desestatização, da venda de ações da Petrobras excedentes de 50% mais uma. 33681

RICARDO IZAR – Anúncio de realização, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de audiência pública para debate da exploração, pelas emissoras de televisão, de jogos e sorteios através do serviço telefônico prefixo 0900. 33682

V – Grande Expediente

JARBAS LIMA – Considerações sobre nova apreciação, pela Casa, da proposta governamental de reforma da Previdência Social. 33683

MARIA ELVIRA – Defesa da aprovação do projeto de lei sobre regulamentação do aborto. Apresentação, pela Casa, de proposta destinada à regularização do pagamento de dívida de países estrangeiros com o Brasil. Elogio ao Deputado Sarney Filho pela iniciativa de criação de frente parlamentar ambientalista em defesa do desenvolvimento sustentável. Repúdio à forma de condução do processo de elaboração de emendas ao Orçamento Geral da União. Retirada de pauta, pelo Senado Federal, da proposta de empréstimo do Governo do Estado de Minas Gerais junto à Caixa Econômica Federal. Prejuízos causados à atividade leiteira nacional pela importação de leite em pó. 33686

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) – Transcurso do 64º aniversário de fundação da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 33689

ARY KARA (Pela ordem) – Transcurso do 96º aniversário de emancipação político-administrativa de Cruzeiro, Estado de São Paulo. 33690

CHICO VIGILANTE (Pela ordem) – Denúncia de manipulação dos resultados de pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Soma sobre as eleições de 1998 no Distrito Federal. 33692

ROBERTO VALADÃO (Pela ordem) – Solicitação ao Ministério da Previdência e Assistência Social de liberação dos recursos devidos ao Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo. 33693

VALDIR COLATTO (Pela ordem) – Providências governamentais para garantia da produção agrícola no País. 33693

PAULO GOUVÊA (Pela ordem) – Flexibilização do horário de funcionamento do comércio varejista. 33694

AGNELO QUEIROZ (Pela ordem) – Necessidade de julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de recursos interpostos pela União contra a decisão da Corte relativa à extensão a servidores públicos civis de reajuste salarial concedido aos militares. 33695

AUGUSTO CARVALHO (Pela ordem) – Rejeição de veto a dispositivo do novo Código de Trânsito Brasileiro acerca da obrigatoriedade de realização de exame psicológico para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Indicação do Senador Valmir Campelo Bezerra para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU. Reformulação dos critérios adotados para escolha dos membros de Tribunais de Contas. 33695

ELIAS MURAD (Pela ordem) – Excelência dos serviços oferecidos aos Parlamentares pelo Departamento Médico da Câmara dos Deputados. 33696

FERNANDO GABEIRA (Pela ordem) – Convocação do Ministro Sérgio Motta, das Comunicações, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, para debate sobre a proibição da cobrança de ágio na comercialização de linhas telefônicas. Repúdio à declaração do Ministro Sérgio Motta favorável ao uso de violência contra especuladores. 33697

MARTA SUPLICY (Pela ordem) – Reunião realizada entre a oradora e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas – GIFE, sediado em São Paulo, Estado de São Paulo, para debate sobre a implantação do balanço social nas empresas públicas ou privadas com mais de cem empregados. Tramitação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei sobre o tema. 33697

VI – Ordem do Dia

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Participação de representantes do governo francês nos debates do grupo de trabalho, coordenado pelo orador, para a sistematização e consolidação das leis brasileiras. 33700

PRESIDENTE (Michel Temer) – Comunicação ao Plenário sobre imediata apreciação do item 1 da pauta, tendo em vista a existência de acordo das Lideranças partidárias. 33700

PRESIDENTE (Michel Temer) – Eleição do Conselho da República, nos termos do inciso VII do art. 89 da Constituição Federal. Esclarecimentos sobre o processo de votação. 33700

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre a composição do Conselho da República..... 33701

PRESIDENTE (Michel Temer) – Resposta ao Deputado José Genoíno..... 33701

PRESIDENTE (Michel Temer) – Prosseguimento, durante o processo de eleição, da apreciação dos demais itens constantes da Ordem do Dia..... 33702

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados NEIVA MOREIRA, JOSÉ MACHADO..... 33702

LUÍS EDUARDO (Pela ordem) – Solicitação à Mesa de esclarecimentos sobre a apreciação dos demais itens constantes da Ordem do Dia..... 33702

PRESIDENTE (Michel Temer) – Resposta ao Deputado Luís Eduardo..... 33702

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação de requerimento de urgência para inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 1997, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997..... 33702

Usou da palavra para encaminhamento da votação a Sra. Deputada JOANA DARC. 33703

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados GERSON PERES, ARLINDO VARGAS, NILSON GIBSON, WAGNER ROSSI, ARNALDO MADEIRA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO. 33703

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do requerimento. 33704

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (Pela ordem) – Declinação da candidatura do orador ao Conselho da República, em apoio à do Deputado Franco Montoro. 33704

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de urgência para inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 1997, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprova o Texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997..... 33704

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ARLINDO VARGAS, NILSON GIBSON, GERSON PERES, JOANA DARC, WAGNER ROSSI, ARNALDO MADEIRA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO..... 33704

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do requerimento..... 33704

WAGNER ROSSI (Pela ordem) – Solicitação de esclarecimentos aos Srs. Parlamentares, pela Mesa, sobre o procedimento na votação para o Conselho da República. 33704

PRESIDENTE (Michel Temer) – Resposta ao Deputado Wagner Rossi. 33704

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 3.553, de 1997, do Poder Executivo, que dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação de Natureza Financeira – CPMF.. 33705

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de retirada da Ordem do Dia do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.553, de 1997, do Poder Executivo. 33705

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do requerimento. 33705

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 1996, do Senado Federal, que susta os Decretos nºs 1.498 e 1.499, de 1995, que constituíram Comissões Especiais de Revisão dos Processos de Anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 1994. 33705

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de retirada da Ordem do Dia do requerimento de urgência para apreciação do Decreto Legislativo nº 299, de 1996, que susta os Decretos nºs 1.498 e 1.499, de 1995, que constituíram Comissões Especiais de Revisão dos Processos de Anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 1994. ... 33705

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado MATHEUS SCHMIDT. ... 33705

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados NILSON GIBSON, LUIZ BUAIZ, ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, WAGNER ROSSI, ARNALDO MADEIRA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO..... 33705

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do requerimento..... 33706

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.792, de 1993, de autoria do Sr. Fábio Feldman, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências..... 33706

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados FERNANDO GABEIRA, NILSON GIBSON, LUIZ BUAIZ, GERSON PERES, MATHEUS SCHMIDT, WAGNER ROSSI, AÉCIO NEVES, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO..... 33706

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do requerimento..... 33706

PRESIDENTE (Michel Temer) – Recurso nº 198, de 1997, contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 2.524, de 1996, que dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e dá outras providências..... 33706

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado MIGUEL ROSSETTO..... 33706

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LUÍS EDUARDO, NILSON GIBSON, ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, MATHEUS SCHMIDT, WAGNER ROSSI, ARNALDO MADEIRA, INOCÊNCIO OLIVEIRA..... 33707

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação do recurso..... 33707

PRESIDENTE (Michel Temer) – Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 338-C, de 1996, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares..... 33707

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado JOSÉ GENOÍNO..... 33707

PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da discussão..... 33708

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 338-C, de 1996, ressalvados os destaques..... 33708

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, MATHEUS SCHMIDT, JOSÉ MACHADO, ALDO ARANTES, WAGNER ROSSI, ARNALDO MADEIRA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO, ODELMO LEÃO, NILSON GIBSON, ARLINDO VARGAS, WAGNER ROSSI, INOCÊNCIO OLIVEIRA, JOSÉ MACHADO, ODELMO LEÃO..... 33714

PRESIDENTE (Michel Temer) – Início da votação pelo sistema eletrônico..... 33716

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ARNALDO MADEIRA, WAGNER ROSSI, MATHEUS SCHMIDT, ODELMO LEÃO, WAGNER ROSSI, JOSÉ MACHADO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ARLINDO VARGAS, WAGNER ROSSI..... 33716

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, a Sra. Deputada VANESSA FELIPPE..... 33716

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JOSÉ MACHADO, ODELMO LEÃO, ARLINDO VARGAS..... 33716

ALEXANDRE CARDOSO (Pela ordem) – Indicação do Deputado Gonzaga Patriota para o Conselho da República..... 33716

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ODELMO LEÃO, WAGNER ROSSI, PAULO ROCHA, YEDA CRUSIUS, WAGNER ROSSI, INOCÊNCIO OLIVEIRA..... 33716

Usou da palavra para retificação de voto a Sra. Deputada CIDINHA CAMPOS..... 33717

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ODELMO LEÃO, ARLINDO VARGAS, SIMARA ELLERY, LUÍS EDUARDO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ODELMO LEÃO, GERVÁSIO OLIVEIRA, YEDA CRUSIUS, NILSON GIBSON, SIMARA ELLERY, ODELMO LEÃO, YEDA CRUSIUS, SIMARA ELLERY, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ODELMO LEÃO, SIMARA ELLERY, YEDA CRUSIUS, ODELMO LEÃO, MARCONI PERILLO, ODELMO LEÃO, SIMARA ELLERY, LUÍS EDUARDO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ODELMO LEÃO, JOSÉ MACHADO..... 33717

Usou da palavra para registro de voto o Sr. Deputado MARCONI PERILLO..... 33718

Usou da palavra para registro de voto o Sr. Deputado SEVERIANO ALVES..... 33718

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ODELMO LEÃO, AÉCIO NEVES, SIMARA ELLERY, LUÍS EDUARDO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ROMEL ANIZIO, MARCONI PERILLO, SIMARA ELLERY, CELSO RUSSOMANNO, NILSON GIBSON, LUÍS EDUARDO, NICIAS RIBEIRO, ROMEL ANÍZIO, SIMARA ELLERY, ROMEL ANÍZIO, NICIAS RIBEIRO, WALTER PINHEIRO, NILSON GIBSON, ROMEL ANÍZIO..... 33718

Usou da palavra para registro de voto o Sr. Deputado HUMBERTO COSTA..... 33719

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados SIMARA ELLERY, WALTER PINHEIRO, LUÍS EDUARDO, MARCONI PERILLO, ODELMO LEÃO, WALTER PINHEIRO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, NICIAS RIBEIRO, LUÍS EDUARDO, NICIAS RIBEIRO, SIMARA ELLERY, WALTER PINHEIRO, HAROLDO LIMA, NICIAS RIBEIRO, SIMARA ELLERY, MARCONI PERILLO..... 33719

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado LUÍS EDUARDO. 33720

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados WAGNER ROSSI, NICIAS RIBEIRO, SIMARA ELLERY, INOCÊNCIO OLIVEIRA, NICIAS RIBEIRO, WAGNER ROSSI, NICIAS RIBEIRO, WAGNER ROSSI, NICIAS RIBEIRO, WAGNER ROSSI, LUCIANO ZICA, NICIAS RIBEIRO, ODELMO LEÃO. 33720

PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação. 33721

Usaram da palavra para registro de voto os Srs. Deputados BENEDITO DOMINGOS, JAQUES WAGNER. 33721

PRESIDENTE (Michel Temer) – Aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 338/96. 33721

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação de requerimento para votação em globo dos destaques simples. 33726

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados NILSON GIBSON, ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, JOSÉ MACHADO, WAGNER ROSSI, MARCONI PERILLO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO. 33726

PRESIDENTE (Michel Temer) – Aprovação do requerimento. 33726

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado EDISON ANDRINO. 33726

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação em globo dos destaques simples. 33726

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados NILSON GIBSON, ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, MATHEUS SCHMIDT, JOSÉ MACHADO, JANDIRA FEGHALI, WAGNER ROSSI, MARCONI PERILLO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO. 33727

Usou da palavra para registro de voto o Sr. Deputado VICENTE ANDRÉ GOMES. 33728

PRESIDENTE (Michel Temer) – Rejeição dos destaques. 33728

Usou da palavra para registro de voto o Sr. Deputado HAROLDO SABÓIA. 33728

PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de destaque para votação em separado para suprimir a expressão "incisos II a VIII", constante da redação do art. 42, § 1º, da Constituição, na votação em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional nº 338, de 1996. 33728

Usaram da palavra para registro de voto os Srs. Deputados JOSÉ DE ABREU, MAGNO BACELAR. 33728

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados NILSON GIBSON, ARLINDO VARGAS, GERSON PERES, MATHEUS SCHMIDT, WAGNER ROSSI, MARCONI PERILLO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUÍS EDUARDO, MARCONI PERILLO, ODELMO LEÃO, MARCONI PERILLO, JOSÉ MACHADO, WAGNER ROSSI, INOCÊNCIO OLIVEIRA, ALDO ARANTES. 33728

PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação da expressão destacada. 33729

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados VICENTE ANDRÉ GOMES, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, ODELMO LEÃO, MATHEUS SCHMIDT, INOCÊNCIO OLIVEIRA, WAGNER ROSSI, GERSON PERES, JOSÉ MACHADO, ALDO ARANTES, ARLINDO VARGAS, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, SIMARA ELLERY, INOCÊNCIO OLIVEIRA, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, ODELMO LEÃO. 33729

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado CARLOS MELLES. 33729

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ARLINDO VARGAS, WAGNER ROSSI, ODELMO LEÃO, SIMARA ELLERY, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, INOCÊNCIO OLIVEIRA, NICIAS RIBEIRO, SIMARA ELLERY. 33730

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado ALCIDES MODESTO. 33730

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado ANTONIO UENO. 33730

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado OSMÂNIO PEREIRA. 33730

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados MATHEUS SCHMIDT, ODELMO LEÃO. 33730

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado LIMA NETTO. 33730

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ARLINDO CHINAGLIA, SIMARA ELLERY, INOCÊNCIO OLIVEIRA, SIMARA ELLERY, ARLINDO CHINAGLIA. 33730

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado SERAFIM VENZON. 33730

Usou da palavra pela ordem, para orientação da respectiva bancada, o Sr. Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. 33731

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado SILAS BRASILEIRO. 33731

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado HERMES PARCIANELLO. 33731

Usou da palavra pela ordem, para orientação da respectiva bancada, a Sra. Deputada SIMARA ELLERY. 33731

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado WOLNEY QUEIROZ. 33731

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados INOCÊNCIO OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. 33731

Usou da palavra pela ordem, para reiteração de retificação de voto, a Sra. Deputada VANESSA FELIPPE. 33731

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado DILCEU SPERAFICO. 33731

Usou da palavra pela ordem, para orientação da respectiva bancada, a Sra. Deputada SIMARA ELLERY. 33731

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado ENIO BACCI. 33731

Usaram da palavra pela ordem, para orientação da respectiva bancada, os Srs. Deputados ODELMO LEÃO, SIMARA ELLERY, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, PEDRO VALADARES, WALTER PINHEIRO, SIMARA ELLERY, INOCÊNCIO OLIVEIRA, SIMARA ELLERY. 33731

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado PADRE ROQUE. 33732

Usou da palavra pela ordem, para orientação da respectiva bancada, a Sra. Deputada SIMARA ELLERY. 33732

Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado MARCELO BARBIERI. 33732

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ABELARDO LUPION, SIMARA ELLERY, ABELARDO LUPION, DUILIO PISANESCHI, SIMARA ELLERY, DALILA FIGUEIREDO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, SIMARA ELLERY, ANTONIO CARLOS PANNUNZIO, SIMARA ELLERY, MARCONI PERILLO. 33732

PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação. 33732

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados AROLDE DE OLIVEIRA, RAUL BELÉM, BASÍLIO VILLANI, JOSÉ BORBA. 33733

PRESIDENTE (Michel Temer) – Supressão da expressão destacada. 33733

Votação e aprovação da redação final. 33737

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal. 33738

LUCIANO ZICA (Pela ordem) – Anúncio de apresentação de recurso à Comissão de Minas e Energia contra aprovação do substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Lei nº 3.285, de 1992, que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica. 33738

PAULO DELGADO (Pela ordem) – Acidente entre trem e ônibus escolar ocorrido em Juiz de Fora, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de implementação de desvio da linha férrea contornando a cidade. 33739

ROBERTO BALESTRA (Pela ordem) – Comunicação de desobediência, pelo orador, à orientação de seu partido na votação das matérias de interesse do Governo Federal. 33739

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado NELSON MARCHEZAN. 33739

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) – Anúncio de apresentação de projeto de lei sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais dos Despachantes. 33739

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Encerramento do processo de eleição dos membros do Conselho da República. Designação da Comissão Escrutinadora para apuração da votação. 33739

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados RONALDO CEZAR COELHO, LUCIANO CASTRO, ÁTILA LINS, ALBÉRICO FILHO. 33740

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) – Apoio do orador ao recurso apresentado pelo Deputado Luciano Zica contra a aprovação, pela Comissão de Minas e Energia, do substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Lei nº 3.285, de 1992. 33740

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ LUIZ CLEROT, MAURO LOPES, JOSÉ CARLOS ALELUIA, ALBÉRICO CORDEIRO. 33740

SÍLVIO TORRES (Pela ordem) – Lançamento, em São Paulo, Estado de São Paulo, do Projeto Poupatempo, com a concentração de postos de órgãos públicos no prédio da Secretaria da Fazenda estadual, para melhor atendimento ao cidadão. 33740

JOÃO LEÃO – Questão de ordem sobre processo de eleição dos membros do Conselho da República..... 33741

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Resposta ao Deputado João Leão..... 33741

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Informação ao Plenário sobre coincidência do número de sobrecartas com o de votantes início do processo de apuração dos votos..... 33741

LUÍS EDUARDO (Pela ordem) – Sugestão à Mesa de anúncio dos votos um a um..... 33741

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Resposta ao Deputado Luís Eduardo..... 33741

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados ADROALDO STRECK, ELISEU RESENDE..... 33741

PEDRO WILSON (Pela ordem) – Presença do orador na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, integrando comitiva da Comissão de Direitos Humanos destinada a apurar a questão da violência. Transcurso do 64º aniversário de Goiânia, Estado de Goiás – 24 de outubro..... 33741

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado PEDRO HENRY..... 33742

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado JOSÉ ANÍBAL..... 33742

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, o Srs. Deputados PEDRO HENRY, CELSO RUSSOMANNO..... 33743

LUÍS EDUARDO (Pela ordem) – Solicitação à Mesa de recontagem dos votos..... 33743

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Resposta ao Deputado Luís Eduardo..... 33743

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Comunicação ao Plenário de não-atingimento, por qualquer dos candidatos, do número mínimo de votos exigido anúncio de oportuna realização de novo escrutínio..... 33743

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado RICARDO GOMYDE..... 33746

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado LUÍS EDUARDO..... 33746

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Reiteração de oportuna realização de novo escrutínio, com eleição do vencedor por maioria simples..... 33746

LUÍS EDUARDO (Pela ordem) – Indagação à Mesa sobre cômputo dos votos nulos para efeito de quorum..... 33746

PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Resposta ao Deputado Luís Eduardo..... 33746

Apresentação de proposições: NEIVA MOREIRA; ALEXANDRE CARDOSO; CESAR BANDEIRA E OUTROS; JAQUES WAGNER; FERNANDO GABEIRA; ARTHUR VIRGÍLIO; PEDRO LUÍS ALBUQUERQUE E INOCÊNCIO OLIVEIRA; ROBERTO ROCHA E OUTROS; CIDINHA CAMPOS; ARNALDO FARIA DE SÁ; ROBERTO PESSOA; NELSON HARTER; PAULO ROCHA; SALVADOR ZIMBALDI; DAVI ALVES SILVA; LUCIANO ZICA; INÁCIO ARRUDA E MATHEUS SCHMIDT..... 33746

VII – Encerramento

3 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Nomeação: Diana Soares Machado, Inaldo Barbosa Marinho Júnior, Lindaura Oliveira Guimarães Sousa..... 33773

COMISSÕES

4 – DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

a) Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, nº 20, em 22-10-97..... 33773

5 – MESA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

7 – COMISSÕES

SUPLEMENTO

Atas das Comissões Permanentes referentes ao mês de junho de 1997, sairão publicadas em suplemento a este **Diário.**

Ata da 188ª Sessão Solene, matutina, em 22 de outubro de 1997.

Presidência dos Srs.: Michel Temer, Presidente; Nelson Trad, Segundo Secretário.

I – ABERTURA DA SESSÃO
(10 HORAS E 14 MINUTOS)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) –

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. NELSON TRAD, 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. NILSON GIBSON, servindo como Primeiro Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 1.683-PFL/97

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que o Deputado Osmir Lima passa a integrar, como membro titular, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, em substituição ao Deputado Francisco Rodrigues.

Cordialmente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 1.690-L-PFL/97

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que a Deputada Vanessa Felippe passa a integrar, como membro suplente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em vaga existente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 1.692-L-PFL/97

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que a Deputada Vanessa Felippe passa a integrar, como membro titular, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em substituição à Deputada Maria Valadão.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 1.694-L-PFL/97

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Deputado Oscar Goldoni –PMDB/MS – para integrar, como membro titular, a Comissão de Viação e Transportes, em vaga existente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 1.696-L-PFL/97

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Deputado Antônio Jorge para integrar, como membro suplente, a Comissão de Agricultura e Política Rural, em vaga existente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 1.728-L-PFL/97

Brasília, 14 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Partido da Frente Liberal – PFL – que farão parte da Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 513-A, de 1997, do Deputado Marcelo Déda e Outros, que "Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal".

TITULARES

Deputado RAUL BELÉM
Deputado ANTÔNIO DOS SANTOS
Deputado JAIRO AZI
Deputado ANTÔNIO JORGE
Deputada DOLORES NUNES
Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA

SUPLENTES

Deputado LUIZ DURÃO
Deputado MAGNO BACELAR
Deputado NAN SOUZA
Deputado MAURO FECURY
Deputado JAIME FERNANDES FILHO
Deputado ADAUTO PEREIRA

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.736-L-PFL/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado João Ribeiro deixa de fazer parte, como membro suplente, da Comissão Especial com a finalidade de examinar o Projeto de Lei nº 3.633, de 1997, do Poder Executivo, que "Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências".

Indico para a referida vaga o Deputado Valdomiro Meger.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

Do Sr. Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, nos seguintes termos:

OF. PSDB/I/Nº 3.634/97

Brasília, 10 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Almino Affonso pelo Deputado Bonifácio de Andrada, como membro titular, na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 20-A, de 1995, do Senhor Deputado Eduardo Jorge e outros, que "estabelece o Parlamentarismo".

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF. PSDB/I/Nº 3.636/97

Brasília, 10 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Feu Rosa, como membro suplente, na Comissão Especial destinada ao "estudo das medidas legislativas que visem implementar, no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher". (Requerimento da Srª Deputada Marta Suplicy.)

Atenciosamente, – **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF. PSDB/I/Nº 3.672/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Deputado Nestor Duarte, como membro suplente, para integrar a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Atenciosamente, – **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF. PSDB/I/Nº 3.674/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Deputado Alberto Goldman, como membro suplente, para integrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Atenciosamente, – **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF. PSDB/I/Nº 3.676/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Domingos Leonelli pelo Deputado Alberto Goldman, como membro titular, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF. PSDB/I/Nº 3.679/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de providenciar o desligamento do Deputado Basílio Villani, como membro titular, da Comissão de Agricultura e Polícia Rural.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves,** Líder do PSDB.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

Do Sr. Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA, nos seguintes termos:

OF./GAB/I/Nº 922

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Oscar Goldoni deixa de integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Relações Exteriores.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 959

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Etevalda Grassi de Menezes passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão de Agricultura e Política Rural, e, na qualidade de Suplente, das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Seguridade Social e Família, em vagas existentes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 960

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Robson Tuma deixa de participar, na qualidade de suplente, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 961

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Francisco Rodrigues – PFL, deixa de participar, na qualidade de titular, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 962

Brasília, 9 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Maria Elvira deixa de participar, na qualidade de titular, da Comissão Especial "destinada ao estudo das medidas legislativas que visem implementar no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 966

Brasília 14 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Djalma de Almeida César passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 320-A, de 1996, que "acrescenta alínea **d** ao inciso II do art. 105 da Constituição Federal", em substituição ao Deputado Gilvan Freire.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 967

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Asdrubal Bentes passa a integrar, na condição de suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 14-A, de 1995, que "dispõe sobre o período de funcio-

namento do Congresso Nacional", em substituição ao Deputado Robson Tuma.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 968

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Gilvan Freire deixa de constar da relação dos Deputados que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 368-A, de 1996, do Poder Executivo, que "atribui competência à Justiça Federal para julgar os crimes praticados contra os direitos humanos".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 969

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado José Pinotti deixa de constar da relação dos Deputados que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Sistema Único de Saúde – SUS, (Requerimento de CPI nº 7, de 1995 – Deputado Ubaldino Júnior e Outros).

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 970

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado João Almeida deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 43-A, de 1995, que "dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 971

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado João Almeida deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1995, que "dá nova redação ao art. 14, §§ 1º e 2º e acrescenta inciso".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 972

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Anibal Gomes deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.673, de 1966, que "autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, doar a Estados, Municípios e outras entidades públicas, os açudes que especifica".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 973

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marisa Serrano deixa de integrar, na condição de Suplente, a Comissão Especial "destinada ao estudo das medidas legislativas que visem implementar no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 974

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jurandyr Paixão deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a examinar os projetos de lei, em trâmite nesta Casa, que versam sobre matérias relativas ao Sistema Financeiro Nacional, regulamentadoras do art. 192 da Constituição Federal.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 975

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marisa Serrano deixa de participar, na condição de titular, da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 370-A, de 1996, do Poder Executivo, que "modifica o art. 207 da Constituição Federal".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 976

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Gilvan Freire deixa de participar, na condição de titular, da Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 89-A, de 1995, do Deputado Nicias Ribeiro, que "dá nova redação ao inciso IV do artigo 29 da Constituição Federal" (número de vereadores).

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 977

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Aloysio Nunes Ferreira e Marisa Serrano deixam de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.430/90, do Senado Federal, que "altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências", bem como a seus apensados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 995

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA que comporão a Comissão Externa para propor medidas preventivas que possam atenuar os efeitos do fenômeno EL Niño em todo o País.

TITULARES

EDISON ANDRINO

HENRIQUE EDUARDO ALVES

SUPLENTE

WILSON CIGNACHI

Outrossim, informo-lhe que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

OF/GAB/I/Nº 998

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a indicação do nome do Deputado Confúcio Moura para participar do Grupo

de Trabalho com o objetivo de acompanhar as situações de conflito agrário que vêm ocorrendo no País.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de distinta consideração – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

OF/GAB/I/Nº 1.001

Brasília, 16 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Ary Kara e Gilvan Freire deixam de integrar na condição de titular, a Comissão Especial destinada a apreciar a proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, que "introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 1.002

Brasília, 16 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marçal Filho deixa de integrar, na condição de titular, a Comissão Especial "com o objetivo de acompanhar e participar da discussão para implementação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 1.003

Brasília, 16 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Robson Tuma deixa de integrar a Comissão Especial com a "finalidade de examinar a questão da segurança pública do País, com a faculdade de, ao final, oferecer proposições versando sobre o assunto, para tramitação no âmbito da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

Do Sr. Deputado Neiva Moreira, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB, nos seguintes termos:

Ofício nº 105/97

Brasília, 6 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Haroldo Lima (PCdoB), para integrar como membro suplente em substituição ao Senhor Deputado Lindberg Farias, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1991, que "introduz modificações na estrutura policial".

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira,** Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

Ofício nº 107/97

Brasília, 6 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Ricardo Gomyde (PCdoB), para integrar como membro titular e em substituição ao Senhor Deputado Lindberg Farias, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 370-A, de 1996, que trata da "autonomia das universidades".

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira,** Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer,** Presidente.

Ofício nº 109/97

Brasília, 6 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Aldo Arantes (PCdoB), para integrar como membro suplente a Comissão

Permanente de Educação em substituição ao Senhor Deputado Lindberg Farias.

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 111/97

Brasília, 8 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Luiz Gushiken (PT/SP) para integrar, como membro suplente, a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 20-A/95, que "estabelece o Parlamentarismo".

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 115/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Parlamentares Sandra Starling (PT/MG), Ivan Valente (PT/SP), como membros titulares, e o Senhor Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), como membro suplente, para integrarem o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

Do Sr. Deputado Odelmo Leão, nos seguintes termos:

Ofício nº 725/97

Brasília, 14 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Cunha Bueno como titular, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 20-A, de 1995, do Deputado Eduardo Jorge e outros, que "estabelece o Parlamentarismo".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 729/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Adhemar de Barros Filho e Jair Soares como suplentes, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.159, de 1995, do senhor Deputado Arlindo Chinaglia, que "altera dispositivos da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol; e da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências", e a seus apensados Projetos de Lei nº 2.437, de 1996 e Projeto de Lei nº 3.633, de 1997.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 730/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Em aditamento ao ofício nº 687/97 desta Liderança, indico a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Jair Soares como titular, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 20-A, de 1995, do Deputado Eduardo Jorge e outros, que "estabelece o Parlamentarismo", tornando sem efeito a indicação anteriormente feita.

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

Do Sr. Deputado Paulo Heslander, Líder do PTB, nos seguintes termos:

Ofício nº 262/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, os Senhores Deputados Vicente Cascione

(PTB – SP) e Rodrigues Palma (PTB – MT), para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 513-A, de 1997, que "acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal".

Na oportunidade renovo a V. Exª protestos de consideração e estima. – Deputado **Paulo Heslander**, Líder do PTB.

Do Sr. Deputado Alexandre Cardoso, Líder do PSB, nos seguintes termos:

OF/A/PSB/168/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Deputado Gervásio Oliveira, deixará de integrar, como membro titular, a Comissão de Direitos Humanos.

Atenciosamente, Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/A/PSB/169/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação do Deputado Gilvan Freire para ocupar a vaga de titular na Comissão de Direitos Humanos.

Atenciosamente, Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder.

Defiro.

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/A/PSB/170/97

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Gilvan Freire (titular) e Pedro Valadares (suplente) como membros da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 513-A, de 1997, do Senhor Deputado Marcelo Déda e outros, que "Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal."

Atenciosamente, Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder.

Do Sr. Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, nos seguintes termos:

Of. nº 236/97-LPL

Brasília, 15 de outubro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exª os Deputados Eujácio Simões, como titular, e Wellington Fagundes, como suplente, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 513-A, de 1997, do Senhor Deputado Marcelo Déda e outros, que "Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal".

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

Do Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, nos seguintes termos:

Of. P-nº 136/97

Brasília, 1º de outubro de 1997

Senhor Presidente:

Nos termos do disposto no art. 164, I, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que declarei prejudicado o Projeto de Lei nº 2.231/96, da Srª Socorro Gomes que "dá nova redação ao artigo 25 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências".

Cordiais saudações, Deputado **Luiz Carlos Hauly**, Presidente.

Do Sr. Deputado José Maurício, nos seguintes termos:

Of. nº 181/97

Brasília, 7 de outubro de 1997

Senhor Presidente:

De acordo com o inciso V do art. 114 do Regimento Interno desta Casa, solicito de V. Exª, seja retirado de tramitação o Requerimento de Informações nº 2.818/97.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente, Deputado **José Maurício.**

Defiro a retirada (art. 114, inciso V, do RICD).

Em 22-10-97. – **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Esta sessão solene destina-se a homenagear o centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil.

O autor da proposição é o nobre Deputado Nelson Marchezan.

Para dar início aos trabalhos, convido para compor a Mesa o Irmão Antônio Carlos Ramalho, Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil. (Palmas.); Irmão Paulo Antônio Forster Ramos, Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília. (Palmas.); Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, na França, da Província Fundadora dos Irmãos Maristas. (Palmas.)

Anuncio a presença do Coral do Colégio Marista do Brasil, que, ao início destes trabalhos, executará um número musical.

(Apresentação do coral.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Dando seqüência aos trabalhos desta sessão solene e antes de chamar o Deputado Nelson Marchezan, autor da proposta, para fazer seu pronunciamento, esta Presidência quer dirigir breves palavras de saudação aos Irmãos Maristas do Brasil, recordando que o Brasil muito deve às ordens religiosas desde o instante em que aportaram em terras do Brasil. Os jesuítas, que foram o primeiro exemplo, ajudaram a criar uma mentalidade religiosa no País e colaboraram intensamente para o ensino religioso. Vieram os Irmãos Maristas e aqui lembro o nome de Marcelino Champagnat e, num pequeno núcleo de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, expandiram-se, ao ponto de hoje contarem, no ensino, em suas respectivas áreas, com mais de 100 mil alunos e mais de 6 mil professores. Hoje, os Irmãos Maristas podem comemorar seu centenário com a tranqüilidade de quem produziu muito pelo País. O ensino das ordens religiósas, voltadas não apenas para a preocupação religiosa, mas para a formação moral, ética, de comportamento, é exemplo dado pelos Irmãos Maristas a todos aqueles que militam no setor educacional. Hoje, presentes como se acham em cursos superiores, ao longo estendem do primário, secundário, 1º e 2º graus, para o ensino superior esses mesmos conceitos tão necessários e indispensáveis à Nação brasileira.

A Presidência da Casa e a Mesa Diretora, ao receberem do nobre Deputado Nelson Marchezan a proposta e o pleito de sessão solene de homenagem ao centenário desta ordem dos Irmãos Maristas, deferiram o pleito com a convicção de que o gesto de homenagem que esta Casa do povo faz aos Irmãos Maristas há de repercutir em toda a nacionalidade, de molde a que todos se voltem e se lembrem do exemplo que os Irmãos Maristas com o ensino propagado e difundido pelos Irmãos Maristas realizam pelo País.

Em nome da Câmara dos Deputados, quero agradecer o trabalho que os senhores prestaram ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao autor do requerimento de homenagem, nobre Deputado Nelson Marchezan.

Com a licença de S. Exa., já que lhe dei a palavra, desejo antes registrar que logo a seguir presidirá esta sessão o ilustre membro da Mesa, Deputado Nelson Trad, que é Irmão Marista. Este é um registro que eu não poderia deixar de fazer.

Tem a palavra o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) – Srs. membros da Mesa, Irmão Antônio Carlos Ramalho, Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil; Irmão Paulo Antônio Forster Ramos, Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília e representante dos Irmãos Maristas do Brasil; Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, da Província fundadora dos Irmãos Maristas, quero também saudar os demais provinciais, Irmão Gentil Paganoto, da Província do Rio de Janeiro; Irmão Carlos Wielganczuk, da Província de São Paulo; Irmão Pedro João Wolter, da Província de Santa Catarina, Irmão Antônio José da Silva, da Província de Porto Alegre; Irmão Dealmo Valentin Lunkes, da Província de Santa Maria. Se me permitem, saúdo os demais membros da direção do Colégio de Brasília: Irmão Marcos Teixeira, Vice-Diretor do 2º Grau; Profª Amábile Aparecida Pacios de Andrade, Diretora Adjunta do 2º Grau; Prof. Clarindo Bravin, Diretor Adjunto do 1º Grau; Prof. Hélio Mudesto Espindola do Prado, Diretor Administrativo. Saúdo também a presença muito honrosa de Hermírio Sotero Neto, Presidente da Associação de ex-Alunos; da Profª Deise Leão Coelho Berquó, Vice-Presidente da Associação de ex-Alunos. Saúdo a Direção do Colégio Marista João Paulo II, da Asa Norte: Irmão Arlindo Corrent, Irmão Silvino Susin e Irmão Ivan Ranzzin. Saúdo a Direção do Colégio Marista Champagnat: Irmão Achylles Scapin, Irmão Afonso Haus, Irmão Luiz Antunes e Irmão Itaici de Vasconcelos Sobral. Saúdo, igualmente, a Direção de Porto Alegre: Irmão Antônio José da Silva, Irmão da Província Ma-

rista; Irmão Francisco José Ruzzarin, Procurador da Província. Saúdo com particular atenção a Província de Santa Maria, minha cidade: Irmão Christiano Bernardi, Irmão Heitor Scomazzon, Irmão Lodovino Marin e Irmão Dionísio Balestrin. Desejo saudar os demais professores, alunos, Parlamentares, pessoas gratas que nos honram nesta sessão especial que aqui realizamos, primeiro sob a Presidência desta Casa, Deputado Michel Temer, e agora do membro da Mesa, Deputado Nelson Trad.

A homenagem que esta Casa presta hoje à Congregação dos Irmãos Maristas por seu primeiro centenário de atuação no Brasil é mais do que oportuna. Trata-se de justo e inescusável reconhecimento do importante papel desempenhado por essa instituição na história educacional do País.

Nas dez décadas de presença entre nós, os Irmãos Maristas montaram uma sólida e abrangente estrutura, equipada para oferecer educação do mais alto nível aos jovens brasileiros. Suas 85 escolas e três universidades abrigam 102 mil e 300 alunos e empregam 6 mil e 800 professores, além de 4 mil e 200 funcionários. Os 600 Irmãos Maristas dirigem 35 obras sociais, sob a forma de creches ou várias outras obras de caráter social, pastoral ou religioso, inúmeras obras de formação, além de três emissoras de televisão, quatro editoras, entre as quais a conhecida FTD, e sete emissoras de rádio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhoras, prezados estudantes, é gratificante saber que toda essa poderosa estrutura existe para praticar o ensino comprometido com valores éticos e cristãos. Sabemos que educar, afinal, não é a mera transmissão de informações, mas pressupõe a formação integral do caráter dos jovens estudantes, a fim de que possam, um dia, com integridade e sabedoria, aplicar os conhecimentos recebidos. Em outras palavras, é o ensino que ajuda as pessoas a enfrentar os problemas da vida e resolvê-los.

Foi com esse nobre objetivo que o fundador da obra Marista, o sacerdote francês Marcelino Champagnat, fundou a Congregação em janeiro de 1817, na pequena povoação de La Valla, perto da cidade de Lyon. A França pós-revolucionária enfrentava todo tipo de dificuldades, e Champagnat vislumbrava na educação o único instrumento capaz de combater a miséria do corpo e do espírito. Consta, aliás, que Marcelino Champagnat se tocou por esta obra quando assistia um jovem de dezessete anos morrendo analfabeto, sem poder ler ou se expressar. Foi aí que Champagnat, dinâmico e ousado, abriu a primeira escola na companhia de apenas dois seguidores. Em pouco tempo, porém, a iniciativa cativou a juventude e não faltaram candidatos a se engajar no projeto. Esses jovens eram rapidamente treinados para assumir as aulas, e logo as Escolas Maristas se multiplicaram por toda a França.

Quando Champagnat faleceu, 23 anos após a fundação da primeira Escola Marista, a Congregação reunia 280 irmãos no comando de 47 escolas, responsáveis pela educação de 7 mil alunos. Naquela época, o sonho do educador francês já ganhara vida própria, e suas escolas continuaram a proliferar com grande rapidez, logo ultrapassando as fronteiras européias.

Em 15 de outubro de 1897, chegaram ao Brasil os primeiros Irmãos Maristas, tendo como projeto trabalhar na educação da juventude brasileira. O projeto, a princípio conservador, aos poucos tornou-se inovador, atualizando-se para corresponder aos anseios das gerações que foram surgindo. Superando dificuldades, suas escolas foram-se disseminando pelo Brasil. Algumas, é verdade, feneceram, muitas se desenvolveram e outras acabaram até sendo berço de universidades. E não há quem não respeite e admire a instituição Marista em nosso País.

Hoje, a grande família Marista está presente em oitenta países espalhados pelos cinco continentes do Planeta, congregando corações e mentes das mais diversas culturas num mesmo ideal de solidariedade, justiça, fraternidade e humanismo, tarefa em que é importante observar alguns Irmãos Maristas chegaram a empenhar a própria vida.

Em mais de uma ocasião, membros da Congregação foram mortos no exercício de suas atividades. Isto aconteceu na China, em 1900; na Espanha, em 1936; e, mais recentemente, em 1996, em Ruanda, onde quatro membros da Congregação que trabalhavam nos campos de refugiados acabaram sendo executados.

É admirável, Sras. e Srs. Deputados, que, quase dois séculos após o surgimento da primeira Escola Marista, milhares de educadores continuem rigorosamente fiéis aos ideais de Marcelino Champagnat, observando no ensino que praticam cada uma das virtudes pregadas pelo sacerdote francês.

Causa-me profunda impressão constatar que os aforismos de Champagnat são mantidos vivos e respeitados pelos membros da Congregação, constituindo verdadeira bússola a orientar o desenvolvimento dessa obra tão grande e tão bela. Afirmações como "Para educar uma criança é preciso amá-la", "Todas as dioceses do mundo entram em nossas cogitações" ou "Não posso ver uma criança sem de-

sejar ensinar-lhe as verdades da religião" constituem o cerne filosófico que alimenta e revigora continuamente a mística marista.

Considero surpreendente, ainda, que ao longo de tantos anos o ensino oferecido pela congregação tenha-se mantido sempre afinado com o que há de mais avançado em matéria de educação, oferecendo a seus alunos a chance e a oportunidade de uma excelente adaptação às rápidas mudanças observadas no mundo. Nas instituições que criaram e dirigem, são estimuladas habilidades cada vez mais prezadas no mundo contemporâneo, como o espírito de iniciativa, a capacidade de encontrar soluções para novos e velhos problemas e o espírito de liderança.

A absoluta coerência entre palavras e gestos, qualidade tão rara em nosso tempo, é outra das marcas da educação praticada pelos seguidores de Champagnat. Os ensinamentos morais transmitidos por esses educadores são vivenciados por eles com ardor e entusiasmo e, portanto, jamais soam aos ouvidos dos jovens uma retórica vazia e desprovida de sentido. Permanecem, ao contrário, indelevelmente gravados no coração agradecido de seus discípulos.

Sinto-me, pois, muito à vontade para fazer essas afirmações, porque sou ex-aluno de uma instituição que relembro com muito orgulho, o meu querido Colégio de Santa Maria, em Santa Maria. Lá concluí o curso ginasial e o de Técnico em Contabilidade, correspondente ao 2º grau, e lá fiz a Faculdade de Direito.

Durante esses anos de intenso e rico convívio com os Irmãos Maristas, com seus mestres, vivi experiências que tornaram a educação deles recebida uma referência fundamental em minha vida. E a minha admiração não fica somente no discurso, por mais sincero que seja; tive a honra de matricular todos os meus filhos no Colégio Marista, e um deles ainda é aluno dos Irmãos Maristas.

Com prazer ouço o aparte do nobre Deputado Odacir Klein.

O Sr. Odacir Klein – Nobre Deputado Nelson Marchezan, inicialmente quero cumprimentá-lo por esta iniciativa feliz de homenagear os Irmãos Maristas. Todos sabemos da importância desta congregação no que diz respeito à educação no Brasil. Há alguns anos, não fosse a presença dos Irmãos Maristas, não teríamos por todo o território nacional a presença forte de educadores. Na época, o Poder Público não tinha condições de garantir a educação, assim como não havia condições de outras áreas também laborarem no desenvolvimento educacional. Os Irmãos Maristas agiram de forma a que muitas gerações tivessem a oportunidade de receber um ensino de formação humanística e religiosa, um ensino não apenas para saber, mas um ensino para servir. Fui aluno durante alguns anos de Colégio Marista, desde o curso de admissão ao final do curso de Técnico em Contabilidade; posteriormente, fui por muitos anos professor em colégio de Irmãos Maristas no curso de Técnico em Contabilidade. Sei o que fizeram os Irmãos Maristas pela educação neste País e, por isso, cumprimento V. Exª pela feliz iniciativa de prestar esta homenagem.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Muito grato, Deputado Odacir Klein, pelo aparte com que V. Exª me honra. Incorporo-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer, aliás, Deputado Odacir Klein, que esta Casa já prestou muitas homenagens a figuras ilustres, a empresas importantes, aos mais variados homens e mulheres que se destacaram neste País por suas obras. Mas certamente muito poucas têm a importância, o significado e a oportunidade desta, porque aqui não se homenageia uma empresa que fez sucesso, gerando empregos, faturando lucros, construindo prédios, mas uma congregação que se dedicou a uma obra que é mais importante do que construir prédios, ter lucros e sucesso: à juventude, à educação, esta coisa extraordinária que é o único caminho para melhorar a qualidade de vida do povo, para fazer crescer a comunidade, para fazer um homem realizar-se, como V. Exª disse, com os conhecimentos humaníssimos. O que são os conhecimentos humaníssimos, senão a pregação constante, por meio do homem, para melhorar a sociedade, para que a sociedade seja mais justa, tenha mais paz, mais tranqüilidade, mais justiça, mais distribuição da riqueza? E como fazer a distribuição da riqueza, melhorar nossa vida, senão pela educação, o único e indispensável caminho que liberta o homem e a mulher para novas caminhadas no mundo, para modificá-lo e construí-lo melhor?

Quero repetir aqui o que certa vez ouvi: perguntado sobre o que estava fazendo, um operário respondeu que estava quebrando uma pedra; outro afirmou que estava ganhando o pão para sustentar sua família, que precisava desse trabalho; e o terceiro disse que estava construindo uma catedral. Pois bem, penso que os Irmãos Maristas ajudam a construir aqueles que constroem as catedrais.

São os Irmãos Maristas que, dedicando-se à juventude, espalham catedrais por este mundo afora, ou será que o homem e a mulher não são as mais importantes catedrais que Deus construiu? Não são estes que as edificam? Se admiramos as cate-

drais, maior ainda é admirar quem as faz e mais ainda quem se dedica a burilar os que as constroem.

Acabou de falar nosso Presidente, Deputado Michel Temer, falo eu e falarão muitos Srs. Deputados em nome das diversas bancadas. Irmãos Maristas, está se manifestando o Congresso Nacional para dizer que não concebemos o Brasil sem a obra extraordinária que realizam, ela está inserida na nossa História.

Os Irmãos Maristas estão influindo para que este País chegue mais rápido àqueles objetivos que almejamos: uma sociedade desenvolvida, justa, em paz e com tranqüilidade. Nesta tarefa, os Maristas escreveram seu nome na história do Brasil.

Por isso, em nome, tenho certeza, do Brasil, esta Câmara dos Deputados lhes dá os parabéns pelos cem anos de existência que venham muitos outros centenários , mas sobretudo recebam nosso muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Nelson Marchezan, o Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Trad, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – A Mesa convida o nobre Deputado Nelson Marchezan a fazer parte da Mesa Diretora dos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Horta, pelo Partido da Frente Liberal. S. Exa. disporá de até sete minutos.

O SR. FRANCISCO HORTA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Irmão Antônio Carlos Ramalho, Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil; Irmão Paulo Antônio Forster Ramos, representando os Irmãos Maristas do Brasil e Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília; Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, da França, da Província fundadora dos Irmãos Maristas, demais Irmãos Maristas aqui mencionados, minhas senhoras e meus senhores, alunos maristas de Brasília, que hoje enfeitam este plenário, Sras. e Srs. Deputados, em 1997 comemoram-se os cem anos da admirável obra marista em favor da educação brasileira. No dia 15 de outubro de 1897, chegavam a Congonhas do Campo, Minas Gerais, os irmãos Basílio, Aluísio, Afonso Estêvão, Luís Anastácio, João Alexandre e Júlio Andrônico, que vinham plantar a semente cultivada com tanto desvelo por Marcelino Champagnat, que consagraria toda sua vida à formação dos jovens. Por feliz coincidência, foi em solo mineiro que os Maristas começaram a trabalhar, sob a inspiração dos profetas de Aleijadinho, em meio à tradição histórica e à riqueza cultural da terra que me dá o privilégio e a honra de representá-la neste Parlamento. A homenagem com que a Câmara dos Deputados festeja o centenário dos Maristas no Brasil dá voz à gratidão e ao reconhecimento que lhes consagra o povo brasileiro, pelo amor e pelo entusiasmo com que se põem a serviço da nossa juventude.

Nascido na França em 1789, quando se escutavam os fragores da Revolução que daria novo rumo à história das nações, Marcelino Champagnat impressiona pelos conceitos que, já naquele tempo, faziam um educador moderno, um pedagogo avançado, um professor à frente da sua própria época. "É impossível educar uma criança sem que não a respeitemos", afirmava aos primeiros irmãos da comunidade marista. "Educar o jovem é, antes de tudo, dar-lhe amor e conquistar-lhe a confiança", dizia, ao tempo em que nas escolas prevaleciam a repressão e a intolerância. "As virtudes não se alcançam sem esforço, os defeitos não se corrigem sem luta", lembrava às crianças que lhes recebiam a lição. "Escola e família são complementares e devem trabalhar de pleno acordo", declarava com toda a convicção, séculos antes do que hoje defendem os manuais de pedagogia.

Escola e família esses os dois grandes valores da educação marista, os dois vastos campos em que atuam os herdeiros de Champagnat. Sintonizados com o tempo e com o mundo em que vivem, os Irmãos perceberam, há décadas, o que só agora se desvenda à maioria das pessoas: que a escola e a família são instituições em crise, merecedoras, portanto, de atenção e apoio. Não por outra razão, foi a família o tema a que mais atenção dedicou o Papa João Paulo II, em sua recente viagem ao Brasil.

Sabedores das dificuldades que afrontam a estrutura familiar, os Irmãos Maristas juntam a transmissão de conhecimentos à consolidação moral, aliam o aprimoramento do intelecto à formação religiosa, somam a ampliação da cultura ao aperfeiçoamento ético. Cônscios, desde sempre, de que educar é muito mais partilhar do que impor, compreender do que aprender, dialogar do que ensinar, segundos os alicerces em que se fundamenta o processo educativo da Ordem: enaltecer o espírito de família, valorizar a autenticidade e a simplicidade, promover o espírito de trabalho e reconhecer a dimensão transcendental de cunho mariano.

Assim, sob o exemplo de Champagnat e a proteção de Maria, esses admiráveis mestres se fazem presentes hoje em oitenta países dos cinco continentes. No universo marista, orgulhamo-nos da pri-

meira colocação do Brasil em número de alunos e da segunda em número de Irmãos: : são 102 mil alunos, 600 irmãos, 6 mil e 800 professores e 4 mil e 200 funcionários, que se distribuem por 65 escolas agrupadas em seis províncias regionais. Acrescentem-se a essa organização três universidades, três emissoras de televisão, sete estações de rádio e quatro editoras.

Maior do que o patrimônio material é, porém, o devotamento dos Irmãos, o arrojo com que trabalham, a fé com que crêem na mocidade e no futuro grandioso a que nos destinamos. Recebam, pois, os Maristas brasileiros a saudação do Partido da Frente Liberal pelos cem anos de esforço e de luta em favor de um Brasil mais próspero, mais feliz e mais cristão.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – A Mesa registra as presenças das seguintes autoridades, saudando-as: Irmão Gentil Paganoto, representando a Provincial do Rio de Janeiro; Irmão Carlos Wielganczuk, representando a Provincial de São Paulo; Irmão Roque Brugnara, representando a Provincial de Santa Catarina; Irmão Antônio José da Silva, representante da Provincial de Porto Alegre; Irmão Heitor Pedro Scomazzon, representando a Provincial de Santa Maria; Irmão José Ewaldo Neis, representando o Secretariado Interprovincial Marista; Irmão José Wilson Souza, Vice-Provincial da Província Marista do Brasil Norte; Irmão Marcos Teixeira, Vice-Diretor do 2º Grau do Colégio Marista do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Freire Júnior, pelo Bloco Parlamentar PMBD/PSD/PSL/Prona, que disporá de sete minutos para proferir sua oração.

O SR. FREIRE JÚNIOR (Bloco/PMDB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Nelson Trad, a quem, nesta oportunidade, o Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, presta justa e merecida homenagem, permitindo que esta sessão seja presidida por V. Exª

Quero cumprimentar os Irmãos Antônio Carlos Ramalho, digno Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil; Paulo Antônio Forster Ramos, Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília e representante dos Irmãos Maristas do Brasil. Em sua pessoa, cumprimento os demais Irmãos Maristas e diretores de outros colégios por este Brasil afora.

Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Professores, alunas e alunos do Colégio Marista que emprestam a este plenário, quase sempre sisudo, um colorido todo especial, alegram e enchem de cor e de vida este recinto onde debatemos e discutimos questões da maior relevância para nosso País e para o futuro que pertence a vocês.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, educar não é só transmitir às novas gerações conhecimentos técnicos e científicos, mas, especialmente, cultivar, nos jovens e nas crianças, a formação de uma base moral e ética que lhes permita utilizar os conhecimentos adquiridos. Hoje, quando nos reunimos aqui para comemorar o centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil, quero agradecer a todos os membros desta Congregação por seu admirável trabalho como verdadeiros educadores no sentido mais nobre e profundo da palavra.

Entre nós estão muitos ex-alunos maristas que tiveram o privilégio de experimentar o padrão de educação praticado nas instituições maristas. Eu, embora nunca tenha passado por um colégio da Congregação, conheci o estilo desses educadores, pois algumas de minhas irmãs e diversos sobrinhos e sobrinhas estudaram em colégios dirigidos por eles. Hoje, duas de minhas irmãs são professoras do Colégio Marista, em Brasília.

Sempre me chamou a atenção o entusiasmo com que minhas irmãs participavam das diversas atividades educacionais desenvolvidas pela escola. Isso revela como os maristas conseguem aliar a transmissão do conhecimento, a disciplina e a seriedade ao prazer e à alegria na árdua tarefa de ensinar.

Essa é uma das características mais marcantes do ensino praticado pela congregação, e talvez explique por que a grande maioria dos ex-alunos maristas continua ligada à instituição em que estudou por muitos anos, às vezes por toda a vida.

Ouço, com prazer, o aparte de meu Líder, nobre amigo e companheiro, Deputado Geddel Vieira Lima.

O Sr. Geddel Vieira Lima – Deputado Freire Júnior, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta sessão tem significado muito especial para mim, porque vejo que a Câmara, onde estão os representantes do povo brasileiro, mais uma vez mostra que está em consonância com os maiores sentimentos desta Nação ao homenagear a congregação dos Irmãos Maristas. E especial para mim também, Deputado Freire Júnior, porque descubro nesta sessão que V. Exª um Parlamentar dos mais inteligentes desta Casa, com atuação permanente neste plenário tem pelo menos um motivo para me invejar: inicialmente, fui aluno do Colégio Marista, em Salvador, e, depois, em Brasília. Foi no Marista que consegui mi-

nha formação cristã; no Marista tive as primeira lições, sobretudo no campo cultural, forjei minha educação e criei condições para, no primeiro vestibular que prestei, ser aprovado. Enfim, foi no Colégio Marista, de grandes recordações, que conheci os grandes amigos que cultivo até hoje. Lembro-me, portanto, ainda em Salvador, de figuras como o Irmão Achylles Scapin, o Prof. Pedro, o Irmão Chico e tantos outros que tiveram participação fundamental na minha formação, na formação dos meus irmãos e que fizeram com que descobríssemos a verdadeira fé cristã, a necessidade de mantermos valores como os da família, da preservação dos amigos, da educação. Enfim, tudo que faz com que hoje eu profira esse pequeno aparte de forma emocionada e convencido de que a Câmara dos Deputados acertou nesta iniciativa. Congratulo-me, portanto, com V. Exª pelo discurso que faz em nome do Bloco encabeçado pelo PMDB e deixo minha palavra de esperança a essas gerações mais novas, a esses garotos que vejo aqui, ciente de que os Colégios Maristas continuarão formando, como já fez no passado, uma geração de brasileiros para contribuir efetivamente para o engrandecimento do Brasil. Parabéns, Deputado Freire Júnior, pelo discurso; parabéns, Câmara dos Deputados, pela iniciativa de homenagear a congregação Marista, que tem tantos serviços prestados à nossa Nação. (Palmas.)

O SR. FREIRE JÚNIOR – Obrigado, meu Líder Geddel Vieira Lima. Incorporo com prazer e alegria o aparte com que V. Exª abrilhanta meu modesto discurso.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Sarney Filho.

O Sr. Sarney Filho – Nobre Deputado, é com grande alegria e indisfarçável emoção que participo desta homenagem que a Câmara Federal faz à Congregação Marista. Também fui aluno do Colégio Marista em São Luís, Maranhão, e aqui em Brasília. Foi lá que aprendi não somente o saber da escola, mas também o comportamento e a integridade moral que os Irmãos Maristas passam a seus alunos. Portanto, eu gostaria de parabenizar a Congregação Marista e dizer que é muito importante que a Câmara tenha este reconhecimento, porque ele significa, na realidade, a gratidão não somente daqueles que foram, assim como eu, alunos do Colégio Marista, mas a gratidão do povo brasileiro, que, como um todo, é beneficiário das inúmeras gerações de homens e mulheres competentes que saíram dos bancos do Colégio Marista. Agradeço a V. Exª o aparte que me concedeu. Sinto-me honrado em poder participar desta homenagem. (Palmas.)

O SR. FREIRE JÚNIOR – Com alegria, incorporo ao meu pronunciamento o aparte do nobre Deputado Sarney Filho.

Ouço a amiga e Deputada Rita Camata.

A Sra. Rita Camata – Sr. Presidente, nobre companheiro Freire Júnior, quero registrar meus cumprimentos a V. Exª, atuante representante do povo de Tocantins, que hoje fala em nome do nosso Partido, o PMDB. Irmãos Maristas presentes, educadores que participam desta sessão, estudantes do Colégio Marista, é uma satisfação muito grande ver este Plenário repleto de pessoas comprometidas com a educação, com o saber, e com os princípios básicos da família. Eu venho de uma família do interior, uma família de dez filhos, onde sou uma das mais novas, e a principal preocupação de meus pais era de nos deixar como herança a educação. Naquele tempo, não havia como termos acesso à educação, senão por intermédio da Congregação Marista, dos Salesianos, e colégios confessionais, religiosos. E na minha família oito irmãos passaram por essa formação, tão importante e fundamental na vida de um ser humano. Portanto, meu aparte é não apenas para me congratular com o discurso que V. Exª faz, mas também pela realização da sessão de hoje, proposta pelo Deputado Nelson Marchezan, que sem dúvida nenhuma registra nossa gratidão para com a Congregação Marista pelo muito que tem proporcionado aos nossos irmãos, nossos jovens, pela formação cristã, humanista, fazendo com que a família seja o instrumento mais importante para alcançarmos uma sociedade justa e fraterna. Quero nesta oportunidade, Deputado Freire Júnior, dizer da minha satisfação, prestar o agradecimento aos trabalhos realizados pelos irmãos Maristas. No Espírito Santo temos os Colégios Marista em Vila Velha e Colatina, e podemos presenciar muito de perto a atuação da congregação em suas obras de assistência social. A juventude também está presente como parte importante da Congregação. Eu mesma tenho um colega de ginásio e científico que hoje é irmão marista, o Vicente Falqueto, que está em Belo Horizonte e ainda ontem me telefonou. Jovem companheiro que me informou sobre a promoção de um grande evento a ser realizado no próximo ano pelo Colégio Marista, que será o Julgamento Público em Defesa da Criança e do Adolescente. A Congregação Marista estende a mão não só aos jovens que estão sob sua formação religiosa, mas também àqueles jovens que não tiveram oportunidade de acesso à educação, chamando-os a serem cidadãos respeitados, garantindo-lhes o presente para terem a

certeza do futuro. Neste momento de comemoração dos 100 anos da presença dos Maristas entre nós, também faço uma homenagem aos mais antigos no meio Marista, na pessoa do Irmão Zeno José Camata, que posteriormente devido a mudança na congregação, passou a Irmão Ângelo José, que, aliás, Deputado Freire Júnior, foi o fundador da prelazia de Porto Nacional, em seu Estado, que foi também professor em Goiânia, e hoje com mais de 80 anos, continua se dedicando à nobre função que é educar nossos jovens, sendo o responsável pela biblioteca do Colégio São José em Mendes, no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, parabenizo mais uma vez V. Exª pelo pronunciamento e principalmente essa grande Congregação Marista. Que esses 100 anos sejam abençoados e por muitos outros anos possamos contar com suas boas contribuições à sociedade brasileira. (Palmas.)

O SR. FREIRE JÚNIOR – Nobre Deputada Rita Camata, o depoimento de V. Exª, que incorporo com muito orgulho ao meu pronunciamento, é um testemunho vivo de quem, como a nobre Deputada., tem pautado sua vida pública e os mandatos parlamentares que o povo capixaba lhe conferiu sempre em defesa das crianças e dos adolescentes de nosso País. Agradeço a V. Exª as palavras.

Prossigo, Sr. Presidente. Como brasileiro e como representante do Estado de Tocantins, o mais novo Estado da Federação, fico muito feliz com a chegada do Colégio Marista em Palmas, Capital do meu Estado. A inauguração está prevista para o início do próximo ano, 1998. Estou certo de que centenas de jovens tocantinenses aguardam ansiosos a oportunidade de se juntarem aos outros 102 mil alunos da grande família marista no Brasil.

Quero aproveitar esta oportunidade para prestar homenagem especial ao fundador desta obra social, o educador Marcelino Champagnat, que no ano de 1817 abriu a primeira escola marista em Marlhes, na França. Provavelmente ele jamais sonhou que sua obra atingiria tamanha dimensão.

E se hoje a educação marista alcança o jovem de regiões tão longínquas como as Ilhas Fiji, no Oceano Pacífico, a República do Chade, na África, ou o Haiti, a Nicarágua e a Guatemala, na América Central, isso, sem dúvida alguma, se deve ao entusiasmo e ao amor à causa que Champagnat transmitiu a seus dedicados seguidores.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as influências recíprocas entre os povos acontecem com rapidez e intensidade jamais antes experimentadas pela humanidade, é muito bom saber que a obra dos Irmãos Maristas está difundida e firmemente enraizada nos cinco continentes do planeta.

Pois se existe neste mundo, Sr. Presidente, um instrumento capaz de combater o preconceito, a miséria e as hostilidades entre os homens, este instrumento é a educação. Só uma educação calcada em sólidos princípios éticos e cristãos, como a praticada pelos Irmãos Maristas pelo mundo afora, poderá tecer uma teia de amor e solidariedade forte o bastante para manter a paz em nosso planeta.

Por todas essas razões e como representante, nesta oportunidade, do PMDB, meu partido, quero mais uma vez saudar a Congregação pela presença em nosso País. Faço votos de que a obra educacional dos Maristas continue sólida e vigorosa, levando sua mensagem de amor e fraternidade a muitas gerações.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O Sr. Luiz Carlos Hauly – Sr. Presidente, meu caro companheiro, diretores Irmãos Maristas do Brasil inteiro presentes aqui hoje, meu caro autor da proposta de realização desta sessão solene, Deputado Nelson Marchezan, gostaria de me incorporar à homenagem que é feita por esta Casa, a Casa do povo, aos Irmãos Maristas por sua presença há um século em nosso País. Eu, que tenho dois filhos que estudam no Colégio Marista de Londrina, sinto-me gratificado ao ver neste Parlamento a feliz iniciativa do Deputado Nelson Marchezan de promover esta homenagem aos educadores que proporcionam ao nosso País, à nossa gente o conhecimento tão necessário a nosso povo. Portanto, a todos os Irmãos Maristas, professores, àqueles que trabalham direta ou indiretamente nesta maravilhosa obra educacional, nossas homenagens. Que continuem firmes na luta em defesa da educação, promovendo o bem em nossa Nação. Gostaria que V . Exa. também incorporasse meu aparte ao seu discurso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. FREIRE JÚNIOR – Agradeço ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly seu aparte, que incorporo com muita alegria ao meu discurso.

Quero cumprimentar o nobre Deputado Nelson Marchezan, que já presidiu esta Casa, pela feliz iniciativa de convocar esta sessão solene para homenagear o centenário dos Irmãos Maristas no Brasil.

Quero, portanto, prestar minha homenagem aos professores e às professoras não só do Colégio Marista, mas do Brasil inteiro, que em muitas e muitas instituições, quase sempre com seus salários

aviltados, injustos, vêm mantendo a educação e a formação das nossas crianças e da juventude do nosso País.

Parabéns ao Colégio Marista e a V. Exª, Deputado Nelson Marchezan, por essa brilhante iniciativa!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Com harmonia e melodia, vamos ouvir a Orquestra do Colégio Marista de Brasília, coordenada por Antônio Bayma e Betina Schaden.

(Apresentação da orquestra.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Srs. Parlamentares, logo após a sessão solene haverá sessão do Congresso Nacional, razão por que a Mesa determina o tempo de sete minutos para cada orador.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmânio Pereira, pelo PSDB.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Deputado Nelson Marchezan, autor do requerimento desta justa homenagem; caríssimo Irmão Antônio Carlos Ramalho, Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil; caríssimo Irmão Paulo Antônio Forster Ramos, Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília e representante dos Irmãos Maristas do Brasil; Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, Província fundadora dos Irmãos Maristas, caros Deputados, educadores, alunos maristas, senhoras e senhores, ao comemorarmos o centenário da presença dos Irmãos Maristas em território nacional, é inevitável, a priori, irmos além do campo da doutrina, de modo a fazer uma inserção necessária. Tome-se como referencial o presente, quando a sociedade brasileira finalmente começa a se reconciliar com seu destino. É fácil perceber que os cem anos em que a congregação tem estado no Brasil, sempre voltada ao ensino, perpetram-se na coincidência perfeita com o estágio social que desejamos alcançar pela única via possível, a educação.

Assim, entre a Nação, hoje, e os nossos homenageados coloca-se o vínculo de ideários muito semelhantes: metas que se congeminam, cada qual em seu âmbito, objetivos convizinhos, quanto à escolarização universalizada, como veículo de transferência dos valores essenciais ao harmônico desenvolvimento do indivíduo. Falando em nome do Partido da Social Democracia Brasileira, não poderia deixar de apontar a liderança, até porque ela se [illegible] em fonte estímulo e animação.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Elias Murad.

O Sr. Elias Murad – Nobre Deputado Osmânio Pereira, parabenizo V. Exª pelo seu discurso nesta homenagem muita justa aos grandes educadores, os Irmãos Maristas, assim como o nobre colega e amigo, companheiro de partido, como V. Exª, Deputado Nelson Marchezan, pela iniciativa. Também fui aluno do Colégio Marista. Há poucos instantes conversava com o nobre Deputado Haroldo Lima, que me disse o mesmo. O Deputado Geddel Vieira Lima, o Deputado Nelson Marchezan e o Deputado Sarney Filho também afirmaram terem sido alunos do Colégio Marista. Acho que, se procurarmos bem, verificaremos que metade dos integrantes desta Casa é formada de ex-alunos do Colégio Marista. . Daí se pode verificar a influência desses educadores no nosso meio. Não me vou estender muito, Deputado, porque sei que V. Exª tem muito a dizer, mas quero deixar aqui registrada minha solidariedade e lembrar que, quando iniciei minha batalha contra as drogas, há cerca de trinta anos, um dos primeiros colégios em que fiz palestra sobre prevenção do uso de drogas foi o Colégio Marista de Belo Horizonte. Logo depois, também o fiz no Colégio Marista de Varginha, onde estudei. Meus parabéns a V. Exª, Deputado Osmânio Pereira, ao Sr. Presidente, Deputado Nelson Trad, a todos os Srs. e Sras. Deputadas desta Casa, aos professores e professoras e aos alunos do Colégio Marista aqui presentes. Quem sabe, daqui a algumas décadas, veremos alguns destes alunos militando neste Congresso Nacional? (Palmas.)

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Deputado Elias Murad, V. Exª, educador muito conhecido nas Minas Gerais e por este País afora, mostra o carinho e o amor que sente pela juventude quando luta, aqui e em todos os cantos do Brasil, contra as drogas. Por isso, é com muita alegria e muita honra que incorporo o aparte de V. Exª ao meu discurso.

Concedo o aparte ao Deputado Paes Landim.

O Sr. Paes Landim – Sr. Deputado Osmânio Pereira, ninguém melhor do que V. Exª para se pronunciar nesta bela homenagem, de iniciativa do Deputado Nelson Marchezan, até porque V. Exª é, nesta Casa, possivelmente, o Deputado mais edificado com o sentido cristão da mensagem evangélica. Não tive o privilégio de ter sido aluno do Colégio Marista estudei na Bahia meu curso colegial , mas era com certa admiração que presenciava o entusiasmo e a dedicação dos alunos do tradicional Colégio Marista da Bahia. Eles se empolgavam com seus ensinamentos. Os Colégios Maristas preenchem neste País o papel

fundamental da formação de uma elite de alto nível, porque a formação espiritual ministrada a seus estudantes constitui apanágio para a vida inteira. O Brasil deve muito ao ensino religioso: nos dois primeiros séculos tivemos a presença dos jesuítas, estão aí os testemunhos deles, houve o pequeno **intermezzo** de Pombal e, logo a seguir, o Seminário de Recife de Azeredo Coutinho foi a grande escola de 1º e 2º graus de nosso País, até com sentido universitário. E exatamente cem anos de Colégio Marista é um testemunho de que o próximo milênio se avizinha como o da mais forte espiritualidade e terá sempre num colégio como o Marista o grande apanágio da mensagem cristã e evangélica. (Palmas.)

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Agradeço a V. Exª, Deputado Paes Landim, grande companheiro, Parlamentar dedicado à causa da educação nesta Casa, onde tem feito parte da Comissão de Educação ao longo de muitos anos, tendo trabalhado incansavelmente também na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É com muita alegria que incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

Ouço, com prazer, o Deputado Tilden Santiago.

O Sr. Tilden Santiago – Associo-me ao Deputado Nelson Marchezan, por sua iniciativa, e ao próprio Deputado Osmânio Pereira, por seu discurso, embora não tenha sido aluno marista. No entanto, na minha juventude estudava pelas edições dos livros do FTD, que, naquela época, em Mariana, chamávamos de "feijão de todo dia" ainda não sabíamos o nome de Frère Theodore Durant, que iniciou a elaboração das edições didáticas dos maristas. Olhando os maristas numa dimensão mundial, vejo Champagnat como um dos profetas que surgiram através dos tempos para interpretar e dar vida ao Evangelho em determinado setor, no caso o da educação. Isso foi muito importante. Depois dos anos 300, quando o Imperador Constantino converteu-se ao cristianismo e ser cristão se tornou muito fácil, o Espírito de Deus fez surgir profetas. Entre eles podemos citar Champagnat, com toda espiritualidade e atividade apostólicas admiradas no mundo inteiro. Lembro também a presença dos Irmãos Maristas em nosso Estado, sobretudo no pobre norte de Minas, e em novas experiências pastorais também na Capital. Recordo também em Roma, quando, junto aos maristas, freqüentava o banco da Teologia. Por fim, uma última lembrança, a do Irmão Salatiel e dos irmãos que com ele formavam a comunidade em Recife, nos duros anos da ditadura militar, quando o Colégio Marista era um lugar de refúgio para muitos jovens idealistas brasileiros. Associo-me, portanto, ao Deputado Nelson Marchezan em sua homenagem, a todos os alunos do Colégio Marista e a todos que se beneficiam da postura cívica e eclesial dessa Congregação. (Palmas.)

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Agradeço ao nobre colega Tilden Santiago o aparte e incorporo, para enriquecer nosso pronunciamento, as felizes lembranças mencionadas por S. Exa. nesta manhã.

Concedo aparte ao caro colega, Deputado Haroldo Lima.

O Sr. Haroldo Lima – Deputado Osmânio Pereira, aproveito esta oportunidade para me juntar a V. Exª, ao Deputado Nelson Marchezan e a todos os que aqui têm expressado seus pontos de vista religiosos com relação à presença dos Irmãos Maristas em nosso País. Fui aluno marista, e esta solenidade não deixa de tocar fundo minhas melhores lembranças da juventude. Ainda há pouco, o Deputado Paes Landim fez referência a seus estudos na Bahia. Disse que não foi aluno do Marista, mas viu a presença entusiasmada daqueles jovens. Eu estava no meio deles: era aluno do Colégio Nossa Senhora da Vitória, em Canelas, na Bahia, onde fiz parte do curso ginasial e o científico. Tenho as melhores recordações daquela época. Entretanto, não vou dissertar sobre elas por causa do tempo e para ouvirmos mais o discurso de V. Exª Gostaria de deixar uma saudação a todos, especialmente aos alunos maristas aqui presentes, ,e o abraço de um ex-aluno marista, que não está presente, meu amigo, que seguramente me autorizaria a dar esse abraço em todos os presentes, seus colegas, muito conhecido de todos, o cantor baiano Gilberto Gil. (Palmas.)

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Agradeço a V. Exª o aparte. Por todo o trabalho que desenvolve nesta Casa, em busca da justiça, da fraternidade, não tenho dúvida de que parte dessa formação é dos maristas.

Ouço, com prazer, o Deputado Paulo Bauer.

O Sr. Paulo Bauer – Deputado Osmânio Pereira, cumprimento V. Exª pela brilhante manifestação e me associo ao Deputado Nelson Marchezan, autor da proposição que promove esta sessão solene. Digo a V. Exª, ao Presidente, aos Irmãos Maristas dirigentes da Congregação Marista no Brasil, que é com muita alegria que vejo se realizar na Câmara dos Deputados esta sessão solene, principalmente porque se aqui estou devo a minha família, mas muito mais aos Irmãos Maristas. Não posso me esquecer dos nomes queridos, saudosos e amigos dos Irmãos Heitor, João, André, Alcides, Inácio, Adolfo e tantos outros que dedicaram sua vida à educação.

Eles, que, em Santa Catarina, tanto contribuíram para a educação, vêem no meu trabalho hoje como Deputado e no período da Legislatura passada como Secretário de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Santa Catarina o resultado do trabalho que desenvolveram na nossa formação. E brinco sempre, Deputado Osmânio Pereira, que só sou um orador é verdade que com limitações porque foi nos maristas que aprendi a falar em público. Foi lá que aprendi, nos momentos cívicos que vivíamos na escola, a exercer essa atividade de ser um homem de tribuna. Aliás, não por menos, foi lá que aprendi a dizer coisas certas, e por muito tempo, por isso meu aparte já é longo. Mas devo confessar-lhe que tive a missão de decorar uma poesia em homenagem ao Beato Marcelino Champagnat de sessenta estrofes, com seis versos em cada uma. Desde então nunca mais parei de falar em público. Por essa razão certamente encontro-me aqui aparteando V. Exª e dizendo da minha alegria e da minha felicidade em ver estes jovens e estas crianças que estudam no Colégio Marista de Brasília, representando todos os estudantes dessa grande e centenária escola brasileira, que desejamos continue por muitos anos prestando esses relevantes serviços à educação do nosso País, sempre abençoada por nosso Deus, Criador do universo, certamente quem mais torce pela felicidade de todos nós. (Palmas.)

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Agradeço a V. Exª o aparte, incorporando-o ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, acredito que se continuarmos aqui todo este Congresso vai nos apartear, quase todos aqui passaram por essa formação.

Prossigo, Sr. Presidente. O Brasil deste final de milênio, renovado, próximo da consecução de grandes conquistas, jamais sobrelevou tanto a educação como instrumento de resgate do infortúnio coletivo, gerado desde a mais primeva colonização. Em momento político algum, entre todos os que marcaram a formação nacional, foi tão viável o sonho de nos tornarmos um povo bem formado, preparado e esclarecido; em nenhuma circunstância esteve tão exeqüível o projeto de construção e reconstrução das relações sociais quanto está agora, apesar da jactância baldada de alguns, das críticas não sutis, dos protestos mal fundados, de insatisfações pessoais, de tentativas insubsistentes de tumultuar esse processo.

Mas não são as questões triviais que nos trazem aqui hoje. Viemos, sim, por uma razão nobre. Prestamos o tributo merecido a quem, praticando o apostolado do bem, cultivando a espiritualidade, orientado pela fé cristã, inspirado na figura virtuosa de Maria, a Mãe de Deus, dedicou-se, em atividade ininterrupta, à juventude deste País, ao longo de um século.

Foi quase uma epopéia, sem dúvida, tais as incertezas, tão grandes as dificuldades enfrentadas a partir de 1897. Naquele ano, limiar de um novo século, o Velho Mundo, com os maristas, acercava-se do Brasil e vinha não mais, agora, no papel de descobridor, do aventureiro ou do colonizador obscurantista. Chegava para educar, para trazer luzes àquele povo inculto, privado de oportunidades. Pela mão vigorosa da fé, invertia-se o fluxo da emigração da elite brasileira, que até então precisava ir além-mar em busca do saber.

Portanto, Sr. Presidente, da cruzada dos primeiros maristas, seis irmãos que aqui aportaram, estabelecendo-se primeiramente em Congonhas do Campo, ficou um enorme e importantíssimo legado. A par da valia religiosa e moral, ao lado do trabalho assistencial, foram marcantes ainda a influência sobre a cultura, a contribuição na formação da nossa intelectualidade, a participação em episódios importantes da história, a autoridade com que seus membros souberam sempre exercer o mister que lhes competia na filosofia, nas letras, nas artes e nas ciências.

Tal atuação varou os acontecimentos, traspassou todas as inúmeras mudanças sócio-políticas em que vivemos, firmou-se, aprofundou-se, fundada sempre nos mesmíssimos pressupostos; pressupostos que remetem não apenas à chegada ao Brasil daqueles pioneiros, mas que, recuados no tempo, levam-nos à França de 180 anos atrás.

O continente europeu, de modo geral, e a França, especialmente, debatiam-se em meio a crises sociais em que se mesclavam a miséria, quer material, quer espiritual, a ignorância e as doenças. Pois, naquele ano de 1817, na pequena povoação de La Valla, o sacerdote Marcelino Champagnat, sensibilizado pelas graves carências da comunidade local, sobretudo quanto à instrução escolar e à formação religiosa, estabelece a Congregação dos Irmãos Maristas. E volto aqui, nobres colegas, se me permitem, a um novo cotejo: o quadro de então guarda similitudes que transcendem o tempo com aquela porção do Brasil, onde, por razões sociais, econômicas, geográficas, históricas e culturais, o progresso tarda ainda hoje e, neste tardar, destaca-se torturante o sofrimento do ser humano.

Desse modo, nobres colegas, se em seu berço, a França, e nos demais países do chamado Primeiro Mundo a Congregação pode hoje estar reorientada, visando a propósitos que lograram evoluir e acompanhar o desenvolvimento das respectivas sociedades, no Brasil, muito ainda poderá realizar, a fim de dar conseqüência ao pensamento do Padre Champagnat. E não tem sido outro o sentido de seu trabalho, dos serviços que tem prestado, sem lhe faltar o desprendimento de seus integrantes, o amor aos humildes, a fidelidade ao Pai, a fé católica, a perfeita compreensão de nossas necessidades mais dramáticas. Presente hoje em quase todos os Estados brasileiros, a Congregação conta com 600 religiosos no País. Em 85 escolas e três universidades, estudam aproximadamente 102 mil e 300 alunos, com um corpo de 6 mil e 800 docentes. Os maristas mantêm 35 obras sociais, empregam 4 mil e 200 pessoas e estendem suas atividades a três emissoras de TV e sete de rádio, possuindo também quatro editoras.

Na condição de quem conhece esta fantástica infra-estrutura, graças à qual é possível vislumbrar o potencial prodigioso; na qualidade de quem acompanha a trajetória dos Irmãos Maristas no Brasil; na posição de católico, seja pela formação, seja pela prática diuturna, que acredita que o Brasil está precisando muito de Deus e que repele severa e igualmente tanto o ateísmo quanto a crendice exacerbada, desejo, finalmente, expressar minha certeza com respeito à missão humanística que estará reservada aos Irmãos Maristas no Brasil durante os 100 anos que se seguem.

Por esse futuro promissor, assim como pela memória que nos traz hoje a esta sessão de um passado repleto de glórias, os meus parabéns e as congratulações do PSDB, pedindo a Deus que derrame sobre os alunos aqui presentes e sobre os que aqui não estão, sobre todos os professores, sobre todos os educadores que passaram, os atuais e os futuros, as bênçãos de Deus e que as graças do Espírito Santo e a proteção de Maria Santíssima permaneçam sempre ao lado dessa grandiosa Congregação.

Era o que tinha a dizer (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Linhares, que falará pelo PPB.

O SR. JOSÉ LINHARES (PPB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Deputado Nelson Marchezan, Irmão Antônio Carlos Ramalho, Presidente do Conselho dos Provinciais Maristas do Brasil; Irmão Paulo Antônio Forster Ramos, Diretor-Geral do Colégio Marista de Brasília e representante dos Irmãos Maristas do Brasil; Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, na França, Província fundadora dos Irmãos Maristas, Srs. Professores, demais Irmãos Maristas presentes, que trazem a imensa alegria destas crianças e jovens, desejo externar minha gratificação por estar representando meu partido nesta homenagem, pois estou Deputado, mas sou mesmo padre católico, apostólico, da Diocese de Sobral e fui, durante 35 anos, Diretor de Colégio Diocesano, que vivia em intercâmbio direto com o Colégio Cearense, conhecido, com certeza, pela maioria dos Irmãos Maristas.

Completa-se, neste ano, o centenário da presença no Brasil dos Pequenos Irmãos de Maria os religiosos que o povo brasileiro conhece melhor como Irmãos Maristas. Não temo cometer exageros quando afirmo tratar-se de uma das mais fecundas obras educacionais de que se tem notícia na história da humanidade, tanto por sua magnitude, quanto pelos resultados que ostenta.

Com efeito, se a educação constitui o pilar central do desenvolvimento, dada a difícil situação em que se encontra em nossos dias, vêmo-la atenuada graças à atuação das congregações religiosas voltadas para o ensino, entre as quais alcançam grande destaque os Irmãos Maristas. Se não fora sua presença, estaríamos ainda mergulhados no atraso do final do século XIX, sob o tacão de um feudalismo coronelista, demolidor de esperanças, carentes de mão-de-obra qualificada, arrastando uma indústria sem competitividade, alijados completamente do processo econômico global de quaisquer perspectivas de progresso. Bem outra é a nossa realidade, felizmente, apesar das deficiências e problemas ainda existentes.

Voltemos, no entanto, ao ano de 1897. O Brasil atravessava um processo de transformações magníficas. A abolição da escravatura e a queda do Império transformavam a essência da economia e da política deste País. Também a Igreja Católica nacional enfrentava naquele momento uma grande revolução. Separava-se do Estado, perdia prestígio e via vários de seus privilégios serem cortados, mas, ao mesmo tempo, quebrava as amarras e saía dos vícios estabelecidos durante aquela longa e inconveniente simbiose.

Ouço, com muito prazer, o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O Sr. Agnelo Queiroz – Nobre Deputado, quero parabenizá-lo por sua intervenção sempre brilhante e aproveitar esta oportunidade para, em meu

nome e em nome do meu Partido, o PCdoB, parabenizar a Casa por esta homenagem, tão bem sugerida pelo Deputado Nelson Marchezan, aos 100 anos da presença dos Irmãos Maristas no Brasil. Essa instituição tem prestado fabuloso serviço à nossa Pátria e formado milhares e milhares de jovens brasileiros que hoje obviamente estão no comando de diversas áreas do conhecimento do nosso povo. Sou testemunha desse trabalho. Minha filha estuda no Colégio Marista aqui em Brasília e, por isso, não poderia deixar de trazer meu testemunho, em meu nome e em nome do meu partido. Muito obrigado e parabéns por seu pronunciamento, nobre Deputado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ LINHARES – Incorporo as palavras do nobre Deputado Agnelo Queiroz ao meu pronunciamento.

Ouço, com prazer, o aparte do meu colega e irmão, Deputado Felipe Mendes.

O Sr. Felipe Mendes – Deputado José Linhares, aguardei o discurso de V. Exª. não só para cumprimentar o amigo e vizinho do Estado do Ceará que aqui fala pelo meu partido, o PPB, como também pela sua história de educador e padre. Quero dizer que falo e gostaria de que V. Exª aceitasse minhas palavras como pai de três alunas do Colégio Marista de Brasília. E se não posso dizer, como outros colegas, do orgulho de ser ex-aluno do Colégio Marista, posso afirmar, com toda a certeza, que sou aluno do Colégio Marista por meio de minhas três filhas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ LINHARES – Agradeço ao nobre Deputado Felipe Mendes o aparte.

Ouço, com prazer, incorporando também ao meu pronunciamento as palavras do Deputado Felipe Mendes, o aparte do nobre Deputado Roberto Rocha.

O Sr. Roberto Rocha – Deputado José Linhares, quero aproveitar a oportunidade do discurso de V. Exª para cumprimentar o Deputado Nelson Marchezan, autor desta iniciativa, pela homenagem ao centenário da presenças dos Irmãos Maristas no Brasil. Não poderia deixar de me associar aos Srs. Deputados nessa homenagem, como ex-aluno do Colégio Marista, em São Luís, Estado do Maranhão, cumprimentando todos que integram os Colégios Maristas e, de maneira especial, os alunos que aqui estão participando desta homenagem. De maneira particular, meu filho, Roberto Júnior, que também é aluno do Colégio Marista. Gostaria de dizer, em poucas palavras, que é com satisfação que registramos que os Colégios Maristas fazem parte da cidadania brasileira. Parabéns a V. Exª e a esta Casa. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ LINHARES – Muito obrigado, nobre Deputado Roberto Rocha. O aparte de V. Exª será incorporado ao nosso pronunciamento.

Voltando um pouco àquela época, os bispos sintonizados com os sinais dos novos tempos identificavam o quanto aquela convivência tão estreita com a política havia sido destrutiva para a obra da fé, o quanto se havia transformado a religião em instrumento de manipulação do povo. Decretada a separação, procuraram adotar uma linha pastoral diferente, mais consentânea com os princípios cristãos, mais conforme à mensagem evangélica.

Depararam, no entanto, com um problema sério: a carência de cérebros, corações e braços, em nosso País, que se dispusessem e reunissem capacidade para enfrentar aquela tarefa singularmente difícil. Era o momento de buscar socorro, e o fizeram junto às congregações religiosas européias, convocadas, desse modo, a virem colaborar na renovação do catolicismo brasileiro.

Entre os que atenderam àquele chamado missionário alinhavam-se os seguidores de Marcelino Champagnat, reunidos na Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria. Desde 1818 lutavam por atenuar a precariedade da educação cristã entre a juventude francesa, instituindo e mantendo escolas destinadas aos pobres, filhos de operários e camponeses. Ao final do século XIX, seu trabalho ganhou destaque naquele país e decidiram, então, estendê-lo ao Novo Mundo.

Vieram para o Brasil com o objetivo imediato de estabelecer as bases de uma renovação religiosa. Vieram para estruturar um novo sistema educacional, para adaptar o ensino às novas realidades sociais, tornando-o mais pluralista, mais abrangente, mais universal e democrático, adequando-o às transformações por que passava o País. E, ante a falência do ensino público nacional, contudo, acabaram por se tornar a espinha dorsal de nossa educação.

O trabalho principal da Congregação Marista o ensino formal e informal complementa-se com diversas instituições de assistência para atingir o fim específico de promoção do ser humano, alcançando, graças às bênçãos de Deus, muito êxito. Sua obra se multiplica em frutos bons, espalhando-se por todos os rincões.

Infelizmente, queridos Irmãos Maristas, nosso tempo é sempre limitado nesta Casa. Teria muita coisa a dizer-lhes, mas como não é possível, aceitem o abraço fraterno, bem irmão de um padre tam-

bém educador. Saibam que nosso Partido Progressista Brasileiro, solidário e feliz, os cumprimenta no seu centenário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Vamos ouvir o coral do Colégio Marista, com a regência da aluna Michelle Fiúza.

(Apresentação do coral.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Wilson, representando o Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB.

O SR. PEDRO WILSON (Bloco/PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Deputado Nelson Marchezan, autor da propositura, que faz desta manhã uma festa bonita, Irmão Antônio Carlos Ramalho, em que saúdo todos os irmãos e participantes da família Marista no Brasil e no mundo, Sras. e Srs. Deputados, pessoas convidadas, estudantes, professores, quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, expressar algumas palavras sobre a obra dos Irmãos Maristas que, no último dia 15 de outubro, Dia do Professor, completaram cem anos de presença evangélica na sociedade brasileira.

É um marco que nos permite refletir sobre o trabalho firme de uma congregação religiosa que, desde sua chegada ao Brasil, em 1897, na cidade de Congonhas do Campo, Minas Gerais, espalhou-se por vários cantos do País, com o objetivo de anunciar a boa nova cristã.

É também uma data religiosa que assume o cunho histórico, educacional e missionário que nós, brasileiros, independentemente de religião e ideologia, temos de reconhecer. São anos de trabalho empenhados na construção de uma sociedade mais fraterna e justa e menos desigual com seus pobres e excluídos. Por isso, merecem a nossa reverência. O caminho escolhido pelos maristas para pregarem o Evangelho foi a educação. Poderiam ter escolhido outras frentes de atuação, também gratificantes, como fizeram diversas congregações religiosas, mas, felizmente, optaram pelo serviço educacional, que é uma das maiores carências não só no Brasil, como também em vários países onde está localizada a obra dos Irmãos de Maria.

O acerto da escolha pelo serviço à educação é fruto do compromisso social e missionário de seu fundador, o bem-aventurado Marcelino Champagnat.

No início do século passado, estava acontecendo na França a consolidação da sociedade moderna que, como sabemos, veio acompanhada de exclusão, desemprego e dizimação dos laços sociais tradicionais. E os que mais sofriam eram crianças e jovens analfabetos e despreparados para as novas exigências do regime de trabalho que se impunha, restando somente oportunidades laborais desqualificadas, escravizantes, com jornadas desumanas de trabalho.

Os principais centros urbanos cresciam, impulsionados pela industrialização, mas aldeias e vilarejos ficavam à margem do processo de modernização na França e no mundo. Naquela época, o sistema educacional francês encontrava-se em plena crise e apenas as grandes cidades podiam contar com boas escolas, sendo que o restante do país ficava relegado ao analfabetismo.

Concedo o aparte ao Deputado João Fassarella.

O Sr. João Fassarella – Deputado Pedro Wilson, falo em nome do Partido dos Trabalhadores nesta homenagem ao centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil, e o faço com propriedade. Entretanto, não poderia deixar de, em meu nome, externar também minha satisfação e honra de estar aqui. Muitos por aqui passaram e se apresentaram como ex-alunos do Colégio Marista. Eu tenho a felicidade de dizer neste momento que tive a oportunidade, durante dois anos, de lecionar no Colégio Marista Dom Silvério, situado na rua Lavras, em Belo Horizonte. E o fiz em um momento muito especial da minha vida. Os anos de 1966 e 1967 foram difíceis, em virtude da luta pela democratização do País e da resistência à implantação do regime ditatorial. Estávamos às portas do Ato Institucional nº 5, e eu, pessoalmente, estava comprometido com a resistência democrática. Pude encontrar no Colégio Dom Silvério, em primeiro lugar, o respeito pelo contraditório e pela divergência, a solidariedade e a compreensão nesses momentos difíceis. Entendo que os Irmãos Maristas compreendem que o ato educativo, além de se dar através do livro e na sala de aula, é também um ato de participação, de cidadania, de coragem, de resistência e de luta pelas liberdades em nosso País. Por isso, com a recordação dessa época, associo-me a esta homenagem aos Irmãos Maristas, dizendo do meu reconhecimento pela grande contribuição que deram não só para a minha formação, pela convivência que lá tive, mas também no aprendizado de que diversidade, democracia e, ao mesmo tempo, ato educativo se constroem também com participação e luta. Parabenizo os Irmãos Maristas pelo seu trabalho no País. (Palmas.)

O SR. PEDRO WILSON – Incorporo com muita honra o aparte de V. Exª ao nosso pronunciamento, em nome próprio e no do Partido dos Trabalhadores.

Ouço com prazer o nobre Deputado Alcides Modesto.

O Sr. Alcides Modesto – Deputado Pedro Wilson, agradeço a V. Exª a deferência, permitindo-me este aparte. Associo-me também, como Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores e ex-aluno marista do nordeste da Bahia, em Senhor do Bonfim, a esta homenagem. Chamo a atenção para este detalhe: os maristas tiveram papel importante na educação no Nordeste brasileiro, basta relembrarmos o grande colégio em Salvador, em Senhor do Bonfim, Bahia, em Apipucos, Pernambuco, em Fortaleza, e assim por diante. Neste momento, como ex-aluno, presto homenagem a alguns grandes educadores que vieram para o Brasil na época da chegada dos maristas aqui: Irmão Ludovico, grande construtor dos colégios do Nordeste, e acredito que também no Sul tenha tido alguma participação; Irmão Edgar, outro francês também de grande expressão, e, prestando homenagem, grande professor que tive, em Senhor do Bonfim, também falecido, Irmão Damasceno. Com esses nomes que cito, presto homenagem a todos os maristas do Brasil e do mundo, que desempenharam essa tarefa tão importante de educadores.

Neste momento em que a humanidade passa por essa transição e que os valores se mudam ao investimento daquilo que é produtivo materialmente, esquecendo-se da cultura, da ciência e da arte, o investimento no homem, papel dos maristas, dedicando-se exclusivamente à educação da juventude, deve ser também uma bandeira para todos nós neste Brasil, que precisa voltar-se à educação como prioridade. Com essas considerações, Deputado Pedro Wilson, associo-me à homenagem que o Partido dos Trabalhadores presta, através da sua palavra, a todas as homenagens desta sessão solene ao Centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil. (Palmas.)

O SR. PEDRO WILSON – Obrigado, Deputado Alcides Modesto. Também incorporo o pronunciamento de V. Exª ao nosso pronunciamento.

Continuo, Sr. Presidente. Inconformado com essa realidade da França e do mundo, em 1817, Marcelino Champagnat criou uma sociedade de caráter religioso com o objetivo de levar o ensino fundamental para crianças e jovens carentes e do interior. Esta sociedade recebeu o nome de Irmãos Maristas.

Da mesma forma, como hoje temos exemplos de pessoas que se dedicam aos excluídos, já naquela época o fundador dos maristas promovia ações que buscavam aumentar o grau de conscientização social, especialmente das camadas mais inferiores, por meio do processo educativo. A educação seria a forma de promover mudanças que atingissem a pessoa e despertassem a sociedade para os graves problemas. Da mesma forma, viam que pela educação era possível buscar o fortalecimento dos laços familiares, tendo como exemplo a família de Jesus.

Por isso, a maneira que Champagnat promoveu a sua satisfação social foi dedicar-se para o serviço ao próximo, seguindo a matriz da vida cristã, que é amar ao próximo como a si mesmo e a Deus sobre todas as coisas.

Nesse sentido, precisamos ressaltar a sensibilidade social do Padre Champagnat, que presenciou a maioria dos conflitos da "era das revoluções" na França, para compreender o sentido da atuação dos maristas no mundo de hoje que, apesar das diferenças, ainda sofre de injustiças, falta de consciência social e de educação.

Marcelino Champagnat sabia que o serviço educacional exigia enorme dedicação e por isso os maristas optaram por não exercer o sacerdócio. Essa dedicação revela o profundo compromisso dos maristas para com a formação cristã da pessoa humana. Demonstra ainda que a admiração que mantêm a Nossa Senhora é acompanhada de ações concretas de amor ao próximo, sem nada requerer, a exemplo da mãe de Jesus. Portanto, o lema marista é seguido por todos aqueles que assumem essa vocação religiosa: "Tudo a Jesus, por Maria. Tudo a Maria, para Jesus".

E como sempre as boas ações encontram seguidores, rapidamente a Ordem Marista alastrou-se para além da pequena cidade de La Valle, na França, atingindo o restante da Europa e daí para o mundo, chegando ao Brasil ainda no século XIX.

Aqui, os maristas logo perceberam semelhanças com a situação francesa no que se refere à educação, saúde e emprego. A população brasileira padecia de carências que naquela época já eram profundas, sem receber qualquer assistência que revertesse a realidade.

Por isso, apesar de poucos, os pioneiros dos Irmãos Maristas executaram com muita dedicação trabalhos árduos e suportaram firme as dificuldades de adaptação ao clima tropical, à falta de infra-estrutura e transportes. Dedicaram-se ao serviço de conscientização e educação, buscando beneficiar aqueles mais desfavorecidos.

No contato com a população local, a obra dos pioneiros foi sendo ampliada e multiplicada, e várias

vocações se despertaram entre os brasileiros para seguirem o exemplo de Champagnat, de Maria e de amor a Jesus.

Dessa forma, foram se espalhando para outras localidades e distintas províncias de maristas surgiram para que pudessem administrar melhor a sua presença no Brasil. Depois de um século de serviço à população, os maristas fazem parte da família brasileira.

Atualmente, são vários colégios, faculdades, universidades, como a PUC do Rio Grande do Sul, e várias outras atividades sociais que estão localizadas em distintas regiões do País e do mundo. Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e outros Estados são contemplados pelo trabalho desses irmãos.

Os seus colégios são sinônimos de educação qualificada, pois contam com infra-estrutura adequada, professores e funcionários aptos ao exercício do magistério. As suas rádios dedicaram-se a temas de utilidade pública e suas editoras promovem publicações de cunho educativo e pedagógico.

Portanto, não poderia deixar de manifestar minha admiração e a do Partido dos Trabalhadores pela presença dos Irmãos Maristas no Brasil. Conheço a sua obra principalmente em Goiás e Distrito Federal. Na minha cidade, Goiânia, eles mantêm um importante colégio de 1º e 2º graus que é, sem dúvida, um pilar na formação de nossas crianças e jovens. Para homenagear os maristas, quero trazer a frase da Campanha da Juventude da Igreja Católica: "A vida floresce quando a liberdade acontece".

Em Silvânia, no centro-sul de Goiás, administram e dirigem a Escola Agrícola São José, abrigando crianças e adolescentes carentes, a exemplo do que fazia Champagnat na França. Além do ensino, os alunos recebem assistência médica e aprendem técnicas agrícolas e sociais indispensáveis para quem se encontra numa região marcada pelas atividades rurais. Dessa forma, os maristas associam a educação ao trabalho, dando oportunidade aos alunos de enfrentar com maior qualificação os desafios advindos do mercado. No Distrito Federal, mantêm colégios em Brasília e em Taguatinga e contam com uma excelente área para a realização de atividades de cunho espiritual e extraclasse, fortalecendo a relação de amizade entre os seus alunos, funcionários e professores e desses para com Deus.

Assim quero, Sr. Presidente, prestar minha homenagem pessoal e a do Partido dos Trabalhadores a todos os que pertencem à família marista e que, portanto, foram capazes de assumir o chamado de Deus e realizar a missão de anunciar a boa nova cristã, marcada pela dedicação à educação.

Dessa forma, apesar do inestimável valor das graças atribuídas a Marcelino Champagnat, que estão sendo analisadas pelo Vaticano no processo de canonização, certamente a que mais tem dado frutos é a Congregação dos Irmãos de Maria, que fundou e se espalhou pelo Brasil há quase dois séculos.

Ao concluir este pronunciamento, devo salientar que não fui nem aluno nem professor na instituição Irmãos Maristas, mas tenho informações sobre sua presença enorme em Goiás e no Brasil.

Gostaria também de recordar dois fatos: um, como participante da Juventude Estudantil Católica nos encontros nacionais, como um famoso ocorrido no Rio de Janeiro, ocasião em que pude contactar diversos Irmãos Maristas como assessores de jovens como eu que ingressavam na Ação Católica; outro, como testemunha da grande presença dos Irmãos Maristas em Goiânia, aliás, até um bairro leva o seu nome.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, homenageio todos os maristas do Brasil e do mundo, lembrando o trabalho extraordinário da Escola Agrícola São José de Silvânia, em Goiás.

Parabéns aos maristas. Parabéns a todos os brasileiros que acreditam numa educação cristã, libertadora para transformar a juventude em homens que dirigirão o Brasil e que, certamente, estarão neste plenário contribuindo mais e melhor para que o País possa ser a esperança do mundo através de uma sociedade justa e fraterna. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Concedo a palavra ao Deputado Nilson Gibson, que falará em nome do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, designado pelo Deputado Alexandre Cardoso, Líder do PSB, faço pronunciamento nesta sessão de homenagem ao Centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o Deputado Nelson Marchezan, ex-Presidente desta Casa, ex-Líder do maior partido do Ocidente e que, em boa ocasião, soube formular esse requerimento em que estamos homenageando os Maristas no Brasil.

Sr. Presidente, Irmão Antônio Carlos Ramalho, Irmão Paulo Antônio Forster, Irmão Gérard Detraz, de Santa Etiènne, na França, Província fundadora dos Irmãos Maristas, quem ocupa, neste momento, a tribuna desta Casa a mais alta do País é um ex-

aluno do Colégio Marista. Comecei minha formação na cidade do Recife, na Rua Conde da Boa Vista nº 385, ingressando de calça curta, para fazer o meu exame de admissão. Lá cursei o ginasial, saí para o colegial. Como estou de pé, assim fiquei muitas vezes de castigo, no dormitório, à noite, vendo o céu, a lua e contando as estrelas.

Lembro-me do Irmão Paulo, a quem chamava de o Boi, do Irmão Afonso, do Irmão Firmino, do Irmão Luiz, nosso Diretor, do Irmão Basílio, do Irmão Elói, do Irmão Assunção. Quantas vezes fui à adega do Irmão Firmino tomar um pouquinho da cerveja que ele fazia!

Meus filhos também estudaram no Colégio Marista. Saí daquele Colégio em 1956 direto para a casa de Tobias Barreto, Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco.

Sr. Presidente, senhoras e senhores homenageados, ilustre Mesa, Deputado Nelson Marchezan, que muito me honra porque fui seu modesto Vice-Líder, o aniversário de 100 anos da presença de Irmãos Maristas entre nós é motivo de orgulho e satisfação para todos os brasileiros. Poucas instituições, de qualquer natureza, tiveram e têm uma influência tão grande e tão positiva na formação do caráter de nossos jovens e das nossas famílias.

Faço esta afirmativa como cidadão que acompanhou os resultados do processo educativo desenvolvido naquela escola, não somente para mim, como ex-aluno, mas também para meus dois filhos Gerônimo e José Armando. Pude experimentar, diretamente, durante os sete anos e meio de internato eu era interno no Colégio Marista o contato com líderes espirituais; todo dia ia à missa e me comungava, rezávamos, contávamos. Professores e funcionários da mais importante instituição de ensino de Recife ajudavam na nossa formação.

Nesse sentido, meu principal sentimento é de gratidão a esses ilustres maristas. Realmente foi um privilégio para este modesto e humilde Parlamentar de Pernambuco realizar parte tão importante de seus estudos num ambiente de elevado nível institucional e moral, balizado por ideais de uma formação humanística abrangente e solidária.

A preparação de líderes comunitários é tarefa indispensável aos progressos das nações. Hoje, mais do que nunca, distinguem-se os povos em função do nível da educação ministrada aos jovens nas escolas, nas famílias e mesmo no trabalho.

Uma parte substancial das principais lideranças nacionais passou pela orientação dos Irmãos Maristas. Hoje, colhemos os frutos desse trabalho incansável, dessa dedicação total dos mestres a seus alunos. E todos os que por ali passamos trazemos lembranças de um tempo cheio de descoberta e experiência decisivas. Aprendemos a escrever, a pensar e a lidar com números. E mais do que isso: a criar os laços de honestidade, solidariedade e autenticidade no seio da comunidade que ajudamos a construir.

Sr. Presidente, meu tempo praticamente se esgotou em decorrência da parte inicial do meu pronunciamento, relembrando o Colégio Marista do Recife, onde comecei a minha formação.

Nos Maristas, encontramos uma orientação precisa e uma base moral consistente, muito distinta da maioria das escolas recentes, fundadas nas bases frágeis do interesse monetarista. Para a criança e para o jovem, sensíveis às influências dos colegas e professores, essa diferença de orientação é fundamental. É o que distingue uma verdadeira escola dos cursos frios e sem alma, que cobram para ensinar a lidar com dinheiro.

Mas mesmo o sucesso profissional será decidido no campo dessa formação humana. E os postos de destaque ocupados por ex-alunos dos Colégios Maristas comprovam essa realidade.

É por isso que a homenagem que prestamos a esse grande conjunto de instituições de ensino é também uma ótima oportunidade para refletirmos sobre os rumos que queremos dar à educação em nosso País. Se queremos homens exclusivamente preparados para exercer uma função profissional, ou se, ao contrário, queremos formar cidadãos, capazes de pensar, de se autoeducarem constantemente, preparados para assumir plenamente as funções da cidadania e mesmo assumir posições de liderança.

O espírito mariano que serve de base ao movimento dos Irmãos Maristas é uma luz que podemos usar para nos guiar nesses caminhos tortuosos da modernidade. A Virgem Maria, mãe de todos, evocada como modelo de educadora, é fonte inesgotável de inspiração para quem deve conduzir uma escola dentro dos valores da integridade cristã. Simplicidade, dedicação ao trabalho, confiança mútua e solidariedade são princípios insubstituíveis, cuja falta traz grandes prejuízos e a presença proporciona imensos benefícios aos jovens.

A recente passagem do Papa pelo Brasil foi, mais uma vez, estímulo a uma reflexão sobre os destinos da família. Ela deve ser lembrada aqui, pois um dos principais motivos do êxito excepcional da pedagogia Marista reside na integração com a famí-

lia. Uma escola que conquista a confiança dos pais transmite segurança aos alunos e pode, através deles, fazer com que seus ensinamentos se difundam por toda a comunidade.

São muitos, portanto, os motivos que temos para agradecer ao Irmãos Maristas pelo trabalho desenvolvido. Um século de influência positiva na vida brasileira; um século de incentivo à construção de uma Nação digna, solidária, sustentada na honestidade e no trabalho.

Ao pioneirismo, à dedicação incansável, ao caráter e ao exemplo desses líderes cristãos deixamos aqui registrado nosso profundo agradecimento. Agradecimento sincero de coração, fruto de uma convivência intensa, que produziu uma admiração indelével.

Sr. Presidente, deixo destacadas duas palavras para os Irmãos Maristas: Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Avisamos aos alunos que após esta sessão solene será servido, no Espaço Cultural da Casa, um substancioso lanche.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Com a palavra o nobre Deputado Serafim Venzon, que falará em nome do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB. Dispõe V. Exª de cinco minutos.

O SR. SERAFIM VENZON (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Marchezan, Irmãos Maristas, cumprimento o Irmão Paulo Antônio e saúdo toda a Instituição, os professores, os ex-alunos e os atuais e deixo o meu abraço a todos da família dos Irmãos Maristas.

A educação e a formação do ser humano ficaram, por muitos anos, talvez por centenas, ao encargo da sociedade. Naturalmente que o Governo não reprimia, pelo contrário, estimulava, mas não as absorvia integralmente. Durante essas centenas de anos, a educação e a formação integral do ser humano ficaram ao encargo das instituições religiosas. Não que elas tivessem recebido oficialmente essa função. Não! Abraçaram a nobre causa da formação do indivíduo justamente pela importância que tem para cada um e para a sociedade.

Cito aqui instituições religiosas, como seminários, colégios internos e externos das irmãs, colégios dos Irmãos Maristas, espalhadas por tantas cidades deste País. São homens que se dedicaram integralmente à formação do ser humano.

V. Exas. já imaginaram como seria o mundo e o Brasil sem a extraordinária colaboração dessas instituições? Como seria o mundo e o Brasil sem os franciscanos de São Francisco e Santo Antônio? Como seria o Brasil sem os jesuítas, sem Dom Bosco, sem Padre Dehon? Como seria o Brasil sem os seminários e colégios de padres, de irmãs, ou sem os colégios dos Irmãos Maristas?

O Brasil, a sociedade inteira hoje, pelo menos hoje, quer agradecer. Eu e os demais Deputados, representando os partidos, estamos falando em nome de toda a sociedade.

Certamente, por mais que se agradeça, será impossível dar a abrangência que a instituição merece. Gostaria de reforçar que cada indivíduo é na verdade um monumento social, depois de pronto é impossível identificar todos que participaram da sua formação. Identificar quem fez cada indivíduo seria tão difícil quanto querer identificar quais os cachos de uvas fazem o vinho. Tão difícil quanto querer identificar quem colaborou na execução de uma grande obra, ou mesmo pequena, quem de fato colaborou na execução de uma estrada, de uma cidade. No máximo podemos identificar alguns heróis, civis, militares ou religiosos. Enfim, por mais que se esforce, é impossível identificar todos que colaboraram na execução da sociedade que temos e na formação dos indivíduos. Mas o mais importante é o fruto do trabalho. O mais importante é o vinho e não os cachos, apesar de que eles foram indispensáveis para fazê-lo. Todo restante, enfim, acabamos esquecendo. É como quando contemplamos o perfume de uma rosa. Ninguém fica citando a haste que a segura em pé, nem o espinho que a protege, e, certamente, nem de quem a cultivou. O importante é a rosa.

Por isso, com o carinho de Santa Catarina, meu Estado, com o carinho do Brasil, que os conhece, que recebeu a sua benção, quero externar o muito obrigado por tudo.

Na passagem bíblica da cura dos onze leprosos, todos ficaram curados, mas apenas um voltou para agradecer. Esta passagem está mal interpretada. Muitos a interpretam que se dos onze, apenas um voltou para agradecer, os demais foram ingratos. Errado. Aquele que voltou, representa o obrigado de todos.

Afinal, seria impossível cada indivíduo conseguir agradecer a todos e a cada um que colaborou na sua formação. Por isso, eu, em nome de todos os brasileiros, externo o muito obrigado à instituição Irmãos Maristas. Obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – A Mesa comunica à Casa que, por decisão do Presidente do Congresso Nacional, a sessão marcada para hoje foi adiada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Com a palavra o último orador da sessão solene, o honrado e emblemático Deputado Luiz Buaiz, do Espírito Santo, que falará pelo PL.

O SR. LUIZ BUAIZ (PL – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, autoridades aqui já nomeadas, professores e alunos maristas, meus senhores, minhas senhoras, aos dez anos de idade e no período de 1932 a 1937 fui interno no Colégio Marista São José, na Tijuca, no Rio de Janeiro.

Posso hoje avaliar o trabalho sério e honesto na formação do caráter de seus alunos.

Muitos vitoriosos ocuparam e ocupam cargos da maior responsabilidade ao longo destes anos. Da minha geração, alguns foram Ministros de Estado.

Com muita alegria, vejo no plenário a pequena aluna marista Enza Rafaela, filha de uma admirável Parlamentar, Deputada Rita Camata, representante do meu Estado, que nasceu numa região do Espírito Santo que formou alguns admiráveis Irmãos Maristas.

Com formação cristã, entendemos que Deus existe e que o único temor é o de Deus.

Guardo admiráveis recordações dos seis anos vividos no internato, na confraternização com tantos outros que vinham de vários recantos do País.

Há poucos anos fui conhecer o Santuário de Lurdes, tão decantado pelos Irmãos Maristas, muitos dos quais originários da França.

Lembro-me de um professor, Irmão Marista, que no curso da Segunda Guerra voltou à França para lutar pelos ideais da democracia e do cristianismo.

Aqui fica minha modesta e saudosa homenagem àqueles que formaram gerações de cidadãos brasileiros, moldando seu espírito nos princípios maiores que constituem parâmetro de honestidade, solidariedade, dedicação e amor ao nosso Brasil.

Parabéns, Irmãos Maristas! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Senhoras e Senhores, outro dia, há cinqüenta anos, como orador da minha turma no Colégio São José, no Rio de Janeiro, no Alto da Boa Vista, terminava meu discurso com a seguinte afirmação: "Um colégio que se deixa, um diploma que se leva e uma vida nova que se começa".

Ainda bem que tive a oportunidade de ver a comemoração dos 100 anos da presença dos Irmãos Maristas no Brasil. Por isso mesmo, na reverência aos meus Professores Mário Marciano, o Boca, Ático Rubini e ao Estevão Zepelin, quero dizer que a Câmara dos Deputados, pela inspiração do ilustre Sr. Deputado Nelson Marchezan, deu aos Irmãos Maristas brasileiros o sentido da sua gratidão e o reconhecimento da sua amizade. Que a gratidão e a amizade só terminem no dia em que Deus envelhecer. (Palmas.)

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Trad) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 189ª Sessão, em 22 de outubro de 1997

Presidência dos Srs. Michel Temer, Presidente; Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, Paulo Paim, 3º Secretário, José Maurício, 1º Suplente de Secretário, Nilson Gibson, Manoel Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Michel Temer
Severino Cavalcanti
Ubiratan Aguiar
Nelson Trad
Paulo Paim
Efraim Morais
José Maurício
Luciano Castro.

Roraima

Alceste Almeida – Bloco–PMDB; Francisco Rodrigues – PTB; Luis Barbosa – PPB; Roberio Araujo – PPB.

Amapá

Antonio Feijão – PSDB; Eraldo Trindade – PPB; Fátima Pelaes – PSDB; Gervasio Oliveira – Bloco –PDT; Murilo Pinheiro – PFL; Sergio Barcellos – PFL; Valdenor Guedes – PPB

Pará

Anivaldo Vale – PSDB; Asdrubal Bentes – Bloco – PMDB; Benedito Guimarães – PPB; Elcione Barbalho – Bloco–PMDB; Geraldo Pastana – Bloco –PT; Gerson Peres – PPB; Giovanni Queiroz – Bloco – PDT; José Priante – Bloco–PMDB; Mário Martins–Bloco–PMDB; Nicias Ribeiro – PSDB; Olavio Rocha – PSDB; Paulo Rocha – Bloco–PT; Raimundo Santos – PFL; Socorro Gomes – Bloco– PCdoB; Vic Pires Franco – PFL

Amazonas

Alzira Ewerton – PSDB; Atila Lins – PFL; Claudio Chaves – PFL; João Thome Mestrinho – Bloco–PMDB; Luiz Fernando – PPB; Pauderney Avelino – PFL

Rondônia

Confucio Moura – Bloco–PMDB; Euripedes Miranda – Bloco–PDT; Expedito Junior – PFL; Marinha Raupp – PSDB; Moises Bennesby – PSDB; Oscar Andrade – PFL; Silvernani Santos – PFL.

Acre

Carlos Airton – PPB; Celia Mendes – PPB; Chicão Brigido – Bloco–PMDB; Emilio Assmar – PPB; João Tota – PPB; Osmir Lima – PFL; Regina Lino – Bloco–PMDB; Zila Bezerra – PFL

Tocantins

Antonio Jorge – PFL; Darci Coelho – PFL; Dolores Nunes – PFL; Freire Junior – Bloco– PMDB; Osvaldo Reis – PPB

Maranhão

Alberico Filho – Bloco–PMDB; Antonio Joaquim Araujo – PL; Cesar Bandeira – PFL Haroldo Sabóia – Bloco–PT; Magno Bacelar – PFL; Neiva Moreira – Bloco–PDT; Pedro Novais – Bloco–PMDB; Remi Trinta – PL; Roberto Rocha – PSDB; Sarney Filho – PFL; Sebastião Madeira – PSDB

Ceará

Aecio de Borba – PPB; Aníbal Gomes – PSDB; Antonio Balhmann – PSDB; Arnon Bezerra – PSDB; Edson Silva – PSDB; Firmo de Castro – PSDB; Gonzaga Mota – Bloco–PMDB; Inácio Arruda – Bloco–PCdoB; José Linhares – PPB; José Pimentel – Bloco–PT; Leonidas Cristino – PPS; Paulo Lustosa – Bloco–PMDB; Pimentel Gomes – PSDB; Pinheiro Landim – Bloco–PMDB; Raimundo Gomes de Matos – PSDB; Vicente Arruda – PSDB.

Piauí

Alberto Silva – Bloco–PMDB; Ari Magalhães – PPB; B. Sá – PSDB; Ciro Nogueira – PFL; Felipe Mendes – PPB; João Henrique – Bloco–PMDB; Julio Cesar – PFL; Mussa Demes – PFL; Paes Landim – PFL

Rio Grande do Norte

Augusto Viveiros – PFL; Betinho Rosado – PFL; Cipriano Correia – PSDB; Henrique Eduardo Alves – Bloco–PMDB; Ibere Ferreira – PPB.

Paraíba

Adauto Ferreira – PFL; Alvaro Gandencio Neto – PFL; Armando Abilio Bloco–PMDB; Enivaldo Ribeiro – PPB; Gilvan Freire – PSB; Ivandro Cunha Lima – Bloco–PMDB; José Luiz Clerot – Bloco–PMDB; Wilson Braga – PSDB

Pernambuco

Ademir Cunha – PFL; Alvaro Ribeiro – PSB; Antonio Geraldo – PFL; Fernando Ferro – Bloco–PT; Gonzaga Patriota – PSB; Humberto Costa – Bloco – PT; Inocencio Oliveira – PFL; João Colaco – PSB; Jose Chaves – Bloco–PMDB; José Jorge – PFL; Nilson Gibson – PSB; Pedro Correa – PPB; Roberto Fontes – PFL; Salatiel Carvalho – PPB; Silvio Pessoa – Bloco–PMDB; Vicente Andre Gomes – PSB; Wolney Queiroz – Bloco – PDT.

Alagoas

Alberico Cordeiro – PTB; Benedito de Lira – PFL; Ceci Cunha – PSDB; Jose Thomaz Nono – PSDB; Moacyr Andrade – PPB

Sergipe

Adelson Ribeiro – PSDB; Carlos Magno – PFL; Marcelo Deda – Bloco–PT; Pedro Valadares – PSB

Bahia

Alcides Modesto – Bloco–PT; Benito Gama – PFL; Claudio Cajado – PFL; Colbert Martins – PPS; Coriolano Sales – Bloco–PDT; Domingos Leonelli – PSB; Eujacio Simões – PL; Felix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – Bloco–PMDB; Haroldo Lima – Bloco–PCdoB; Jaime Fernandes – PFL; Jairo Azi – PFL; Jaques Wagner – Bloco–PT; João Almeida – PSDB; João Carlos Bacelar – PFL; João Leão – PSDB; Jonival Lucas – PFL; José Carlos Aleluia – PFL; José Lourencio – PFL; José Rocha – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luiz Alberto – Bloco –PT; Luiz Braga – PFL; Luiz Moreira – PFL; Manoel Castro – PFL; Mario Negromonte – PSDB; Pedro Irujo – Bloco–PMDB; Prisco Viana – PPB; Roberto Santos –

PSDB; Sergio Carneiro – Bloco –PDT; Severiano Alves – Bloco–PDT; Simara Ellery – Bloco–PMDB; Ursicino Queiroz – PFL.

Minas Gerais

Ademir Lucas – PSDB; Antonio do Valle – Bloco– PMDB; Aracely de Paula – PFL; Armando Costa – Bloco–PMDB; Bonifácio de Andrada – PSDB; Danilo de Castro – PSDB; Elias Murad – PSDB; Eliseu Resende – PFL; Francisco Horta – PFL; Genesio Bernardino – Bloco–PMDB; Herculano Anghinetti – PPB; Hugo Rodrigues da Cunha – PFL; Jaime Martins – PFL; Joana Darc – Bloco–PT; João Fassarella – Bloco–PT; João Magalhães – Bloco– PMDB; José Rezende – PPB; José Santana de Vasconcellos – PFL; Lael Varella – PFL; Marcos Lima – Bloco–PMDB; Maria Elvira – Bloco–PMDB; Mario de Oliveira – PPB; Mauro Lopes – Bloco– PMDB; Neif Jabur – PPB; Nilmario Miranda – Bloco–PT; Octavio Elisio – PSDB; Odelmo Leão – PPB; Osmanio Pereira – PSDB; Paulo Delgado – Bloco–PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belem – PFL; Roberto Brant – PSDB; Romel Anizio – PPB; Ronaldo Perim – Bloco–PMDB; Saraiva Felipe – Bloco–PMDB; Sergio Miranda – Bloco–PCdoB; Silvio Abreu – Bloco–PDT; Tilden Santiago – Bloco–PT; Vittorio Medioli – PSDB; Wagner do Nascimento – PPB; Zaire Rezende – Bloco–PMDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes – Bloco–PMDB; João Coser – Bloco–PT; Luiz Buaiz – PL; Luiz Durão – PFL; Marcus Vicente – PSDB; Nilton Baiano – PPB; Rita Camata – Bloco–PMDB; Roberto Valadão – Bloco–PMDB

Rio de Janeiro

Alcione Athayde – PPB; Aldir Cabral – PFL; Alexandre Cardoso – PSB; Alexandre Santos – PSDB; Arolde de Oliveira – PFL; Candinho Mattos – PSDB; Carlos Alberto Campista – PFL; Carlos Santana – Bloco–PT; Eurico Miranda – PTB; Fernando Gonçalves – PTB; Fernando Lopes – Bloco–PDT; Francisco Silva – PPB; Jair Bolsonaro – PPB; Jandira Feghali – Bloco–PCdo B; João Mendes – PPB; Jorge Wilson – Bloco– PMDB; José Carlos Coutinho – PFL; José Carlos Lacerda – PSDB; José Egydio – PFL; Laprovita Vieira – PPB; Laura Carneiro – PFL; Lima Netto – PFL; Milton Temer – Bloco–PT; Miro Teixeira – Bloco–PDT; Moreira Franco–Bloco – PMDB; Noel de Oliveira – Bloco–PMDB; Osmar Leitão – PPB; Paulo Feijó – PSDB; Roberto Campos – PPB; Ronaldo Cezar Coelho – PSDB; Ronaldo Santos – PSDB; Rubem Medina – PFL; Sergio Arouca – PPS; Simão Sessim – PPB

São Paulo

Adhemar de Barros Filho – PPB; Alberto Goldman – PSDB; Aldo Rebelo – Bloco–PCdoB; Almino Affonso – PSB; Aloysio Nunes Ferreira – PSDB; Antonio Carlos Pannunzio – PSDB; Arlindo Chinaglia – Bloco–PT; Arnaldo Faria de Sá – PPB; Ary Kara – PPB; Carlos Apolinário – Bloco –PMDB; Carlos Nelson – Bloco–PMDB; Celso Russomanno – PPB; Corauci Sobrinho – PFL; Cunha Bueno – PPB; Cunha Lima – PPB; Dalila Figueiredo – PSDB; De Velasco – Bloco–PRONA Delfim Netto – PPB; Duilio Pisaneschi – PTB; Edinho Araujo – Bloco–PMDB; Eduardo Coelho – PSDB; Fausto Martello – PPB; Fernando Zuppo – Bloco–PDT; Franco Montoro – PSDB; Helio Bicudo – Bloco–PT; Jair Meneguelli – Bloco–PT; João Paulo – Bloco–PT; José Aníbal – PSDB; José Coimbra – PTB; José de Abreu – PSDB; José Genoíno – Bloco–PT; José Machado – Bloco–PT; José Pinotti – PSB; Koyu Iha – PSDB; Luciano Zica – Bloco–PT; Luiz Eduardo Greenhalgh – Bloco–PT; Luiz Maximo – PSDB; Marcos Vinicius de Campos – PFL; Marquinho Chedid – Bloco–PSD; Marta Suplicy – Bloco–PT; Nelson Marquezelli – PTB; Paulo Lima – PFL; Pedro Yves – PPB; Ricardo Izar – PPB; Robson Tuma – PFL; Salvador Zimbaldi – PSDB; Silvio Torres – PSDB; Tuga Angerami – PSDB; Vadao Gomes – PPB; Valdemar Costa Neto – PL; Vicente Cascione – PTB; Wagner Rossi – Bloco–PMDB; Zulaie Cobra – PSDB.

Mato Grosso

Murilo Domingos – PTB; Pedro Henry – PSDB; Rodrigues Palma – PTB; Tete Bezerra – Bloco–PMDB; Welinton Fagundes – PL

Distrito Federal

Agnelo Queiroz – Bloco–PCdoB; Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PPB; Chico Vigilante – Bloco–PT; Jofran Frejat – PPB; Osorio Adriano – PFL

Goiás

Aldo Arantes – Bloco–PCdoB; João Natal – Bloco –PMDB; Jovair Arantes – PSDB; Lidia Quinan – Bloco–PMDB; Marconi Perillo – PSDB; Maria Valadão – PTB; Nair Xavier Lobo – Bloco–PMDB; Orcino Gonçalves – Bloco–PMDB; Pedro Canedo – PL; Pedro Wilson – Bloco–PT; Roberto Balestra – PPB; Sandro Mabel – Bloco–PMDB; Vilmar Rocha – PFL

Mato Grosso do Sul

Dilso Sperafico – PSDB; Flavio Derzi – PPB; Marcal Filho – PSDB; Marilu Guimarães – PFL; Marisa Serrano – PSDB; Saulo Queiroz – PFL

Paraná

Abelardo Lupion – PFL; Affonso Camargo – PFL; Alexandre Ceranto – PFL; Chico da Princesa – PTB; Dilceu Sperafico – PPB; Djalma de Almeida Cesar – Bloco–PMDB; Fernando Ribas Carli – Bloco–PDT; Flavio Arns – PSDB; Hermes Parcianello – Bloco–PMDB; João Iensen – PPB; José Borba – PTB; José Janene – PPB; Luciano Pizzatto – PFL; Luiz Carlos Hauly – PSDB; Max Rosenmann – PSDB; Nedson Micheleti – Bloco–PT; Nelson Meurer – PPB; Odilio Balbinotti – PSDB; Paulo Bernardo – Bloco–PT; Paulo Cordeiro – PFL; Renato Johnsson – PSDB; Ricardo Barros – PPB; Ricardo Gomyde – Bloco–PCdoB; Valdomiro Meger – PFL; Werner Wanderer – PFL

Santa Catarina

Edinho Bez – Bloco–PMDB; Edison Andrino – Bloco –PMDB; João Pizzolatti – PPB; José Carlos Vieira – PFL; Mario Cavallazzi – PPB; Milton Mendes – Bloco–PT; Neuto de Conto – Bloco– PMDB; Paulo Bauer – PFL; Paulo Bornhausen – PFL; Paulo Gouvea – PFL; Serafim Venzon – Bloco –PDT; Valdir Colatto – Bloco–PMDB

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPB; Airton Dipp – Bloco–PDT; Augusto Nardes – PPB; Carlos Cardinal – Bloco–PDT; Darcisio Perondi – Bloco–PMDB; Enio Bacci – Bloco–PDT; Esther Grossi – Bloco–PT; Fetter Junior – PPB; Germano Rigotto – Bloco–PMDB; Jair Soares – PPB; Jarbas Lima – PPB; Julio Redecker – PPB; Luis Roberto Ponte – Bloco–PMDB; Matheus Schmidt – Bloco–PDT; Nelson Harter – Bloco–PMDB; Nelson Marchezan – PSDB; Odacir Klein – Bloco–PMDB; Osvaldo Biolchi – PTB; Paulo Ritzel – Bloco– PMDB; Renan Kurtz – Bloco–PDT; Valdeci Oliveira – Bloco–PT; Waldomiro Fioravante – Bloco–PT; Wilson Cignachi – Bloco–PMDB; Yeda Crusius – PSDB.

I – ABERTURA DE SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 396 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. JOSÉ MAURÍCIO, 1º suplente de secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual, sem observações, é aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Alcides Modesto.

O SR. ALCIDES MODESTO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito pesar que venho registrar, da tribuna da Câmara dos Deputados, fato ocorrido na semana passada: o assassinato do companheiro, militante e dirigente do Partido dos Trabalhadores, Fulgêncio Manoel da Silva, na agrovila do Projeto Caraíbas, que trata do reassentamento dos atingidos pela Barragem do Itaparica, no estado de Pernambuco.

Fulgêncio representava uma grande liderança sindical do movimento dos atingidos por barragens, desde os primeiros anos desse movimento, quando trabalhamos juntos. O nosso tão conhecido Fulgêncio era ainda um grande poeta da literatura de cordel. Já fizemos várias referências a seu trabalho desta tribuna, juntamente com outras lideranças do pólo sindical do Rio São Francisco.

Fulgêncio, hoje, é conhecido internacionalmente pela repercussão do seu trabalho na Organização Nacional dos Atingidos por Barragens. Até mesmo instituições internacionais têm dado apoio a esse movimento pelo reassentamento das populações prejudicadas pelos projetos e pelas grandes obras hidrelétricas neste País que se espalhou pelo Brasil inteiro. Além disso, devemos registrar o homem, pai de família exemplar, cidadão de sensibilidade poética e humana na defesa da vida e do meio ambiente, sobretudo a coerência da solidariedade permanente nas lutas dos seus semelhantes e das populações mais carentes de Pernambuco e da Bahia.

Fiquei profundamente chocado, depois de ter estado nos funerais desse companheiro em Pernambuco, com o quadro que se apresenta naquelas agrovilas, que são fruto de um trabalho de mais de quinze anos na busca da solução dos problemas daquelas populações, pelo qual o Governo Federal tem

responsabilidade direta, porque foi quem provocou o problema. Essas populações viviam bem às margens do Rio São Francisco, com suas roças irrigadas, seus pequenos projetos de água elaborados e construídos por seus próprios esforços, sem apoio algum de Governo, e tudo isso é destruído. Estamos ainda num processo de reassentar essas populações e de dar-lhes as condições mínimas para continuarem as suas atividades de agricultores, considerados e caracterizados como pequenos irrigadores.

É esse amplo movimento que tinha a liderança deste grande trabalhador que foi Fulgêncio Manoel da Silva, a quem presto esta homenagem ao tempo em que cobro do Governo Federal, mais uma vez, a sua total omissão para o clima de insegurança, de criminalidade e de impunidade que está reinando naquela região da Bahia e de Pernambuco.

É preciso que medidas urgentes sejam tomadas para restabelecer a paz e a tranqüilidade daquelas famílias. Não é possível que eles fiquem reféns das quadrilhas dos traficantes e, sobretudo, daqueles prepostos dos órgãos públicos, que devem prestar assistência técnica e se utilizam dos seus cargos para se aproveitar de recursos, que deveriam estar bem empregados na construção dos projetos alternativos de irrigação, em benefício próprio. Muitas vezes eles se colocam contrários às propostas e aos projetos dos trabalhadores. Quero, portanto, solicitar do Ministro da Justiça, da Polícia Federal, do Sr. Presidente da República, uma intervenção mais enérgica, mais firme para conter a criminalidade que reina nas agrovilas dos atingidos pela barragem.

É com este apelo que presto minha homenagem ao nobre, grande e inesquecível companheiro de luta de longos anos, Fulgêncio Manoel da Silva, por ocasião desse bárbaro acontecimento que fulminou a sua vida.

Quero mais uma vez também pedir ao Governo do Estado de Pernambuco que tenha mais presteza com o seu aparelho de segurança para conter a criminalidade naquelas agrovilas, e faço o mesmo apelo ao aparelho de segurança do estado da Bahia a respeito das agrovilas do nosso Estado.

Com estas palavras, finalizo o meu pronunciamento, prestando a minha grande homenagem a esse grande batalhador, a esse grande líder sindical, a esse grande homem e cidadão brasileiro Fulgêncio Manoel da Silva.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Alcides Modesto, o Sr. Paulo Paim, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maurício, 1º Suplente de Secretário.

SR. PRESIDENTE (José Maurício) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar nesta oportunidade os membros da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público por terem aprovado, na manhã de hoje, projeto que regulamenta a profissão de professor de educação física, de autoria do falecido Deputado Eduardo Mascarenhas. Inclusive, faço este registro em memória de S. Exª Faço uma referência especial ao Deputado Paulo Rocha, que foi Relator da matéria – tive a felicidade de ser seu Relator na Legislatura anterior. S. Exª, depois de ouvir todos os setores envolvidos nessa questão tão importante, manteve quase na íntegra o trabalho que havíamos iniciado, ampliando-o, e foi muito feliz na sua articulação, pois conseguiu que o projeto fosse aprovado por unanimidade na Comissão do Trabalho, o que significa um gol a favor dos professores de educação física.

Quero também, Sr. Presidente, fazer uma referência especial ao Deputado Olavo Pires, relator de um projeto de nossa autoria que propõe a criação de uma Ouvidoria nesta Casa para todos os assuntos relacionados à discriminação. S. Exª acabou apresentando um substitutivo, inclusive com o auxílio de projetos de outros Parlamentares, e conseguiu que o mesmo também fosse aprovado na Comissão. Neste momento, ele se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Quando encaminhamos esse projeto da criação da Ouvidoria à Casa, inspirado na legislação dos Estados Unidos, a nossa intenção foi combater principalmente o preconceito racial. O projeto relatado por Olavo Pires ampliou essa intenção, a fim de combater todo tipo de preconceito, que era o leito natural do projeto original.

Esse projeto, que não trará despesa alguma para esta Casa, para o Executivo, nem envolve o empresariado nacional, vem na linha de fortalecer a cidadania plena daqueles que, de uma forma ou de outra, são discriminados neste País. Essa Ouvidoria, num primeiro momento, seria uma instância onde aquele que se sentisse atingido poderia recorrer para ser ouvido, assim como a parte acusada poderia também dar o seu depoimento. A partir daí, encaminharíamos para as instâncias devidas dentro do processo que entendemos que deve ser instalado em casos como esses.

Esses dois projetos, Sr. Presidente, no nosso entendimento, só engrandecem a Comissão do Trabalho, os Relatores e aqueles que, de uma forma ou

outra, contribuíram para que os mesmos fossem não só elaborados como também aprovados.

Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, que o projeto do Estatuto do Idoso foi remetido a todos os Parlamentares da Casa. Quero agradecer, desde já, aos Deputados pela forma simpática e cortês com que estão recebendo esse projeto e se prontificando a aprová-lo em plenário, já que ele está com requerimento de urgência urgentíssima.

Temos visto na imprensa escrita, falada, nos jornais alternativos e na própria televisão que a questão da terceira idade está hoje em debate nacional e internacional. Todos devemos ter muito carinho com os idosos, ou seja, com aqueles que fazem parte da famosa terceira idade.

Por isso, Sr. Presidente, espero que esse requerimento de urgência urgentíssima do Estatuto do Idoso seja aprovado no Plenário desta Casa o mais rápido possível, a fim de que consigamos, ainda neste ano, aprovar essa matéria.

Outro assunto, Sr. Presidente. "Prioridade para a educação" são belas palavras, de uso intensivo em campanhas eleitorais, mas de pouca efetividade nos programas de Governo. Salvo algumas iniciativas isoladas, as prioridades educacionais costumam ficar limitadas à retórica e propaganda.

Um bom exemplo são as faixas que o Ministério da Educação espalhou pelos edifícios da Esplanada dos Ministérios. Elas dizem o óbvio: "O Brasil quer toda criança na escola".

Embora seja assim, é grande o número de crianças em idade de ensino elementar, entre 7 e 8 anos, que nunca freqüentou a escola. Pelos dados da UNESCO, o Brasil é o campeão da repetência na primeira série do 1° grau (54%), superando a Colômbia (43,8%), a Bolívia (38,4%), o Peru (29%), o Equador (28,2%) e o Paraguai (27,6%). Somos liderança também com relação ao tempo que demoram para concluir as quatro primeiras séries E mais: apenas 33% dos alunos concluem o 1º grau.

O Brasil quer toda criança na escola, mas escola não é depósito de crianças que vivem ao desabrigo. Além de colocar todas as crianças na escola, precisamos reduzir drasticamente os índices de evasão e repetência. Precisamos valorizar a atividade docente, com melhores salários e condições de aperfeiçoamento, assim como a adoção de novas práticas pedagógicas.

O Governo FHC promete colocar todas as crianças na escola. Nosso receio é de que o programa Toda Criança na Escola deixe de ser um desafio de política educacional, para se transformar em um instrumento de política eleitoral, a serviço da reeleição.

Se o Brasil quer ver toda criança na escola (e sobre isso não restam dúvidas) a questão se desloca para os recursos e as ações práticas que devem viabilizar essa vontade nacional. Esperamos que não sejam gastos em propaganda de fundo eleitoral os recursos necessários para executar o programa Toda Criança na Escola.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para registrar o esforço da Câmara Municipal de Itaituba em apurar denúncias de irregularidade em andamento na Reserva Garimpeira do Tapajós, através de empresas internacionais interessadas em controlar aquela imensa área. Trata-se da Reserva Garimpeira criada em 1983, com 2,6 milhões de hectares, que se estende pelos Municípios de Itaituba e Jacareacanga, no Estado do Pará, cuja finalidade era a exploração e lavra de ouro pelos garimpeiros avulsos organizados em forma de cooperativa.

Notícias veiculadas pela imprensa de Santarém e Itaituba dão conta de que empresas estrangeiras estão utilizando "laranjas" para obter alvarás de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – em torno de 20 mil permissões – numa extensa área de 1 milhão de hectares, tendo como fonte as informações já prestadas à Comissão da Câmara Municipal de Itaituba pelo Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro de Tapajós, Wagner Domingos Fonseca, e pelo Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Itaituba, Léo Resende.

A província mineral do Tapajós ou, mais precisamente, a potencialidade das minas de ouro do Tapajós são de pleno conhecimento dos órgãos federais encarregados da pesquisa e normalização da exploração desse mineral. Não se pode admitir que o DNPM ou qualquer outro órgão do Governo, como a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará, não tenham detectado essa manobra levantada pelos Vereadores de Itaituba. É necessário que providências urgentes em apoio aos trabalhos da Câmara sejam tomadas para o esclarecimento integral da questão.

As denúncias continuam com a citação de sete "laranjas" domiciliados em São Paulo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, que envolvem empresas como a Homstake e a RTZ. Conforme o Presidente

da Comissão Especial da Câmara de Itaituba, a questão não é saber se do ponto de vista da legislação os pedidos são de cunho legal ou não. O fato é que esses pedidos de lavra estão em áreas há muitos anos ocupadas efetivamente pelos garimpeiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como se já não bastassem os sacrifícios de milhares de homens simples e trabalhadores, muitos perdendo a própria vida e que ficaram enterrados naquela terra em busca de uma alternativa qualquer, como se já não bastassem os sacrifícios pela ausência de infra-estrutura de saúde e outros serviços sociais para estes homens, vítimas de terríveis doenças, como se não bastasse o compulsório afastamento de suas famílias e lares, são agora vítimas de novas ameaças: o poder de empresas internacionais que, sob a ótica de legalidade, enfrentam o Governo, que deve ser o principal responsável pela proteção daquela população.

Não vou entrar no mérito da questão, mas quero, como representante do Vale do Tapajós, providências imediatas do Ministério das Minas e Energia, através de seus órgãos específicos, com o objetivo de esclarecer a pendência e dar à população garimpeira uma resposta transparente de suas ações. Para tanto, é preciso apoiar integralmente os trabalhos da Câmara Municipal de Itaituba para esclarecimento definitivo de tudo e reversão da situação, se for o caso.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no jornal **Hoje na Câmara** e no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO PAULO (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ocupo esta tribuna para apresentar os números do desemprego referentes ao mês. E são somente os números referentes à Capital e Grande São Paulo. O Dieese e a Fundação Seade mostraram para o País inteiro, no dia de ontem, que 16,3% da População Economicamente Ativa da Grande São Paulo está desempregada. Em números absolutos significa que mais de 1 milhão e 400 mil trabalhadores estão sem trabalho. E o mais grave é que tradicionalmente o mês de setembro registra uma queda do desemprego. É neste período que a indústria se prepara para a temporada de aquecimento do final do ano.

É verdade, e quero ressalvar, Sr. Presidente, que uma das razões do desemprego é a remodelação estrutural, através principalmente da informatização de grandes setores da economia. Processo que vem atingindo países do mundo inteiro. Entretanto, no caso brasileiro, a razão básica do desemprego é conjuntural. A política econômica levada a cabo pelo Governo FHC é a maior responsável pelos índices de desemprego, que como vemos todo mês aumenta.

Além disso, se analisarmos comparativamente os dados do desemprego com outros indicadores, como o de inadimplência, o quadro da crise fica mais evidente e muito mais preocupante.

Essa política de ordem neoliberal, acoplada a uma visão de globalização subordinada e submissa, tem levado nosso País a assistir impotente o aumento do desemprego, a destruição do nosso parque industrial, a asfixia de setores inteiros, impossibilitados de competir com produtos importados – exemplo do setor têxtil e o de brinquedos (que está respirando momentaneamente por medidas positivas de proteção) – e outros por não conseguirem colocar novos produtos em outros mercados, como é o caso do setor calçadista.

Este Governo avança feroz e avidamente na destruição do nosso estado, que sem dúvida nenhuma foi o grande responsável pelo progresso do País e levou nossa economia a ser a nona do mundo.

Gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para além de buscar as razões econômicas do neoliberalismo e sua globalização, apontar, do meu ponto de vista, a brutalidade maior deste modelo: a) aprofunda o individualismo; b) tenta convencer a sociedade de que só existe a saída deles, econômica com o neoliberalismo e individual com o esforço pessoal de cada um; c) não se indignar perante a injustiça, a fome e a miséria; d) de que se você não está com eles, é atrasado, antigo.

Vejamos dois exemplos recentes e concretos da perversidade do momento:

1. na capital de São Paulo surgiu uma nova profissão autônoma, a de motorista de lotação. Porém, ameaçava os empregos dos motoristas dos ônibus coletivos. Além disso tem reduzido os passageiros dos táxis. É o motorista e cobrador de ônibus contra o lotação, pois este retira seus empregos. É o taxista contra o lotação, pois retira passageiros reduzindo seu ganho diário. Conclusão: é a briga dos excluídos. Trabalhador contra trabalhador, pobre contra pobre;

2. desempregado consegue um bico para se virar e ganhar o arroz e feijão do dia. Vai vender qualquer bugiganga. Primeiro entra em confronto com os pequenos comerciantes. Segundo, é impedido de trabalhar. Ora, que mundo é este em que o cidadão não tem trabalho e é proibido de buscar alternativas para sustentar a família?

E aí, Sr. Presidente, a cretinice de alguns começa a perpassar a sociedade na busca de soluções para segurança. Querem combater a conseqüência, não a causa.

Olho para o futuro próximo com desânimo. O Presidente FHC não vai mudar sua política econômica, continuará tocando uma economia que entrará no sexto ano com um crescimento medíocre de 4% ao ano. Crescimento este incapaz de absorver a mão-de-obra que ascende ao mercado de trabalho.

Destrói o Estado e retira sua capacidade de auxiliar e dirigir o desenvolvimento do País. Reduz no Orçamento para 1998 os investimentos nas áreas sociais na ordem de 20%. Em compensação aumenta para 45% o pagamento de juros da dívida.

Encerro esperando que no próximo mês eu não precise vir aqui novamente alertar para o quadro de caos em que o Brasil caminha.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ LINHARES (PPB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as cidades se parecem com as pessoas. Analisando o ser humano, chegamos a descobrir nele duas dimensões, o corpo e a alma, o físico e o psíquico, e é justamente a simbiose desses dois elementos que forma a natureza intrínseca dos seres racionais.

Quando percorremos as ruas de uma cidade, vamos descobrindo em cada esquina, em cada curva, a história de sua origem, o feito dos seus homens, a grandeza do seu povo. No próximo dia 25 de outubro, a cidade de Ipueiras completará 114 anos de emancipação. Fundada pelo Pe. Francisco da Mota Souza Angelim, tem uma área territorial de 1.207 quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 40 mil habitantes.

Incrustada no coração do **hinterland** cearense, Ipueiras sempre primou por ser uma cidade pacata, altaneira, conduzindo suas ações pelo espírito de humanismo e cristianismo. É uma cidade próspera, que alonga os seus braços pelas serras e estende os seus tentáculos por outros distritos que formam o complexo de seu Município.

Nasceu sob o manto abençoado de sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição, devendo-se à influência da Virgem Mãe, o coração brando dos homens, a religiosidade das mulheres e o espírito lutador de seus filhos.

Do alto de uma colina, ergue-se a estátua do Cristo Redentor que, num amplo gesto, abençoa todos os que tiveram o privilégio de ali nascer. É importante salientar que no Distrito de Matriz de São Gonçalo foi construída, em 1857, uma igreja toda em pedra, que se constitui monumento vivo da fé de um povo.

Muitos filhos ilustres formam a moldura que engrandece a alma desta cidade, dentre os eclesiásticos podemos distinguir o Pe. Tupinambá Melo, Pe. Gonçalo de Pinho Gomes, Monsenhor Raimundo Cleano Moreira, Pe. Geraldinho Oliveira Lima, Pe. José Alves Saraiva, Pe. José Jackson Moura e outros luminares da Igreja.

No cenário político, ergue-se a figura de Aquiles Peres Mota, Deputado em várias Legislaturas e que em muito colaborou com os ideais perseguidos pelos cidadãos daquela cidade.

Na constelação dos intelectuais, destacam-se o jornalista Frota Neto, Assessor de Imprensa do ex-Presidente José Sarney, o consagrado poeta e escritor internacional, conhecido Gerardo Melo Mourão, o Prof. Costa Matos e muitas outras figuras de relevo no cenário beletrístico do Ceará.

Empresários bem-sucedidos como Elizeu Balacó, João de Lima Belém e Raimundo Melo Sampaio também ornam a história de Ipueiras.

Ipueiras, do alto dos seus 114 anos de emancipação, com a soberania do seu povo vem dizer ao Ceará, ao Brasil e a todos aqueles que privam do calor de sua amizade que continua perseguindo os valores cultivados pelos seus maiores.

Ipueiras tem o seu corpo formado pela arquitetura de seus edifícios, mas muito maior é sua alma generosa que se expressa no espírito acolhedor de sua gente.

Parabéns Ipueiras, hoje você entra para os Anais do Congresso Nacional, recebendo da Pátria votos para que prossiga trilhando as vias do progresso, da cidadania e da paz.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. EDISON ANDRINO (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, esta Casa reclama muito que o Congresso Nacional não é valorizado. No entanto, esta Câmara e seus Parlamentares contribuem para isso, quando não resolvem, de uma vez por todas, o problema das medidas provisórias.

Existe uma série de medidas provisórias em tramitação, sendo que sua grande maioria é desconhecida pelos Srs. Parlamentares. Refiro-me especialmente a uma – que é um absurdo – que traz con-

tradições jurídicas enormes e que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional com o único objetivo de conseguir recursos para o Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, trago algumas reflexões a respeito da Medida Provisória nº 1.567, que "dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação dos bens imóveis de domínio da União", com o intuito de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para os efeitos nocivos da referida medida, fonte de intranqüilidade para muitos brasileiros, sobretudo os habitantes de regiões litorâneas e ilhas costeiras.

Estas reflexões correspondem não só ao resultado de minha própria avaliação sobre a matéria, como também à de muitas outras pessoas que, em meu Estado, Santa Catarina, vêm estudando minuciosamente os termos da medida provisória, entre as quais políticos e autoridades locais, membros da OAB regional, ilustres acadêmicos e representantes de entidades empresariais, comunitárias e a própria Universidade Federal de Santa Catarina.

A medida provisória já está em sua oitava reedição. Ao que parece, a maior parte dos Parlamentares ainda não percebeu a gravidade dos efeitos da medida que propõe instrumentos impróprios à gestão do patrimônio público e, a pretexto de gerar recursos para o Tesouro, atropela direitos dos particulares. O Congresso Nacional, envolvido na discussão de matérias igualmente relevantes, ainda não pôde manifestar-se sobre o assunto, a exemplo de tantas outras proposições de mesma natureza das quais vem lançando mão o Poder Executivo.

Preliminarmente, cabe salientar que a medida provisória, embora tratando de matéria relevante, não atende ao requisito urgência. O Poder Executivo, sentindo a necessidade de revisão das regras pertinentes ao patrimônio imobiliário da União, deveria ter encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei correspondente, para que então se desse o adequado processo de discussão das alterações propostas à legislação vigente desde a primeira metade deste século, com a participação mais ampla dos Parlamentares e dos representantes dos segmentos sociais afetados. Ausente o pressuposto da urgência, a medida não reúne as condições necessárias à sua admissibilidade.

No mérito, são particularmente preocupantes as disposições da medida provisória que autorizam o Poder Executivo a transferir a gestão do patrimônio público à iniciativa privada, bem como as que lhe permitem a apropriação das benfeitorias realizadas pelos atuais ocupantes sem a devida indenização. Eis o que, entre outras disposições, a medida provisória estabelece:

– a pretexto de "agilizar" a regularização do patrimônio imobiliário federal, poderá o Executivo delegar à iniciativa privada, por meio de contrato e atividades como cadastramento, a demarcação, o registro, a fiscalização e a própria gestão dos imóveis da União. Sr. Presidente, gostaria de dizer a esta Casa que esta medida provisória chega ao cúmulo de permitir – e aqui para a nossa satisfação encontra-se a Deputada Rita Camata, Relatora da aludida medida – a privatização de patrimônio e espaço públicos como as praias do litoral brasileiro. Já encaminhamos ao Ministro da Justiça e ao Chefe da Casa Civil, Ministro Clóvis Carvalho, proposta nesse sentido, para que o Governo retire esta medida provisória, porque traz uma série de problemas a todos os ocupantes de terrenos de Marinha no litoral brasileiro;

– abre-se a possibilidade de que as entidades privadas contratadas exerçam a fiscalização dos imóveis federais, podendo embargar serviços e obras, aplicar multas e requisitar força policial – hipótese temerária, que a tímida ressalva "no que couber", presente no texto, não afasta;

– as mesmas empresas que vierem a executar projetos de parcelamento e urbanização poderão cobrar diretamente as receitas de ocupação e foros e, pelos trabalhos realizados, serão remuneradas com parte dessa receita ou do produto da alienação dos imóveis, podendo inclusive reter o equivalente à sua remuneração e transferir à União o restante dos recursos;

– não serão reconhecidos os direitos dos atuais ocupantes na hipótese de venda dos bens a terceiros, situação em que não caberá indenização pelas benfeitorias que tenham feito – é o Estado se locupletando à custa do esforço do particular;

– são mantidas e ampliadas distorções no instituto da cessão de uso de bens públicos, ao se permitir ao cessionário alienar, locar, arrendar e hipotecar os bens que lhe foram cedidos, inclusive de forma gratuita;

– permite-se, sem quaisquer ressalvas que possam proteger o interesse público, a cessão de uso de áreas de uso comum do povo, como as praias, para a realização de empreendimentos privados;

– embora inicialmente atribua ao Presidente da República ou ao Ministro da Fazenda as autorizações pertinentes à alienação de imóveis, inclusive a doação a outros órgãos e entidades públicas, a MP

admite a subdelegação, ou seja, decisões de tamanha importância estarão sendo transferidas sabe-se lá a que escalão.

Todos esses procedimentos, tão céleres quanto a súbita edição da medida provisória, têm por objetivo reforçar o Erário, não para a realização de obras ou programas de interesse social imediato, mas para a redução da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Particularmente preocupante é a situação dos habitantes das regiões litorâneas, que por certo são as mais visadas pela MP. Igualmente inquietante é a situação dos habitantes das ilhas costeiras que, pela Constituição de 1988, passaram a ser consideradas propriedade da União. Dessas ilhas, cabe destacar as que são Capitais de Estado, a saber: Florianópolis, em Santa Catarina; Vitória, no Espírito Santo; e São Luiz, no Maranhão. Nessas ilhas, pessoas que há anos vêm dando utilização produtiva aos imóveis, mas não detêm seu domínio, correm agora o risco de perder o fruto de tantos anos de esforço para ajudar a reforçar o caixa da União. Como a Constituição não permite usucapião de bens públicos, somente por mudança no texto constitucional poder-se-á resolver, com justiça, a situação desses brasileiros. Embora tramitem no Congresso propostas nesse sentido, o mais provável é que discussão de tamanha relevância seja atropelada pela MP, que a qualquer momento pode ser colocada em votação no plenário, sem o aprofundamento que a matéria merece.

Finalizo reiterando a necessidade de que os Parlamentares atentem para os termos da Medida Provisória nº 1.567, antes que, num piscar de olhos, venham a ser convertidas em lei todas as impropriedades apontadas.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa A Voz do Brasil.

O SR. LUIZ BUAIZ (PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1993 os servidores do patrimônio da União lutam por um plano de carreira.

Várias medidas provisórias foram editadas pelo Executivo, beneficiando milhares de servidores.

Infelizmente, apesar das promessas, não se concretizam as medidas de justiça que abrangeriam esses servidores.

A perversa política do Governo quanto ao funcionalismo agride e penaliza todos os antigos servidores, beneficiando muitos novos que agora ingressam no serviço público.

O meu apelo ao Exmo. Sr. Ministro Bresser Pereira é no sentido de que a questão seja analisada e se faça justiça aos antigos e dedicados servidores do patrimônio da União, de vez que não se estará abrindo nenhum precedente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NEIVA MOREIRA (Bloco/PDT – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero consignar nesta breve intervenção minhas congratulações ao Ministério da Aeronáutica pela posição do Ministro Lélio Lôbo contra a privatização do nosso sistema de aeroportos.

Na informação do jornal **O Globo**, "na avaliação da Aeronáutica, referendada pelo Ministro Lélio Lobo, o processo de privatização não está levando em conta o enorme esforço de recursos e energia colocado em prática a partir de 1973, quando a Infraero foi criada e o Brasil era um deserto de aeroportos."

Não há dúvidas de que o nosso País tem hoje um eficiente sistema de aeroportos que se desenvolve de maneira sistemática, avançando para cobrir todo o território nacional.

Colocar isso nas mãos da iniciativa privada seria encarecer os serviços, torná-los precários e dependentes da lucratividade. O fator de desenvolvimento regional, que tem sido constante nos planos da Infraero, estaria submetido aos interesses financeiros das concessionárias.

E a segurança nacional, onde ficaria? Para atender uma emergência, o Ministério teria de submeter decisões muitas vezes urgentes e complexas e consultas burocráticas aos concessionários, que decidiriam segundo os métodos e os objetivos das empresas privadas.

Sr. Presidente, mesmo em um programa inconseqüente, como o das privatizações no nosso País, há limites. Tentar privatizar os aeroportos, relacionados em todo o mundo com a segurança de cada país, é ir longe demais.

Devemos esperar que as ponderações patrióticas e justas da Aeronáutica sejam ouvidas e que esse projeto absurdo não encontre estímulo nem apoio nos altos escalões do Poder Público.

Estamos encaminhando à Mesa requerimento de informação dirigido ao Ministro da Cultura, em que solicitamos dados referentes às leis de incentivo ao cinema nacional.

Tais informações sobre projetos aprovados em 1996 e em 1997 são importantes no momento em que o cinema nacional adquire um novo impulso com a Lei do Audiovisual.

A nosso juízo, a renúncia fiscal para projetos culturais não atinge sequer 100 milhões de reais, o que mostra o quanto ainda não atendem à cultura. Há necessidade de medidas concretas e positivas nesse campo.

É essa a razão desse nosso requerimento de informação.

SR. JOSÉ CHAVES (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o futuro de um povo se faz pela vontade de seus homens.. É preciso coragem para vencer as adversidades. Mas para se mudar de uma situação para outra é necessário ter em mente duas coisas: saber para onde se quer ir e a união para transformar . É o que penso que falta hoje ao meu estado, pois, apesar de possuir um enorme potencial de desenvolvimento continua a amargar desempenhos medíocres em sua economia.

Semana passada, o IBGE divulgou mais uma taxa negativa para a economia de Pernambuco: a nossa indústria teve uma queda em suas atividades na ordem de 3,5%. É o quinto mês consecutivo de crescimento negativo. O acumulado de janeiro deste ano até o mês de agosto – mês de referência da última pesquisa – apresenta um recuo de 1,6% na atividade industrial do estado. Em um ano, o indicador permanece no vermelho: menos 2,3%. A indústria pernambucana já havia dado sinal de alerta em 1996, quando apresentou queda em 9,95% comparada com o desempenho de 1995. Estas taxas negativas refletem, naturalmente, na computação de nosso PIB.

O PIB de Pernambuco cresceu somente 3,4% em 1996. Foi o penúltimo desempenho da região Nordeste. Ficamos à frente, apenas, do Estado de Alagoas, que está praticamente falido. Na década de 70, possuíamos um quarto de toda economia nordestina, atualmente estabilizamos em torno dos 17% de participação na região. As razões para o empobrecimento de Pernambuco são muitas e não pretendo transformar este meu discurso num tratado de economia, mas me preocupam os motivos políticos que levaram a situação em que está Pernambuco.

O atual governo do estado se defende jogando a culpa para seus antecessores e para o Governo Federal, mas faz questão de esquecer que já está no seu segundo mandato recente e que não cabem mais estas explicações. O Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, o PRODEPE, por exemplo, só ficou pronto no final de 1995 e foi regulamentado em abril de 1996. Enquanto isso, estados como a Paraíba e o Ceará tomavam investimentos que poderiam ter sido implantados em meu estado. Diversos outros estados do Nordeste são mais ousados que Pernambuco. Nesses, seus dirigentes perceberam o quanto é importante irem atrás da iniciativa privada, criando facilidades e atraindo negócios. Esta é uma das funções principais dos Executivos Estaduais. É isso que faz o Presidente Fernando Henrique quando viaja ao exterior, é isso o que fez o Presidente Clinton quando esteve recentemente no Brasil. E perguntamos: o que faz o Governador Miguel Arraes neste sentido? Delega. Para se buscar investimentos, o que dá força, o que impulsiona as negociações é a presença do líder maior do Estado. Praticamente todos os Governadores do País têm esta postura de empreendedor de seu Estado, menos o nosso, embora credenciais não lhe faltassem.

Pernambuco é viável, Sr. Presidente, não temos nenhuma dúvida a respeito disso. Embora cresça em diversos segmentos a cultura do pessimismo, penso que vamos dar um basta a esta baixa autoestima que contamina parte de nosso povo. Louvo, por exemplo, a iniciativa do jornal **Diário de Pernambuco,** que promove, desde a última segunda-feira até hoje, o seminário "Economia de Pernambuco: um projeto para o futuro", junto com a Universidade Católica de Pernambuco e com o apoio do escritório regional do Itamaraty. Tenho acompanhado daqui o desenrolar deste importante seminário e partilho da opinião daqueles que pregam a necessidade da formulação urgente de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável para Pernambuco, negociado com diversos agentes sociais, econômicos e políticos, elaborando um espécie de contrato de desenvolvimento para o estado.

Para isso, no entanto, Sras. e Srs. Deputados, falta a capacidade de um líder em aglutinar forças nesta direção, uma liderança com credibilidade suficiente para somar energias dispersas, um promotor da motivação em torno de uma causa maior para o estado. Vejo na figura do ex-prefeito do Recife e líder em todas as pesquisas para a próxima eleição para o Governo de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, o aglutinador desse anseios.

A hora é de reflexão! A hora é de nos juntarmos; há saída política. No caminho em que se encontra o atual Governo, porém, Pernambuco continuará no seu regime de empobrecimento, que envergonha a todos que habitam o nosso estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ADYLSON MOTTA (PPB – RS. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está tramitando na Casa o Projeto de Lei nº 2.734,

que considero um dos maiores insultos à cultura, à ciência e ao aprimoramento profissional. É um projeto altamente demagógico.

Em 1960, ainda estudante de Odontologia, conheci esta Casa quando aqui vim combater um projeto de iniciativa do então Deputado Norberto Schmidt, que queria licenciar práticos em vez de incentivar a criação de escolas de Odontologia. Há dois ou três anos, o Senador Odacir Soares teve a mesma iniciativa e, agora, lamentavelmente, o Deputado Paes Landim apresenta um projeto com o mesmo teor.

Esclareço, Sr. Presidente, que no Brasil existem hoje 86 faculdades de Odontologia, afora as que ainda não são reconhecidas, e existem 54 pedidos de criação dessa mesma faculdade no MEC. Temos 144 mil 572 cirurgiões-dentistas formados trabalhando em nosso País e se formam, por ano, 7 mil e 500 profissionais.

O que existe é uma má distribuição, porque o Governo Federal em nenhum momento elegeu a Odontologia como uma das suas prioridades na área da saúde. É preciso que o Governo, de forma séria e corajosa, faça um plano de interiorização dos nossos profissionais, principalmente dos que estudam em escolas públicas, ou então criar novas escolas em pontos estratégicos para suprir as necessidades.

Sei, Sr. Presidente, assim como todo mundo sabe, dos problemas que existem num dos Estados mais pobres da nossa Federação na área da odontologia e da saúde em geral, mas não será esse o caminho para resolvê-los. Ao contrário, pessoas inabilitadas, credenciadas por uma lei desta Casa, vão cometer verdadeiras atrocidades em vez de resolver os problemas de saúde pública.

Sr. Presidente, sou advogado, bacharel em Direito, e também formado em Odontologia, tendo exercido a profissão. Por isso penso ter condições e autoridade para dizer que esse projeto, além de ser uma afronta, não dignifica um Deputado que o apresente, porque é um verdadeiro retrocesso. Numa época em que estamos lutando pelo acesso de todos ao ensino, pelo acesso dos nossos jovens às faculdades, pelo aprimoramento profissional, que não termina na faculdade, mas em cursos de pós-graduação, no momento em que queremos esses avanços na área da saúde, sinto-me constrangido e realmente envergonhado ao ver tramitando nesta Casa um projeto desse teor, que desqualifica uma profissão, a área da saúde e que nos dá a idéia de que não somos um país civilizado, mas, sim, uma tribo.

Sr. Presidente, imagine uma pessoa sem as mínimas condições e sem qualquer pré-requisito – nem o curso primário lhe é exigido –, de uma hora para outra, desde que venha, há quinze anos, cometendo charlatanismo, ter o direito de ser licenciada como profissional na área de odontologia.

Seria o mesmo que legalizar charlatões para o exercício da medicina ou a rabulice no exercício da advocacia. Seria um passo atrás, a negação de tudo aquilo que se pretende em termos de aprimoramento profissional no País.

Precisamos estender os benefícios da odontologia a todas as áreas do Brasil, mas não é este o caminho. O caminho deverá ser buscado pelo Ministério da Saúde, mediante programas de interiorização da saúde e incentivo a profissionais formados. Ou mesmo mediante criação de novas faculdades, para levar profissionais aos mais longínquos rincões do País.

Em meu nome pessoal e em nome de todas as entidades ligadas à área de odontologia do Brasil, quero deixar registrada a nossa inconformidade, a nossa discordância e o nosso formal protesto contra esse projeto de autoria do Deputado Paes Landim. Acredito que esta Casa jamais irá aprová-lo, mas deixo registrado o meu protesto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, a Comissão de Finanças e Tributação desta Casa recebeu o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que veio discorrer sobre o projeto de lei sobre lavagem de dinheiro que se encontra naquela Comissão.

Tivemos a oportunidade de ouvir um pronunciamento de excelente qualidade, ficando aquela Comissão bem esclarecida – e pretende S. Ex.ª esclarecer toda a Casa – sobre a importância desse projeto de lei para o País. O Ministro Nelson Jobim conseguiu distinguir o crime comum, o crime primário do secundário, a lavagem de dinheiro, que não está contemplada na legislação brasileira.

A Comissão de Finanças e Tributação, que tem a incumbência de analisar a adequação orçamentária e financeira e o mérito desse importante projeto, com as várias audiências públicas já feitas, está capacitando-se para apresentar à Casa suas sugestões e ponderações em relação ao mesmo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queremos comentar também a reforma do sistema tributário brasileiro. A Comissão Especial que trata dessa reforma está agora analisando a nova proposta trazida

pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, então Ministro em exercício. Essa proposta visa extinguir o ICMS, o IPI, a Contribuição sobre o Lucro e a Cofins e introduzir na legislação brasileira o imposto sobre o valor agregado, o imposto sobre vendas a varejo e o imposto seletivo, além de manter o Imposto de Renda, o Imposto de Comércio Exterior de Importação e Exportação, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana e o ITR. Estabelece, assim, um novo desenho do sistema tributário brasileiro. Tal proposta teve excelente acolhida na Casa e na Comissão Especial.

O nobre Deputado Mussa Demes, Relator da matéria, deverá discutir mais o assunto. Acredito, porém, que já foi dada a sinalização, o caminho. Cabe agora a esta Casa pronunciar-se a respeito.

Sr. Presidente, o terceiro assunto que desejo comentar diz respeito às finanças do meu estado. É com tristeza que registro a deterioração das finanças do governo do Paraná, que vem, nestes últimos três anos, administrando financeiramente o estado de maneira sofrível.

Em 1994, o Paraná despendia algo em torno de 60% da sua arrecadação líquida com a folha de pagamento; no ano seguinte, 1995, primeiro ano do Governo Jaime Lerner, a despesa saiu de 60% para 73%; no ano de 1996, para 77%, e, neste ano, caminha para os 90%. O Sr. Governador e o Sr. Secretário perderam o controle. É uma situação lamentável. O estado do Paraná sempre teve 20, 25% de poupança líquida para investimento.

Lamentamos ter de registrar esse fato. Queremos bem ao Paraná e não gostamos de vê-lo na contramão dos estados que equilibraram suas finanças, como é o caso de São Paulo, onde o Governador Mário Covas diminuiu a folha de pagamento, ajustou a máquina pública e passou a desenvolver um grande programa de investimentos.

Infelizmente, nós, que amamos o Paraná, repito, temos de fazer este registro negativo.

Sr. Presidente, eram os assuntos sobre os quais queríamos discorrer no dia de hoje.

Durante o discurso do Sr. Luiz Carlos Hauly, o Sr. José Maurício, 1º suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nilson Gibson, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nilson Gibson) – Com a palavra o nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (Bloco/PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os entreguistas devem estar eufóricos e os verdadeiros nacionalistas de cabelo em pé. Até 1999, ou daqui a dois anos, o Brasil deverá arrecadar 100 bilhões de dólares em privatização: 25 bilhões ainda este ano e os outros 65 bilhões nos próximos dois anos. Os otimistas do Governo, porém, esperam ainda mais, dependendo do ágio no momento da doação do nosso filé mignon – os setores elétrico e das telecomunicações. Para nós, simples mortais, estes números são estratosféricos, inimagináveis. Mas para o Governo neoliberal de FHC deve ser mais uma negociata, tantos são os bilhões de dólares que passam por suas mãos e tomam rumo certo, além fronteiras, num paraíso fiscal qualquer. Para eles pouco importa se estão entregando o País de mão beijada, desde que suas contas secretas fiquem cada vez mais secretas e recheadas.

A desolação é ainda maior quando sabemos que esta fortuna toda não será aplicada em favor da população brasileira. Pelo contrário. Nossos pobres nada verão, tampouco os setores sociais, notadamente educação, saúde e tantos outros que poderiam mudar radicalmente a cara do Brasil, tirando-o da liderança mundial do analfabetismo, da mortalidade infantil por desnutrição e doenças erradicáveis por vacinação, do desemprego e de mil outros males característicos do Terceiro Mundo.

Os argumentos favoráveis às privatizações todos já conhecemos de cor. O Governo neoliberal e a mídia amestrada fizeram verdadeira lavagem cerebral de convencimento da opinião pública de que o Governo deve apenas governar, gerir, não bancar o empresário preocupando-se com estatais que custaram suor e sangue de muita gente.

O neoliberalismo não se preocupa se, perdendo a função de empresário, como está acontecendo com o Brasil, são perdidos também milhares de postos de trabalhos e milhares de brasileiros fiquem sem nada a colocar na mesa para suas famílias na hora das refeições. Que importa isso para eles, os entreguistas neoliberais, se suas mesas estão cada vez mais fartas? Que importa se pequenos e médios empresários sejam obrigados a fechar seus negócios, pedir concordata e eles também passarem a engrossar a extensa fila de desempregados se o champagne e o caviar continuam firmes nas suas festanças?

Os neoliberais horrorizam-se com o Estado empresário. Para essa espécie de gente, as estatais, por mais eficientes, como a Vale, Petrobrás e tantas outras, não passam de "cabides de emprego". O bom mesmo é privatizar, privatizar, privatizar tudo e a qualquer preço: empresa privatizada produz mais

e é melhor incentivada pela concorrência, é o argumento dos neoliberais.

E sobre a recessão para a qual estamos caminhando a largas passadas, o que têm a dizer os neoliberais? Não importa, a longo prazo a vida de todos vai melhorar, dizem em coro, encabeçados pelo desmemoriado sociólogo e ex-social-democrata Fernando Henrique Cardoso. A recessão está aí batendo às nossas portas: falta de emprego, economia informal recorde, abandono dos setores sociais; e o Presidente, como um misto de hiena e avestruz: sempre risonho, feliz da vida vai enterrando cada vez mais a cabeça nos felpudos tapetes de seus palácios para não enxergar a miséria nem ouvir a voz rouca das ruas que já, estará gritando ao redor dos seus palácios.

Mas o que é ser estatal? É bem mais que privado, pois o patrimônio nacional pertence ao povo brasileiro, à sociedade, à coletividade, a todos nós, e está sendo vendido sem nosso consentimento. Mistificando e estrangeirizando a palavra estatal, o Governo neoliberal de FHC está conseguindo ludibriar a opinião pública e docemente constrangido entregar o País inteirinho ao capital internacional.

Pergunto estarrecido: e nós, povo brasileiro, que vantagem temos nisso? Nenhuma, absolutamente nenhuma. Nesses quase três anos de neoliberalismo, FHC deu entrada no País de algum capital estrangeiro? Criaram-se novas empresas de fomento ao emprego, de produção de riquezas? Nenhuma, também.

Nossas estatais estão sendo vendidas por preços meramente simbólicos para favorecer exclusivamente banqueiros e multinacionais. O riquíssimo patrimônio por nós construído com nosso trabalho, suor, sangue e nossas economias está indo simplesmente para o ralo. Para atrair ainda mais o capital internacional, o Governo oferece bondosamente juros a 2%, mas para nós, brasileiros, os juros vão a estratosféricos 10,12% ao mês, os mais altos do planeta, inviabilizando nossas vidas.

O Governo FHC está entregando tudo que temos de melhor, de mais valioso e rentável; nada restará para as futuras gerações. E tudo isso com o melhor dos sorrisos nos lábios. Vai entregando tudo e mentindo à população, que, comendo uma asinha de frango aqui, uma coxinha ali, pensa que as coisas melhoraram. Doce ilusão que infelizmente um futuro muito, mas muito próximo, mostrará aos pobres brasileiros ainda inebriados com a possibilidade de comer uma asinha de frango e um feijãozinho ralo que tudo não passou de um conto de ficção.

Não seria mais honesto e de maior hombridade que Fernando Henrique, tomado de grande coragem, viesse a público e declarasse: é verdade, estou mesmo entregando o Brasil aos Estados Unidos de Bill Clinton, mas o faço certo de que é melhor sermos colônia americana do que Nação independente do Terceiro Mundo. Pelo menos teria o mérito de ter sido honesto uma vez na vida.

Fernando "Pinóquio", chega de embromação!

Nada de estrangeirizar, privatizar, captar, doar nossas riquezas.

De maior serventia para o povo brasileiro seria fortalecer o conceito nacionalista de nação, cujos alvos são a proteção do território, preservação de suas riquezas, o bem-estar e a auto-estima do seu povo.

De maior serventia seria explicar ao povo brasileiro que entreguista é antônimo de nacionalista – quer dizer entregar a Nação, ou seja, o que pertence a todos nós, ao estrangeiro.

Todos já sabemos, FHC, que seu propósito maior é entregar nosso País aos Estados Unidos, como colônia. A recente visita do governante americano ao nosso País provou exatamente isso. Foi com total subserviência que as autoridades brasileiras curvaram-se aos desmandos americanos como se aqui fora seu próprio quintal.

Tome cuidado, FHC, muito cuidado! O confronto entre nacionalistas e entreguistas é inevitável, ocorrerá mais cedo ou mais tarde e será uma luta sem trégua. Nós, nacionalistas, temos uma certeza: com o apoio maciço do povo haveremos de recuperar o que é nosso e que os entreguistas como Fernando Henrique e asseclas estão doando sem a menor cerimônia. Esse dia pode tardar, mas não falhará!

O SR. CARLOS SANTANA (Bloco/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje fomos ao Ministério da Justiça em companhia de dois jovens que foram agredidos na Vila Militar de Deodoro, estado do Rio de Janeiro.

O jornal **O Globo** fez ampla reportagem a respeito da tortura sofrida por essas duas pessoas.

No Ministério da Justiça, os dois rapazes tiveram oportunidade de relatar o ocorrido no último 5 de outubro. E, com tristeza, pudemos verificar que os rapazes foram torturados, pois passaram duas noites em uma solitária. E sabemos, de antemão, que nenhum civil pode ficar preso em locais militares. Essas pessoas são de Deodoro.

E hoje, com muita tristeza, fui informado de que o Ministro do Exército está triste comigo, porque chamei o Gen. Valdésio de Figueiredo de toquinho da maldade. Não quero que o Ministro do Exército fi-

que aborrecido comigo e diga: como um Deputado chama um General de toquinho da maldade? Espero que o Ministro tenha peito para resolver o que está acontecendo na Vila Militar de Deodoro.

Internamente, está uma verdadeira ilha. Uma casa foi metralhada com o objetivo de lá colocar seu motorista, um banco 24 horas foi retirado e uma escola pública foi transformada em escola militar. Essa é a atual situação de Deodoro. Não adianta ficar (...) comigo ou interpretar-me erroneamente. Vamos ao debate! Levo o General até a comunidade de Realengo e de Magalhães Bastos para verificar o que as pessoas irão falar a respeito do que está acontecendo na Vila Militar.

Sr. Presidente, estou cumprindo meu papel de Deputado, porque tenho imunidade parlamentar. Só não somos imunes à bala, porque até na curva alguém pode nos ferir com um 38. Então, é importante o papel do Presidente da nossa Comissão, assim como o da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sr. Presidente, a situação não pode continuar assim. Não dá para entender por que a Vila Militar está fechada. Ainda mais eu, que fui criado ali e estudei na Escola da Rede Ferroviária. Todos os dias eu passava pela Vila Militar, quando ia fazer educação física, matéria obrigatória na escola. Mas hoje a população não pode transitar por aquela área, pois virou uma verdadeira ilha. A comunidade está fazendo abaixo-assinado, pois as pessoas já não mais agüentam a situação. Uma vez prenderam repórteres do **Jornal do Brasil**. Lá está uma verdadeira ilha, repito!

Na sexta-feira retrasada, estive no quartel para conversar com os jovens presos e pude verificar o tratamento de guerrilha. O comandante disse-me: "Não, Deputado, na guerra temos de deixar um espaço para a onça fugir. Os rapazes são inimigos." E eu disse: "Coronel, estamos numa democracia, queime seus livros. Nós queremos resolver a situação."

Por isso, entendemos que aquela área da Vila Militar é uma ilha governada. Querendo ou não, seu nome popular já pegou: é toquinho da maldade. É isso o que está acontecendo hoje.

Esse general acha que ainda estamos em guerra. Meu avô participou da 2ª Guerra Mundial. No último final de semana, conversando com minha avó, perguntei-lhe se, em 1942, a Vila Militar era como hoje. Ela respondeu-me: "Isso está uma loucura. Pelo menos, transitávamos."

Na época, a maior fábrica têxtil da América Latina ficava em Deodoro e os operários podiam transitar por aquela região. Hoje, em plena democracia, o homem acha que está em guerra. A população do bairro adjacente é considerada inimiga.

Sr. Presidente, espero que o Ministro do Exército nos procure, não só a mim como os membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para podermos resolver a situação de autoritarismo na Vila Militar.

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, conforme art. 17, inciso V, alínea b, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – A Mesa compreende a repulsa do Deputado Carlos Santana, mas, regimentalmente, não poderá permitir que expressões de baixo calão constem de pronunciamentos. Por isso, determina ao Departamento de Taquigrafia a retirada das referidas expressões.

O SR. CARLOS SANTANA – Agradeço a V. Exª a atenção.

Durante o discurso do Sr. Carlos Santana, o Sr. Nilson Gibson, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maurício, 1º suplente de secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o PMDB é o maior partido político do Brasil. São 6 milhões de filiados, elegeu 107 Deputados Federais, 22 Senadores, 1.290 Prefeitos, 211 Deputados Estaduais e quase 12 mil Vereadores.

Algumas pesquisas que objetivam verificar o partido mais simpático, geralmente, apontam o PMDB em primeiro lugar. Cerca de 20% do povo brasileiro pensa assim.

Para as eleições à presidência da República do próximo ano, o PMDB conta com três companheiros que já se colocaram à disposição do partido. São eles: os ex-Presidentes da República José Sarney e Itamar Franco e o Senador Roberto Requião, ex-governador do Paraná. Todos políticos vividos, experientes, pessoas que têm trajetória política e presença no Brasil.

Por outro lado, o PMDB fez acordo com o Governo Fernando Henrique. Não participou de sua eleição, mas fez acordo, que se encerrará no final do Governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, hoje o PMDB faz parte da base governista.

Não vemos motivo para o PMDB apoiar o Presidente Fernando Henrique Cardoso nas próximas eleições. Quando avaliamos o sentimento do partido nos estados e municípios, percebemos claramente

que o desejo dos nossos companheiros é por uma candidatura própria.

Pesquisa feita entre os presidentes dos Diretórios Regionais do Partido mostra que 76% dos presidentes dos 27 Diretórios Regionais são favoráveis a uma candidatura própria. Fizemos também uma pesquisa junto aos Líderes do PMDB nas Assembléias Legislativas e vimos que 70% deles são favoráveis a uma candidatura própria.

Recentemente, houve uma reunião em Curitiba, onde a Fundação Pedroso Horta, representando dez Estados, manifestou-se favorável a uma candidatura própria.

Nas eleições para os diretórios municipais que aconteceram domingo passado, dia 19, procuramos ouvir os companheiros que iam votar. E, por exemplo, em Uberlândia, 95,4% dos convencionais manifestaram-se favoráveis a uma candidatura própria; em Montes Claros, 99% favoráveis; em Governador Valadares, 90% favoráveis. Em Santa Catarina, pesquisa realizada em todo o Estado revelou que cerca de 75% dos companheiros são favoráveis a uma candidatura própria.

Ora, se somos o maior partido, se temos três nomes valorosos e dignos para o partido, enquanto outros partidos não têm nomes à sua disposição, não vejo por que continuarmos apoiando o projeto de reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

O partido necessita, sim, de um candidato que una todos os seus membros de norte a sul, de leste a oeste deste País.

Desta forma, aqueles que não desejam uma candidatura própria do PMDB estão contra o desejo dos nossos companheiros nos estados e municípios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – Esta Presidência, como tem sido o seu comportamento, permitirá a cinco oradores lerem seus pronunciamentos por dois minutos; os demais, em seguida, serão considerados lidos.

Concedo a palavra à Deputada Esther Grossi.

A SRA. ESTHER GROSSI (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna hoje para, de forma fraterna, responsável e embasada, manifestar o que já pode ser do conhecimento de muitos.

O meu mandato e a minha trajetória de professora, pesquisadora, apaixonada pela vida sempre marcaram a busca por alternativas ousadas e corajosas necessárias para a educação, as quais refletem a concretitude de um trabalho efetivo em sala de aula, com pesquisas sérias e análises realistas e emocionantes de resultados muito positivos nessa trajetória, provando que todos podem aprender, a partir de uma elaboração nova de como se dá o processo de aprendizagem. Também são conhecidas minhas profundas divergências com o que vem sendo feito, quase com unanimidade, por sucessivos Governos nessa área tão decisiva para a vida de todos.

Dentro de uma contribuição positiva para o bom encaminhamento da problemática da educação no País, inseriram-se as comemorações do Dia do Professor há uma semana. Nesse mesmo contexto, também respondemos ao Presidente da República, que, em cerimônia no Palácio do Planalto, lançou os parâmetros curriculares nacionais da primeira à quarta série.

Eles estão suscitando das mais avançadas comunidades científicas críticas muito concretas.

Os parâmetros curriculares nacionais, com efeito, não contribuem para resolver o problema crônico da educação no País.

Os tristes dados de que em cada mil brasileiros que terminam a oitava série apenas 24 não repetem nenhum ano letivo sintetizam as dificuldades enormes de aprendizagem com que nos debatemos.

Reiteramos que a profunda análise da proposta de Governo leva-nos aos mais competentes pesquisadores do assunto e que o problema da educação não é o que ensinar, mas, sim, como fazê-lo.

Infelizmente, o Governo se preocupa com a primeira questão, deixando de lado a segunda, a aprendizagem.

Quero apenas dizer que faz parte da Proposta Alternativa e Análise Crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais uma reflexão profunda sobre isso. Tenho cópia dessa proposta e vou deixá-la à disposição de todos os interessados no meu gabinete, de nº 952, no Anexo IV.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. CECI CUNHA (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é válido para hoje o que escreveu há cerca de dois anos a professora carioca Ana Galheigo. Ela afirmou que o professor, nos últimos 30 anos, sofreu visível derrocada em seu **status** socioeconômico e cultural, fruto mesmo do próprio esvaziamento da educação básica e resultado da linha de desenvolvimento concentracionista adotada no País.

Essa realidade, porém, Sr. Presidente, é ainda muito pungente, embora já nos permita ver com outros olhos a educação no Brasil. É animador constatar que, exatamente às vésperas do Dia do Profes-

sor, no último dia 15, dois Presidentes de grandes nações, como os Estados Unidos e o Brasil, sentaram-se à mesa para assinar um "memorando de entendimento sobre a educação", considerado o ato mais importante da viagem do presidente americano ao Brasil e que comporta preocupações que vão do combate ao analfabetismo, infelizmente ainda uma realidade no Brasil, ao uso das tecnologias da Internet; preocupações que vão da evasão escolar ao intercâmbio de conhecimento entre universidades e centros de pesquisa dos dois países.

Sr. Presidente, efetivamente este é um dado animador. Animador precisamente porque no Dia do Professor se reuniram em Brasília todos os Secretários de Educação do País, mais professores e autoridades do Ministério da Educação, para receber do Presidente da República a garantia de que, até o final de seu Governo, cerca de 3 milhões de crianças entre 7 e 14 anos estarão na escola.

Há, pois, Sr. Presidente, efetiva preocupação do Governo e da sociedade com a educação no País. Preocupação, felizmente, que a cada dia se transforma em ação efetiva, a partir da alteração de toda a legislação de diretrizes e bases da educação já em vigor. E que, sem educação a partir da base, jamais seremos o País que deseja competir em um mundo globalizado. É salutar, Sr. Presidente, descobrir que, afinal, o País acordou para a educação. É preciso sair do papel o compromisso de futuro de nossa educação. E do nosso educador. E este futuro tem de ser hoje, sob pena de condenarmos o Brasil e o seu povo ao reboque do desenvolvimento.

Sr. Presidente, é lastimável a constatação hoje de que, em 11 estados brasileiros, o piso salarial dos professores de primeira a quarta séries não chega a um salário mínimo. É penoso constatar, por exemplo, que, na Paraíba, a remuneração de um professor de 1° Grau é de 37 reais ou 30% do salário mínimo; que no Rio Grande do Norte essa remuneração chega a apenas 1/3 do salário mínimo, segundo dados recentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Os que defendem a "pedagogia do fracasso", no dizer do Deputado Lima Netto, decerto estão afirmando que não teríamos o que comemorar no Dia do Professor. Eu, porém, prefiro o otimismo do trabalho; tenho fé na vontade política de nossos governantes e na consciência de nossa sociedade. Estas quase três décadas de esvaziamento da educação no Brasil realmente dão causa à desmotivação. Dos 600 mil professores de nossa rede pública, 200 mil não têm curso superior. Destes, pelo interior do País, grande percentual só tem o 1° grau e faz da sala de aula um sacerdócio. Descoberta, porém, e avaliada essa realidade, resta-nos o grande desafio de capacitar esse verdadeiro exército de abnegados para o que acaba de ser implantado: o Fundo de Valorização do Magistério.

Sabemos todos, Sr. Presidente, que investir na educação, investir no professor é investir no crescimento socioeconômico do País. Estudos demonstram que cada dólar investido em educação básica equivale a 100 dólares de resultado, pela elevação do nível de qualificação de mão-de-obra.

Deste modo, Sras. e Srs. Deputados, como educadora que também sou e diante do levantamento que identifica a presença nesta Casa de 117 professores, creio que tivemos muito a comemorar naquele dia. Na verdade, temos a base institucional de uma legislação que garante os níveis de investimento em educação compatíveis com a realidade de hoje; temos a vontade política de nossos governantes em tornar efetiva a letra da lei e temos, acima de tudo, a consciência da sociedade de que é preciso operar verdadeiro mutirão de forças em favor da educação, sem o que o Brasil não participará amanhã do concerto das nações em nível de igualdade e de responsabilidade perante a sociedade humana. O exemplo do último dia 14, quando se sentaram à mesma mesa o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos, falando a mesma língua do progresso e do bem-estar de seus concidadãos e dos concidadãos do mundo globalizado, aquele exemplo, repito, é significativo, e isto nos leva a confiar que haveremos de recuperar a educação no Brasil e, sobretudo, resgatar o papel social do professor em todos os tempos, mediante salário condigno e capacitação profissional condizente com a grandeza da educação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CESAR (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os agricultores do meu estado estão vivendo um momento de grande preocupação, uma vez que o Banco do Brasil se recusa a financiar o custeio em nosso estado por falta de zoneamento agrícola.

A propósito disso, recebi do Presidente da Federação da Agricultura do estado do Piauí, Dr. Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha, expediente para nosso conhecimento, que retrata a situação em que se encontra a agricultura no estado do Piauí.

Embasado na Resolução nº 2.422, o Banco Central só aceita contrato de financiamento rural,

amparado pelo Proagro, se a região tiver sido objeto de zoneamento agrícola determinado pela Embrapa e aprovado pelo Ministério da Agricultura.

No Piauí, inexiste o zoneamento. O estado não tomou nenhuma providência, apesar de a Secretária da Agricultura ter sido avisada.

No cerrado, torna-se mais difícil, porque o financiamento tem de sair mais cedo e o banco não aceita contratos sem Proagro, atrasando e encarecendo o frete de insumos, dificultando o preparo do solo, concentrando o plantio em uma só vez sem escalonamento, para se proteger de veranicos.

Somente podem fazer financiamentos cobertos pelo Proagro os beneficiários do Pronaf e Procera, que são os pequenos produtores de até quatro módulos, ou 240 hectares.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Presidente do Banco do Brasil e ao Ministro da Agricultura, para que autorizem imediatamente a concessão de custeio agrícola para o meu estado, o Piauí, para que os agricultores possam fazer o plantio deste ano.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar com muita satisfação visita que realizei neste final de semana ao Município de Jorge Teixeira, ocasião que mantive contato com o Prefeito Municipal e dirigentes do Diretório Municipal do PDT.

Na oportunidade, foi discutido com o Prefeito, Vereadores e liderança do PDT as necessidades tidas como prioritárias para o Município. Entre as prioridades consta o asfaltamento da estrada que liga Jorge Teixeira à BR-364, eletrificação rural, saneamento básico, construção de uma creche e incentivo ao produtor rural.

Ficou acertada, ainda, a vinda do prefeito até a Capital Federal para definir emendas ao Orçamento da União para o próximo ano, bem como tentar viabilizar recursos para saúde e educação.

Para concluir, quero cumprimentar as autoridades de Jorge Teixeira pela forma competente como vêm administrando o município.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO PASTANA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, há algum tempo venho assomando a esta tribuna para denunciar a violência no campo e o atraso no processo de reforma agrária no País. Em meu estado, o Pará, a situação é igualmente delicada, tanto no que tange à violência contra os trabalhadores rurais quanto na demora da regularização de milhares de áreas ocupadas. Uma das situações mais preocupantes no estado é a da região sul e sudeste. Nesta área, a superintendência do Incra vem sistematicamente contrariando os interesses dos trabalhadores, contribuindo assim para o aumento do número de conflitos.

Esta superintendência, Sr. Presidente, atua numa área de 322 mil quilômetros quadrados, onde estão 40 municípios. Existem hoje, nesta região, mais de 200 áreas ocupadas.

Mesmo diante deste enorme contingente de acampamentos, o superintendente do Incra, Sr. Petrus Emile Abi-Abib, vem sistematicamente dificultando as negociações com os trabalhadores. Com uma postura autoritária, ele simplesmente se recusa a negociar com lideranças dos trabalhadores e das entidades. Ao contrário de democratizar o debate, ele prefere a discussão com as prefeituras e alguns Deputados que as representam.

No mês de julho, Sr. Presidente, desta mesma tribuna, exigi a demissão desse senhor. No dia 25 de agosto, uma comissão de trabalhadores e representantes de entidades foi até o Presidente do Incra, Milton Seligmann, que por sua vez comprometeu-se a substituir o superintendente em 20 dias.

Infelizmente, a promessa não foi cumprida, Sr. Presidente. O Ministro Raul Jungmann reuniu-se com Prefeitos da região e Deputados Federais do Pará contrários à reforma agrária e decidiu manter o superintendente definitivamente no cargo. Desde este dia, estas pessoas têm acesso livre ao gabinete do Sr. Petrus, interferindo e direcionando a política de reforma agrária do Incra local.

Sr. Presidente, este mesmo superintendente vem ocupando sistematicamente os meios de comunicação da região para anunciar, entre outras coisas, o assentamento de 10 mil trabalhadores no campo e que no sul e sudeste do estado não existem mais sem-terra.

Sr.ªs e Srs. Deputados, estive naquela região neste final de semana, e não foi esta a realidade que presenciei. Pude constatar, isto sim, indignação pela redução do módulo na região, que na década de 70 era de 100 hectares e hoje não passa de 25. Indignação pelas dificuldades impostas pelo superintendente em desapropriar latifúndios improdutivos. Indignação, Sr. Presidente, pela municipalização da reforma agrária, que colocará os futuros assentamentos nas mãos de Prefeitos eleitos por latifundiários.

Sr. Presidente, quero alertar aqui que a situação dos sem-terra do sul e sudeste do Pará piora a

cada dia. Por isto, desde já responsabilizo o superintendente daquela região e o Ministro Raul Jungmann por qualquer violência que possa vir a ocorrer contra trabalhadores. Se esse senhor se nega a falar com trabalhadores, terá de responder por seus atos autoritários.

Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se hoje os 88 anos de uma das importantes e tradicionais instituições públicas do País. Refiro-me ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, criado pelo então Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, com a denominação de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e transformado em Inspetoria Federal em 1919. Mas somente em 1945 o DNOCS ganhou o seu nome atual, graças ao decreto assinado pelo cearense Presidente José Linhares, que o transformou em Departamento.

Nos seus primeiros tempos, fim do primeiro e início da segunda década deste século, a principal ação do DNOCS concentra-se na realização de estudos para a região desconhecida, tendo se valido, para tanto, de renomados especialistas internacionais nas áreas de botânica, agronomia, geologia, hidrologia e engenharia.

A partir dessas importantes contribuições, o DNOCS começou a elaborar programas de significativo teor técnico, com a finalidade de amenizar os efeitos altamente prejudiciais às populações nordestinas em razão de prolongadas estiagens. Ao longo dos anos, a conceituada repartição pública tem procurado não apenas socorrer o homem do campo, mas melhorar, também, a capacidade de resistência do rebanho pecuário, principal suporte econômico do Nordeste semi-árido na época da seca. Além da prioridade conferida à construção de barragens para ampliação da reserva d'água, construiu ferrovias e estradas para facilitar o acesso aos centros urbanos, assegurando às populações atingidas pelas secas o exercício de trabalho remunerado, que, além de garantir a sua sobrevivência, reduz o êxodo rural, comum em períodos de instabilidade climática. Nesse momento, o DNOCS volta-se, também, para a construção de reservatórios de abastecimento d'água potável, capazes de atender as principais comunidades urbanas do Nordeste, marcando, igualmente, presença na perfuração de poços tubulares e instalação de pequenas hidrelétricas. A cada crise era absorvida toda a mão-de-obra liberada por força da ausência de chuvas, favorecendo a fixação às margens dos açudes, da população de pescadores e de agricultores de áreas de vazantes.

Nessa fase pioneira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o DNOCS exerceu papel fundamental na montagem de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da região e na difusão da tecnologia, com ênfase nas áreas de piscicultura e agricultura de sequeiro.

No início de um novo milênio, em que a moderna tecnologia tem papel fundamental na execução de grandes obras e inúmeras instituições foram criadas com a tarefa especifica de desenvolver determinados projetos, é preciso lembrar que a contribuição do DNOCS ao progresso do Nordeste – no Governo Fernando Henrique Cardoso, mas voltada para o desenvolvimento, aproveitamento e gerenciamento dos recursos hídricos – teve caráter mais genérico.

No transcurso desses 88 anos de existência, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o DNOCS tem realizado obras de vital importância para o desenvolvimento nordestino, valendo a pena destacar, entre os seus inúmeros projetos, a construção de 305 açudes públicos que acumulam, em conjunto, mais de 18 bilhões de metros cúbicos de água; a construção de mais 600 pequenos e médios açudes, em cooperação, acumulando 1,5 milhões de metros cúbicos de água, a perfuração de 27 mil poços tubulares profundos; a implantação de 127 sistemas de abastecimento d'água, abrangendo uma população de dois milhões de habitantes; a construção de 15 mil quilômetros de rodovias e ferrovias, 89 campos de pouso, 795 quilômetros de linhas de transmissão, irrigação de 50 mil hectares em áreas privadas e 30 mil hectares em áreas públicas com a implantação de 27 perímetros públicos; perenização de 3.042 quilômetros de rios pelas águas dos açudes construídos.

Pelas realizações testemunhadas pelo povo nordestino, conclui-se que o DNOCS é um dos grandes responsáveis pela mudança do perfil da região nordestina, que, apesar das intempéries, conta com um ente público realmente operoso no desempenho de suas prerrogativas. As dificuldades de ordem orçamentária não têm impedido ao DNOCS de cumprir os programas essenciais que conseguem subtrair a repercussão dos efeitos habitualmente provocados pelas calamidades registradas em períodos de exceção.

São estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as minhas considerações em torno do aniversário do

DNOCS, cujas homenagens tributo neste instante, congratulando-me com a direção e demais servidores da exemplar entidade pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LAEL VARELLA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabo de receber correspondência do escritor e editorialista do **Diário las Américas**, o Dr. Ariel Ramos, de Miami, Estados Unidos, dando-me ciência de um livro-documentário que veio a lume em sua cidade.

Tendo em vista a viagem que o Papa João Paulo II pretende fazer a Cuba em janeiro de 1998, a organização Cubanos Desterrados acaba de lançar um livro muito bem documentado, aliás, como toda sua literatura sobre a realidade cubana, a fim de divulgá-lo entre as autoridades eclesiásticas e os governantes do continente americano, além do público em geral.

Tempo e de Nosso Continente é o título deste livro-denúncia, seguido de um sugestivo subtítulo: "Dramáticos Aspectos da Ilha-Cárcere do Caribe nas Vésperas da Visita Papal".

A autoridade dos argumentos precisos, escolhidos para respaldar o que se afirma, constitui a arma principal do livro de 136 páginas.

Tomar conhecimento do relato das atrocidades cometidas pela tirania castrista, assim como as deploráveis afirmações do ditador e seus sequazes, é recordar aos que se esqueceram do único objetivo de Fidel Castro: seguir mandando e desmandando pessoalmente em Cuba, por um lado. E, por outro, que o totalitarismo marxista-leninista e a Igreja Católica são incompatíveis.

Repassar tais fatos servirá para refrescar a memória de algumas pessoas e instituições as quais ingenuamente pensam que em Cuba pode haver uma "reconciliação" com o ditador barbudo.

Com 13 capítulos e uma conclusão, a organização Cubanos Desterrados preparou uma cerrada argumentação que deita por terra todos os sofismas com os quais tais partidários de um eventual entendimento com o ditador Castro querem justificar sua posição.

Sr. Presidente, como muito bem dizem seus autores, o livro desmascara os "mitos" publicitários que favorecem ao tirano, narra a perseguição religiosa promovida contra os católicos que se opõem à ditadura comunista, registra a fraudulenta "política religiosa" do tirano, denuncia com fatos e depoimentos definitivamente inapeláveis as falsas premissas com as quais poderia se pretender um acordo impossível com a tirania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a divulgação mensal dos dados relativos às transações correntes do balanço de pagamentos têm algo de cansativo: o constante aumento do déficit, sempre apresentado como estando dentro das previsões.

O déficit nas contas externas sobe a 4,32% do PIB, mas o ritmo de crescimento é menor. Reservas internacionais caem para US$ 61 bilhões em setembro.

Em setembro, o déficit em contas correntes externas, acumulado em 12 meses pelo País, chegou a US$ 33,3 bilhões – 4,32% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor é quase o dobro do registrado no mesmo período de 1996.

Por mais que as autoridades monetárias procurem introduzir alguma coisa de novo na divulgação dos últimos dados, não se pode deixar de estranhar o comentário que acompanhou a divulgação do Banco Central:. "Em setembro, observou-se melhora significativa em alguns itens importantes da conta serviços, fato que contribuiu para a manutenção de baixo ritmo de crescimento da relação déficit em conta corrente, considerada em 12 meses, a despeito da redução das exportações agrícolas com elevação do déficit comercial".

Na verdade, verifica-se a determinação das contas correntes, que apresentaram um déficit de US$ 2,85 bilhões em setembro, contra US$ 1,854 bilhão em agosto.

Quanto aos serviços, o déficit, que era de US$ 1,725 bilhão em agosto, subiu para US$ 2,798 bilhão em setembro, acusando apenas uma melhora no item "remessa de lucros e dividendos". A única melhora real é visível quando se deduzem do déficit em conta corrente os investimentos diretos líquidos. Eles permitiram reduzir as necessidades de financiamento externo nos últimos doze (12) meses, que passaram de 2,42% do PIB em agosto para 3,33% em setembro.

Se é verdade que houve um déficit maior na balança comercial, em função da redução sazonal das vendas de produtos agrícolas, cabe reconhecer que a maior fonte de déficit em contas correntes está nos serviços e que caberia ao Presidente Fernando Cardoso anunciar quais as medidas que pretende adotar para conter os gastos com juros, transportes e remessas de lucros e dividendos.

Data venia, não se trata de uma tarefa fácil.

Os juros dependem seja no montante da dívida externa, seja da taxa de juros no mercado internacional. As despesas com viagens internacionais crescem com o uso dos cartões de crédito e só podem ser reduzidas proibindo-se o uso deles. Os gastos com transportes só poderiam ser reduzidos com uma ampliação da Marinha Mercante. Poder-se-ia reduzir a remessa de lucros e dividendos, estimulando-se sua reaplicação no País, mas nunca limitando as remessas, pois o risco seria perder possíveis investimentos estrangeiros.

Sr. Presidente, é essencial manter o fluxo desses capitais. O Banco Central publica, pela primeira vez, dados sobre os investimentos diretos decorrentes da privatização e outra operações.

Nos nove primeiros meses, as privatizações foram responsáveis por 27,6% do total dos investimentos diretos, mas, em setembro, essa participação foi de 47,4%.

Quando o processo de privatização estiver concluído, só se poderá contar com as vantagens oferecidas pelo crescimento da economia e do mercado consumidor para aumentar os investimentos diretos.

Sr. Presidente, inexiste surpresa, mas sem melhora.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa A Voz do Brasil e nos demais órgãos de comunicação da Casa.

Oportunamente, voltaremos ao assunto.

O SR. AIRTON DIPP (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar o meu total e irrestrito apoio à iniciativa do Deputado Federal Paulo Paim, do PT gaúcho, que apresentou um projeto de lei instituindo o Estatuto do Idoso.

Tal iniciativa merece a solidariedade e o engajamento de todos os partidos políticos integrantes do Parlamento brasileiro.

Mesmo não sendo ligado ao PT – sou Deputado do PDT –sinto-me à vontade para parabenizar o colega Paulo Paim pela oportunidade deste projeto de lei e pela relevância social e humanitária da matéria.

O referido projeto visa regular os direitos especiais assegurados à pessoa idosa, garantindo-lhe prioridade nos atendimentos públicos, especialmente na área da saúde. Trata, também, de questões relacionadas à habitação, alimentação, profissionalização e trabalho, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, entre outras, todas ligadas à pessoa idosa.

Ao mesmo tempo em que manifesto meu apoio ao Estatuto da Pessoa Idosa, aproveito esta ocasião para registrar o trabalho fantástico que vem sendo desenvolvido por entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de garantir plena cidadania e uma vida saudável às pessoas da terceira idade.

Na minha cidade, Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, uma iniciativa exemplar vem sendo desenvolvida pelo CREATI, sendo patrocinado pela universidade.

A aprovação do referido estatuto, seria um fato importante para o aprimoramento das atividades destes centros de amparo e de convivência das pessoas idosas, que, mesmo sem o apoio do Governo, prestam um serviço social do mais alto quilate.

Por fim, também manifesto minha concordância com as declarações do Deputado Paulo Paim, que cobrou da Presidência desta Casa a determinação de que os requerimentos de urgência e de urgência urgentíssima sejam apreciados o mais breve possível.

Na fila de espera por esta apreciação, encontra-se um requerimento de urgência para a aprovação do Projeto de Lei 2.733, de 1997, de minha autoria, que prevê a obrigatoriedade de as embalagens e rótulos de bebidas alcoólicas conterem a advertência sobre a "venda proibida a menores de 18 anos".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma pesquisa que analisou 4 mil pacientes em 25 hospitais de 13 Estados, divulgada recentemente pela Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral – SBNPE, revelou que quase metade (47%) dos pacientes do SUS –Sistema Único de Saúde – está desnutrida.

O Pará foi o Estado com maior incidência de desnutrição, onde 78% dos pacientes analisados eram desnutridos, 29,4% dos quais gravemente.

A Bahia vem em segundo, com 76% de desnutridos. O quadro foi considerado grave em 33,7% dos pacientes.

Mas o problema não se limita às regiões menos desenvolvidas do País. Em Minas Gerais, na Região Sudeste, 54,4% tinham alguma desnutrição e, em 20,5%, o problema era grave. Do total de pacientes analisados, em 12,4% a desnutrição foi considerada grave.

A pesquisa revela também que uma das principais causas para a desnutrição é a falta de preparo das equipes de saúde responsáveis pela alimentação dos pacientes.

A desatenção à desnutrição é tanta que a grande maioria dos pacientes analisados não tinha sido pesada e medida quando internada e sem acompanhamento de peso no período de internação.

Isso acontece porque o paciente desnutrido demora mais para responder à medicação, o que aumenta o tempo de ocupação de um leito e tem três vezes mais chances de apresentar complicações, como infecção hospitalar, novas doenças e dificuldade de cicatrização, aumentando os gastos com medicamentos.

Os pacientes mais suscetíveis à desnutrição são aqueles que se recuperam de cirurgia, infecções crônica e aguda, de traumas e de câncer.

O desnutrido ainda apresenta mortalidade cinco vezes maior do que os doentes sem deficiências nutricionais.

Segundo cálculos feitos pela entidade, no Estado de São Paulo, cada R$ 1,00 gasto com nutrição hospitalar significa R$ 4,00 economizados em tempo de internação e medicação extra.

O levantamento também foi realizado no Rio Grande do Sul, e o resultado será divulgado esta semana pela imprensa.

De 30 de novembro a 03 de dezembro, será realizado o Congresso de Nutrição Parenteral e Enteral em São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MARÇAL FILHO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a situação pré-falimentar da maioria dos Estados é de todos sobejamente conhecida. Meu Estado (Mato Grosso do Sul) não é exceção.

No período de 1991 a 1996 foi o único que teve queda na arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Há uma unanimidade em relação à causa principal disso: a sonegação. Por isso, quero enaltecer aqui a decisão do Ministério Público e do Poder Judiciário de meu Estado, de tomarem atitudes efetivas no sentido de mudar esse quadro. Promotores de justiça estão investigando 80 fiscais, agentes e delegados fazendários da Secretaria de Estado de Finanças, por suspeita de enriquecimento ilícito. Juízes de 44 comarcas também estão a postos, num esforço conjunto inédito no Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, à boca pequena, comenta-se no meu Estado que alguns fiscais e agentes que ganham 1.700 a 3.500 reais por mês são verdadeiros "novos ricos", com fazendas, gado, apartamentos e outros bens na relação de seus patrimônios. É revoltante constatar que, enquanto os trabalhadores contribuem, compulsoriamente, com seus tributos, outros tantos com capacidade contributiva maior conseguem burlar o fisco, deixando Estados à beira da falência.

Peço a V. Exª que o meu pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil e no jornal **Hoje na Câmara.**

O SR. JOÃO COSER (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, gostaria de parabenizar os cirurgiões-dentistas que comemoram hoje, 22 de outubro, o dia desta categoria profissional. Quero saudar também as entidades participantes do 15° Encontro Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho, aberto no último dia 20, em Vitória-ES, cujo encerramento está previsto para o dia 24 próximo. Este encontro, contando com a presença de aproximadamente 1.500 profissionais de todo o País, e organizado pelo Sindicato dos Agentes da Inspeção do Trabalho no Espírito Santo, debate, dentre outros temas, o trabalho infantil e os acidentes de trabalho. Consideramos relevante este debate por se tratar de dois temas que, no Brasil e no mundo, não são conjunturais, mas devem fazer parte de uma agenda permanente da sociedade e de qualquer governo.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), atualmente 250 milhões de crianças, entre 5 e 14 anos, trabalham em todo o mundo. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) aponta que em 1993 trabalhavam no País 4,5 milhões de crianças nesta mesma faixa etária.

No Espírito Santo, entre as zonas mais problemáticas, está a região do Município de Santa Teresa, onde adolescentes deixam a escola para trabalhar em fábricas de caixotes; e Piúma, onde menores de 14 anos atuam na pesca.

O Sindicato Nacional dos Agentes em Inspeção do Trabalho já realiza atualmente uma campanha nacional pela erradicação do trabalho infantil, mas está correto também na sua avaliação sobre a necessidade de se realizar um trabalho de conscientização e convencimento junto às empresas e pais. As multas aplicadas são um instrumento importante, mas não podem estar desvinculadas deste trabalho de conscientização que envolve o poder público em todas as esferas.

No Espírito Santo, a Delegacia Regional do Trabalho está negociando com as empresas de cerâmica e olarias, que empregam maiores de 14

anos, legalmente, que condicionem o emprego à ida do adolescente à escola.

Deve envolver ainda as entidades não-governamentais como já está, inclusive, ocorrendo através da chamada Marcha Global Contra o Trabalho Infantil. Idealizada por 27 entidades das Américas, Europa, Ásia e África, a Marcha prevê a realização de uma caravana a Genebra, em junho do próximo ano, além de diversos eventos em todo o mundo no decorrer deste período. Aqui no Brasil, já há inclusive a Executiva Provisória da Marcha.

A responsabilidade pela erradicação do trabalho infantil é de todos. Não podemos permitir que nossas crianças vivam como semi-escravos, cumprindo jornadas de até 12 horas, arrebentando os pulmões nas carvoarias ou nas fábricas de calçados, inalando cola, ou cortando toneladas de cana e carregando pesadas caixas de laranjas.

Os acidentes de trabalho, que também estão em debate no Encontro Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho, também envolvem estatísticas alarmantes. Em um ano, segundo os dados do Ministério da Previdência e Ação Social, foram registrados 6.464 casos, com 312 mortes, evidenciando um crescimento maior do número de doenças profissionais devido à introdução de novas tecnologias, sem que sejam dadas as condições adequadas aos trabalhadores.

O Brasil ocupa o décimo lugar no **ranking** mundial em mortes por acidentes de trabalho. Gasta anualmente R$ 4 bilhões com acidentes de trabalho, e estes custos atingem tanto as empresas quanto os trabalhadores.

Para o Espírito do Santo, este tema tem uma importância primordial, já que o Estado ocupa o segundo lugar no **ranking** nacional, ficando atrás apenas do Mato Grosso. A taxa registrada no Espírito Santo é de 26,35 casos em cada cem mil, conforme os dados da Federação das Indústrias do Espírito Santo. Isto em um Estado onde há seis mil indústrias instaladas.

As entidades representantes dos agentes de inspeção do trabalho também estão corretas quando apontam como uma das maiores dificuldades para a realização de um efetivo e eficiente trabalho por parte das DRT o reduzido número de agentes. No Espírito Santo, são apenas 67 para todo o Estado, cerca de um terço do mínimo necessário. Prejudica a fiscalização e a deficiência com que os processos corram lentos, dem[illegible]ara que as multas sejam aplicadas.

Empresários e entidades sindicais devem buscar parcerias. Este é o caminho para que possamos reverter este quadro alarmante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ÁTILA LINS (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) –Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confesso que estou perplexo. Perplexo e revoltado contra a extraordinária capacidade da burocracia nacional de prejudicar os outros gratuitamente, sem que qualquer autoridade superior tome qualquer providência para coibir os abusos injustificados.

Refiro-me, Sr. Presidente, à espantosa Portaria Interministerial nº 300, que já está para completar um ano de vigência, regulando a pauta de produtos e bens beneficiados por isenções de imposto de importação. Inexplicavelmente, a Portaria nº 300 retirou da indústria de compensados instalada no interior do Estado do Amazonas as vantagens fiscais nas importações.

Anteriormente à malfadada Portaria, os benefícios fiscais contemplavam a indústria de compensados, estimulando a interiorização das atividades industriais, mormente em unidades da Federação, como o Amazonas, que precisam estimular esse processo de interiorização dos parques industriais.

A perda desse incentivo onerou em 18,7% os insumos importados e em 6,6% o custo de produção do compensado revestido, deixando a indústria de compensados do interior da Amazônia Ocidental em condição desvantajosa frente às empresas similares instaladas em Manaus quando da venda para o mercado nacional.

Logo após a publicação da malsinada Portaria, o Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas do Estado do Amazonas apresentou estudo à SUFRAMA, que, de imediato, encaminhou o documento ao Ministério do Planejamento, acompanhado de nota técnica aprovando a reivindicação.

Tais documentos, da maior importância para o setor de compensados, ficaram, Sr. Presidente, perdidos nos escaninhos empoeirados da burocracia, que o Dicionário Aurélio define, com muita propriedade, como "Burocracia pouco esclarecida, em especial quando se consideram os seus desvios e aspectos socialmente negativos e nefastos".

Perdidos estavam, perdidos ficaram, Sr. Presidente. E lá se vai quase um ano sem providências, seja de quem for. E a nossa indústria localizada no interior do Estado do Amazonas sofrendo os efeitos danosos dessa incúria. Este, Sr. Presidente, o meu protesto indignado. A minha revolta contra o desca-

so no trato dos interesses do meu Estado, que peço fique aqui registrada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relato neste pronunciamento a visita que realizei ontem ao Município de Campo Largo, Estado do Paraná, para proferir palestra e apoiar a luta dos trabalhadores rurais sem terra, que no dia 23 de setembro iniciaram uma marcha de 640 quilômetros de Querência do Norte à Curitiba.

Essa marcha, que nesta manhã adentrou na Capital do Paraná acompanhada por mais de 10 mil pessoas dos diferentes movimentos sociais, restabeleceu a verdade dos fatos no Estado. O carinho e o respeito que os militantes do MST receberam ao longo dos 30 dias de caminhada foi algo impressionante.

Este Parlamentar caminhou durante a tarde e pode perceber a empatia do povo simples e pobre da periferia da Capital com os caminhantes, e sobretudo com o exemplo que eles dão a todos os excluídos deste País. Via-se nos olhos das pessoas o respeito pelos que lutam e lhes trazem esperança de dias melhores, com terra, emprego e justiça.

No Paraná existem 107 áreas de terra ocupadas e a ordem expressa do Governador Jaime Lerner, com apoio do Ministério da Justiça, foi de desocupar todas as áreas e prender as lideranças. No mês de setembro mais de 100 militantes estiveram detidos ou ameaçados de prisão. A Polícia, comandada pela UDR, mostrou todo o seu desrespeito pela cidadania e pelos direitos individuais.

Este Parlamentar e o Deputado Miguel Rossetto, do Rio Grande do Sul, estivemos no dia 18 de setembro no Palácio do Governo, em Curitiba, negociando uma trégua naquele descalabro jurídico. Restam hoje 8 lideranças presas. E os marchadores já avisam o Governo: ou são libertados os seus companheiros ou acampam na frente do Palácio Iguaçu por tempo indeterminado.

Temos repetido, nesta tribuna, que só uma medida pode resolver a questão dos conflitos do campo: a reforma agrária. Só com a justa distribuição da terra não teremos mais colonos marchando pelos Estados em busca de justiça e terra para plantar. E, tenho insistido, não adiantam planos mirabolantes e sempre novos, pois o que resolve nesse caso é a desapropriação, e o assentamento dos milhões de brasileiros excluídos da cidadania.

O SR. LUCIANO ZICA (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna para levantar algumas questões sobre a relação do Departamento Nacional de Combustíveis com as companhias de gás.

É, sem dúvida, no Ministério de Minas e Energia que há muito tempo se concentram os maiores interesses internacionais, muito dos quais infiltrados em nossas empresas, com o que mascaram as suas atividades.

Existem muitos exemplos dessas condenáveis infiltrações, mas, no momento, detenho-me no campo do gás liquefeito de petróleo, o conhecido gás de cozinha, presente em quase todos os lares brasileiros.

Sr. Presidente, infelizmente, tão estratégico comércio encontra-se nas mãos de uma dúzia de distribuidoras, das quais 6 dominam cerca de 90% do setor. Há pouco mais de 20 anos, quando o total do consumo era menos da metade do atual, existiam cerca de 30 distribuidoras de gás de cozinha. Só que o truste – hoje com a amena terminologia de multinacional – foi comprando e fechando as companhias nacionais; daí o triste domínio do capital estrangeiro.

Além dessa condenável ingerência, os algozes estrangeiros, mais seguros com o neoliberalismo que assola o Brasil, agora estão indo mais além, porque já nos criticam em nosso próprio País.

No dia 7 de outubro de 1997, em reunião realizada na Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, presidida pelo seu próprio Presidente, Ruy Coutinho, o Sr. Miguel Mironiuc, brasileiro nato, mas italiano por adoção econômica, representante e um dos testa-de-ferro do poderoso grupo italiano Agip Liquigás, não satisfeito com a reação às suas indecorosas propostas por maior controle na distribuição do gás de cozinha, teve a audácia de, entre alguns impropérios, sair-se – pasmem! – com a seguinte frase: Esse (sic) não é um País sério!

O pronome demonstrativo empregado foi literalmente "esse", e não "este". Apesar de encontrar-se no Brasil, numa reunião de órgão oficial brasileiro, o infeliz representante da empresa italiana Agip Liquigás preferiu o emprego do pronome distante, como de longe e ao longe ele e sua empresa preferem tratar nosso País.

Entretanto, e ao mesmo tempo, também indago à agip liquigás do Sr. Mironiuc se o tal conceito de "País não sério" decorre do fato de que o DNC, Departamento Nacional de Combustíveis, continua não cobrando a diferença pelo benefício do frete, indevidamente repassado – o termo certo é roubado – ao consumidor da região de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Por sinal, há poucos dias consegui colher mais dados sobre esse autêntico roubo.

Explico: desde quando começou a operar, há anos, a Unidade de Processamento de Gás Natural da Petrobras, em Cabiúnas, Macaé, Rio de Janeiro, a Agip Liquigás e outras companhias vêm-se beneficiando de uma falsa e criminosa estrutura de preços, porque, em recebendo o gás "à boca da sua porta", continuaram cobrando do consumidor o preço acrescido do frete, ou seja, como se estivessem recebendo o gás das refinarias de Duque de Caxias e transportando-o até Macaé. O botijão que é vendido a R$ 6,17 em Duque de Caxias é vendido por R$ 6,78 em Macaé e região. O roubo é de R$ 0,71 por botijão.

Para se ter uma idéia, a produção de Cabiúnas no último mês de setembro foi de 6 milhões, 884 mil quilos de gás de cozinha. Como cada botijão tem 13 quilos, isso equivale a dizer que, em 524 mil botijões, o roubo foi de R$ 0,71 vezes 524 mil, ou seja, R$ 372.040,00. Isso, só no mês de setembro. A Petrobras e o DNC vão dizer oficialmente qual o montante do roubo, desde a inauguração da Agip Liquigás até a data de hoje.

Como se vê, Sr. Presidente, falta estrutura moral a esse representante dos interesses italianos para falar em seriedade. Primeiro, o truste Agip Liquigás precisa devolver ao Brasil o que nos vem roubando.

Por outro lado – isso, sim –, o DNC precisa apurar e responder essa denúncia. E cobrar da Agip Liquigás o que nos é devido. Os responsáveis devem responder pelos prejuízos causados e ser punidos exemplarmente.

Isso representa um prejuízo ao País de milhões de reais, já que o DNC não vem cobrando a diferença do frete, como deveria e é sua obrigação. O Governo, com seu DNC, faz vistas grossas, mas as companhias de gás, de olhos abertos e boca grande, não perdoam o consumidor nem recolhem para o Governo o que não é seu. Isso é o que se chama "ganhar em dobro", ou melhor, "roubar em dobro".

Para finalizar, gostaríamos de fazer uma indagação: quando as distribuidoras de gás vão devolver aos cofres públicos, mais precisamente à Petrobras, os milhões reais sonegados do FUP – Frete de Uniformização de Preços?

Era o que tinha a dizer.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para comentar mais uma vez a política e a conduta do Governo FHC. Trato, desta vez, de demonstrar cristalinamente o cinismo e a mistificação com que atua, bem como o caráter de classe da atual administração.

O Presidente e seus prepostos, especialmente os Ministros e o porta-voz da Presidência da República, têm insistido de modo cínico – inclusive com manipulações de menor ou maior alcance de dados estatísticos – em tentar manter a imagem de Governo "social-democrata" e, mais do que isso, preocupado com o social.

Nessa linha, segundo o jornal **O Globo**, o embaixador Sérgio Amaral chegou a anunciar, em nome do Governo, a determinação de mover uma ação judicial contra os funcionários do Tribunal de Contas da União, quando esse órgão votou o Parecer e o Relatório sobre as Contas do Governo da República de 1996 e apontou uma redução dos gastos sociais do Governo nesse ano, vis-à-vis 1995, na seguinte proporção: 12,55% para Educação e Cultura, 51,86% para a Saúde e Saneamento, 42,48% para a Assistência e Previdência e 0,41% para Desenvolvimento Regional.

Pois bem, depois desse enorme "fogo de barragem" do Executivo, diante da indiferença dos meios de comunicação ante das denúncias da Oposição, eis que algo veio como que interromper essa crônica em que o Governo se caracteriza, age e, em termos práticos, assume a identidade de "administração anti-social", por um lado, e trombeteia pela mídia, em matéria paga ou não, que investe no social e que prioriza a educação, por outro.

Refiro-me à notícia de que o Senador Jefferson Peres, do PSDB do Amazonas, em seu relatório sobre as mesmas contas, chega a conclusões parecidas com as do TCU, divergindo apenas nos números. Isso é tanto mais importante pelo fato de que, agora, não se trata de oposicionista ou de um funcionário do Tribunal de Contas que aponta que o Governo FHC deixa de gastar nas áreas sociais o que despende em outras rubricas, como aquela relativa a "dívida e encargos". Ou seja, alguém do Partido do Presidente é forçado a passar um atestado de que esse Governo é um comitê executivo da especulação, do grande capital financeiro, e um agente anti-social à testa da administração federal.

Uma outra demonstração da mentira e do caráter dessa administração podemos encontrar se compararmos o que foi dito e escrito por ocasião da apresentação da respectiva Mensagem e da discussão envolvendo a Proposta de Emenda à Constituição nº 233/95. Naquela época, os representantes do Executivo afiançaram ao Legislativo que o famigerado Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do En-

sino Fundamental e de Valorização do Magistério demandaria da União mais gastos nesse nível de ensino, pois a administração federal seria compelida a transferir R$ 800 milhões aos Estados cujos respectivos Fundos não conseguissem contabilizar recursos suficientes para atingir um "custo-aluno/ano" de R$ 300,00. O Executivo, assim, autorizaria aquele desembolso para complementar os Fundos de modo a operar no sentido de aumentar os gastos com a educação fundamental dos Estados mais pobres.

Muita propaganda foi feita em torno disso. Muitas entrevistas foram feitas com o Sr. Ministro da Educação, que anunciava um suposto novo tempo da Educação no País.

Pois bem, ao remeter o projeto de lei relativo ao Orçamento do próximo ano, o Governo confessa cinicamente que não serão mais R$ 800 milhões que a União despenderá com a complementação aos Fundos (conforme anunciado dois anos antes, quando queria convencer o Congresso e a sociedade sobre a correção da política que o Banco Mundial estava determinando), mas precisamente R$ 269,1 milhões.

São, portanto, números como esses que explicam de modo claro o farisaísmo e o caráter de administração a serviço do grande capital nacional e internacional (especialmente o financeiro) do atual Governo. São dados como esses que justificam a denominação e traduzem concretamente o caráter "neoliberal" da gestão FHC. Mais do que isso, desmentem e desmoralizam a idéia de que a administração federal estaria priorizando a educação em geral e o ensino fundamental em particular.

Era o que queria registrar neste instante.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante toda a tramitação do projeto que instituiu o novo Código Brasileiro de Trânsito, empenhamo-nos nesta Casa para legar ao Brasil um instrumento moderno, eficaz e adaptado a realidade nacional. No entanto, estranhamos a posição do Exmo. Sr. Presidente da República ao vetar o inciso II do art. 147 da lei que instituiu o Código Brasileiro de Trânsito e que trata da obrigatoriedade do exame psicológico para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Diante dessa posição do Executivo, temos recebido inúmeras manifestações de todo o País contra o fim do citado exame, e, nesse sentido, quero registrar neste plenário essas preocupações e o Manifesto da Psicologia do Trânsito, documento encaminhado ao meu gabinete pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) de Santa Catarina, e aproveito a oportunidade para reiterar nossa disposição de votar pela derrubada do veto presidencial, porque entendemos a importância do exame psicológico para a aquisição da Carteira Nacional de Trânsito, da mesmo forma que reconhecemos a fundamental importância da psicologia no mundo conturbado em que vivemos.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reproduzo aqui o documento:

> O Conselho Regional de Psicologia (CRP –12) de Santa Catarina protesta pública e veementemente contra o veto presidencial à exigência de exames psicológicos para condutores de veículos automotores no novo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.
>
> É um veto incongruente e absurdo porque acentua os riscos de acidentes de trânsito.
>
> É um veto inconseqüente porque não avalia os efeitos desse ato. A comunidade psicológica ficou chocada pelas duas razões atribuídas ao veto: primeira, "países rigorosos no combate à violência no trânsito não adotam o exame psicológico para motoristas"; segunda, "considera-se que os exames físico-mentais são suficientes para a análise da capacitação do candidato à habilitação".
>
> Quanto à primeira razão, parece que os autores do veto não tiveram a informação de que a Espanha tem um excelente modelo de avaliação psicológica de condutores, exportando esse modelo para outros países da Europa e América Latina.
>
> Com relação à segunda, entender como "exames físico-mentais" somente o que realiza o médico é ter uma visão míope do fazer psicológico, porque justamente o que fazemos é avaliar as condições emocionais e psicológicas (ditas mentais) das pessoas.
>
> Há muito vem-se falando em "Trânsito e Saúde". O conceito de saúde está intimamente ligado ao ser humano e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é um estado de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade. A Psicologia e os psicólogos justamente trabalham na promoção da

saúde psíquica do homem, também entendida como saúde mental.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1985) entre seus objetivos 13-17 promulga "Modos de Vida Saudáveis", reconhecendo explicitamente que os modos de vida das pessoas influem poderosamente na saúde. Mais especificamente, dentro do objetivo 17 a OMS propõe "diminuir as condutas prejudiciais para a Saúde, tais como abusos no consumo de álcool e produtos farmacêuticos; o uso de drogas ilícitas e substâncias químicas perigosas; a condução perigosa e a conduta social violenta". Nesse sentido, no momento em que o mundo caminha na direção de concretizar o que promulga a OMS, o Brasil com esse veto inoportuno caminha na contramão da história. O Brasil é hoje considerado um paradigma mundial na avaliação psicológica para condutores, junto com a Espanha, segundo a tese de doutorado realizada pela psicóloga catarinense Dra. Maria Helena Hoffmann (1995), na Universidade de Valência, Espanha. Em sua tese, que versa sobre uma comparação transcultural entre os modelos espanhol e brasileiro de avaliação de condutores, encontramos importantes fatos históricos que comprovam a relevante tradição que o Brasil possui em termos de avaliação psicológica de condutores, entre os quais destacamos alguns.

Muito embora antes se realizassem explorações psicológicas nos condutores, foi em 1962 (Resolução nº 353/62, de 9 de fevereiro) que começou de forma oficial e regular a realização do exame psicológico para a obtenção da CNH (todas as categorias), em toda a geografia brasileira, ou seja, no mesmo ano do reconhecimento da Psicologia como profissão, o que seguramente torna o exame psicológico para condutores uma das mais antigas atividades (se não a mais antiga) desenvolvidas pelos psicólogos brasileiros. Portanto, faz 35 anos que existe a obrigatoriedade legal da realização de avaliação psicológica para condutores

Com respeito ao modelo brasileiro de avaliação de condutores, ainda que suas raízes estejam apoiadas nos modelos de habilidades e na seleção (primeiramente positiva e posteriormente negativa dos condutores), modelos esses que foram pioneiros na tentativa de explicação da atividade de conduzir veículos, pode-se observar claramente, através da trajetória de normas (resoluções do Contran), que o atual modelo já não reflete somente um modelo de seleção, mas sim de avaliação, intervenção e prevenção, segundo se pode observar no corpo das primeiras leis desenvolvidas sobre o tema e segundo estes fatos:

– A condição de "não apto temporário" para o exame psicológico já consta nas primeiras normas de trânsito (1928, 1041, 1966 e subseqüentes).

– Os psicólogos dispõem de competência legal para estabelecer limitações ao condutor por causa psicológicas.

– Nos casos especiais e de discrepâncias nos resultados das explorações psicológicas está prevista na lei a criação de uma Comissão Especial, por solicitação do serviço de psicologia do Detran, para que proceda ao parecer final.

– Intervenção psicológica em condutores acidentados. Além do que, qualquer condutor que ponha em risco a segurança do trânsito fica sujeito a uma reavaliação psicológica, por determinação do diretor do Detran. No Detran de Santa Catarina, desde 1989 vem-se realizando um trabalho de orientação a condutores acidentados e infratores, dentro do Programa de Orientação Psicológica Preventiva (PCPP) . Ressalta-se que, apesar de constar nas primeiras leis de trânsito também uma avaliação médica, uma reciclagem sobre a legislação e uma prova prática de direção veicular para os condutores que se envolvem em acidentes, não se tem conhecimento de que os profissionais médicos e examinadores realizem tais avaliações como prática habitual.

– Intervenção sobre diretores de autoescolas, professores de formação de condutores e examinadores de trânsito, com cursos específicos para cada categoria, em que o psicólogo realiza uma avaliação psicopedagógica e ministra a disciplina de Relação Humanas e Psicologia do Trânsito.

Entretanto, o modelo vigente, apesar dos avanços já alcançados no que se refere à atuação profissional do psicólogo, apresenta algumas lacunas que vêm mostrar a

necessidade de um maior desenvolvimento e aplicabilidade. A principal delas, segundo Hoffmann (1995), é a falta de pesquisa do instrumental psicológico utilizado no exame psicológico, mas não no sentido de constatar a sua validade clínico-empírica, pois esta é pertinente, e sim de realizar pesquisas junto a amostras de condutores. Além disso, é preciso pesquisar novos instrumentos, devido a que muitos testes, ao longo dos anos, foram sendo indevida e ilegalmente apropriados por outros que não os profissionais da Psicologia e amplamente deturpados e vulgarizados em publicações tipo "Manual do Motorista", que servem para o candidato preparar-se para o exame teórico (legislação e sinalização).

Há que se ressaltarem ainda as diversas pesquisas realizadas ao longo dos anos, por iniciativas isoladas de psicólogos, em nível regional, principalmente com o Teste PMK (Psicodiagnóstico Miocinético) do "hispano-brasileiro" Emílio Mira Y Lopez, que oferece parâmetros para enquadramento dos resultados apresentados pelos condutores na avaliação.

O Código Nacional de Trânsito, de 1966, em seu art. 75, estabelece que é competência do Contran definir quais os instrumentos psicológicos legais para avaliar as dimensões psicológicas dos condutores. Entretanto, isso nunca foi concretizado, apesar das inúmeras tentativas dos psicólogos do trânsito, principalmente do Prof. Dr. Reinier Rozes Traten, principal protagonista da Psicologia do Trânsito no Brasil nas décadas de 70 e 80.

Portanto, em nome de toda uma tradição da Psicologia do Trânsito no Brasil é que se solicita o apoio financeiro dos órgãos de trânsito, em parceria com universidades, para que se possam viabilizar pesquisas com o objetivo de aprimorar o modelo de avaliação psicológica de condutores. Há mais de quarenta anos vem-se solicitando apoio para esse projeto. Ele não pode mais se fazer esperar.

Não é a primeira vez que tentam vetar o exame psicológico para obtenção da CNH. Em 1979 ocorreu um fato insólito que teve conexão com a instituição do "Programa Nacional de Desburocratização", através do Decreto nº 83.740/79 (18 de julho de 1979), que tinha por objetivo "desburocratizar" o serviço público brasileiro, e que deixou perplexa toda a categoria dos psicólogos brasileiros que trabalham no âmbito da Psicologia do Trânsito e da Segurança Viária. Os meios de comunicação (**Estado de Minas,** 12 de agosto de 1986) divulgaram, sem mais, a notícia de que o Contran havia extinguido o exame "psicotécnico" e que estaria sob a responsabilidade do médico examinador a exigência, ou não, desse exame. Imediatamente, o Conselho Federal de Psicologia, representando a classe dos psicólogos do trânsito, mobilizou-se para esclarecer a notícia junto à diretoria do Contran, que, felizmente, desconfirmou tal notícia, proporcionando satisfação e tranqüilidade a toda a categoria profissional.

Portanto, o exame psicológico só continuou devido às lutas da categoria profissional dos psicólogos. Se está comprovado que o fator humano é o principal responsável pelos acidentes de trânsito, por que, em toda a história do trânsito e transporte no Brasil, só se ventilou a eliminação do exame psicológico? Não é a Psicologia a ciência que estuda os comportamentos, hábitos, atitudes e capacidades do que se denomina fator humano? Na verdade, a luta pela avaliação da saúde psicológica do condutor nunca cessou.

Com relação ao art. 13 do Código de Trânsito Brasileiro, gostaríamos de manifestar nossa surpresa por não constar também a criação da Câmara Temática da Psicologia.

Não podemos esquecer do mercado que se está abrindo com o Mercosul, e, em matéria de Psicologia do Trânsito e especificamente em modelo de avaliação de condutores, o Brasil está muito à frente dos demais países que o compõem, servindo-lhes de paradigma.

Para concluir, cabe dizer que historicamente os profissionais da psicologia sempre estiveram engajados no processo da avaliação de condutores e sempre questionaram e refletiram sobre o seu papel e sua atuação ética junto a essa atividade para se conseguir um comportamento mais seguro no trânsito.

Solicitamos, portanto, mediante o exposto, a reversão do veto presidencial ao inciso II do art. 147, retornando a obrigatoriedade do exame psicológico para os condutores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CUNHA LIMA (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) –Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o maior patrimônio que um País possui é seu potencial de mercado, que é formado pela força de trabalho do seu povo, em conjunto com o capital.

No entanto, pouco ou quase nenhum valor tem esse potencial sem seu devido aproveitamento, que nesse caso é representado diretamente pelos empregos gerados nas indústrias ou na prestação de serviços.

O único potencial que um desempregado pode representar está relacionado única e exclusivamente a problemas sociais, e portanto podemos afirmar que o mercado consumidor é aquele formado pelas famílias de trabalhadores ativos.

Isso posto, uma das prioridades mais importantes do Governo deveria ser a definição de uma política industrial sustentável, de curto, médio e longo prazos, oferecendo regras claras e principalmente garantias para os investimentos produtivos no nosso País.

Falar de política industrial é falar primeiramente de reformas fiscal e tributária, e não de reeleição; é reduzir o monstruoso Custo Brasil, que, além de desestimular novos investimentos, ainda provoca eliminação das vantagens competitivas das empresas brasileiras.

Entre os discursos do Sr. Ministro da Fazenda e a realidade dos empresários, dos pequenos aos grandes, a distância é muito grande, passando dos altíssimos juros para manutenção de uma política altamente recessiva até às ações, mesmo as mais simples, que denotam, se não intenções deliberadas, o desconhecimento total da existência de uma política industrial por parte dos burocratas de plantão.

Recentemente, na contramão dos discursos governistas, foi praticamente eliminado mais um dispositivo que facilitava a renovação do maquinário produtivo e que permitia a importação de equipamentos de última geração, sem similar nacional, com isenção do imposto de importação (Ex. Tarifário), para melhorar a competitividade dos produtos nacionais frente aos concorrentes internacionais.

O desmonte dos Ex. Tarifários, somado à defasagem cambial, com a supervalorização do real, à facilitação do desembaraço de mercadorias importadas totalmente acabadas, pelo Siscomex Importação, e à burocracia e excesso de controles para importação de matérias-primas que geram produção e empregos nacionais, se não decorre de desinteresse ou desinformação por parte do Governo, só pode representar a entrega do nosso maior patrimônio aos interesses estrangeiros.

Portanto, produzir no País, gerar empregos, bem-estar social e divisas com exportações tornou-se hoje uma corrida de obstáculos, e o maior obstáculo de todos chama-se administração pública. Sendo nosso maior sócio, compulsório, é claro, já que sem mesmo participar do capital de risco nos impõe antecipadamente mais da metade do custo, com regras e controles desestimulantes, é humanamente impossível entender que o próprio Governo nos imponha dificuldades para conseguirmos o dinamismo e a competitividade necessária para enfrentarmos os países mais adiantados, principalmente aqueles cujo modelo industrial está voltado exclusivamente as exportações, e que ceifam, com a ajuda do Governo, nossos empregos.

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, era o que tinha a dizer.

O SR. MOISÉS BENNESBY (PSDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno à tribuna desta Casa para trazer ao conhecimento dos meus pares e das demais autoridades do País minha preocupação com os problemas gerados pela precariedade e inconstância do fornecimento de energia elétrica às cidades do Estado de Rondônia.

Mesmo as cidades favorecidas com o chamado linhão, que vai desde a Hidrelétrica de Samuel, no Município de Jamari, até Cacoal, ainda sofrem com os constantes cortes no fornecimento de energia, principalmente no período do verão.

A dificuldade maior, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reside na ausência de um sistema de geração de energia elétrica eficiente, o que não se obtém com apenas uma hidrelétrica do porte da de Samuel somada à atual rede de termoelétricas, deficiente e sem manutenção adequada.

Por outro lado, se a energia elétrica fornecida às cidades não é das melhores, o mesmo não se pode dizer em relação ao campo. Nesse particular e nesta oportunidade, quero elogiar o investimento levado a efeito pelo atual Governo do meu Estado, no que tange à eletrificação rural.

Pude constatar, Sr. Presidente, que há menos de três anos o Estado de Rondônia tinha apenas 3%

das propriedades beneficiadas com a eletrificação rural, enquanto hoje a proporção já chega a 70%. É sem duvida um marco na história do nosso Estado, que ainda dá seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento pleno.

Para um Estado que tem sua economia prejudicada pela carência de um sistema energético eficiente, cobrir 70% da sua área rural com energia, nas 24 horas do dia, é obra da maior importância.

Rondônia tem no campo a força de sua economia. É a agricultura e a pecuária que garantem o desenvolvimento do Estado; por isso, todo investimento voltado para essas atividades resulta em esperança para o nosso futuro.

Sr. Presidente, Sras. è Srs. Deputados, com a energia elétrica chegando às propriedades rurais, a agroindustrialização fica facilitada. A agroindústria, de implantação mais simples que os parques industriais é, pois, fundamental para o desenvolvimento do Estado.

Rondônia, Sr. Presidente, tem que manufaturar sua produção agrícola para poder criar mercado de trabalho e garantir impostos, pois que, com a produção sendo comercializada de forma primária, o Estado perde muito da sua arrecadação e ainda deixa de empregar milhares de pessoas.

Rondônia necessita das agroindústrias, e o Governo do Estado, com a eletrificação rural, está construindo o caminho certo para a sua viabilização.

Resta, agora, unirmos nossas forças políticas e empresariais numa parceria capaz de transformar a agroindustrialização em uma realidade .

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO FERRO (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Plano Real é uma das grandes farsas impostas ao País pelo imperador Fernando Henrique Cardoso. O Partido dos Trabalhadores tem sistematicamente ocupado esta tribuna para alertar o povo brasileiro sobre o precipício que se aproxima disfarçado pelo **marketing** criado pelo Governo para ocultar a realidade.

Estamos diante de uma tragédia maior do que a que já temos. Como bem diz o articulista do **press-letter** "Sinopse", o projeto de FHC é absolutamente "continuísta, monopolista, dependente e conservador". Continuísta porque expressa os interesses dos que sempre mandaram no País. Monopolista porque produz uma concentração ainda maior da propriedade e da renda, como se pode verificar nas movimentações financeiras, com as fusões e aquisição de empresas brasileiras por outras maiores, geralmente multinacionais. Dependente, porque solidifica e amplia a dependência estrutural e conjuntural da economia brasileira aos centros do capitalismo internacional. Finalmente, conservador porque só através de expedientes antidemocráticos FHC tem garantido a continuidade desse projeto, que não muda diante de uma proposta histórica do capital internacional de se apropriar das riquezas das nações em desenvolvimento. Como bem disse o lúcido Luiz Fernando Veríssimo: "é preciso perder a ilusão de que a oligarquia reforma a si mesma".

O projeto neoliberal aplicado à América Latina está provocando um desastre de proporções ainda não avaliadas corretamente, mas certamente gigantesco. Em 11 anos, de 1975 a 1996, a dívida externa da América Latina e do Caribe aumentou quase nove vezes, passando de US$ 69,09 bilhões para US$ 603,43 bilhões! O Brasil, que segundo FHC (e na verdade todos os outros déspotas que passaram por aqui) caminha para a modernidade, faz parte da lista dos mais endividados, junto com México, Argentina, Venezuela e Peru, exatamente os países onde o projeto neoliberal foi aplicado com maior radicalismo. Os cinco países-cavaleiros do apocalipse acumulam 80% da dívida externa latino-americana. Devem e pagam, pagam mas não saem do buraco, como querem os banqueiros internacionais. Só de juros, no período 1990-94, 20 países da região pagaram US$ 174,6 bilhões. E a dívida continua crescendo. Ou seja, há 500 anos o Brasil (e seus vizinhos) caminha para a modernidade. Só que não chega nunca. O Brasil, campeão mundial de desigualdade social, é também o maior devedor desta banda do Hemisfério Sul: US$ 175 bilhões. Isso representa 34,5% do PIB. Em outras palavras, de tudo que se produz no País, 34,5% é dívida com os agiotas multinacionais.

O projeto neoliberal na América Latina tem aumentado a dependência. Cada vez mais se compra e menos se vende. O déficit externo dos latinos chegou a US$ 36 bilhões no ano passado; deve quebrar o recorde olímpico de US$ 61 bilhões este ano; e, se os economistas do Planalto não fizerem mais nada (o que já seria lucro), ultrapassa os limites de uma explosão em 1998 com uma dívida de US$ 79 bilhões.

O Brasil tem bom desempenho na criação de dependência. Em 1993 o déficit externo era praticamente zero. No ano seguinte as contas negativas eram de US$ 2 bilhões. Em 1995, com o Plano Real fresco, vivo e forte, a dívida saltou para US$ 18 bilhões; um ano depois ela dá outro salto, foi para US$ 25 bilhões. Em 1997 deve chegar a US$ 32 bilhões.

Previsões mais otimistas estimam que em 1998 FHC vai manter esses números. É mais um recorde para o imperador de nada. Por sua competência em atender aos interesses das elites locais e alienígenas, Fernando Henrique Cardoso vai conseguir fechar seus quatro anos de mandato acumulando um passivo externo de US$ 107 bilhões.

Não é preciso ser economista para saber que FHC está construindo um buraco no País. Tudo isso é areia movediça, mas ele prossegue aumentando o pântano. Para ocultar a lama em que nos enfia, tenta fazer caixa a todo custo. Isso significa a venda do patrimônio nacional: setor elétrico, telecomunicações, petróleo, Companhia Vale do rio Doce... Com esse projeto, satisfaz a ganância de boa parcela do empresariado nacional e internacional, que saqueia o bem público e garante a permanência de FHC no poder. Por ser tão capacho dessa gente, certamente FHC terá os fundos necessários para sua candidatura à reeleição.

O único problema que FHC vai encontrar no caminho é o povo. Talvez neste momento um assessor o esteja alertando para uma pedra no seu caminho: o povo brasileiro. E FHC, como sempre, indaga a si mesmo: povo? O que é isso?

Eu respondo ao nosso narcisista imperador. O povo, senhor príncipe, é quem faz esta Nação, quem constrói este País. O povo brasileiro, sem emprego, sem saúde, sem transportes, sem casa, sem-terra, sem direito ao Brasil, é que diz não ao seu projeto de destruição do Brasil. O povo vai continuar dizendo não, por mais recursos que se gastem em campanhas publicitárias. A fome que aflige esse povo e a esperança que o sustenta não se deixam enganar por **folders** e cartazes.

É o que tenho a dizer.

O SR. MURILO DOMINGOS (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente explicar os motivos que me levaram a este pronunciamento. Numa entrevista, hoje de manhã, um Senador fez comparações entre a Câmara e o Senado, dizendo que o Senado faz mais do que a Câmara. Acho que essa comparação é uma provocação, e não é caminho para este Congresso. Temos de realizar um trabalho bilateral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é comum serem inseridos na imprensa conceitos e insinuações sobre o Congresso e seus membros, verdades e inverdades, ou mesmo versões. O que fica, porém, na mente e na opinião pública sempre será a versão, pois a verdade dificilmente será veiculada, porque não é matéria sensacionalista ou bombástica. Para conquistar o público e a audiência, vale tudo, pela concorrência?

Outro dia, almoçando em um restaurante **self-service** de um **shopping** local, ouvi o diálogo de dois jornalistas jovens que comentavam sobre empregos, salários e alternativas. O enfoque maior era sobre empresas que pagavam e estimulavam a atuação dos informantes sobre fatos inusitados que viessem a merecer espaço na mídia.

Assim, temos que convir que estamos sujeitos a subsidiar a atuação de uma rede de informantes que, no afã de vender matérias, detectam o diferente, o inusitado, o sensacional, que nem sempre corresponde à verdade.

Torna-se necessário esclarecer qual a função do Parlamento em uma democracia. O povo deve saber que não existe regime democrático sem separação de Poderes e sem Congresso funcionando livremente. O Legislativo não pode ser um mero cartório de registro dos projetos do Executivo, tampouco tem por objetivo sabotar o Governo. Sua função é a de criticar e aprimorar, verdadeira caixa de ressonância que é, reflexo da multifacetada sociedade brasileira.

Deve-se também esclarecer que a democracia é um regime político complexo, visto que pretende ouvir as diferentes tendências da população, representadas no Parlamento. Diante da democracia, outros regimes oferecem aparente simplicidade; basta a vontade do déspota de plantão para governar, sem delongas e empecilhos Quão enganosa e grosseira essa manobra! Esquecem-se de mencionar que está eivada de defeito congênito: carece de legitimidade. Só a democracia é legítima.

Cumpre destacar que o Parlamento brasileiro é dos mais eficientes do mundo. As sessões legislativas são consideravelmente mais longas do que em democracias tradicionais como a França. Gosta a imprensa de mostrar o plenário desta Casa vazio, geralmente nos dias sem previsão de trabalhos parlamentares. Por que não mostra os plenários de Comissões abarrotados, com sessões de trabalho que duram horas e horas? Cabe informar aos cidadãos que o plenário é local de votação final, onde culmina o intenso trabalho prévio de aprimorar as leis; não é o local onde se efetua a maior parte do trabalho do Parlamentar.

É junto às Comissões Permanentes e Temporárias que os legisladores mais trabalham. Nas Comissões, o Deputado pode fazer valerem seus princípios. Trata-se de recinto menor, com poucas deze-

nas de membros, onde o representante consegue fazer-se ouvir, ao invés de perder-se entre os 513 Deputados que compõem o Plenário. A eficiência do Deputado, de fato, pode ser medida pelo seu desempenho nessas missões de que participa, e não pela sua atuação em plenário, na maioria das vezes com resultados já previamente ajustados.

As reformas constitucionais merecem destaque. Critica-se o Parlamento pela pretensa lentidão com que trata as propostas de alteração da Carta Magna enviadas pelo Poder Executivo. Trata-se de atitude que ignora a profundidade das emendas da Previdência Social, da Administração Pública e do Sistema Tributário, que dizem respeito não apenas ao Governo e aos funcionários públicos, mas a todos os brasileiros. Não se pode fazer um trabalho sério acerca de temas tão complexos sem uma reflexão e um debate aprofundado. E isso requer tempo. O rito da reforma constitucional é propositadamente rígido e complexo, justamente para evitar açodamento e permitir um tempo mínimo de reflexão. Quando o tema da reforma constitucional precisou ter votação açodada, como no caso da reeleição, para possibilitar ao Executivo dar continuidade ao seu trabalho, o Congresso o aprovou em prazo particularmente exíguo.

A produção desta Legislatura tem sido notável: de acordo com os dados fornecidos pelo PRODASEN, em 27 de agosto último promulgou o Poder Legislativo 4.623 leis e decretos legislativos, 77 medidas provisórias foram transformadas em lei e 12 emendas à Constituição foram aprovadas. Trata-se de trabalho ímpar em prol da modernização do País. A isso devemos acrescentar outros milhares de projetos de lei ainda em tramitação, centenas de medidas provisórias e dezenas de propostas de emenda à Constituição, além de projetos de código. Ou seja, em média, o Congresso Nacional produz mais de 7 normas jurídicas por dia útil! Diante dessa impressionante produção legislativa, custa-nos vislumbrar quais os motivos que levam alguns representantes, tanto da mídia como do Senado, a denegrirem a imagem do Parlamento, prejudicando a estabilidade democrática.

Mas o trabalho do Parlamentar não se restringe ao recinto do Congresso Nacional. Quando não está em Brasília, o Legislador não está de férias, como se compraz em insinuar a mídia. Ao contrário, viaja a trabalho, vive a política em permanência. No seu Estado, o Parlamentar mantém escritório de representação que recebe pleitos dos eleitores. A população espera de seu representante que a ajude diretamente, fenômeno característico de País em desenvolvimento que somos, com grandes bolsões de miséria aos quais não podemos permanecer insensíveis.

À parte desse contato pessoal com o eleitorado, o Deputado participa ativamente da vida política do Estado. O político tem compromissos com o partido, com o seu Estado de origem, e, mais além, com os Municípios que representam as bases eleitorais, sem esquecer os projetos de interesse nacional. Isso acarreta atividade intensa para defender os justos pleitos do Estado junto às autoridades federais. Também tem o Parlamentar compromissos partidários que deve honrar, defendendo as posições de sua legenda junto aos meios de comunicação, negociando dentro e fora do Congresso Nacional para ampliar e consolidar a presença partidária no cenário político nacional.

As agressões mútuas dentre as Casas que representam o Poder Legislativo e o comportamento dos seus membros no desempenho de suas funções, muitas vezes por excesso, outras por ausência de brios, transmitem ao povo, pela imprensa, uma imagem deturpada do Parlamentar.

As pressões externas exercidas sobre o Congresso aviltam as decisões de seus membros.

As regras existentes para o desempenho da Lei Orçamentária, dado o processo de contingenciamento e descontingenciamento, obrigam o Parlamentar a posições pouco convencionais, no afã de atender às necessidades das suas bases.

A atuação parlamentar implica o cumprimento da ética entre os Parlamentares, entre os partidos políticos e até mesmo entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Há que se distinguir entre o que se pode e deve fazer e o que não se deve fazer no exercício da função parlamentar. A Constituição e o Regimento Interno constituem as grandes diretrizes, e, uma vez não cumpridos, o Parlamentar é passível de cassação, a exemplo de fatos como o dos "anões" do Orçamento e da venda de votos.

O Executivo pode errar? Não deve, mas erra. O Judiciário é infalível? Não; o ideal seria que o fosse.

As composições são distintas nas três esferas: no Executivo, no atual regime presidencialista, é eleito o Presidente da República e o Vice-Presidente; por analogia, o Governador e o Vice-Governador, o Prefeito e o Vice-Prefeito. Eles compõem e nomeiam o Ministério e o Secretariado, de livre escolha e demissíveis **ad nutum**.

No Legislativo, eleitos os representantes pelo voto, a legitimidade é autêntica para os respectivos mandatos federais, estaduais e municipais.

No Judiciário, os membros são escolhidos por indicação, experiência, **curriculum** e interstícios previstos na Constituição.

Convido a todos para divagarmos um pouco, viajando no tempo.

O que seria do Congresso daqui a 200 anos, precisamente no ano 2200? Qual seria o papel do Congresso? Diriam todos ou a grande maioria: o mesmo de hoje! Isto é: requerimentos, informações, audiências públicas, projetos, inquéritos e outros.

Dentro desse mesmo critério, porém, admitindo-se que o trabalho nesses dois séculos fosse profícuo e partisse do princípio de que a Constituição fosse perfeita e as leis quase perfeitas, o que faria o Congresso?

Hoje, que leis devem ser aperfeiçoadas? O que há de errado na Constituição? Até onde e como podemos colaborar na definição da política agrícola, da política fundiária, da política ambiental, habitacional, indigenista, judiciária, de saneamento, saúde, educação, infra-estrutura, dos Códigos de Mineração e Penal, das reformas administrativa, fiscal e previdenciária?

Todo Parlamentar tem um grande compromisso: o compromisso com a Pátria e com o seu mandato; com a defesa dos grandes interesses do País; enfim, o compromisso de corresponder à confiança delegada pelo voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas as iniciativas até agora adotadas em defesa desta Casa são válidas e necessárias. Contudo, acredito que se deva ir além, atuando, agindo e dignificando a Casa e seus membros.

É preciso dotar a Câmara dos Deputados dos meios institucionais cabíveis, e dos recursos materiais e humanos necessários para empreender um trabalho sistemático e permanente de divulgação. Desde já, voluntario-me para contribuir, na medida das minhas possibilidades, para tornar concreto esse movimento espontâneo e multipartidário que hoje se contempla nesta Casa em defesa do Poder Legislativo. É tempo de agir.

Convoco os nobres pares para essa tarefa cívica. Se o Congresso é o pulmão da democracia, respiremos todos os ares dos novos tempos com ética, mútua cooperação entre os Poderes, racionalidade, responsabilidade e muito desprendimento.

Que manifestações como a do ilustre Senador não se repitam mais.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil e nos outros órgãos de comunicação da Casa; inclusive vou enviar uma cópia ao Presidente Michel Temer.

O SR. CARLOS NELSON (Bloco/PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é um país que se está construindo sob o signo do sacrifício, da dificuldade. As conquistas e os avanços são obtidos ao cabo de enormes sofrimentos e ao custo de muito suor. As desigualdades regionais no campo social são gritantes. Muitas vezes, vidas inteiras são consumidas para a realização de um único objetivo, um modesto sonho.

Nosso histórico atraso intelectual é fator concorrente para que a democratização do processo de desenvolvimento, sob os pontos de vista social, humano, econômico e político, seja objeto de pálida aceleração. O bloqueio ao acesso à formação mais essencial retarda em milhões de cidadãos o deflagrar da capacidade de discernir, de discutir, de debater, de questionar, de exigir. É uma conseqüência natural.

O homem pouco informado é, falsamente, o homem precariamente formado. Revela-se incapaz de estabelecer a fronteira entre o que lhe retribuem em face de sua própria ação como cidadão e o que, muito eventualmente, pode ter o sentido de uma oferta generosa. Pela impossibilidade de discernir, em boa parte das vezes acaba por interpretar a tudo como se fosse dádiva. Ignora, por assim dizer, o senso de valor – o valor das coisas que conquistou, em face de seu trabalho, seu sacrifício, sua contribuição.

É relevante assinalar que nem o mais miserável de todos os seres humanos, nem o mais inteiramente desprovido de bens materiais escapa da compulsoriedade da contribuição. Por mais rasa que seja sua marmita, ali no fundo, e por mais sazonal que seja sua dieta alimentar – para ficar só neste exemplo – está ele submetido ao ônus de alguma tributação. Desse modo, por mais que seja desproporcional a dimensão do que recebe, em comparação com o que contribui, em circunstância alguma é devedor de gratidão. Mas é desse modo que se imagina.

Esse extremo, a nos desafiar no dia-a-dia, seja nos imensos bolsões de pobreza, seja nos grandes centros urbanos, onde o luxo e a miséria compõem um contraste cruel, embora suscite o compadecimento e a solidariedade de não menos enormes massas humanas, fornece o alimento de que se ban-

queteiam muitas aves de rapina. Dá à luz e faz prosperar, saudáveis, os exploradores.

Estou falando da cultura do paternalismo. Um bico de luz, uma torneira de água, benefícios banais, por serem direitos essenciais, são entregues como se fossem produtos de uma ação generosa, pessoal, humanitária. Sinceramente, é um escárnio, uma exploração despudorada e desumana.

Se posso ter exagerado nos tons, estou seguro da realidade das cores. Não teorizo. Trago comigo o testemunho prático, ainda que, no interior de São Paulo, é necessário dizer, a crueza dessa prática não encontre ressonância semelhante a que se verifica em regiões de carência mais aprofundada. Mas mesmo em São Paulo o fenômeno não está ausente. E manifesta-se muito freqüentemente na execução de programas habitacionais.

Embora executados com recursos de propriedade do trabalhador, titular dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, é freqüente que a entrega de conjuntos habitacionais se transforme em ato de consagração de Prefeitos e Governadores, como se em gesto de magnanimidade estivessem oferecendo a milhares de famílias o abrigo do teto. É o paternalismo elevado ao mais alto grau da escala, desde que a casa própria, como se sabe, é o mais caro dos sonhos cultivados por todas as famílias, especialmente as de posses mais modestas.

Esse escárnio da exploração da boa fé não seria tão grave se a atribuição das moradias não fosse presidida por critérios políticos, para satisfazer compromissos eleitorais. Não especulo. Sei que é assim. Sou testemunha de procedimentos dessa natureza, a me causar profunda repulsa e indignação. Fico pasmo. Como é possível não considerar o conceito da necessidade em troca do critério político? É de uma insensibilidade atroz. Em resumo, antes de precisar da casa, é preciso ser amigo do rei. É uma indignidade!

Felizmente, o Governo de São Paulo adota uma inovação que alivia minha revolta. E dela me valho, aliás, por oportuna e profilática, para apresentar projeto de lei à consideração dos nobre pares. No âmbito do meu Estado, está extirpado o vício. Concluídos os conjuntos habitacionais, as famílias inscritas são convocadas a se reunir em praça pública, onde a atribuição das moradias é feita por sorteio. O critério seguramente não é o mais justo, porque a sorte nem sempre bate às portas de quem mais necessita. Mas é menos injusto. Não viciado. Não político. Não paternalista. Não protecionista. Todos disputam em igualdade de condições, sem que os mais próximos do poder estejam mais habilitados a realizar o sonho. Considerando que nem mesmo as análises técnicas, sob o ponto socioeconômico, são capazes de escapar das influências políticas, acho que o critério é exemplar. Bebendo da fonte dessa experiência paulista, sem me importar com o fato de que o atual Governador, Sr. Mário Covas, milita em campo político a que me oponho, estou submetendo ao exame desta Casa propositura que incorpora o critério de sorteio para a seleção de beneficiários finais de programas habitacionais, quando financiados com recursos públicos definidos em dispositivo da citada propositura de minha autoria, nos níveis federal, estadual e municipal.

Cuida o projeto de estabelecer as condições em que os candidatos se inscreverão, bem como trata de outras questões relativas à matéria.

Considero oportuno assinalar que o referido projeto contém um caráter moralizador, de modo que se feche o atalho para a fraude e se restabeleça o primado da verdade, segundo o qual a sociedade é o estuário de todas as ações do poder público, por direito de conquista e não por favor.

Com essa convicção, firmo minha esperança de que a matéria prospere nesta Casa e, identificados com os mesmos propósitos, os nobre pares contribuam para transformá-la em lei.

Peço a V. Exª que este pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil e no jornal **Hoje na Câmara**.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem, 21 de outubro de 1997, o Ministério da Saúde assinou protocolo com a Prefeitura Municipal de Cambuci, no Estado do Rio de Janeiro, liberando uma verba no valor de 80 mil reais destinada à aquisição e aparelhamento de uma unidade móvel de saúde. Aqueles recursos originam-se de emenda individual que apresentei à proposta orçamentária que resultou no Orçamento da União para o presente exercício.

Estive presente à solenidade, à qual compareceram o ilustre Ministro da Saúde, Dr. Carlos Albuquerque, e o Sr. Prefeito de Cambuci, Aguinaldo Peres Mello, oportunidade em que discursaram sobre a importância do evento, destacando o Ministro Carlos Albuquerque que, neste ano de 1997, aquela era a primeira liberação, por parte do Ministério da Saúde, de recursos orçamentários provenientes de emenda individual de Deputado ou Senador.

Evidentemente essa referência específica, feita pelo Sr. Ministro da Saúde, trouxe-me o conforto e a satisfação pessoal de poder ver todo um esforço parlamentar coroado de pleno êxito, restando, todavia, outras liberações de recursos para projetos dos demais Municípios da região norte fluminense, nos termos de emendas de minha autoria devidamente aprovadas e incluídas no Orçamento deste ano.

Quero registrar meu reconhecimento ao Sr. Ministro da Saúde pelo atendimento daquela necessidade da Prefeitura de Cambuci, estando eu certo de que a unidade móvel de saúde a ser adquirida será de grande utilidade para o atendimento de toda uma população que carece de melhor assistência médica naquele Município.

Vale ressaltar a seriedade que caracteriza toda e qualquer tomada de decisão no Ministério da Saúde. Desde que assumiu o cargo, o Ministro Carlos Albuquerque tem-se notabilizado pela coragem com que vem enfrentando os esquemas de corrupção que de há muito estavam instalados nos mais diversos compartimentos daquela pasta. Em tempos idos, mas ainda recentes, um evento como aquele de ontem seria cercado de múltiplos e escusos interesses. Não é essa a atual configuração do Ministério da Saúde e deve-se isso à seriedade e à honradez do atual Ministro, homem alérgico à corrupção e à desonestidade.

Quero também estender meu reconhecimento a dois entre os demais ilustres servidores do Ministério da Saúde, pessoas que participaram do processo de exame das solicitações de Cambuci e que se manifestaram de modo favorável à liberação dos recursos ora aqui comentados. Refiro-me ao Dr. Paulo de Oliveira, Gerente de Projetos do Ministério da Saúde, e à Dra. Maria do Carmo Porto Oliveira, Coordenadora da Assessoria Parlamentar daquele mesmo Ministério.

São exemplos que honram o serviço público federal, pessoas inteiramente dedicadas às suas funções, exercendo-as com desprendimento, decidindo com isenção e atendendo realmente às situações emergenciais que precisam ser solucionadas, como é o caso da unidade móvel de saúde para o Município de Cambuci. Assim, o registro que faço, antes de ser um elogio, é o cometimento de um ato de justiça, pois, no geral, todos criticam os que no serviço público nem sempre atendem bem às suas responsabilidades, mas esquecem-se de reconhecer o trabalho e o esforço dos bons e eficientes servidores, entre os quais figuram, com absoluta certeza, Paulo Marcos de Oliveira e Maria do Carmo Porto Oliveira.

Assim, Sr. Presidente, ao fazer o presente registro, estou manifestando minha maior alegria por ver atendida a população de Cambuci, ao tempo em que me sinto absolutamente honrado por ter sido atendido pelo Ministério da Saúde quando muitos ainda anseiam por obter a mesma deferência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. DÉRCIO KNOP (Bloco/PDT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a globalização, a abertura de mercados e a integração entre os povos neste final de século têm sido sentidas e evidenciadas em todos os segmentos. O intercâmbio cultural, industrial, tecnológico, mercadológico e outros dão-nos a oportunidade de conhecer métodos e fórmulas de sucesso em todas as áreas da atividade humana. Estão aí para serem copiadas, seguidas, modificadas e até melhoradas; nunca, porém, ignoradas. Na ciência e na medicina, as pesquisas são formuladas com intenso intercâmbio de conhecimento e de métodos, conceito esse seguido até mesmo pela indústria bélica.

É desnecessário elenoar aqui todos os avanços que se tornaram evidentes nas últimas décadas, fenômeno esse que desencadeou, por exemplo, o processo de formação de intercâmbio comercial do North American Free Trade Area – NAFTA, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e a Unificação da Moeda Européia – Euro, fórmulas e métodos que pelo sucesso alcançado foram evoluindo, sendo copiados e melhorados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Estados Unidos consolidaram-se definitivamente como a grande potência mundial; o país faz escola em quase todas as áreas, dá as cartas em praticamente todos os segmentos de mercado, vende ao mundo sua tecnologia de ponta, desde os minúsculos e modernissimos sistemas de processadores de dados para informática aos avançados supersônicos F-22X, 80% dos jatos da aviação comercial ou ainda foguetes para lançamento de satélites e outras maravilhas que o mundo tenta imitar.

Ora, Sr. Presidente, o processo de evolução que existe nos Estados Unidos é rápido e acelerado, moderniza-se a cada dia, a cada momento; no entanto, preserva-se o que notadamente está dando bons resultados. Digo isso para fundamentar que a tecnologia naquele país, aliada à evolução, certamente teria acabado com os hotéis-cassino se não acompanhassem a evolução, em que pese a geração de empregos, a atração que impulsiona o turis-

mo e especificamente o seu papel social, com a distribuição de seu produto, via arrecadação de impostos, para as questões sociais, como está evidenciado.

No entanto, a evolução que se percebe, ao longo do tempo, é no sentido de não mais permitir a implantação de cassinos pura e simplesmente, mas sim, e até com certo incentivo, a implantação dos hotéis-cassino. Isso quebra a retórica e certamente esvazia o discurso daqueles que desinformadamente são contra a legalização dessa atividade no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento de integração, de aperfeiçoamento de fórmulas, de intercâmbios que objetivam a solução de problemas internos, no momento em que o desemprego é o principal fantasma do País e as questões sociais são consideradas prioritárias, em que a erradicação do analfabetismo com profundos apelos e campanhas de iniciativas que sensibilizam, é de se prever que finalmente o bom senso chegue também no Brasil e que aqui, a exemplo dos Estados Unidos, os cassinos venham a ser liberados, e com eles seja acionada a mola propulsora que atrairá os grandes investimentos.

Isso certamente constituiria eficiente mecanismo de geração de empregos, além de conseqüentemente representar um expressivo aporte de recursos para serem repassados às áreas mais carentes, que notadamente são muitas, considerando a extensão continental do território brasileiro.

Sabemos que as resistências à legalização dos cassinos têm raízes na desinformação e no absurdo de se associar essa atividade com a máfia representada pela atividade ilegal, pela sonegação, pela lavagem de dinheiro, ou ainda em argumentos que não encontram amparo, como a desestruturação da família etc., argumentos esses que, se fossem procedentes, certamente derrubariam a estrutura do jogo em todas as esferas e modalidades; afinal, os cassinos são permitidos em 135 países do mundo. O Brasil é o único país da América Latina em que os cassinos são proibidos... Será que todos os moralistas do mundo estão no Brasil? E todos os religiosos do mundo também estão no Brasil? Será que 135 países do mundo usam cassinos para lavagem de dinheiro?

Quando apresentei o Projeto de Lei nº 989/91, no dia 14 de maio de 1991, a então Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Sra. Zélia Cardoso de Mello, afirmou que se dependesse da sua vontade as roletas voltariam a girar livremente no País. De lá para cá, muito já se discutiu, muito já se debateu, e o projeto avançou, depois de realizadas inúmeras audiências públicas onde se discutiu com a sociedade a volta do jogo legalizado e os benefícios oriundos dessas atividades.

Em 1946, quando o jogo foi proibido pelo Decreto nº 9.215, de 30 de abril daquele ano, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, sem que nenhum ato imoral justificasse o fechamento, os cassinos situados no Nordeste, para se ter uma noção, geravam cerca de 40 mil empregos, número extremamente expressivo se considerarmos a população da época.

O projeto de lei que está no Senado, o qual esperamos seja inserido na pauta de votação desta semana, apesar de não ser o ideal, de divergir em alguns pontos da nossa proposta (Projeto de Lei nº 989/91), vem no momento em que mais se fala de desemprego, em que mais se evidenciam as mazelas sociais e em que mais se elogia a indústria do turismo como sendo a grande descoberta deste final de século.

Se o desemprego tem que ser atacado com mecanismos eficientes e concretos, se os problemas sociais estão sendo amplamente discutidos por toda a sociedade, se estamos vencendo as resistências e quebrando tabus rumo à modernidade, certamente poderemos contar brevemente com o progresso direcionado para à atividade do turismo, representado pela abertura dos hotéis-cassino.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho visto com ressalvas a não participação das agências da Caixa Econômica Federal no sistema de disponibilização, para os clientes efetivos, da oferta de financiamentos via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Todos sabemos que o BNDES é um banco repassador de recursos originários de seu próprio patrimônio, como também dos recursos captados de outras fontes, como, por exemplo, do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Os recursos são oferecidos aos agentes financeiros, que recebem taxas administrativas para operar o dinheiro, ficando esses agentes também responsáveis por eventuais riscos das operações feitas.

São numerosas as linhas de crédito que são colocadas à disposição do empresariado brasileiro, nas mais variadas nomenclaturas, que, do pequeno ao médio empresário, pode habilitar-se com seus projetos, ficando, logicamente, a critério da agência

o atendimento ou não, obedecidas as naturais exigências dos bancos.

Tem-me causado estranheza a não participação da Caixa Econômica Federal nesse sistema; a instituição também deveria capacitar-se como agente financeiro junto ao BNDES para seus clientes habituais, que ali já operam as suas contas. Muitos comerciantes, industriais e profissionais liberais são clientes da Caixa e muitas vezes têm, por necessidade de crédito, que mudar de banco, sofrendo discriminações por não serem conhecidos dos novos agentes. Acredito que a Caixa está perdendo pontos.

Este meu pronunciamento não vem à toa; ele é fruto de conversas que tenho mantido com médios e pequenos empresários do Estado de Rondônia, clientes antigos da Caixa que, quando desejam captar empréstimos via BNDES, têm que se adaptar às dificuldades de outras casas de crédito.

O BNDES implantou, há pouco mais de dois anos, um programa novo e vantajoso para a Região Norte, conhecido como PAI (Programa da Amazônia Integrada), com objetivo maior do que simplesmente emprestar dinheiro, ou seja, o de contribuir também para que o empresariado da Amazônia possa dispor de um crédito com juros razoáveis, carência e longo prazo, visando a dar a essa região apoio manifesto ao seu necessário desenvolvimento, gerando com isso emprego e renda melhor para a sua população. Foi vergonhosa a participação e o desempenho do PAI junto aos agentes financeiros, não chegando a captar nem 20% dos recursos ofertados. Vencido o prazo, o programa, que colocou 1 bilhão de reais à disposição, foi agora renovado. Baixíssimo, o desempenho. Primeiro, pela baixa divulgação para os grupos destinados; segundo, pelo medo dos agentes financeiros de emprestarem o dinheiro, temendo não receber, devido ao fato de que o risco é somente dos agentes emprestadores; e terceiro porque nem todos os bancos aderiram ao programa, por uma questão ou por outra.

Em julho deste ano, o BNDES colocou 2 bilhões de reais a disposição do PAI, ampliando a abrangência dos projetos que poderão ser contemplados; em resumo, qualquer bom projeto pode ser financiado, qualquer que seja a sua natureza, desde o setor de serviços ao comercial ou industrial.

Minha preocupação, Sr. Presidente, é a de que de novo venha acontecer o que aconteceu nos primeiros dois anos: fracasso nas operações. E é por esse motivo que venho conclamar a Caixa Econômica Federal para que habilite as agências de todo o Brasil, e da Região Norte em especial, a oferecerem as linhas de crédito do BNDES, e acredito que todos os agentes financeiros poderão chegar juntos para negociar com esse agente mudanças nas questões do risco. Vamos dividir o risco meio a meio. Também os agentes financeiros regionais poderão dividir o risco, e dessa forma acabarem com o trauma e o pânico de financiar seus bons clientes.

Há uma demanda reprimida por crédito para a indústria e o comércio, como também para o setor de serviços; as pequenas empresas estão descapitalizadas para suas ampliações e reformulações de seus parques de máquinas; há necessidade de reação e modernização de nossas empresas, e a Caixa Econômica Federal não pode omitir-se neste momento histórico. O dinheiro nos bancos está difícil e as melhores ofertas, são sem sombra de dúvida, as colocadas à disposição pelo BNDES. E, como Parlamentar, é meu dever alertar a Presidência, as Superintendências e as agências para que entrem nessa atividade, para facilitar o atendimento de sua própria clientela.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ ALBERTO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde a gestão do ex-Prefeito Rubem Armede, os funcionários da Prefeitura de Maragogipe, no Recôncavo Baiano, lutam para receber seus salários em atraso, com o apoio do SIFUPREMA (Sindicato dos Funcionários da Prefeitura de Maragogipe, Bahia). Os funcionários não receberam os vencimentos de novembro e dezembro do ano passado. Apesar do esforço do sindicato para chegar a um acordo, a Prefeitura negou-se a pagar o que é de direito dos trabalhadores.

Com a posse do novo Prefeito, Sr. Bartolomeu de Atayde Teixeira, do PFL, os representantes dos funcionários da Prefeitura tentaram novamente um acordo, mas até hoje a categoria não obteve sucesso. Houve até um termo de compromisso firmado entre o Prefeito, sindicato e a promotoria da cidade, para que o pagamento fosse viabilizado nos meses de agosto e setembro passado. Mas a insensibilidade do Prefeito continua.

O Ministério Público impetrou liminar que foi concedida pela juíza Maria de Fátima Monteiro Villas Boas, da comarca local, bloqueando os recursos da Prefeitura para a efetivação do pagamento no dia 10 de outubro, mas novamente houve descumprimento da liminar, pois o Prefeito sumiu para que a liminar fosse derrubada por decurso de prazo, o que de fato ocorreu.

Mais do que isso, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Bartolomeu não pagou os vencimentos do mês de setembro de 1997, que seriam pagos em 10 de outubro, criando uma situação constrangedora para os trabalhadores municipais, que precisam colocar seus pagamentos em dia, e prejudicando sensivelmente o comércio de Maragogipe.

Os trabalhadores da Prefeitura têm o apoio da população de Maragogipe e vão continuar na luta para receberem o que é seu. E em nosso mandato agiremos em defesa dos companheiros e companheiras, e mais, vamos apoiá-los em qualquer decisão que tomem para forçar o Prefeito a liberar o dinheiro que lhes pertence.

Não é possível admitir que um gerente de plantão possa criar essa situação completamente absurda de não pagar os salários do funcionalismo municipal devidos há um ano, atrasar o salário atual, não cumprir acordo firmado entre o sindicato e a promotoria local, não enviar à Justiça dados da folha de pagamento e não ter argumentos plausíveis para a questão. Os salários tem de ser pagos imediatamente, pois existem recursos para isso. E mesmo que não houvesse, a Prefeitura teria que resolver o problema, pois é de sua obrigação dirimir o assunto.

A mobilização dos trabalhadores da Prefeitura de Maragogipe deve intensificar-se. O caminho é a luta, e o apoio da população da cidade é a medida de que essa questão tem de ser resolvida imediatamente.

O SR. PAULO LUSTOSA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer ao meu caro amigo José Eduardo Bandeira de Melo o convite a mim feito para discutir com importante segmento da economia nacional tema de grande relevância: a repercussão, o impacto e o papel social das atividades desenvolvidas pela indústria farmacêutica no Brasil.

Devo reconhecer que, ao receber tal convite, talvez por questão de formação profissional e acadêmica, talvez por cacoete técnico, vi-me pesquisando e avaliando aqueles tradicionais indicadores de desenvolvimento econômico para tentar identificar os benefícios sociais que esse setor da economia estaria gerando para todos nós brasileiros.

Assim, embora fato conhecido pela sociedade e pelos senhores, pude aprender que a indústria farmacêutica, por exemplo, gera algo em torno de 50 mil empregos diretos, e, talvez ainda mais importante, mesmo neste período de Plano Real, quando outros setores da economia vêm diminuindo seus postos de trabalho, a indústria farmacêutica vem aumentando ano a ano o número de empregados, acumulando um aumento de 9,4% no número de empregos no período compreendido entre 1992 e 1996.

Esse indicador de benefício social gerado – adotando-se como parâmetro o critério emprego – tornar-se-ia ainda mais impressionante se dispuséssemos de uma informação mais precisa dos empregos gerados indiretamente pelo setor, notadamente em função das farmácias, dos distribuidores e dos fornecedores de matéria-prima e de tecnologias para o desenvolvimento, produção e comercialização do medicamento nosso de cada dia.

Também aprendi que nesse mesmo período – 1992/1996 – a indústria farmacêutica apresentou freqüente aumento no seu faturamento, saltando de US$3,70 bilhões em 1992 para US$9,69 bilhões no ano passado.

Ora, senhores, se considerarmos o dólar como índice razoavelmente confiável de ajuste dos preços para estes 5 anos, constataremos um crescimento real nas vendas de 360%. Conforme veremos mais adiante, como nesse período os preços dos medicamentos se comportaram de forma aproximada à da inflação, esse aumento no volume de vendas certamente se deve à elevação da produção e da produtividade do setor, somando mais um aspecto positivo na nossa avaliação do papel social dessa indústria.

Quase 10 bilhões de dólares de faturamento anual! É um número impressionante. Mais impressionante ainda para um setor que com freqüência é esquecido, e muitas vezes até atrapalhado pela insensibilidade de segmentos do Governo.

Ainda de acordo com informações coletadas junto à Abifarma, esses 10 bilhões geraram, em termos de ICMS recolhido pela indústria, algo em torno de US$820 milhões de dólares no ano de 1996! Se, por outro lado, levarmos em conta outros impostos que incidem diretamente sobre o faturamento da indústria, com facilidade chegaremos à casa dos US$1,5 bilhão de dólares de impostos gerados pelo setor.

Os investimentos em modernização e ampliação do parque industrial do setor farmacêutico, que começavam a ser sentidos já no início do Plano Real, vêm-se confirmando, e o setor vem-se constituindo em um excelente fator de atração de recursos e investimento internacionais. Apenas as empresas associadas à Abifarma já contabilizam investimentos de quase R$ 2 bilhões em máquinas, equipamentos e na implantação de novas fábricas nos últimos anos, e, até a chegada do Século XXI, esse número deve pelo menos dobrar. Com esses números o

analista poderia dar-se por satisfeito e convencer-se de que já estaria mais que dimensionado e comprovado o benefício social, a alavancagem social que o desenvolvimento da indústria farmacêutica está promovendo para o Brasil. Mas para mim é pouco.

Não, não achei poucos ou pequenos os números e os resultados, mas achei pouco analisar o papel social desse segmento da indústria brasileira apenas pela avaliação desses indicadores de desempenho econômico e presumir que um bom comportamento deles ao longo do tempo implicaria necessariamente benefício social.

Esse critério e essa metodologia de se avaliar benefício social com ajustes em indicadores econômicos está cada dia mais obsoleto, não por outra razão, mas pela forma simplista como enfocam a questão social e as implicações para o cidadão e a sociedade. Eu precisava encontrar argumentos mais fortes, mais consistentes que reforçassem a tese de que efetivamente esse setor da economia tem, teve e terá relevante papel no desenvolvimento social brasileiro. E encontrei-os.

Encontrei, inicialmente, no próprio produto que está sendo produzido. Produzir medicamentos e colocá-los à disposição da sociedade é, por si só, uma ação de extrema relevância e impacto social, especialmente em um momento em que o Estado encontra cada vez maiores dificuldades de realizar essas tarefas.

Por outro lado, administrar esse eterno confronto de interesses que é o fato de se trabalhar com um produto de alta relevância social e, ao mesmo tempo, conduzir um empreendimento que precisa ser rentável e dar resultados que encorajem os empreendedores a investir ainda mais no setor, só torna mais nobre e complexa essa tarefa. E, ao analisar esse confronto, descobri mais uma ação que só ratifica o compromisso da indústria com o social, que foi o fato de, desde o início do Plano Real, o preço dos medicamentos – em média – ter subido abaixo dos índices de inflação medido pela Fipe, numa relação de cerca de 62% de inflação contra 58% de reajuste de preços.

Esse fato torna-se ainda interessante e socialmente relevante quando constatamos que, dos 200 produtos mais consumidos pela população brasileira – o que poderíamos chamar da cesta básica de medicamentos do nosso povo –, apenas 4 tiveram seus preços majorados acima da variação dos índices da Fipe.

Isso, para mim, não é só prova de respeito ao consumidor e ao cidadão. É principalmente um forte indicador de respeito e compromisso desse segmento com a sociedade e com o bem-estar de nossa população.

Ademais, não poderia deixar de mencionar o papel social que a indústria farmacêutica já vem tendo, mas que poderá ser sua contribuição mais importante para o desenvolvimento brasileiro, que é o apoio e o desenvolvimento de pesquisas destinadas à produção e descoberta de novos medicamentos.

Embora o setor já venha dedicando cada vez mais recursos para tais iniciativas, com o desenvolvimento de programas de aproximação com as universidades, a exploração de todo o potencial do expressivo "banco genético" brasileiro, para o aproveitamento da flora medicinal e da tal biodiversidade (em especial a Amazônia e o Pantanal Mato-Grossense), de forma social e ecologicamente sustentável, é certamente a principal contribuição que a indústria farmacêutica pode oferecer na definição de seu papel social.

Por fim, não querendo alongar-me neste pronunciamento, não posso deixar de mencionar o excelente projeto concebido pela indústria farmacêutica e organizado pela Abifarma e por Bandeira de Melo, que foi a ação conjunta com o Ministério da Saúde e o Programa Comunidade Solidária para apoiar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, o PACS. A clareza e a objetividade das propostas e de sua concepção, embora não se discuta a trabalheira que foi sua operacionalização, serviu e ainda serve de incentivo para que outros setores organizados da sociedade brasileira adotem postura assemelhada à da Abifarma, multiplicando esses esforços de cidadania e de promoção social.

Aquele evento não só serve para confirmar o já mencionado compromisso da indústria farmacêutica com a saúde e com o bem-estar dos brasileiros, mas prova definitivamente que iniciativa privada e Estado podem trabalhar em parceria na busca de soluções mais eficazes para os enormes desafios sociais que temos que enfrentar.

Existem outras alternativas a serem exploradas pela indústria no campo da ação social, como a oferta de cesta básica de medicamentos para segmentos da comunidade, a oferta de bolsas de estudos para profissionais ou jovens carentes na área de saúde, o patrocínio de um tipo de programa "mil idéias" ou um prêmio a inventividade e a "adoção", por cada indústria, de um Município carente em uma área para uma espécie de "ação global".

A indústria, porém, tem que assumir uma postura mais ativa e menos envergonhada no sentido de defi-

nir seu papel e sua relevância no desenvolvimento de atividades econômicas, de atividades científicas e de atividades sociais. É necessária uma estratégia para superar a discriminação entre as indústrias.

Aproveito a oportunidade para convidar a todos para nos dedicarmos a essa dura tarefa de, sem abandonarmos nossos objetivos e interesses, incorporarmos ao nosso trabalho ações que também contribuam para uma vida melhor para todos no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MIGUEL ROSSETTO (Bloco/PT–RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 21 de outubro de 1997 vai ficar marcado na história do Rio Grande do Sul.

Vai ficar marcado como a data em que o Governo do Estado entregou, de forma absolutamente irresponsável, a decisão sobre a política energética para as mãos de grupos privados norte-americanos.

Vai ficar marcado como a data em que o Estado abriu mão da sua soberania na formulação das políticas num dos mais estratégicos setores para o desenvolvimento, qual seja o setor energético.

Vai ficar marcado como a consumação de um monstruoso estelionato eleitoral, uma vez que o atual Governador se elegeu com o compromisso formal de não privatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, e durante a campanha não vacilou em afirmar que vender a CEEE é ato criminoso e irresponsável.

Vai ficar marcado como mais uma das tantas decisões políticas da Presidência do Supremo Tribunal Federal, que não hesitou em ferir a pacífica jurisprudência do próprio Supremo Tribunal, que não admite mandado de segurança contra ato judicial de segunda instância, especialmente quando ainda pendentes os recursos e a respectiva decisão definitiva. Repito: julgamento político, que desdenha o ordenamento jurídico do País e que legitimou a venda da CEEE.

Vai ficar marcado como mais uma prova da incompetência administrativa do Governador Antônio Britto. O extraordinário ágio de 88% sobre o preço mínimo de venda fixado pelo Governo do Estado, longe de significar uma vitória, é uma prova cabal da irresponsabilidade com que o Governador Britto está dilapidando o patrimônio público, é uma prova cabal da má-fé e da incompetência do Governo Britto em preservar os interesses do povo gaúcho, por conta da óbvia e evidente subavaliação da empresa.

Que fique registrado que o povo gaúcho não vai deixar-se enganar. Vai saber com clareza que as eventuais obras, que no curto prazo serão possíveis com a venda da CEEE, atentam contra o seu futuro e contra o futuro das próximas gerações.

Esse dia vai ficar marcado na história como a data em que essa malfadada política neoliberal do Presidente Fernando Henrique e do Governador Antônio Britto entregou ao capital internacional não apenas o patrimônio público, mas, sim, mais uma parte da soberania nacional; em que mais uma vez se atentou contra o futuro da Nação; mais uma vez jogou-se por terra o sonho do povo brasileiro e gaúcho de uma Nação mais soberana, democrática, solidária e socialmente justa.

Mas que fique registrado, para o julgamento da História, que o Governador Antonio Britto não teve coragem de submeter a privatização da CEEE à decisão do povo gaúcho em plebiscito; que fique registrado que amplos setores da sociedade gaúcha souberam manifestar-se contrários a esse atentado à nossa soberania e ao patrimônio público, souberam honrar a história de um povo que, na luta, construiu sua identidade, sua altivez e sua vocação para a liberdade. E esses são valores que jamais serão pisoteados por um Governo mesquinho, medíocre, prepotente e incapaz de defender os interesses maiores do seu povo.

Que isto fique registrado para a História.

O SR. JOSÉ EGYDIO (PFL–RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, mais do que nunca, vou falar em nome do povo, da população mais carente do Município de Itaperuna e vizinhança, que me procuram para implorar um auxílio, uma promessa de tentar reverter a drástica e maldosa situação a que foram submetidos todos, de uma forma geral, que usufruíam dos excelentes serviços prestados pelo Hospital São José do Avaí a toda a população do norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro, um dos melhores hospitais de nosso País e que de repente, da noite para o dia, ficou impedido de atender em seu ambulatório todos os pacientes que precisarem ser atendidos pelo SUS. Simplesmente como se estivessem trocando de roupa, o Prefeito Municipal e o Secretário de Saúde local, numa atitude autoritária e deslavada, cortaram o direito do Hospital de atender aos pacientes pelo SUS, conforme convênio direto com o Ministério da Saúde.

É absolutamente condenável que administradores públicos, eleitos pelo cidadão, para representá-lo, auxiliá-lo, lutar por ele em busca de soluções, de melhorias, faça o inversamente contrário, contrariando inclusive os princípios básicos de qualquer administração, como fizeram o Prefeito de Itaperuna

e seu Secretário de Saúde, pois com isso prejudicarão imensamente a população, que de agora em diante terá que peregrinar pelos postos de saúde da pobre rede municipal, que não dispõe de forma alguma, nem poderia, de capacidade física, nem técnica, nem de pessoal para substituir um hospital com quatrocentos leitos, com toda a aparelhagem disponível para inclusive realizar cirurgia cardíaca e vários tipos de transplantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imaginem a situação dos doentes e enfermos do Município e de várias outras localidades da região, e até de outros Estados próximos, como Minas Gerais e Espírito Santo, chegando às portas do Hospital São José do Avaí, como ocorre diariamente, de maca, de ambulância, em estado de internação urgente, e tendo que se dirigir a algum posto de saúde, para daí tentarem resolver sua questão, em enormes filas, para, depois de horas de agonia, ouvirem que ali não existe condição para o atendimento necessário pretendido. Alguém aqui nesta Casa pode calcular a revolta e o desespero que norteia uma pessoa, uma família neste estado delicado, sim, pois qualquer cidadão que se encontra em estado de procurar um atendimento médico-hospitalar está em momento delicado.

Para finalizar, gostaria de solicitar aos dois administradores diretamente ligados a esse desastroso fato que relato neste pronunciamento que coloquem a mão na consciência e não insistam no erro que estão cometendo contra o povo sofrido, que tanto necessita da colaboração da assistência pública, pois já está pagando muitíssimo caro pela estrutura de saúde pública, quase falida, que hoje temos em nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HAROLDO SABÓIA (Bloco/PT–MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal **Folha de S.Paulo** divulgou hoje quanto o Governo FHC irá gastar com publicidade no próximo ano: 491 milhões de reais. Isso representa um aumento de 38,8% em relação ao ano de 1996. No ano passado, o gasto foi de 354 milhões de reais.

Com os 491 milhões de reais que o Governo vai usar para inventar uma realidade que só existe nas telas coloridas da televisão, daria para pagar todo o programa de reforço do Sistema Único de Saúde, que tem como objetivo melhorar as condições de atendimento da rede pública, orçado em 426,8 bilhões de reais; pagaria quase todo o sistema de descentralização de envio de recursos às escolas públicos, que custará 518 milhões de reais; duas vezes o Programa de Crédito Produtivo Popular, destinado a conceder empréstimos baratos às populações de baixa renda que será de 234 milhões de reais; duas vezes a conclusão da Hidrelétrica de Xingó, em Sergipe, cujo término custou ao Governo 227 milhões de reais.

Segundo o filósofo Jean Baudrillard, o crime perfeito é a morte da realidade. Não sei se o Presidente FHC conhece essa idéia, mas o que ele tem tentado fazer é exatamente isto: matar a realidade por meio de um enorme malabarismo virtual, permeado de cores e música, que tenta anestesiar cérebros e estômagos.

O Erário está sendo vilipendiado por FHC e seu grupo. Não existe nenhuma separação entre os assuntos típicos de Estado e os interesses particulares do grupo. Eles acreditam que o patrimônio público lhes pertence. Não estabelecem distinção entre as esferas públicas e privada, confundindo-as em benéfico dos interesses pessoais e políticos do seu grupo. É como se estivéssemos revivendo os tempos do **l'État c'est moi**.

Agora fica claro por que o Governo e seus representantes aqui na Casa foram contra o financiamento público das campanhas. Na verdade, o dispositivo estabeleceria uma eqüidade essencial para todo o processo democrático e disciplinaria os gastos do Governo com sua publicidade. O Governo usou o falso argumento de que o povo não poderia pagar pelas campanhas. Ora, o que temos assistido diariamente, tanto na imprensa falada como na escrita, é à campanha pela reeleição de FHC. Gasta-se o dinheiro público sem pejo. Só a Petrobras pagará a uma agência, a Propeg, 55 milhões de reais para realizar a campanha Brasil Real, sendo que tal campanha havia sido licitada a um custo de 20 milhões de reais. Devido a sucessivos aditamentos contratuais este valor pulou para os atuais 55 milhões de reais, ou seja, só uma agência recebeu dos cofres públicos o equivalente a 458 mil, 333 salários mínimos.

É necessário que esta Casa discuta mecanismos de barrar tal sangria do dinheiro público. Não podemos assistir a abusos desse tipo sem nos manifestarmos com indignação.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. MARIA VALADÃO (PTB–GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Deputados, gostaria, nesta oportunidade, de comunicar aos meus dignos pares que, como a grande maioria dos Parlamentares, optei por uma mudança

de sigla partidária, na qual espero alcançar maior identidade e espaço para pôr em prática o meu projeto político e os meus ideais democráticos.

Ao filiar-me no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, é indispensável, e também oportuno, fazer uma reflexão sobre a importância dessa sigla histórica, que por seis décadas ainda se mantém fiel aos ideais do seu fundador e maior estadista que este País já teve, o ex-Presidente Getúlio Vargas.

Esta fidelidade, que sobrevive ao tempo, não é apenas em função do carisma do seu idealizador, mas, também, por que o País ainda continua necessitando de um partido forte como o PTB, capaz de influir para os necessários avanços nas políticas sociais e econômicas que os partidos dominantes ainda não conseguiram implementar.

O PTB é, por formação, princípios e objetivos, um partido dessa envergadura. Por isso mesmo foi o único que conseguiu manter-se de pé, ultrapassando os períodos conturbados do processo político brasileiro, buscando sempre atingir seus ideais.

Foi revolucionário ao tempo de sua criação, patrocinando a implantação de uma ampla política trabalhista, inovadora, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira.

O tempo e o desgaste sofridos pelo processo político partidário no País não foram fortes o suficiente para demover o bravo PTB de suas características básicas: um partido de cunho social, empenhado com o bem-estar da população, principalmente com as classes menos favorecidas.

Este é o traço decisivo que me identifica com os ideais desse partido.

Alguns dos aqui presentes e, certamente, todos aqueles que me apóiam e conhecem minha trajetória sabem que a solidariedade humana sempre foi a minha bandeira, colocada acima de qualquer sigla partidária, preocupada em ajudar a apoiar as camadas mais carentes da população.

No PTB acredito haver encontrado o meu espaço. Sinto-me encorajada a retomar uma atuação voltada ao social, a exemplo dos trabalhos que pude executar como Primeira-Dama do Município de Anicuns, Goiás, e como Primeira-Dama do Estado de Goiás, priorizando uma política de promoção social que ainda hoje, decorridos quinze anos, sem falsa modéstia, posso dizer que não foi esquecida, mesmo porque não conseguiu ser suplantada.

Esta não é uma afirmação pessoal, mas uma confirmação das urnas em pleitos sucessivos, conferindo-me expressivas votações.

Hoje ingresso no PTB para somar minhas experiências e meus ideais políticos, pessoais e humanitários ao trabalho dos nobres companheiros que nele já militam, buscando a integração de esforços a uma convergência salutar, tanto para o partido, quanto para o Estado de Goiás, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Ao fazê-lo, não tenho restrição a nenhum segmento político. Preocupo-me, isto sim, com a participação efetiva em um programa que ofereça um norte para mudar a face política do meu Estado, compromissado com o bem-estar da população e com o resgate de um caminho seguro para o desenvolvimento econômico e social.

A partir de agora o PTB se transforma num partido ainda mais forte e consistente, pelas adesões de expressiva densidade eleitoral, somadas ao contingente de sua militância. Com a incorporação de novas forças conquista sua própria independência no contexto político de Goiás, em condições indiscutíveis para decidir o processo eleitoral no Estado, dentro de um cenário socioeconômico perfeitamente identificado com sua estrutura filosófica original.

Quero pois expressar a minha satisfação ao ingressar no PTB, agradecendo à direção nacional do partido pelo honroso convite, através do jovem Deputado Federal Pedrinho Abrão, figura política que vem conduzindo o partido com a energia de sua juventude, com a ponderação dos adultos e a sabedoria dos mais velhos. Tudo isso vem colaborando para a vitalidade do partido a nível regional.

Finalmente, desejo manifestar a honra que tenho por haver ingressado no PTB, partido que desde os primórdios de sua criação reconheceu a importância da mulher no mundo político, com destaque para as precursoras daquilo que mais tarde se constituiu em importantes movimentos pelos direitos femininos, nas pessoas de D. Alzira Vargas e Ivete Vargas, que também muito fizeram pelo trabalhismo no Brasil.

O SR. CANDINHO MATTOS (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, medidas urgentes precisam ser tomadas para salvar do caos o Hospital do Iaserj. Trata-se de uma instituição tradicional, que tem um papel indispensável no atendimento à saúde da população do Rio de Janeiro. O Governo e as várias entidades envolvidas com a questão são unânimes em apontar o desmantelamento do hospital, em função da falta de recursos e da contínua evasão de funcionários.

As dívidas do hospital já chegam a R$240 milhões. Em 1990, eram 246 enfermeiros, que ficaram reduzidos a apenas 110. No ano passado, deixaram o hospital 644 médicos. No total, o corpo de funcionários está reduzido a um terço do necessário para o funcionamento de todas as unidades. A conseqüência imediata desse esvaziamento é a redução do número de leitos: apenas 269 dos 394 estão ativados.

O Centro de Tratamento Intensivo está fechado, o banco de sangue e o laboratório foram desativados, faltam remédios. A cozinha, interditada há três anos, continua fechada. As notícias freqüentes de problemas afastam os pacientes, que, com medo, procuram outras instituições.

Representantes de conselhos e sindicatos ligados à área de saúde, com o acordo da direção do hospital, denunciam que o Governo do Estado não está repassando integralmente as verbas devidas. O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual receberam um dossiê preparado pelo Cremerj sobre a situação crítica do hospital.

O Presidente do Iaserj, Ronaldo Coutinho, tem afirmado que a crise financeira está sendo equacionada, mas confirma a omissão do Estado e do Município no repasse das verbas. Ele, como todos os interessados, percebe que, se nada for feito, estará em risco o atendimento à saúde de 1 milhão de servidores.

Diante desse quadro, solicitamos às autoridades responsáveis medidas enérgicas e urgentes para salvar da falência uma instituição valiosíssima, um patrimônio da sociedade que é um dos pilares da assistência à saúde no Estado.

Não podemos abandonar a população do Rio de Janeiro à própria sorte num momento crítico como este, em que as dificuldades são tão grandes, sobretudo para os servidores.

O SR. VANIO DOS SANTOS (Bloco/PT–SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa realiza hoje audiência pública para debater as irregularidades praticadas pelos dirigentes do Conselho Federal de Enfermagem. Trata-se de um conjunto de denúncias apresentadas por profissionais preocupados com o rumo dos desmandos e dos indícios de corrupção no sistema Cofen/Coren, criado pela Lei nº 5.905/73 e vinculado ao Ministério do Trabalho. Nos Estados, essa função é realizada pelos Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren), que por sua vez têm uma história, na sua maioria, marcada por intervenções irregulares e desmandos do Conselho Federal.

Em julho de 1995, durante o Encontro de Enfermagem da Região Sul, os profissionais começaram uma mobilização contra esta situação, que passou a se chamar Movimentação – Movimento Nacional pela Inovação e Moralização do Sistema Cofen/Coren. Recentemente, quando da realização do 5º Congresso Nacional Sindical dos Enfermeiros (Conse), a situação do Conselho Federal e similares regionais foi avaliada. O dia 22 de outubro, Sr. Presidente, é para a enfermagem e o conjunto da sociedade um momento importante para que a opinião pública seja esclarecida sobre o que se passa nessas autarquias, que como entes do Estado brasileiro deveriam estar a serviço dos cidadãos, e não a serviço de um grupo que se eterniza no poder.

As irregularidades, Srs. Deputados, incluem a aquisição de passagens para eventos que nunca existiram e/ou superfaturadas. Por exemplo, o Cofen comprou e pagou três pacotes de viagens para três profissionais participarem do IIIº Copanad/México. O Conselheiro do Coren/DF Sr. Luiz Afonso Rocha admitiu que esta viagem simplesmente não existiu. Esta situação por si só ensejaria uma ação do Ministério do Trabalho, mas a Siset, órgão desse Ministério, nada fez. O que fazem a Procuradoria-Geral da República e o Tribunal de Contas da União que não protegem a contribuição obrigatória que, anualmente, é feita por enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem?

Despesas excessivas com veículos e alimentação em feriados e em cidades litorâneas são uma constante no Cofen. Os valores de diárias e auxílio-transporte deixariam qualquer Ministro de Estado envergonhado. A formalização de contratos, fruto de licitações duvidosas em final de mandato, ou melhor, feita no último dia de mandato do ex-presidente, demonstra a pressa com que o Sr. Gilberto Linhares Teixeira queria que as coisas acontecessem. A venda de automóvel da frota do Cofen por 50% do preço de mercado demonstra o zelo pelo recurso arrecadado daqueles trabalhadores que suam dias para conquistá-lo. Que zelo? A remessa de quase meio milhão de reais para Genebra, ao Conselho Internacional de Enfermeiros, não teve suporte legal, já que foi fruto de parecer do TCU fundado em mentiras e leviandades cometidas por aquele ex-presidente. Enfim, essas são algumas de uma lista enorme de falcatruas, corrupções de toda a sorte que mancham a história dessa profissão tão nobre.

Nesse caso específico, o Ministro da Justiça, Sr. Iris Rezende, quando foi informado por Lideranças da enfermagem a respeito dessas denúncias,

disse que num país democrático o governo não pode intervir nesse tipo de situação. Não pode por que, Sr. Ministro? Toda a categoria de enfermagem está pedindo a intervenção federal no seu Conselho profissional. Não podemos permitir que esse estado de coisas perdure. A intervenção é a única solução.

Outro fato lamentável. No dia 21 de agosto de 1997, o jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro informava: "Fiscal é morto após denunciar maracutaias". Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, o enfermeiro Guaraci Novaes, ex-Presidente do Conselho Regional de Enfermagem/RJ, foi misteriosamente assassinado com dez tiros de metralhadora, na porta de sua residência em Campo Grande, Rio de Janeiro. Ele, que já vivia sob proteção policial, estava acompanhado pelo PM Paulo Jorge, que foi ferido, mas escapou da morte. Guaraci havia ajudado a desencadear uma série de ações promovidas por diversas entidades ligadas à enfermagem, em todo o País, indignadas com os desmandos e a corrupção reinante no Conselho Federal de Enfermagem.

A Presidente do Coren/RJ, Sra. Mana Lúcia Martins Tavares, já tinha denunciado isso às autoridades federais no início de julho. Porém, pela inação dos órgãos pertinentes, chamou as entidades da enfermagem e fez as denúncias de irregularidades numa reunião pública, no Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de agosto. No dia 19, o enfermeiro que a auxiliava na apuração das denúncias foi metralhado. Pura coincidência? Acreditamos que não! Mas até quando isso persistirá? Quantos companheiros trabalhadores devem tombar antes que o Governo e o Ministério Público façam alguma coisa?

Estes são os fatos, Sr. Presidente. A corrupção e os atos ilícitos praticados à frente da administração pública, não importa em qual esfera ou ente, não podem ser – em nenhuma hipótese – tolerados por esta Casa. Os profissionais de enfermagem e a sociedade brasileira esperam uma ação enérgica deste Congresso. Esta é a nossa esperança. Por isso, unimos nossa voz ao Movimento Nacional pela Inovação e Moralização do Sistema Cofen/Coren, no seu Dia Nacional de Luta, apoiando as reivindicações destes companheiros no sentido da criação de uma Comissão Parlamentar Externa e do imediato afastamento dos dirigentes titulares e suplentes do Cofen, para que se busque investigar as denúncias e os indícios de corrupção, resgatando assim o papel dos Conselhos de Enfermagem, nacional e regionais, recolocando-os a serviço da sociedade e da cidadania.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL–BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ocupo esta tribuna para chamar a atenção do Governo Federal e do Ministério da Saúde para o grave problema por que passa a saúde no meu Estado.

A Bahia é o quarto Estado do País em população e o 21º em repasse de recursos na tabela do Ministério da Saúde.

Na Bahia, 59% do atendimento médico é feito por hospitais e clínicas conveniadas, que possuem quase 17 mil leitos espalhados em 252 unidades. A rede pública conta com mais de 11 mil leitos em 199 hospitais.

Existe um déficit de cerca de R$15 milhões mensais no repasse dos recursos do Sus para atendimento médico à população.

O Estado vem recebendo, através de repasse do SUS, R$32 milhões, quando seriam necessários R$47 milhões mensais para dispor de um serviço médico mais adequado à crescente demanda, tanto na rede pública, quanto na rede privada conveniada.

Sr. Presidente, em setembro deste ano encaminhei ao Poder Executivo indicação assinada por todos os Deputados Federais da Bahia no sentido de fixar o teto de R$36 milhões para o volume a ser repassado mensalmente ao Estado.

Até o momento, minha sugestão sequer mereceu ser respondida, e o Estado ainda amarga a falta de regularização do pagamento do abono de 25% referente ao repasse de recursos dos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado.

A situação está novamente levando a população ao risco de ficar sem atendimento, haja vista que os prestadores de serviços representados pela Associação de Hospitais ameaçam paralisar suas atividades por falta de condições de trabalho, ante a defasagem financeira.

Sr. Presidente, é preciso que esta Casa se mobilize e exerça seu poder de pressão para que a CPMF, que foi criada para socorrer a área de saúde, passe a cumprir seu objetivo de servir à causa da boa saúde.

Os valores arrecadados com o CPMF chegam a R$ 3,85 bilhões, superando os R$ 2,96 bilhões da Cofins e os R$ 2,049 bilhões do Finsocial. Estas cifras deixam claro que os recursos da CPMF não estão sendo aplicados corretamente.

Sr. Presidente, este ano foi eleito o ano da saúde. É preciso que realmente se desenvolvam esforços governamentais para se atingir este objetivo. Não podemos mais conviver com nossa população doente e sem atendimento.

A população não tem deixado de cumprir sua obrigação, prova disto é o alto valor arrecadado com a CPMF. É preciso que o Governo cumpra sua parte. A Bahia precisa ser ressarcida dos valores atrasados, e o valor a ser repassado mensalmente precisa ser revisto, sob pena de as palavras do Presidente Fernando Henrique sobre ser este o ano da saúde ficarem sem o devido crédito perante a opinião pública.

O SR. WILSON CIGNACHI (Bloco/PMDB–RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Congregação dos Irmãos Maristas comemorou, no último dia 15 de outubro, cem anos de atuação no Brasil. Como ex-aluno marista, quero deixar registrada nos Anais desta Casa a passagem desta importante data, com os meus votos de parabéns e de que cada vez mais o trabalho desta congregação prospere e espalhe seus bons frutos sobre um número sempre maior de brasileiros.

Exemplo na área da educação, a congregação dos Irmãos Maristas tem hoje, no País, três universidades, 65 escolas e 102 mil alunos, divididos em várias províncias. No Rio Grande do Sul, e em especial na minha região, os Maristas atuam nas comunidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Antonio Prado.

Na minha cidade natal, Farroupilha, trabalharam por muitos anos, formando intelectual, moral, espiritual e patrioticamente milhares de jovens, elevado número deles oriundos de outras cidades que procuravam o Colégio São Tiago, famoso estadualmente pela qualidade do seu ensino, ministrado pelos próprios Irmãos Maristas.

Fui um destes felizes jovens que recebeu esta educação qualificada. Lembro-me com saudade e gratidão desses venerandos professores, homens dotados de um amplo conhecimento técnico, humanístico e moral. Educavam muito pelo exemplo, pois neles discurso e prática de vida eram coerentes.

O tempo passou e os frutos desta educação ficaram. Por isso presto esta singela, mas justa homenagem. Desde que chegaram ao Brasil, os Maristas se destacaram como educadores, fundando grandes colégios que sofreram transformações ao longo do tempo, acompanhando a evolução natural da sociedade. Fundada pelo francês Marcelino Champagnat, em 1817, na França, a Congregação instalou-se no Brasil inicialmente em Congonhas do Campo, Minas Gerais, com o objetivo de atuar no desenvolvimento da educação cristã dos jovens.

Fazer este registro, esta homenagem, este reconhecimento é um momento de especial alegria para mim, ex-aluno Marista. Seguramente um dos fatores que me ajudou sobremaneira a chegar a esta Casa foi a sólida educação recebida naquela instituição e os fortes princípios morais e éticos que me transmitiram.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PMDB–GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna desta Casa para anunciar com satisfação iniciativa encabeçada pela Assembléia Legislativa do meu Estado, sob a Presidência do companheiro Deputado Helenêz Cândido, pela Associação Goiana dos Municípios – AGM, sob a liderança competente do Prefeito Juarez Magalhães de Almeida Júnior, e por suas congêneres espalhadas por todo o Estado, aliados aos empresários, industriais e desbravadores, com seus ideais os mais nobres em favor da comunidade goiana.

A proposta, a ser levada a efeito neste próximo final de semana, é a 1ª Feira de Integração dos Municípios do Estado de Goiás, denominada 1ª Feimu, que contará com aproximadamente sessenta Municípios nesta primeira versão.

Com início quinta-feira, dia 23 de outubro, a expectativa em torno do evento tem trazido os mais altos e diletos elogios em favor da iniciativa. Não se aguarda que venham até às suas presenças as soluções dos problemas no Município, mas, pelo contrário, procura-se desenvolver uma frente de luta em favor dos valores que podem ser experimentados por todos que tiverem a oportunidade de ali se deliciar com as belezas e potencialidades, oportunidades que o Estado oferece àqueles que para lá acorrem em busca de novos ideais.

No belo e aprazível Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, onde se dará o evento, estão sendo preparados cerca de duzentos estandes para divulgação, em nível nacional, do que Goiás tem a oferecer, pois o que se pretende com tal evento é a divulgação e a abertura de novas frentes de trabalho em prol da oportunidade que atitudes como a que se apresenta no momento abre para o empresariado nacional e internacional.

As oportunidades que o Estado tem oferecido para recepcionar novos investimentos tem-no tornado merecedor dos bons olhos daqueles que desejam investir em um Estado promissor, com expectativa de crescimento e de posição providencial privilegiada e que tem ofertado a todos que para ali se dirigem as vantagens peculiares de um governo que, com seriedade, honradez e perspicácia, tem sabido sobremaneira conduzir os destinos da comunidade goiana.

A redefinição dos propósitos e a condução séria dos destinos da sociedade têm feito história em

Goiás, pois outros centros de avantajadas oportunidades vêem-se alijados dos novos processos de industrialização e conformação do parque industrial, o que provoca a abertura de novas frentes de trabalho em favor do povo goiano.

Entre as grandes novidades a serem experimentadas pela 1ª Feimu está a mostra de seu parque industrial, produtos manufaturados, artesanatos, valores culturais. No evento serão mostradas várias experiências dos Municípios nas áreas de atendimento à infância e ao adolescente, basicamente na área social.

Como o evento é uma mostra dos valores arraigados no Estado, a área do turismo será cuidada com muita responsabilidade pelos expositores, que desejam investimentos para o setor, ainda muito esquecido, e tornam-se desejoso de receber recursos para a área.

A mesa goiana não será esquecida, pois a cultura, a história e a argamassa cultural que se tornaram Goiás estarão de braços abertos para recepcionar com guloseimas e quitutes maravilhosos da cozinha genuinamente goiana. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por tudo o que foi exposto e por tudo o que esta iniciativa encerra, quero convocar os diletos pares desta Casa de leis para visitar aquele grande condave. Antes, porém, deixo minhas homenagens aos idealizadores do evento, rogando que atitudes como a que agora se apresenta tenham a ressonância em outras feiras a serem realizadas em Goiás.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente não pude comparecer às bodas de ouro de Raimundo Costa Paixão e D. Carmelita Oliveira Paixão, filhos de duas grandes figuras humanas, Júlio Paixão e Manoel Agostinho de Oliveira, que, juntamente com meu tio José Ferreira, foram as pessoas que possivelmente mais despertaram a minha admiração, nos idos da minha adolescência, transcorrida em São Raimundo Nonato.

Raimundo era o espírito da UDN, minha grande paixão política, embora eu vivesse com o meu tio José Ferreira, que me ensinou a ser tolerante e compreensivo ante as incompreensões e injustiças do vasto mundo.

Sempre admirei em Raimundo Paixão a sua inteligência, a sua visão do mundo, a capacidade analítica dos acontecimentos políticos e sociais, embora nunca tenha freqüentado os bancos acadêmicos.

Era o "intelectual" da UDN e considerei que sua passagem na política foi breve, com um mandato apenas de Deputado Estadual, quando foi o artífice da coligação vitoriosa que elegeu Gaspar Ferreira em 1962. Raimundo parece-me que se desencantou da política, na qual marcou sua passagem por uma postura ética e resolveu dedicar-se às atividades empresariais em Salvador, embora nunca tenha se desligado da sua querida São Raimundo Nonato.

Como não pude comparecer às justas homenagens prestadas a Raimundo e D. Carmelita, presto aqui, desta tribuna, minhas homenagens a Raimundo de Castro Paixão, por quem, apesar da interrupção por muito tempo do convívio, tenho o maior respeito e estima. A convivência com ele é sempre para mim o reencontrar com o antigo idealismo da UDN e o que ela representou de grandeza e ética no cenário político brasileiro.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção desta Casa para a necessidade de serem agilizadas as votações, pelo Congresso Nacional, de três matérias da mais alta essencialidade.

Refiro-me às reformas administrativa, previdenciária e tributária.

A reforma administrativa precisa ser votada em segundo turno nesta Casa e depois apreciada pelo Senado.

A reforma da Previdência Social, na versão aprovada pelo Senado, sequer foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, onde começará a ser examinado.

A proposta de reforma tributária contém inovações importantes, as quais vêm recebendo crescente apoio da opinião pública, de especialistas e da própria área política e parlamentar.

Acredito que, com algum esforço adicional das duas Casas do Congresso Nacional, será possível concluir a apreciação de matérias dessa relevância ainda este ano ou, quando muito, em eventual período de convocação extraordinária do Parlamento.

As reformas administrativa e previdenciária são tidas consensualmente como essenciais para o ajuste das contas públicas.

Já a reforma tributária é uma necessidade inadiável dos novos tempos que estamos vivendo. É imprescindível eliminar o caos existente nessa área e promover, o mais brevemente possível, a reconstrução do sistema tributário, reduzindo-se drasticamente o número de impostos e tornando a estrutura fiscal mais funcional e mais compatível com o sistema federativo.

O Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias do mundo, estimada em 31% de tudo o que aqui se produz. É um absurdo, se o percentual for comparado com o da Argentina (20%), do Chile (19%), do México (18%) e do Paraguai (11%). O mesmo acontece se a comparação for feita com a Coréia do Sul, que tem uma renda **per capita** quase três vezes superior à do Brasil e cuja carga tributária não passa de 23%.

Em nosso caso, os 31% do PIB – na realidade, deve ser mais se considerado o percentual igualmente elevado de sonegação – são distribuídos por mais de sessenta diferentes tributos.

Recentemente, em entrevista à imprensa, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, ao defender um sistema de tributação mais racional e mais compatível com uma economia aberta e concorrencial, salientou que o financiamento de políticas públicas no Brasil não se revolverá com a criação de impostos. O que importa, segundo ele, é maior justiça fiscal, maior eqüidade na distribuição do peso dos impostos indiretos e ampliação do universo dos contribuintes.

Segundo informação do tributarista Osiris Lopes, dos impostos pagos pelos cidadãos 75% são indiretos (como o ICMS) e 25% são diretos (como o Imposto de Renda). Atordoado com os obstáculos e as dificuldades que tem de enfrentar para sobreviver, o cidadão comum nem se lembra de que a maior parte dos impostos que paga está escondida nos preços dos alimentos, dos transportes, dos telefones, da energia elétrica e de tudo que se consome ou se usa.

A irracionalidade do sistema em vigor é mais do que evidente, pois, apesar de a carga tributária ter crescido de 24% do PIB, em 1992, para 31% em 1997, nem por isso o Estado deixou de ser deficitário.

A reforma que ora se reclama terá de combinar redução e mudanças nos tributos, de um lado, e, de outro, reformulação dos mecanismos de arrecadação. A lentidão do processo e as intermináveis possibilidades de recurso, segundo o Secretário da Receita Federal, explicam, até certo ponto, o caos atual.

É certo que já se avançou um pouco nesse campo, com o desconto simplificado para a pessoa física e o programa Simples, destinado a pequenas e microempresas.

Não obstante, é preciso ampliar e aprofundar a racionalização do sistema, a qual terá de ser revista como um todo.

O Brasil está ficando um País avançado e moderno com as reformas econômicas que ora implementa. Não pode, por isso mesmo, continuar um Estado retrógrado em matéria fiscal e tributária.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pronto para ser votado, o Projeto de Lei nº 3.274/97. O referido PL, que apresentamos a esta Casa, "institui a meia-entrada para jovens de até vinte e um anos de idade em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento".

À primeira vista, muitos podem não notar a importância da medida. Contudo, quando analisamos a situação brasileira e as dificuldades por que passa a população de nosso País, observamos o quanto é meritória tal proposta. O ideal seria termos toda a população, em qualquer idade, com plenas condições para freqüentar as atividades culturais e de lazer. Sabemos que o maior limite sempre esteve vinculado às dificuldades financeiras, em função da enorme carência da maioria de nosso povo.

Temos que insistir na tentativa de aprovar e executar medidas factíveis e efetivas, de maneira a acabar de vez com a miséria que assola o Brasil, a América Latina e inúmeros países do mundo. Contudo, ao mesmo tempo que lutaremos para ter esta questão calamitosa resolvida, estaremos propondo medidas que "revolucionem" o **modus vivendi** humano. Isto significa a busca da construção de cidadania e inclusão de milhares de pessoas que hoje estão à margem das condições mínimas de acesso à cultura e ao lazer, por exemplo.

O critério de meia-entrada em espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas e qualquer outros que proporcionem lazer e entretenimento, atende, hoje, somente aos estudantes. A regulamentação se deu por intermédio de legislações estaduais e municipais. Pretendemos a manutenção deste critério, ampliando-o para atendimento a todos os jovens de até 21 anos de idade, estudantes ou não. Acima de 21, aplica-se o conceito de complementaridade da lei, ou seja, continuará valendo somente para estudantes com carteira estudantil, como já ocorre hoje.

A prova da nova condição prevista para recebimento do benefício será feita por qualquer documento de identidade expedido pelos órgãos públicos. Com isso conseguiremos evitar irregularidades na confecção e distribuição de documento específico, como vem sendo denunciado em vários Estados da Federação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mais importante da medida, que estará regulamentada noventa dias após a promulgação pelo Presidente da República, é que os milhares de jovens que hoje são obrigados a abandonar as escolas (quando têm alguma chance para freqüentá-la) para trabalhar e ajudar a sustentar a família poderão ter esse incentivo para participar de atividades culturais e de lazer. Sem dúvida, uma medida de valor social muito grande, além de importante instrumento na construção de cidadãos e cidadãs.

No mundo contemporâneo, a formação cultural e a informação revestem-se de valor imensurável. Não podemos permitir que milhares de jovens, em plena formação, fiquem alheios às transformações e dinâmica cultural em voga. Somos sabedores de que a medida é um grão de areia no universo de desigualdades e exclusão existente. Contudo, é uma medida que ameniza em muito esse processo.

Vamos insistir na luta pelo fim das desigualdades e pela construção de um mundo onde não haja excluídos e dominadores. Onde todas as crianças e jovens em idade escolar estejam na escola. Onde não haja mendigo ou distribuição de esmolas. Mas até chegarmos a esse dia não vamos cruzar nossos braços. Vamos manter nossa função de legisladores e catalisadores da vontade do povo brasileiro. Aliás, há algo muito importante que eu não poderia deixar de registrar. A proposta que apresentamos na forma do projeto em debate foi a nós encaminhada por estudantes secundaristas e universitários que também estão nesta luta pela socialização da cultura e da informação para toda a juventude brasileira.

Finalizo, agradecendo os inúmeros apoios que o PL vem recebendo, tanto dos nobres pares desta Casa quanto na sociedade, com dezenas de pessoas ofertando elogios.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PPB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna tratar de assunto estampado nas páginas dos principais jornais do País – o índice de 16,3% de desemprego, batendo recorde em São Paulo. A maior taxa vista desde 1985, início da pesquisa realizada pelo Seade e pelo Dieese.

Este índice traduz a triste realidade de 1.409 milhão de pessoas desempregadas só na Região Metropolitana de São Paulo.

O setor industrial é o grande responsável por este alarmante índice, com 39 mil pessoas demitidas só no mês de setembro.

Sras. e Srs. Deputados, se São Paulo, com o maior parque industrial do País, encontra-se nessa preocupante e lamentável situação, imagino a situação da Região Metropolitana de Recife.

Este é, sem sombra de dúvida, o problema que mais aflige o povo brasileiro atualmente, superando até questões como saúde e segurança.

Ao mesmo tempo em que o Plano Real trouxe-nos a estabilidade tão almejada, trouxe-nos também o desemprego, que é sem dúvida um reflexo do desaquecimento da economia.

Faço aqui um apelo à equipe econômica do Governo Federal para que alternativas viáveis sejam estudadas, caso contrário, o País mergulhará no caos, pois, como bem sabemos, o desemprego traz a miséria, que por sua vez gera violência.

Registro neste momento, Sr. Presidente, minha preocupação não só com meu Estado, mas com todo o País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz novamente a esta tribuna é a vergonhosa situação pela qual passam nossas crianças e adolescentes, não só no Estado do Pará, como em todo o País. Somente este ano, a Delegacia Regional do Trabalho flagrou 46 empresas, em sete Municípios paraenses, explorando a mão-de-obra infantil. Nove crianças e 147 adolescentes estavam sendo explorados pelas empresas, sendo que a metade sequer possuía carteira de trabalho assinada.

Pesquisa realizada em 1996 pelo Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente em 402 empresas distribuídas por trinta Municípios paraenses detectou a existência de 541 trabalhadores infantis, a maioria entre 7 e 14 anos. Quase todos trabalhavam na faixa entre quatro a oito horas diárias, percebendo menos de um salário mínimo.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendizes.

Belém sedia no dia de hoje o Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente, promovido por 31 entidades ligadas ao assunto. Em manifesto divulgado ontem, essas entidades afirmam que o trabalho infantil deve ser combatido em quatro frentes: denúncia, fiscalização e repressão aos exploradores, informando a todos e punindo os criminosos; investimento nas esco-

las e na melhoria da qualidade do ensino; medidas de acesso, permanência, participação e sucesso nas salas de aula do ensino fundamental; incentivo às políticas públicas que contemplem a escola.

No mercado do Ver-o-Peso, em Belém, muitas crianças são exploradas no mercado informal de trabalho. O pequeno E.S.C., de 11 anos, que afirma fazer a 2ª série, disse que teve que faltar à escola para poder vender legumes e ajudar os pais.

Visando contribuir para solucionar esse grave problema, que envergonha nossa Nação, estou apresentando hoje nesta Casa projeto de lei que visa punir quem contratar de qualquer forma o trabalho de menor de 14 anos, direta ou indiretamente, para fins econômicos, salvo o de auxílio em âmbito familiar do adolescente aos pais ou responsáveis, fora do horário escolar e que não prejudique a formação educacional e seja compatível com suas condições físicas e psíquicas.

Finalizando, solicito a atenção de V. Ex.ª, Sr. Presidente, e dos meus nobres colegas no sentido de se dar rápida tramitação a essa proposta e às demais que tramitam nessa Casa Legislativa.

O SR. ARY KARA (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, semanalmente estamos percorrendo todo o interior de nosso Estado, São Paulo, no convívio com suas autoridades, lideranças e nossa população, participando de seus eventos, festividades e realizações, ouvindo e encaminhando aos órgãos competentes seus reclamos e aspirações.

É deveras salutar, Sr. Presidente, esse convívio com todas as camadas sociais. É agindo assim que nós, homens públicos, temos rara oportunidade: captar a verdadeira alma de nossa gente, conhecer suas histórias, lendas e tradições.

Nosso Estado é muito rico em tradições e, podemos dizer, se existe um local onde pulsa a verdadeira alma paulista, este local chama-se Vale do Paraíba. Suas cidades convivem com o avanço tecnológico e industrial e, ao mesmo tempo, com as mais fortes e ricas tradições culturais e religiosas, presentes em suas cidades, como na nossa querida Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato tem este nome em homenagem ao grande escritor, considerado o pai da literatura infantil brasileira. Aliás, Sras. e Srs. Deputados, Monteiro Lobato ali residiu por longo tempo, onde foi fazendeiro e concebeu suas maiores obras, como o estupendo livro "Urupês", marco da nossa literatura, e os personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, até hoje amados e admirados por crianças e adultos.

No último dia 10 de outubro tivemos a oportunidade de comparecer ao Município de Monteiro Lobato e participarmos de uma das mais tradicionais festividades dessa aprazível localidade, qual seja, seu Encontro Country e Sertanejo, que reúne grandes atrações e um enorme e entusiástico público. Promovido pelo Sindicato Rural de Monteiro Lobato, esse encontro visava inicialmente angariar recursos para a construção da sede própria da entidade. A finalidade, graças aos esforços de seus dirigentes, associados, colaboradores e população local, foi alcançada. Os organizadores, com o sucesso do evento, resolveram dar continuidade ao mesmo, como forma de atrair turistas para a cidade.

O sucesso foi enorme e hoje, Sr. Presidente, por determinação do dinâmico e competente Prefeito, Henrique Martins Filho, a festa faz parte do calendário de eventos oficiais de Monteiro Lobato. O Presidente do Sindicato Rural, Sr. Pedro Pinheiro, radicou-se no Município, após adquirir uma propriedade rural. Pessoa entusiasta e interessada no desenvolvimento do Município, integrou-se ao Sindicato Rural e hoje ocupa, com muita competência, sua presidência.

Se o Encontro Country e Sertanejo surgiu visando à construção da sede própria do Sindicato Rural, alcançado esse desiderato, hoje os recursos alcançados são aplicados para melhor assistência aos associados e a melhoria da entidade. A festa, segundo Pedro Pinheiro, além de auxiliar o Sindicato, visa resgatar a cultura cabocla de Monteiro Lobato e do Vale do Paraíba e promover o encontro dos amigos.

O VI Encontro Country e Sertanejo teve lugar no Ginásio Poliesportivo O Lobatense, promoção do Sindicato Rural, com apoio da Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato. Parabéns pela organização e o resgate de nossa cultura.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO MENDES (PPB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quaisquer iniciativas que contribuam para a criação de uma política habitacional serão bem vindas. Esse é um dos setores mais importantes da economia nacional, porque reúne a necessidade fundamental dos cidadãos e a força propulsora de uma atividade com grande potencial gerador de emprego e renda.

Após longo período em que a classe média se beneficiou de fartos subsídios estatais, vivemos hoje um momento de transição em que o problema da moradia terá de ser resolvido pelas forças de mercado.

É claro que, em função de suas peculiaridades e do forte conteúdo social de seus resultados, a construção civil será sempre alvo da supervisão das instituições públicas. Mas a crise do Sistema Financeiro da Habitação deixou claro que a falta de financiamentos auto-sustentados culmina sempre no esgotamento dos créditos e na paralisia do sistema.

Nesse sentido, acreditamos que o terremoto causado pelas dificuldades da Encol terá o benefício de chamar atenção da sociedade e do Governo para a fragilidade dos mecanismos de que hoje dispõe a população para financiar a aquisição de casa própria.

Se, por um lado, os prejuízos aos mutuários e aos empregados da empresa são um fato gravíssimo, que choca a consciência nacional pela sua magnitude, por outro lado, todos seremos obrigados a rever os procedimentos que adotamos até hoje e criar novos instrumentos legais para resguardar os direitos dos mutuários. Sairemos da crise mais maduros e prontos para aproveitar as oportunidades que nos traz a estabilização monetária.

O Sistema de Financiamento Imobiliário proposto pelo Governo já é um primeiro passo nesse sentido. A absorção dos capitais internacionais para financiar novos empreendimentos poderá dar um grande impulso ao setor. Maior liberdade para fixar prazos e taxas poderá estimular novos investimentos, ao mesmo tempo em que os riscos poderão ser diluídos através de mecanismos de seguro.

Ao adotarmos um sistema mais aberto às regras do mercado, teremos de criar normas para proteger tanto as empresas quanto os mutuários. Apesar de ser um bem que tem um preço de compra e venda, como qualquer outro, a moradia popular se distingue dos demais, na medida em que simboliza a união e estabilidade da família.

Nesse sentido deve merecer boa acolhida nesta Casa a propósta do Senador Édison Lobão de criação de seguros nos casos de venda de imóveis que não sejam imediatamente ocupados pelo comprador. A intenção é muito oportuna, pois a crise da ENCOL gerou desconfiança nos compradores de imóveis na planta, situação em que a transparência da empresa se torna fator muito mais relevante.

Da mesma forma que as empresas precisam de garantias contra a inadimplência dos compradores, estes precisam dispor de instrumentos que os protejam contra uma eventual insolvência daquelas, no período de vigência do contrato.

O Plano Real propiciou um grande aumento do consumo de materiais de construção para utilização direta do consumidor. Isso mostra o grande potencial do mercado e mostra também que há espaço para iniciativas mais abrangentes capazes de criar mecanismos sólidos e duradouros para a geração de crédito imobiliário.

O setor habitacional é um dos mais importantes da economia do País, e por isso a ele devemos dedicar o melhor de nosso trabalho e criatividade.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a agricultura brasileira vem sofrendo abalos quanto à política governamental para o setor e principalmente quanto às barreiras tarifárias impostas ao nosso País.

Mas, dentro desse quadro de incertezas, não poderíamos deixar de aplaudir a atuação firme e decidida do nosso Chanceler Luiz Felipe Lampreia e de sua equipe no intuito de procurar o entendimento com diversos países e reduzir o fosso que separa nossa nação dos países desenvolvidos do mundo.

Quero reportar-me, Sr. Presidente, aos acordos engendrados entre o Brasil e a China visando estancar diversas barreiras comerciais impostas pelo grande país asiático aos produtos agrícolas brasileiros e principalmente ao suco de laranja, ao café solúvel e ao óleo de soja.

O acordo, fruto da maturação e competência da Chancelaria brasileira, prevê a redução da tarifa consolidada sobre o suco de laranja, de 80% a 100% para 15%, e sobre o café solúvel de 65% a 70% para 30% e o estabelecimento de cotas de óleo de soja que terão tarifas de 13%, o que for exportado fora da cota terá tarifa de 65%.

O setor citrícola está exultante quanto ao fechamento do acordo de Genebra, assinado na última quinta-feira na Organização Mundial do Comércio, principalmente se considerarmos que as exportações para a China representaram um volume de aproximadamente 835 milhões de dólares em produtos agropecuários.

A Frente Parlamentar da Agricultura, através de sua bancada, sempre se notabilizou pelo apoio incondicional às nossas exportações agropecuárias. Depois de passarmos da fase de consolidação do Plano Real, com o suporte da âncora verde, ingressamos em nova fase, que visa a exportações cada vez mais promissoras e que farão, sem dúvida nenhuma, alavancar o progresso da Nação brasileira.

A Associtrus e a Abecitrus podem estar certos de que com homens do quilate intelectual e profissional do Ministro Luiz Felipe Lampreia as exportações brasileiras de suco de laranja, um dos maiores geradores de emprego no campo, estarão fadadas

ao sucesso absoluto. Quero ao final robustecer a fé inquebrantável do campo brasileiro e afirmar que as posições sólidas do setor agropecuário brasileiro serão a mola mestra para o engrandecimento e desenvolvimento da Nação brasileira.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. FAUSTO MARTELLO (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Código Nacional de Trânsito, há pouco sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de longo período de discussão nas duas Casas do Congresso Nacional, teve vetado o artigo que estabelecia a obrigatoriedade do exame psicológico para a primeira habilitação dos motoristas e suas subseqüentes renovações.

Conseqüentemente, vetaram-se também todos os demais artigos a ele conexos.

A medida adotada pelo Poder Executivo vem causando indignação entre os especialistas da área do trânsito, e nos faz, hoje, ocupar esta tribuna para tecer algumas considerações que esposam a opinião técnica de quem trabalha diretamente com o assunto: psicólogos de trânsito.

Primeiramente devemos considerar que a natureza do veto é, em si mesma, autocrática: o Executivo tem o poder unilateral de vetar partes de proposições que tenham sido exaustivamente discutidas pelos representantes do povo e dos Estados brasileiros. Com base em justificativas minimamente construídas, apõe-se uma assinatura num papel e desconsideram-se solenemente todos os antecedentes desta ou daquela decisão do Congresso Nacional, decisão que haveria de ser soberana, porque resultado de votação democrática, não eivada de vícios.

No caso presente, a justificativa para o veto presidencial tem poucas linhas, tão poucas quanto a consistência dos argumentos expendidos:

> ...países rigorosos no combate à violência no trânsito não adotam o exame psicológico para motorista. Considera-se que os exames físicos e mentais são suficientes para a análise da capacitação do candidato a habilitação, sendo que os exames psicológicos poderão ser obrigatórios para os infratores contumazes, caso em que se torna necessária uma investigação mais detalhada do comportamento individual. Justifica-se assim o veto ao inciso II do art. 147. Em conseqüência, afigura-se inevitável a aposição de veto às demais disposições que tratam do exame psicológico no presente projeto de lei. (Mensagem nº 1.056, de 23 de setembro de 1997.)

Sr Presidente, Sras e Srs. Deputados, não podemos compreender como o Exm.º Sr. Presidente da República acatou os termos de uma justificativa insubsistente como esta. Se extrairmos de seu texto a razão concreta do veto, esta será a primeira frase: "Países rigorosos no combate à violência no trânsito não adotam o exame psicológico..." Será, Sr. Presidente, o nosso País tão pobre em sua comunidade técnico-científica que tenha que se submeter a aprovar esta ou aquela medida num código nacional de trânsito somente com base na comparação superficial com os parâmetros de outros países nem sequer nominados? Sim, porque o veto se baseia numa alegação não provada, nem sequer indicada, de que outros países não adotam o exame psicológico; não aborda o tema importantíssimo de como se comporta a legislação de trânsito desses não mencionados países no caso da punição de motoristas infratores, não leva em consideração o nível de educação para o trânsito nessas localidades, nem o nível de respeito mútuo dos cidadãos desses países "rigorosos".

Acreditamos que o Presidente da República foi induzido em erro por esse parecer pífio que recebeu sabe-se lá de quem.

Um parecer que não desconsidera a importância do exame psicológico, tanto que o indica como válido para aferição das qualificações de "infratores contumazes", mas que simplesmente desconsidera sua significação como instrumento de prevenção na avaliação da habilitação desta ou daquela pessoa para dirigir um veículo com que pode causar terríveis acidentes.

Os jornais de hoje estampam em primeira página um acidente dramático ocorrido na ponte Rio–Niterói, em que um caminhão estacionou no acostamento e foi abalroado por quatro ônibus, ocasionando ferimentos graves em quatro pessoas e outros ferimentos em mais 92 cidadãos. Não quero dizer que esse motorista de caminhão não tivesse condições psicológicas para estar habilitado, mas registro o fato de que estacionou no acostamento. Ora, o acostamento não é pista de rolagem de veículos, então, como é que quatro ônibus o abalroaram? Se estavam trafegando também pelo acostamento, então todos os quatro são culpados, e exime-se de culpa o motorista do caminhão.

É este um exemplo típico de desrespeito às leis do trânsito, que pretendem direcionar o respeito

de um cidadão pelos outros, o respeito à vida humana, ao direito individual de trafegar em segurança.

E os exames psicológicos têm a capacidade de aferir a importância que esses conceitos de respeito à vida humana assumem em cada cidadão.

Hoje são contabilizadas anualmente 250 mil pessoas que se mostram incapacitadas para habilitação à direção pelos exames psicológicos. Na hipótese de ser efetivamente eliminada a exigência desses testes, o que vai acontecer? Duzentas e cinqüenta mil pessoas incapazes vão estar habilitadas para dirigir. E esse número se eleva para 1 milhão, 250 mil motoristas se considerarmos o prazo de cinco anos de validade de cada exame médico para a carteira de habilitação.

Além disso, Sr. Presidente, estatísticas do próprio Governo dão conta de que 4,5 a 5% da população brasileira entra, anualmente, na categoria dos doentes psiquiátricos. Quantos desses são hoje motoristas regularmente habilitados e não terão sua incapacidade avaliada por um teste psicológico quando vierem a renovar suas carteiras de habilitação?

Diante de tudo isso, esposo a indignação dos setores envolvidos nessa questão, e endosso plenamente a revolta que se manifesta até mesmo em órgãos legislativos, como a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, com declarações do Deputado Oman Carneiro, e a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que aprovou a Moção nº 246, de 1997, em favor da rejeição do veto aposto ao inciso II do art. 147 da Lei nº 9.503, Código Nacional de Trânsito.

Esposo também a indignação registrada em manifesto do III Congresso Brasileiro de Acidentes e Medicina do Tráfego, em Fortaleza, Ceará, com representantes dos Estados do Ceará, de São Paulo, do Espírito Santo, da Bahia, do Paraná, do Amazonas, de Sergipe, do Mato Grosso do Sul, de Pernambuco, de Goiás, do Pará, do Piauí e do Distrito Federal, que lembram um fato interessante: o Brasil é considerado um paradigma mundial na avaliação psicológica para condutores de veículos enfocando os aspectos emocionais e comportamentais do condutor, lembrando que Espanha e Colômbia já adotaram exames semelhantes e Porto Rico, Alemanha e Itália estão em fase de implantação do nosso sistema.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos nos unir em favor da derrubada do veto ao inciso II do art. 147 do Código Nacional de Trânsito, em nome de uma situação de mais segurança em nossas ruas e estradas, em nome de vidas que poderão ser violentamente ceifadas por motoristas sem condições psicológicas para conduzir veículos automotores.

O SR. ROBERTO PESSOA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retornei do Ceará na manhã de hoje muito preocupado e venho a esta tribuna dividir com V. Exas. este meu sentimento. A segurança em meu Estado está um caos. Diariamente, os jornais de Fortaleza estampam manchetes estarrecedoras com assaltos, quase sempre seguidos de crimes, que não ocorrem somente na Capital. A violência chegou ao interior e em índices alarmantes. Na região litorânea, as casas de veraneio são alvos preferidos dos marginais. E mesmo no sertão já se registraram vários casos de roubos, nos quais o proprietário é forçado a juntar o gado para entregar aos ladrões.

Eu sei, Sras. e Srs. Deputados, que esta triste realidade não é privilégio do Ceará. Entretanto, desconheço qualquer outro Estado em que o aparelho da segurança pública enfrente a penúria e a carência que enfrenta o do meu Ceará. A este respeito, inclusive, o jornal **Diário do Nordeste** vem publicando uma série de reportagens sobre as dificuldades de cada Município. O selo "A lei do descaso" que ilustra as reportagens diz tudo sobre as condições da segurança pública. Faltam viaturas e, quando existem, falta verba para o combustível. As condições das delegacias são de absoluta insegurança, em algumas celas falta até cadeado, e seriam reprovadas por qualquer comissão de direitos humanos que as visitassem. Vejam V. Exas. que faltam até colchões para os presos dormirem.

Em relação aos efetivos, a situação é a mesma. São insuficientes os recursos humanos, que trabalham sem condições e sem o menor estímulo. Falta verba até para a alimentação, sem falar dos baixos salários. Sras. e Srs. Deputados, dessa forma torna-se uma missão impossível enfrentar o banditismo que se alastra. Até pouco tempo, as ocorrências policiais no interior do Ceará eram, como se dizia no popular, brigas de vizinho. Hoje o Estado convive com a volta da pistolagem, o tráfico de drogas e assaltos sofisticados em bancos, casas comerciais, fazendas e residências, estando o bandido bem mais equipado que a Polícia.

Em Fortaleza, andar nas ruas virou uma temeridade. São raras as pessoas que já não foram assaltadas, tiveram seu veículo roubado. Alguns até se viram obrigados a acompanhar os assaltantes na ciranda da violência.

Quando da discussão nesta Casa, semana passada, sobre as emendas ao Orçamento da União, defendi junto à bancada do Ceará que nas emendas coletivas destinássemos recursos para melhoria da segurança pública. Entendo que não acabaríamos com a violência, mas estaríamos contribuindo para equipar o aparelho policial, que se encontra sucateado. A situação é tão assustadora que a comunidade está assumindo aquilo que é obrigação do Estado. Em Iguatu, a população "fez uma vaquinha" e adquiriu veículos para a segurança pública. Em Cascavel, segundo o jornal **Diário do Nordeste**, a delegada Fátima Guilhermina paga do seu bolso os consertos da viatura. É comum, em todos os Municípios, as vítimas pagarem o combustível dos carros.

Em agosto, quando da greve das Polícias, o País inteiro aplaudiu a decisão firme do Governador Tasso Jereissati na repressão do movimento. À época indagamos: a greve acabou, mas voltou a segurança para o cidadão comum? Seguramente, a situação piorou. Segurança, no meu juízo, é o atendimento das demandas sociais – saúde, educação, emprego. É investimento no interior que gere emprego e renda e estanque a exportação de mão-de-obra desqualificada que engrossa o cordão dos excluídos nas grandes cidades. Infelizmente, falta em meu Estado uma política para combater as causas da violência e também condições de combater seus efeitos. Nestas circunstâncias, Sras. e Srs. Deputados, o Ceará está virando uma terra sem lei, e essa situação angustia a todos nós que acreditamos não bastarão apenas investimentos financeiros, tampouco o oferecimento de subsídios a empresas para se instalarem no Estado. A adoção dessa política não contribuirá com o desenvolvimento do Ceará e não beneficiará nossa população se, primeiramente, não se estabelecerem medidas concretas de combate à crescente violência.

O SR. WAGNER SALUSTIANO (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às portas do ano 2000, que marcará, com certeza, mudanças radicais em todo o mundo, não por visão ou profecia, mas por fatos que se sucedem nos dias de hoje.

No campo das ciências, temos muita fé, em Deus, em primeiro lugar, e depois nos cientistas, de que muito em breve teremos a descoberta de remédios para a cura do câncer, da AIDS e tantas outras doenças que assolam e dizimam grande parte da população mundo afora.

Na área das relações internacionais, a derrubada de fronteiras e muros que separavam povos e economias, bem como a tomada de consciência pelas grandes nações de que problemas não se resolvem por meio de armas, mas sim por diplomacia, nos fazem antever tempos de grande cordialidade e fraternidade entre povos.

As diferenças socioeconômicas tenderão a tornar-se cada vez menores, uma vez que as oportunidades de empregos tenham seus níveis de qualidade melhorados pela livre e honesta concorrência dos meios de produção. Nosso querido Brasil, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também irá se adaptar aos novos tempos, pois a ele é reservado papel muito importante no que se refere à América Latina em especial e ao resto do mundo de maneira geral.

Nossas reservas minerais e principalmente um dos maiores patrimônios da humanidade que são nossas florestas nos asseguram lugar de destaque na economia mundial. Temos as melhores e maiores terras agricultáveis. Somos a maior opção, senão a única, para a produção e oferta de alimentos ao mundo no futuro.

Entretanto, Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a evolução do mundo trouxe, infelizmente, também um fato para o qual não estávamos e ainda não estamos preparados.

Temos hoje uma grande parcela da nossa população que só participa de estatísticas. São os idosos e a população carente. Ambas as categorias estão marginalizadas do processo produtivo. Para os nossos idosos nada temos a oferecer do muito que necessitam. É pífio o atendimento em hospitais, planos de saúde, planos de aposentadoria, moradia, lazer e até ocupação dessas pessoas que, independentemente de sua capacidade física ou mental, são estigmatizadas pela idade, como se isto fosse uma depreciação fundamental. Outro e mais grave problema são as pessoas carentes, e principalmente os jovens, que farão parte do futuro e deverão, necessariamente, fazer parte das estatísticas produtivas já no ano 2000.

Como ignorar essa grande parcela da população, que não tem sequer um endereço para receber uma correspondência?

A Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, do Secretário Lair Krahenbull, tem dado dignidade a esta população, através do Projeto Cingapura, que veio resolver definitivamente o problema não só das favelas, mas também das áreas que ficam próximas a esses toscos aglomerados humanos.

Hoje o morador do Projeto Cingapura tem algo de cuja importância muitos nem se dão conta: eles tem endereço residencial, com número, bloco, apartamento, CEP. A Prefeitura deu a essas famílias a base mais importante, que é a dignidade de um ato simples de poder mandar e receber uma carta.

Porém, Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para que essas pessoas tenham acesso aos empregos, é importante que também possam participar em condições de igualdade com os demais concorrentes mais afortunados. Há algumas décadas, ter o primário era condição **sine qua non** para se conseguir qualquer emprego. Hoje o conhecimento básico de computação é exigido até para ser um simples balconista.

Não há de ser diferente nos próximos anos, e já podemos antever que quem não investir em conhecimentos básicos de computação hoje estará reduzindo, em muito, as suas chances nos mercados de trabalho.

Numa iniciativa pioneira da Prefeitura do Município de São Paulo, através da Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo – PRODAM, a Diretoria de Planejamento e Gestão Empresarial muito trabalhou e pesquisou para idealizar e fazer funcionar o Projeto Infocar Unidade Móvel Informatizada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado esse verdadeiro marco histórico entregue no último dia 19 de setembro à população do Conjunto Cingapura da Chácara Bela Vista, no Parque Novo Mundo, zona leste da Capital.

O que parece ser um pequeno objetivo alcançado se torna imensurável quando analisado, mesmo que superficialmente, por se verificar que é possível modificar a história do nosso País com idéias e ações firmes que visem, em primeiro lugar, ao bem-estar e ao futuro de nossos jovens. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto Infocar, que tive o privilégio de conhecer na sua íntegra, é uma demonstração clara de que, quando o governo tem objetivos claros e definidos, a iniciativa privada responde e atende de imediato.

A grande demonstração de confiança na seriedade dos objetivos propostos pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Prodam, foi o decisivo e pronto apoio das empresas FORD, Randon e IBM, que não necessitam participar de ações como estas para se promoverem, ou aumentarem seus faturamentos, pois já são companhias líderes em seus segmentos, pelo que já produziram e continuam a produzir.

O Projeto Infocar tem como objetivo levar o ensino gratuito sobre processamento de dados às populações mais necessitadas da periferia da Capital, com programas profissionalizantes para diversas faixas etárias, possibilitando o aperfeiçoamento de trabalhadores em funções que envolvam o conhecimento básico de computação.

Trata-se de um caminhão da FORD modelo Cargo, em carroceria tipo baú construída pela Randon, equipado com nove microcomputadores dos mais modernos, cedidos pela IBM, além de videocassete, televisor, retroprojetor, **flip chart**, tendo a manutenção e a operação ficado a cargo de técnicos e professores da própria PRODAM. Iniciativas como esta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devem ser dignas de registro não só para os Anais desta nobre Casa, mas para a própria história do Brasil que está se escrevendo dia após dia.

Esta primeira unidade do Infocar representa um vaso onde se coloca a primeira semente de uma grande árvore, cuja sombra e frutos serão decisivos para o futuro do nosso País, pois à sua sombra irão crescer os que deverão participar do Brasil de amanhã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme satisfação que nesta data, desta nobre tribuna, faço o registro dos fatos e como Deputado Federal manifesto meus mais sinceros e efusivos agradecimentos à FORD, à Randon e à IBM, que num gesto altruísta e de elevado espírito cívico atenderam ao convide da Prodam e da Prefeitura do Município de São Paulo e propiciaram às populações menos carentes condições para que venham a participar muito em breve não só das estatísticas que tantos nos envergonham, mas de um Brasil altamente produtivo e participativo e de que, com certeza, muito nos orgulharemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB _ AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, constitui mais um passo importante do Governo a decisão de incluir no Plano Nacional de Desestatização (PND) a venda das ações da Petrobras excedentes de 50% mais uma, com a preocupação de que essa negociação seja efetuada a partir de estudo muito bem feito, meticuloso e que conserve o caráter estatal da empresa.

De acordo com o Ministro do Planejamento, Antonio Kandir, "é preciso fazer com que o processo de venda maximize as vantagens estratégicas nessa

área, como também propicie o maior ganho possível ao Tesouro Nacional".

Hoje, a União detém 81,7% das ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobras e 9,2% das ações preferenciais (sem direito a voto). A decisão tomada pelo Conselho Nacional de Desestatização no sentido de vender essas ações preferenciais e 31,7% das ações ordinárias ocorre em virtude de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter sancionado, em agosto, a lei que abre o setor de petróleo ao capital privado, nacional ou estrangeiro, permitindo, entre outros itens, a compra de ações ordinárias da Petrobras por empresas estrangeiras.

Ressalte-se que as ações da companhia dobraram de valor no ano passado e devem mais que triplicar até 1999. O tamanho do mercado consumidor, considerado entre os cinco maiores do mundo, e o acerto da conta-petróleo e da conta-álcool com a União são outros dados bastante positivos Essas duas contas, que se referem à diferença entre o gasto da empresa com importações de petróleo e subsídios ao álcool e o que ela recebe com a venda de combustíveis, garantem para a Petrobras um saldo de US$7 bilhões, a ser quitado pela União num prazo de três anos, conforme previsto na lei que quebrou o monopólio.

Entre as razões que sustentam estimativas otimistas sobre o futuro da empresa, acrescente-se o fato de que a Petrobras ganha mais liberdade para atuar e, com isso, mais condições para reduzir seus custos.

Segue, a exemplo do que já aconteceu na Alemanha, nos Estados Unidos, na Espanha e na Inglaterra, a tendência irreversível de reduzir a participação estatal no capital de grandes empresas. E quanto maior o número de acionistas, maior será o domínio público sobre a administração da Petrobras, reforçando a certeza de que é saudável a decisão do Governo brasileiro de vender as ações que ultrapassam o limite requerido para a manutenção do controle da companhia. Não há razão, portanto, para temer que venha a acontecer a transferência do controle da Petrobras e de todo um setor estratégico para interesses privados ou que não sejam observados os compromissos com o futuro, o desenvolvimento tecnológico e a soberania nacional.

Mesmo sem chegar a privatizar a Petrobras, Sr. Presidente, a União poderá arrecadar nessas operações entre R$6 e 7 bilhões, o que já supera a receita prevista para todas as etapas da desestatização da Vale do Rio Doce. Essa medida não só contribui para aliviar o peso atual sobre o caixa do Tesouro, mas resultará igualmente na liberação de mais recursos para investimentos em setores carentes.

Contando com novos sócios para investir em áreas antes fechadas e condenadas à estagnação, a Petrobras, realmente, poderá ser muito mais útil ao processo de desenvolvimento do País. Em conclusão, o Brasil, com esse estímulo proporcionado em benefício do equilíbrio do setor, demonstra, sobretudo, que caminha a passos seguros e amplos para a conquista definitiva de sua maturidade e independência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RICARDO IZAR (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de deixar registrado nesta Casa que foi aprovado por unanimidade requerimento de minha autoria, na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, tratando sobre a venda de serviços pela televisão através do prefixo 0900 e outros via telefone.

Neste requerimento solicito a realização de audiência pública no sentido de esclarecer melhor a população como é feito o sistema de sorteio e os critérios usados para as concessões deste serviço.

Considero essa discussão de vital importância para milhões de brasileiros que diariamente têm seus lares invadidos por inúmeros serviços oferecidos pela televisão com débito automático na conta telefônica.

Dessa forma solicitei que fossem convidados representantes do Ministério da Justiça, da Embratel, da Receita Federal, da Associação Nacional de Empresas de Telecomunicação Interativa e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, para que possamos discutir melhor o tema e obtermos mais informações sobre esse serviço.

Podemos constatar, Sr. Presidente que o aumento do disque 0900 tem crescido de maneira descontrolada, sem nenhuma fiscalização por parte do Poder Público, ensejando toda a sorte de abusos por parte de quem patrocina o sorteio.

A Comissão de Defesa do Consumidor não poderia se omitir diante deste assunto, pois ele atinge a rotina de todo cidadão brasileiro. Acredito sinceramente que essa reunião servirá para todos os participantes tirarem suas dúvidas e obterem melhores informações.

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – A Mesa quer penitenciar-se e, ao mesmo tempo, agradecer ao eminente Deputado Jarbas Lima a compreensão, por ter tolerantemente aguardado durante 15 minu-

tos, assegurando a outros companheiros o direito de se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (José Maurício) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Jarbas Lima.

O SR. JARBAS LIMA (PPB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tão importante quanto nossos votos nesta Casa são nossas opiniões e o pensamento que temos sobre todos os assuntos que devem ser objeto de nossas decisões.

Neste momento em que a chamada reforma da Previdência Social retorna do Senado, sob a égide de um projeto substitutivo, é bem interessante – antes de começarmos as avaliações técnicas, tanto na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação como na Comissão Especial, onde se fará o exame do mérito – ter uma idéia de conjunto sobre o momento da reforma da Previdência Social. E não seria justo eu começar minha modesta avaliação sem registrar meu encanto pela inteligente, corajosa e desassombrada, até, decisão do Deputado Michel Temer, Presidente desta Casa, a respeito de uma questão de ordem que estabelece o caminho para a apreciação desta reforma da Previdência em seu retorno à Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nestes tempos em que se tenta impor o primado do econômico sobre o social, do capital sobre o trabalho, dos princípios da concorrência sobre os valores do bem coletivo, uma das realidades presentes é a chamada reforma da Previdência Social. Trata-se de uma seqüência de procedimentos que vem estremecendo as bases sociais dos países que a discutem, colocando em xeque suas maiorias políticas, em meio a profundas dissensões e acalorados debates, dos quais nem sempre resultam os desejados consensos.

Não há dúvida de que, sob a genérica denominação de reforma, estamos frente a um movimento industriado, cujo objetivo de mais longo prazo é o da pura e simples destruição da Previdência assim como os povos a têm entendido desde que Bismarck criou o primeiro corpo de leis sociais, na década de 1880, e, entre nós, desde que Elói Chaves, em 1923, lançou as sementes do sistema previdenciário brasileiro.

No Brasil, esse processo, nas últimas décadas – de modo especial a partir dos anos setenta –, vinha refletindo salutar preocupação quanto à higidez econômico-financeira da previdência pública, dadas suas distorções históricas. Mas, de alguns anos para cá, transformou-se numa colossal manobra para colocar nas mãos de grupos econômicos privados os grandes filões da Previdência e da Medicina Social.

O Congresso Nacional, em ambas as Casas, tem percebido essas intenções. Não obstante, tem-se deixado envolver por raciocínios que, no mais das vezes, são meias verdades, quando não mentiras inteiras. Entre aquelas estão as idéias que tendem a tratar igualmente situações desiguais, num atentado contra o conceito de igualdade e, por isso, de justiça. Entre estas, a propalada versão de que determinadas situações acolhidas, e não de agora, pela Constituição representam privilégios que precisam ser banidos, quando, na verdade, são formas de tratamento laboriosamente concebidas à vista de reconhecidas peculiaridades.

O mal que as distorções desse processo já causa ao País é, em muitos casos, insanável. Para citar o serviço público, já não me referiria só ao desassossego gerado entre categorias que devem estar plenamente dedicadas a seus afazeres complexos e difíceis pela sua natureza. Bem além disso está a perda de recursos humanos experimentados ao longo de décadas, normalmente treinados graças a recursos públicos, que deixaram suas funções à força das ameaças contidas nos repetidos anúncios de reformas, verdadeiras obras-primas do terrorismo do Estado, lançados ao léu como se aqui não houvesse respeito ao direito adquirido nem à coisa julgada. Sentindo-se como que banidos, acharam por bem esses servidores buscar seus caminhos pela via da aposentadoria precoce, forma de evitar um prejuízo futuro para si e suas famílias. Assim, são centenas, talvez milhares, os casos de servidores que abriram vagas, dificilmente substituíveis em curto prazo, pelo menos à altura da competência daqueles que deixaram seus cargos premidos pelo temor de que as modificações anunciadas viessem a ser aprovadas sem lhes dar direito às condições que a Constituição e as leis lhes conferem. Quem tiver dúvida sobre esse verdadeiro crime de lesa-pátria que procure informar-se sobre o número de aposentadorias requeridas ao longo dos últimos anos na área universitária, para citar apenas um exemplo. E, a continuar o clima criado, teremos o mesmo efeito no Judiciário, alvo preferencial da sanha daqueles que não admitem a existência de limites a seu poder.

Neste momento, apresta-se a Casa a receber de volta o projeto de emenda constitucional que trata da matéria, aprovado, com alterações, pelo Senado Federal após já ter por aqui tramita-

do. Será, talvez, a derradeira oportunidade de impedirmos erros cujas graves conseqüências poderão estender-se por gerações. No ponto a que chegamos, necessário é – diria até que imperioso, na verdade – reiniciarmos todo o processo, partindo do raciocínio de que não há matéria que mais afete a tantos segmentos da população. As modificações do sistema hoje existente devem resultar não da vontade do Governo, nem de meia dúzia de Parlamentares que se consideram acima do bem e do mal e também não apenas do pensamento desta ou daquela categoria. É preciso que a revisão do sistema previdenciário seja o resultado de um autêntico processo de diálogo social amplo e abrangente, de tal modo que todos possam, ao seu final, considerar o resultado não apenas como um medíocre "possível", mas, sim, como um excelente "melhor possível", e para os reais interesses da população brasileira nas suas vastas maiorias.

Exemplos para tanto não faltam. A Europa desses últimos anos, Sr. Presidente, conseguiu alcançar resultados de verdadeiro salto qualitativo, na busca de adequar seus sistemas previdenciários, muito em virtude da necessidade de avançar na integração dos diversos países ao projeto da União Européia, graças ao diálogo entre todas as partes sociais interessadas.

Aqui, do esforço que caberá à Câmara retomar, deve constar a preocupação com critérios que "preservem o equilíbrio financeiro e atuarial" do sistema, não apenas pela construção de um adequado conjunto de benefícios e da definição dos direitos dos beneficiários, mas, e de modo severo, pela responsabilização dos fatores institucionais que têm levado a Previdência brasileira a situações de dificuldade ao longo da maior parte de sua história. Refiro-me ao contumaz descumprimento da contribuição do Governo, no conjunto tripartite que representa a clássica base de seu financiamento; refiro-me ao desvio de recursos do sistema previdenciário para o atendimento de outras prioridades governamentais; refiro-me aos rombos absurdos que a Previdência tem sofrido em virtude da falta de controles; refiro-me, por fim, mas não por último, à sonegação endêmica – permitam-me o uso do adjetivo! – que tem varrido qualquer pretensão a uma pelo menos razoável saúde financeira do nosso sistema de seguridade social.

Vejam a quanto vai a nossa xenofobia quando reagimos à denúncia da corrupção nacional e nos esquecemos de que, só no capítulo do saque aos recursos previdenciários, estamos buscando no exterior a devolução de um butim milionário para o qual contribuíram quadrilhas integradas por equipes multiprofissionais de advogados, juízes e funcionários. E esse é apenas um dentro de um mar de casos.

Pudesse haver tratamento rigoroso desses fenômenos – e muitos deles dependem apenas da vontade política, de singela organização, de propósito administrativo firme -- e certamente não haveria necessidade de uma alteração profunda no elenco dos direitos dos segurados, hoje pregada por devastadora campanha que visa, apenas e tão-somente, nivelar por baixo, na busca de atingir resultados na submissão de determinados setores à vontade de interesses subalternos, quando não odiosos ou revanchistas.

Ouço, com prazer, o Deputado José Maurício.

O Sr. José Maurício – Deputado Jarbas Lima, V. Exª. tem se caracterizado nesta Casa pela seriedade com que exerce seu mandato. V. Exª. tem mostrado ser um advogado altaneiro, altivo e, sobretudo, uma pessoa que se preocupa com a intangibilidade e o respeito que se tem de dar a este Poder. Desci da Presidência da Mesa para regozijar-me com V. Exª. no momento em que a base do Governo no Senado, equivocadamente, acaba por desnaturar uma PEC aprovada nesta Casa. Diga-se de passagem, uma PEC mal aprovada, porque contraria interesses inalienáveis dos trabalhadores brasileiros. Quero dizer a V. Exª que isso não é possível, que é inaceitável que se permita retirar, sob qualquer pretexto, direitos adquiridos. Por isso, venho não apenas subscrever a inteireza do seu discurso, mas também congratular-me com o valoroso Deputado do Rio Grande do Sul, dando loas e me sentindo regozijado pelo fato de o desnaturamento da proposta de emenda constitucional aprovada nesta Casa ensejar que a matéria seja colocada em seu leito natural. Sou até mais radical, Deputado Jarbas Lima. Entendo que deveríamos fazer um plebiscito em âmbito nacional para que a mídia atenta aos interesses de eventuais defensores dos poder não venha prejudicar a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros. Tenho orgulho, satisfação e sinto-me recompensado por ser seu companheiro, seu amigo e seu admirador.

O SR. JARBAS LIMA – Muito obrigado, Deputado José Maurício. Fico sensibilizado com a manifestação de V. Exª e percebo que estou sendo plenamente compreendido nas minhas preocupações, que são igualmente as suas. Quero pedir a V. Exª que me permita a honra de incorporar seu aparte ao meu discurso, o qual fará dele, que era uma peça

despretensiosa, alguma coisa que seguramente será levada em alta linha de consideração por aqueles que tiverem a oportunidade de dele tomar conhecimento.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que se está pretendendo hoje, em nome de um suspeito ataque a "privilégios", movido por um canhestro apelo à "igualdade", é, no fundo, o resultado de uma estranha composição de forças instigadas pela desforra, combinados com o evidente interesse de submeterem instituições que ainda conseguem, apesar de tudo, manter íntegra a dignidade do exercício de suas funções. Nesse sentido é que a Nação, pasma, assistiu ao verdadeiro **show** de prepotência em que se transformou a sessão do Senado Federal em que foi votado o substitutivo à PEC nº 33, de 1996, desta Casa. Integrantes do Poder Judiciário que assistiam – no pleno uso de seus direitos de cidadania – à referida sessão tiveram o dissabor de se verem agredidos por insinuações e por ironias, aliás repercutidas pelos meios de comunicação com uma intensidade que contradiz sua campanha contra a projetada nova Lei de Imprensa. Isso tudo, Sras. e Srs. Deputados, aconteceu no Senado Federal, a Câmara Alta do País, aquela que deve primar pela moderação, pelo equilíbrio, força amortecedora dos desentendimentos e represa às paixões nacionais em disputa...

Estamos à vista, preciso repisar, de uma etapa totalmente nova na abordagem deste projeto de alteração constitucional, fundamentalmente em virtude das graves dissensões que a tramitação pelo Senado Federal ensejou.

Os aspectos polêmicos – para dizer o menos – não se exaurem no ataque a situações relacionadas com os membros do Poder Judiciário ou das Forças Armadas, matérias que, por estes dias, estão na ordem do debate público. Bem antes disso, elas dizem com questões como o estabelecimento de um piso e de um teto para os benefícios do regime geral da Previdência pela legislação de nível constitucional, transformando nossa Lei Maior já não apenas em um documento excessivamente minucioso, mas em um legítimo anexo de portaria ministerial, âmbito em que normalmente se faz a previsão de valores monetários.. E se a forma é pobre, o conteúdo é confrangedor, pois o limite superior de 1 mil e 200 reais – pouco mais de mil dólares, ao câmbio achatado de hoje – para as aposentadorias e pensões cumpre de forma exemplar a tarefa de definir a Previdência Social oficial como um plano de segunda linha, pressionando os contribuintes a buscar a previdência complementar privada como forma de manter, pelo menos em parte, seu poder aquisitivo quando na inatividade. Na mesma linha de raciocínio, é de deixar confuso o espectador que conhece a luta de determinados setores em "desconstitucionalizar" determinados assuntos quando constata o propósito de se trazer para o texto constitucional temas como a previdência complementar privada, matéria regulável no máximo pela lei ordinária.

O que mais preocupa, neste momento, é que os defensores da famosa "reforma" conseguiram colocar numa caixa fechada determinados conceitos que, até mesmo pela ação diversionista que pauta os debates, passam a ser adotados como valores e verdades insofismáveis. É fácil. Discute-se sob trombetas a aposentadoria do juiz e do militar para não se discutir a previdência de segunda classe a que se quer relegar seu regime geral. Adotam-se os parâmetros a que chegou a Previdência em virtude de anos de incúria, de corrupção e de desprezo, como se fossem os únicos possíveis, projetando-os ao futuro sem nenhuma perspectiva de evolução significativa. Submete-se a Previdência a um papel medíocre na ordem dos mecanismos de progresso social, aviltando as expectativas mais modestas dos segurados, forma de pressioná-los a buscar na previdência privada alguma esperança de uma velhice segura e digna.

A Nação, Sr. Presidente, não pode conformar-se em seguir, como um rebanho sem vontade, os ditames desses manobradores, assim como não pode desconhecer alguns modelos que mais recentemente foram adotados em outros países e que, pela originalidade das soluções encontradas, ainda podem ser estudados como subsídio ao pretendido novo modelo previdenciário brasileiro.

Assim, ao invés de deslumbrar-se com as soluções arquineoliberais chilenas, cujo desgaste já é visível até mesmo para seus formuladores, por que não prestar atenção a determinadas situações conquistadas mediante árduo esforço de diálogo social, como na Itália, em 1995?

Quem prestar atenção à recente reforma italiana verificará alguns mecanismos de engenho, como a possibilidade de o segurado escolher, em uma faixa que vai dos 57 aos 65 anos, a idade em que se aposentará, deixando ao seu arbítrio o valor maior ou menor de sua aposentadoria. Mais, o cálculo das correções das aposentadorias é feito levando-se em conta fórmulas relacionadas não apenas com a situação inflacionária, mas, também, com a tendência demográfica e o aumento

do Produto Interno Bruto, o que faz com que os trabalhadores segurados tenham consciência de sua condição de "sócios" do aumento da riqueza nacional.

Estas e outras realidades poderiam ser aprofundadas por meio de um estudo comparativo sobre as recentes evoluções verificadas em outros sistemas, que, mesmo não aproveitáveis em sua integralidade, poderiam servir de norte para o esforço que nosso País faz neste momento. Mas, para isso, é preciso que nos conscientizemos de que a verdadeira reforma, numa área de tamanha importância social como é a Previdência, deve buscar pacienciosamente seus caminhos. Numa matéria como essa, a preocupação de urgência só interessa àqueles que vêem na pretendida alteração constitucional a abertura para os grandes negócios, os grandes negócios que tornam nosso País tão atraente para os investidores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Nação espera que esta Casa diga a que vem, como suprema representação da vontade popular que é.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Lima, o Sr. José Maurício, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Manoel Filho, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Dando seqüência ao Grande Expediente, de acordo com o art. 87 do Regimento Interno, concedo a palavra à Deputada Maria Elvira, do PMDB de Minas Gerais, que disporá de 25 minutos.

A SRA. MARIA ELVIRA (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, normalmente usa-se o Grande Expediente apresentando um único discurso sobre um único tema – e eu naturalmente respeito essa prática do Parlamento brasileiro.

Todavia, gostaria de fazer hoje, nesse espaço, o que chamaremos de **pot-pourri**, como se faz na música, de alguns temas sobre os quais espero que esta Casa reflita. Mesmo que o plenário não esteja cheio, sabemos que esta Casa é uma caixa de ressonância. O que aqui se fala, de uma forma ou de outra, seja pelos Anais da Câmara, seja pelo programa A Voz do Brasil, seja pelos boletins diários, sempre repercute e as pessoas têm algum tipo de informação e, principalmente, de opinião que emana desta tribuna.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um compromisso e deixar pública a posição de muitas mulheres desta Casa, e não apenas delas, mas também de homens – e cito o nobre Deputado Eduardo Jorge, da bancada do PT – que, juntamente com a Deputada Sandra Starling, do meu Estado de Minas Gerais, produziu um projeto de lei polêmico, mas profundamente justo e democrático, que busca a regulamentação no Brasil de uma lei que já existe há cinqüenta anos e que trata de problemas dos mais tristes e mais sérios que uma mulher pode sofrer, que são o estupro e a gravidez de alto risco, quando uma mulher, como eu, capaz de reproduzir, se vê compelida a uma gravidez indesejada e, mais do que isso, a uma gravidez da qual ela terá a maior tristeza e a maior revolta, quase ódio.

Sr. Presidente, já tive a oportunidade de conviver com mulheres estupradas quando fiz parte, em Minas Gerais, do SOS Mulher, que atendia a mulheres que sofriam violência doméstica, na rua, violência psicológica e discriminação. V. Exª pode crer, Sr. Presidente e funcionários da Câmara que me estão ouvindo, que uma das cenas mais duras e que mais tocam o coração humano é uma conversa com uma mulher estuprada.

Vou mais longe. Cito um caso que ocorreu há poucos meses em Belo Horizonte, quando um casal meu vizinho teve sua residência invadida durante a noite por três marginais, três bandidos. Depois de amarrarem o pai, a mãe e a empregada, estupraram uma menina de dezesseis anos – os três, Sr. Presidente.

Após essa terrível e malfadada experiência, essa menininha, logicamente, estará traumatizada para o resto da vida. Nenhum psicólogo ou psicoterapeuta tirará dela a violência e o impacto causados por essa agressão, que não só ofende o físico da mulher, mas também sua alma, seu psiquismo, e quase a destrói. Como se isso não bastasse – diz o ditado que desgraça pouca é bobagem – a menina engravidou de um dos três bandidos.

Sr. Presidente, pergunto a V. Exª, aos poucos Deputados aqui presentes, aos que nos estão escutando em seus gabinetes, se algum dos colegas concordaria com que sua filha de dezesseis anos tivesse um filho gerado de um estupro praticado por três homens, dos quais ela não vai saber qual o pai. Uma experiência como essa mostra-nos que precisamos refletir profundamente quando um projeto de lei que representa uma idéia e uma realidade chega a esta Casa.

Infelizmente, muitos Deputados já me disseram que compreendem a situação, mas que não poderão votar com o projeto porque têm medo da Igreja, das suas bases, de perder votos, pois haverá eleição no ano que vem. Esse é um ato de profunda covardia e irresponsabilidade. Desejo aqui alertar todos os companheiros e companheiras para que ponham suas cabeças no travesseiro e se perguntem o que pensariam se o caso tivesse ocorrido com uma filha, uma neta ou uma sobrinha.

Daqui a pouco teremos audiência com o Deputado Michel Temer. Sabemos que um grupo de Deputados, que democraticamente respeitamos, solicitou audiência pública neste plenário para debater o tema. Achamos que isso é importante, que é justo e necessário. Vamos ouvir todas as correntes e todas as opiniões. Mas, passado esse momento, há que realmente se votar esse projeto, há que realmente se tomar a decisão de regulamentar uma lei que não é novidade neste País nem nesta Casa.

Quero, de público, conclamar minhas colegas e meus colegas para que reflitam sobre o tema e para que não se acovardem frente a realidade. Ninguém aqui está propondo a interrupção de gravidez pura e simples. O projeto do Deputado Eduardo Jorge e da Deputada Sandra Starling está propondo algo muito justo.

Sr. Presidente, ao tratar desse tema polêmico, minha alma de mãe e minha sexualidade de mulher trazem-me a obrigação de dar um testemunho perante esta Casa do que é uma mulher vítima de estupro, uma vez que convivi com elas no SOS Mulher. Quero, ainda, fazer um alerta desta tribuna, porque uma matéria do jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 12 de outubro, Dia da Criança, impressionou-me profundamente. Vários países devem 1 bilhão de dólares ao Brasil e, segundo a matéria do jornal, todos querem pagar, mas o Congresso brasileiro precisa aprovar lei autorizando o abatimento da dívida.

Fiquei a pensar por que esse projeto ainda não chegou à Casa, vindo do Executivo ou oriundo do próprio Legislativo, para que possamos aprová-lo. Afinal o Brasil está deixando de cobrar créditos de 1 bilhão de dólares a seus devedores externos por falta de uma lei interna que permita a operação.

Os países que estão nos pagando em dia são Angola, Argélia, Argentina, Cuba, Gabão, Gana, Mauritânia, Polônia e Suriname, e não estão nos pagando – são, portanto, os devedores de 1 bilhão de dólares ao Brasil – a Bolívia, a Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Senegal, Tanzânia e Zâmbia. Essa é a lista negra dos devedores do Brasil, que perfaz 1 bilhão de dólares de dívidas, os quais, segundo a matéria do jornal, não podem pagar porque não há lei autorizando o abatimento da dívida.

Gostaria que esta Casa tomasse alguma atitude, que todos nos empenhássemos em saber mais do assunto, a fim de providenciar solução para esse caso.

Falta dinheiro para a saúde, faltam remédios nos postos e temos aqui contas a receber.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é a iniciativa do nobre Deputado Sarney Filho, do PFL do Maranhão, de se criar nesta Casa uma frente parlamentar ambientalista para o desenvolvimento sustentável. E por que cumprimento o Deputado Sarney Filho se há tantos Deputados aqui criando frentes, criando grupos parlamentares e outras iniciativas relevantes, Sr. Presidente?

Todos nos lembramos do que foi a Eco-92, aquele megaevento no Rio de Janeiro, que trouxe presidentes e reis de várias partes do mundo, quando o Brasil se transformou na capital do meio ambiente mundial da ecologia mundial. Passados exatamente cinco anos da Eco-92, o que vemos é o agravamento dos problemas ambientais do nosso planeta, acompanhado de um quadro político desanimador, que muito se distancia daquele clima de entusiasmo que caracterizou o espírito do Rio, o espírito do Brasil em 1992. O evidente declínio, a cada dia, da qualidade ambiental da Terra vem dificultar ainda mais o alcance das metas estabelecidas pela Agenda 21, que previa a adequação do modelo da economia global aos parâmetros de sustentabilidade social e ambiental então fixados.

Formulou-se, então, o conceito de desenvolvimento sustentável, mas pouco ou quase nada se fez para torná-lo realidade. E o que percebemos hoje? Neste ano houve a maior seca que Brasília já viu. Em pleno verão sentimos frio e em pleno frio sentimos calor.

O clima do planeta sofre profundas transformações. E não pensem que isso é obra do acaso, mas da destruição do nosso planeta, da devastação das nossas florestas e das matas ciliares ao longo dos rios, que faz com que nossos rios ressequem e morram.

Não podemos pensar apenas em nós, que já estamos no meio da nossa trajetória de vida. Temos de pensar em nossos filhos, netos, bisnetos, nas gerações futuras. Este planeta, do jeito que vai, acabará, e nós assistiremos a tudo da poltrona: o desma-

tamento, a destruição dos rios e dos lagos, a poluição química.

Não sou, absolutamente, uma filiada ao Partido Verde. Como cidadã, como mãe, como representante do povo brasileiro neste Congresso, ao saber da iniciativa do Deputado Sarney Filho de criar essa frente parlamentar ambientalista para o desenvolvimento sustentável, solidarizo-me com S. Exª.

Queremos o desenvolvimento, mas sustentável, não o desenvolvimento que destrói, que arrebenta, que permite que o trator passe por cima de tudo.

Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Sarney Filho e aos companheiros de diversos partidos preocupados com a ecologia como eu que não só quero participar dessa frente, como precisamos de fazê-la forte nesta Casa, para que se crie uma consciência ecológica que emane daqui para os políticos dos Estados e dos Municípios.

Todos temos condições de influenciar os Prefeitos, os Vereadores, os Governadores. Precisamos agir de alguma forma, e rápido, porque, se continuar como está, acontecerão fatos insustentáveis neste nosso planeta.

Portanto, Sr. Presidente, ainda nesse **pot-pourri**, quero lamentar um acontecimento ocorrido há poucos dias. Nós, que somos de Minas, a segunda bancada desta Casa, terra de tantas tradições e de tanto orgulho, celeiro de grandes nomes, de grandes políticos, de ideais libertários, de Tiradentes e da Inconfidência Mineira, de Juscelino Kubitschek, de Tancredo, de Pelé e de Milton Nascimento, vimos esse grande Estado, há poucos dias, ser humilhado no Senado Federal porque infelizmente vivemos graves dificuldades.

Nossa saúde, por mais esforços que haja, vai mal, obrigada. Nossa educação tem melhorado, pois há alguns anos vêm sendo desenvolvidos projetos e programas até premiados pelo Unicef, mas, de qualquer forma, vemos, por exemplo, nossas crianças da educação especial sem recursos, sem ter como estudar. A alfabetização de adultos está semi-abandonada. Há falta de verbas para fazer quadras nas escolas, a fim de que as crianças tenham um lugar para praticar educação física, principalmente na época da chuva. Esses são problemas pequenos, aparentemente simples, mas que efetivamente prejudicam a qualidade da educação e a democracia social que buscamos em nosso Estado e em nosso País.

Como se não bastasse, há poucos dias, vimos aqui o problema das emendas orçamentárias que nos foram empurradas goela abaixo. Minas tinha várias emendas coletivas, de bancada ou regionais, para colocar no Orçamento da União. Mas muito pouco fomos ouvidos. Num processo atropelado, as emendas foram apresentadas, Sr. Presidente, até o prazo de ontem, às 18h, e vimos, infelizmente, nossos sonhos esvaecerem, porque as emendas não atenderam ao desejo das bancadas. Em meu nome, principalmente, quero mostrar o repúdio e a insatisfação com a forma como o processo da feitura das emendas, do Estado ao Orçamento da União, foi conduzido.

Ilustrando isso, Sr. Presidente, quero mostrar a que ponto nosso Estado chegou – eu, que tenho tanto orgulho de ser mineira. Há poucos dias, um empréstimo para Minas Gerais foi rejeitado no Senado Federal, porque o Senador Francelino Pereira, nosso grande Senador por Minas, retirou da pauta de votação do Senado o pedido de licença para empréstimo do Governo de Minas Gerais junto à Caixa Econômica no valor de 2,9 milhões para projetos de saneamento no Vale do Jequitinhonha. O Relator, Senador Francelino Pereira, era favorável, mas, ameaçado de ser derrotado na votação, recuou. Por quê? Porque outros ilustres Senadores lamentaram que um Estado do porte de Minas Gerais estivesse pedindo um empréstimo no valor de 2,9 milhões ao Senado, impondo uma longa tramitação na Casa e no Banco Central.

Disse, naquele momento, o Senador Jader Barbalho que era uma situação lamentável, um atestado de falência, que, afinal, todos sabemos da importância política e econômica de Minas Gerais.

Lamento, como mineira e representante dos mineiros, que um empréstimo desse valor chegasse ao Senado, exigindo uma tramitação longa e demorada, passando até pelo Banco Central.

Minas Gerais não está falida. Seu povo não aceita isso. Queremos expor a esta Casa, que, como disse, é uma caixa de ressonância das idéias e das informações deste País, a situação de Minas.

Haveremos, se Deus quiser, de recuperar o prestígio que o Estado de Minas Gerais precisa ter nesta República. Temos a segunda economia do País, a segunda população e o segundo eleitorado brasileiro; mas, politicamente, estamos constrangidos a ficar quase em um quinto lugar, perdendo para as bancadas de São Paulo, do Nordeste, do Rio de Janeiro, com seu charme de "belacap", e até para os gaúchos, com suas tradições e seu Governador Antônio Britto.

Nosso orçamento junto à União míngua a cada ano; perdemos verbas e mais verbas. Isso não é

possível. Precisamos, pelo menos, não aceitar passivamente essas humilhações que têm sido feitas a Minas Gerais.

Sr. Presidente, ao terminar minha fala na tarde de hoje, no Grande Expediente, quero dizer que, como se não bastasse, sabemos que hoje o Estado de Minas Gerais é o primeiro produtor de leite no Brasil. Estamos assistindo a uma importação desregrada de leite em pó, pois atualmente o leite em pó proveniente da Argentina ocupa 20% do mercado brasileiro, o que acaba lesando os produtores de leite em nosso País.

Há poucos dias, participei de uma reunião na Associação dos Criadores de Gado Holandês em Juiz de Fora e quero ser porta-voz da angústia dos inúmeros produtores de leite neste País, pequenos (na sua maioria), médios e grandes.

Reporto-me à matéria do jornal **Hoje em Dia** noticiando que, entre outubro e dezembro de 1996, foram importadas 40 mil toneladas de leite em pó. Por este esquema, a atividade já representa à importação 20% – repito – do mercado de leite em pó do País, segundo denúncia da Confederação Nacional de Agricultura, reforçada pela Federação de Agricultura de Minas.

A situação é muito grave. A importação não é ilegal, mas representa desvio de comércio e mostra-se altamente lesiva aos produtores nacionais, mais especificamente aos de Minas Gerais.

Sr. Presidente, deixo registrada nossa preocupação junto ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Ministro da Fazenda, ao Sr. Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e, principalmente, ao Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que dê um basta a essa importação de leite em pó lesiva, que, pouco a pouco, liqüida com nossa produção de leite e com nossos produtores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro nos Anais da Casa o Boletim Especial Comemorativo ao 64º Ano de Fundação da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Atualmente, a Polícia Militar está extremamente preocupada com uma PEC que pretende diminuir as atribuições e funções da polícia, querendo que ela, ao ser desmilitarizada, tenha inspetores de quarteirão, guardas-noturnos e não tenha efetivamente os policiais que representam a segurança e são os guardiões da população.

Mais uma vez, fazemos o registro do 64º aniversário de fundação da ASS/PM, e damos nosso apoio à Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – A Presidência autoriza a transcrição nos Anais da Casa e a devida divulgação no programa A Voz do Brasil.

BOLETIM A QUE SE REFERE O ORADOR:

ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim Especial Comemorativo ao 64º Sexagésimo quarto ano de Fundação da ASS/PM

Na época do ano de 1933 os Sargentos da Força Pública fortaleciam as adesões para a criação do Centro Social dos Sargentos.

A Força Pública baseada à disciplina na forma Francesa recebia influência direta do Governo Francês, que na condição de País amigo, prestava assistência tecnoillógica e material, à Força Pública na formação de seus Soldados e no fornecimento de material e tecnologia.

A história do Brasil registrou a sua evolução e, nesse contexto a ebulição das lutas políticas regionais, sedimentadas em seus pequenos Exércitos provinciais (Estaduais); quase sempre utilizados para fins exclusivos, em detrimento da sua função policial, como órgão da Segurança Pública. A rigidez das normas e dos regulamentos militares dificultou, mas não conseguiu impedir o crescimento do movimento dos Sargentos, para a fundação de sua própria Entidade.

Nesta época do ano de 1933 espalharam-se rapidamente as noticias de perseguições dos líderes pelos órgãos reservados da Corporação, o que fez crescer surpeendentemente o número de adesões pró-fundação do Centro Social dos Sargentos.

Assim sendo, 20-X-1933 consolidaram-se os ideais classistas dos aabnegados Sargentos da Força Pública com a fundação oficial do Centro Social dos Sargentos da Força Pública tendo como o 1º Presidente o Sargento TÚLIO MELO OLIVEIRA.

Ao invés da tranqüilidade, que se esperava com a fundação da Entidade, iniciou-se um período de dificuldade aos líderes, os quais recebiam várias formas de punição, desde a mudança na escala de serviço, passando pelas transferências para locais

longínquos e até demissões, sendo que muitos não suportaram e vieram a falecer.

Os idealistas se sucederam ao longo da existência desta entidade, construindo com suor e lágrimas os alicerces deste gigantesco patrimônio.

Este prédio da Sede Central da ASS/PM, foi construído pelos próprios associados, pelo sistema de mutirão, carregando latas de concreto nas costas calejadas nos fins de semana e nas horas de folga, o mesmo ocorrendo com a construção da Colônia de Férias de Mongaguá, a de Pesca de Miguelópolis e muitas Regionais espalhadas pelo Estado.

No ano de 1970, mais precisamente em 12 de desembro, houve a fusão do então Centro Social dos Sargentos com o Centro Social dos Guardas Civis de São Paulo que tinha sido fundado em 21 de abril de 1962. Donde originou-se o Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Em 20 de setembro de 1975 o Clube absorveu a Associação dos Sargentos, Cabos e Soldados reformados da polícia Militar do Estado de São Paulo, que fora fundado em 22 de junho de 1933.

Em 24 de junho de 1978, o Clube adsorveu a Associação das Pensionistas da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que fora fundada em 6 de setembro de 1973.

E por fim para adequação a Constituição Federal em Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, nova denominação ocorrida em 2 de maio de 1992, sendo constituída de acordo com os fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil, em Entidade Civil de fins representativos, sociais, assistenciais e filantrópicos, sem fins lucrativos, sem distinção de sexo, raça, cor, condição social ou credo religioso.

A Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo é uma Entidade que tem como finalidades a propugnação do amparo moral, social, intelectual e assistencial de seus associados; a cooperação contínua pela eficiênci, honra e grandeza da Polícia Militar; o estreitamento dos laços de amidade e harmônia entre os associados e seus familiares; a promoção da estima, da união e sã camaradagem entre os Subtenentes e Sargentos das Policias Militares, Forças Armadas do Brasil, bem como, das Associações de interesse Social; a representação da classe dos Subtenentes e Sargentos em suas reivindicações e anseios, junto ao Exmº Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar e demais autoridades legalmente constituídas e a defesa dos associados na esfera administrativa, judicial e política de acordo com o estabelecido em seu Estatuto próprio.

Os Sargentos que se submeteram aos enormes sacrifícios para o engrandecimento da Associação, ao longo da sua existência, são hoje Oficiais da Reserva, orgulhosos de terem sido praça, e, contribuído para a construção desta Majestosa Entidade, continuando a dar suas forças pois possuem o verdadeiro sanque de Sargento em suas veias.

Hoje contamos com esta Sede Central, possuindo um quadro associativo com mais de 30.000 (trinta mil) associados, 17 (dezessete) Regionais, todas com Sede própria e 03 (três) Representações, 02 (duas) Colônias de Férias, 03 (três) Colônias de Pesca e 01 (hum) Clube de Campo com mais de 13 (treze) alqueires localizado na Serra da Cantareira, sendo a nossa última aquisição uma área de 1.000 m^2 no centro de Caraguatatuba, onde esta sendo construído estacionamento para atender os reclamos dos nossos associados.

Nosso quadro Social é constituído de Oficiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos, Soldados e Pensionistas da Caixa Beneficente da Polícia Militar de São Paulo.

No campo reivindicatório a Associação atua na área Federal com trabalho no Congresso Nacional com vistas a Revisão Constitucional, atua na área Estadual com projetos de interesse dos associados, atua no campo Administrativo junto ao Governo e demais Comandante setoriais para bom desempenho dos atos que interessam ao Corpo Associativo e a própria Corporação.

São Paulo, 20 de outubro de 1997. – **Laércio da Silva Guellis,** Presidente da ASS/PM.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Não havendo **quorum** para o início da Ordem do Dia, concederei a palavra pela ordem aos Srs. Deputados.

O SR. ARY KARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARY KARA (PPB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, a cidade de Cruzeiro, uma das mais progressistas e simpáticas da região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, comemorou, no último 2 de outubro, o seu 96º aniversário de emancipação político-administrativa.

Queremos, nesta oportunidade, da tribuna da Câmara dos Deputados, cumprimentar toda a população cruzeirense, nas pessoas de suas autoridades

e lideranças, pelo transcurso de data tão significativa para todos nós da região vale-paraibana.

Temos em mãos um exemplar do jornal **Classe Líder**, editado em Cruzeiro, sob a competência de seu Presidente, Everaldo Oliveira Souza, que, no dia do aniversário do Município, publicou uma edição especial de alta qualidade, comemorativa também do seu segundo aniversário. Concordamos com esta publicação quando afirma que a existência de Cruzeiro só foi possível graças à bravura e ao empenho de um povo de coragem. Lutador, o cruzeirense espelha-se na imagem do bom paulista que ama seu torrão natal.

Relembrando a história de Cruzeiro, o **Classe Líder**, que também recebe nossas congratulações pelo seu segundo aniversário, diz que, desde as fazendas de café e da vasta pecuária leiteira que tomavam conta de grandes áreas do Vale Paraíba, no final do século passado, existia um povoado nas imediações da estação ferroviária que já trazia consigo a marca do idealismo. A Vila da Conceição do Cruzeiro era muito mais do que um ponto de embarque e desembarque. Cruzeiro, mesmo antes de se tornar Município, era coberto pela aura da hospitalidade. Os poucos habitantes tinham um coração imenso e uma insuperável força de trabalho. Foi assim que, em 2 de outubro de 1901, acabou sendo oficializado o Município de Cruzeiro em São Paulo.

Quando a Vila da Conceição do Cruzeiro obteve a emancipação político-administrativa, a cidade já se constituía no 13º maior Município do Vale do Paraíba, com uma população de 11.075 habitantes, segundo dados de um trabalho realizado pelo historiador Hilton Federici. Na mesma data, o então Presidente da Província de São Paulo, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, sancionou a Lei nº 789, transferindo definitivamente a sede da Câmara Municipal para a Vila Conceição do Cruzeiro. O fórum legislativo localizava-se, então, no bairro do Embaú e sua transferência para novo local deu origem ao primeiro prédio público da cidade. A Santa Casa teve o lançamento de sua pedra fundamental em 1912, e seu funcionamento remonta ao ano de 1914. Hoje a Santa Casa possui mais de duzentos leitos e deverá ganhar UTI e ter ampliados o Pronto-Socorro e a Maternidade.

A história de Cruzeiro está nitidamente relacionada com o advento da Estrada de Ferro D. Pedro II e Minas e Rio, sediando importantes estações e desde então já se constituindo numa grande ligação entre a região valeparaibana e o sul de Minas Gerais. O historiador Joaquim de Paula Guimarães argumenta em seu trabalho histórico que as primeiras casas foram se alinhando entre a Estação e a Santa Cruz, no trecho equivalente hoje em dia à Rua Engenheiro Antonio Penido. Uma nova estrada de ferro que passaria por essa localidade – iniciada em 21 de abril de 1881 e inaugurada no dia 14 de junho de 1884 –foi peça fundamental para o progresso do povoado. "O novo aglomerado humano, surgido em função da ferrovia, cresceu tanto, ao ritmo da mesma força, que gerou em 1901 a fundação de Cruzeiro", lembra o Prof. Hilton Federici.

Destacam-se hoje, na paisagem do Município, inúmeros prédios, que conservam em sua arquitetura parte da história cruzeirense. Caso do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, que foi uma das primeiras residências oficiais e a de maior destaque no período anterior ao surgimento da cidade. Conhecida como Fazenda Boa Vista, abrigava a família Novaes, que dirigia os passos do lugar antes de sua emancipação. A Igreja Matriz de Santa Cecília e São Sebastião é outro exemplo singular: ela surgiu antes mesmo da emancipação da cidade, tendo sido construída em 1896.

Hoje Cruzeiro é uma cidade que experimenta um notável desenvolvimento e abriga empresas importantes, como a Cia. Comércio e Construções, fabricante de vagões ferroviários; a Klabin, que produz papéis sanitários; a AGS-Aerohoses, que fabrica mangueiras aeronáuticas; a Danúbio, **joint-venture** entre o grupo Vigor e a empresa dinamarquesa MD Foods que produz, entre outros, queijos e requeijões; a Hoechst, que produz uma vasta linha de medicamentos; a Iochpe-Maxion, divisão produtora de rodas e chassis. Para incrementar sua expansão industrial, Cruzeiro conta com o Sistema de Distribuição de Gás Canalizado da Congás, pelo qual tanto lutamos na administração estadual passada, objetivando a sua concretização.

Ao cumprimentarmos Cruzeiro pelo seu 96° aniversário, manifestamos nossa disposição de continuarmos trabalhando por esta cidade e sua gente, que tanto admiramos e respeitamos.

Sr. Presidente, ocupamos nesta tarde os microfones do plenário da Câmara dos Deputados para enaltecer uma cidade que se localiza no Vale do Paraíba paulista, na divisa do Rio de Janeiro e São Paulo, e que, sem dúvida alguma, é o orgulho de todos nós nas áreas industrial, educacional e de saúde, abrigando irmãos paulistas, mineiros e cariocas.

Nós, que estivemos presentes na comemoração da emancipação política do Cruzeiro, não poderíamos deixar de homenagear, no Legislativo maior

do País, uma cidade que realmente se desenvolve e proporciona felicidade aos nossos irmãos que lá residem.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar na tarde de hoje de pesquisa publicada no **Correio Braziliense** do domingo passado, num caderno especial, a respeito das eleições de 1998.

Em primeiro lugar, parabenizo o **Correio Braziliense** pela iniciativa de produzir um caderno especial a respeito das eleições de 1998, mas quero dizer que a pesquisa do Instituto Soma, segundo estudos produzidos por nós, do Partido dos Trabalhadores, baseados nos próprios dados divulgados pelo jornal **Correio Braziliense**, foi fraudada exatamente para dar um número que possibilitasse à manchete daquele jornal dizer que a eleição seria vencida no primeiro turno pelo candidato dos partidos contrários ao Partido da Frente Brasília Popular.

As conclusões que tiramos foram as seguintes: da intenção de voto a Cristovam foram manipulados 2% para baixo, ou seja, a menos; de dezoito para dezesseis pontos; da intenção de voto ao Senador Arruda, foi manipulado 1.6% a menos, de dezesseis para quinze; da intenção de voto ao Sr. Augusto Carvalho, foi manipulado a menos em 1.5, de 7.5 para seis; da intenção de voto ao Roriz foram manipulados 6,3% a mais, exatamente para poder produzir a manchete,, de 42.7 para 49. Indagamos: isso é coincidência? A soma dos demais candidatos, não fosse a manipulação, seria de 42.1%. O erro admitido é de 1.8. Dessa forma não haveria definição da eleição no primeiro turno. A manchete do **Correio Braziliense** não seria a que foi publicada: "Roriz no primeiro turno."

O tratamento dispensado aos índices de rejeição foi exatamente o mesmo: manipulação a mais de 1.8 para Cristovam, 0.7 a mais para Arruda, mais 3% para Augusto e a menos 5.6 para Roriz. Indago mais uma vez: isso é coincidência?

O índice de aprovação do Governo foi manipulado para menor, de 55 para 53. O índice de reprovação do Governo foi manipulado para maior, de 40 para 42.

Será que essa pesquisa e esse instituto merecem credibilidade? A quem interessam esses arranjos? Se o Instituto Soma manipulou os dados publicados, o que não fizeram nos formulários de pesquisa de acesso restrito?

Sr. Presidente, desta tribuna estamos trazendo o fato a público e vamos ingressar na Justiça Eleitoral para que nos sejam fornecidos a tabulação e os formulários das pesquisas. Alertamos que o Partido dos Trabalhadores vai estar mais vigilante do que nunca com relação à manipulação que tentam fazer no Distrito Federal, até porque temos um Governo em ascendência. O Governo do Prof. Cristovam Buarque conta hoje com o reconhecimento de 73% da população do Plano Piloto. Conta também com a aprovação em cidades importantes, como Taguatinga e Ceilândia. Portanto, não será manipulando pesquisas que eles irão conseguir ganhar, nas próximas eleições, do candidato da Frente Brasília Popular que seguramente será o Prof. Cristovam Buarque.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, trago à Casa a denúncia dessa manipulação feita pelo Instituto Soma, que apresentou um número diferente para possibilitar uma manchete no **Correio Braziliense**, um ano antes, dizendo que a eleição seria vencida no primeiro turno.

Tenho certeza absoluta de que a população do Distrito Federal reconhece o Governo competente e sério desenvolvido pelo Prof. Cristovam Buarque e jamais irá permitir o retorno da corrupção, da demagogia e do sucateamento dos serviços públicos no Distrito Federal que faziam parte do Governo do atraso, do Governo do passado.

Outro dado importante dessa pesquisa, mesmo manipulada, é que 33% dos eleitores de Brasília – portanto, um terço –disseram que não votarão, em hipótese alguma, em um candidato ligado ao Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos com os dados e chamamos a atenção dos demais partidos políticos do Distrito Federal. Vejo na minha frente o Deputado Jofran Frejat, que, tenho certeza, não irá, de maneira alguma, aceitar manipulação de pesquisas, sobretudo as que venham para influenciar a vontade do eleitor do Distrito Federal, que continua sendo ver essa cidade cada vez melhor. Isso, sem dúvida, ocorrerá sob a direção da Frente Brasília Popular, certamente sob a direção do Prof. Cristovam Buarque, que novamente será Governador do Distrito Federal.

O SR. ROBERTO VALADÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO VALADÃO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a assistência social tem sido de difícil organização e execução no Brasil. No Estado do Espírito Santo, a assistência social também está derrapando, ainda está por organizar, ainda não se fala da execução. O Governo do Estado não dá atendimento algum à população – às crianças, aos menores abandonados, aos velhos e às pessoas que, de uma ou de outra maneira, se encontram sem amparo, sem destino, sem emprego, sem casa, ao léu afinal.

Na Federação, a União tentou organizar e nós, no Congresso Nacional, aprovamos a Lei Orgânica da Assistência Social, que impõe ao Ministério da Previdência e Assistência Social a organização e parte da execução, em todo o País, de um plano de assistência social.

Sr. Presidente, o Ministério da Previdência e Assistência Social, porém, tem tido extrema dificuldade burocrática e também de liberação de repasse dos recursos devidos aos Estados e Municípios nessa área. Existe na estrutura do Ministério uma Secretaria de Assistência Social, que tem funcionado, mas não tem atendido a toda a população, principalmente no Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, estou enviando ofício ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, nosso Deputado Reinhold Stephanes, a fim de que S. Exª possa observar a Lei Orgânica da Assistência Social e também repassar os recursos devidos, deste ano de 1997, para o Conselho Estadual da Assistência Social no Estado do Espírito Santo. E os recursos do ano de 1996 que ainda não foram repassados.

Faço este apelo e gostaria de repetir que o Estado do Espírito Santo, dadas as dificuldades por que passa no campo da assistência social, merece toda a atenção e o apoio do Ministro Reinhold Stephanes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VALDIR COLATTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao fazer algumas considerações sobre a agricultura brasileira, chamo a atenção dos nossos companheiros, Deputados e Deputadas, para a securitização do endividamento agrícola, que ainda está em pauta. Por intermédio da Resolução nº 2.433 foi possível, finalmente, tirar uma norma do Banco Central para se refazer o cálculo das dívidas dos agricultores e rolar as dívidas daqueles que não obtiveram financiamento, que tiveram problema com o clima, entre outras questões, e por isso não puderam pagar seus financiamentos.

Os Srs. Deputados irão a suas bases neste final de semana e, certamente, aqueles que estão ligados à agricultura sentirão a pressão. No final do mês, dia 31, vence o prazo para o primeiro pagamento da securitização. Muitos agricultores não vão poder pagar essa conta. Poderão, então, ir aos bancos protocolar uma carta solicitando a prorrogação desse pagamento do dia 31 de outubro para o último ano de financiamento. Poderão também solicitar o extrato de suas contas para saber realmente se as contas apresentadas pelo sistema financeiro são aquelas mostradas na securitização. Os extratos terão de ser entregues, obrigatoriamente, aos agricultores, que devem fazer esse pedido. Assim, poderemos tirar essa faixa de agricultores de um processo de falência, para que continuem plantando e produzindo para o Brasil.

Sr. Presidente, levanto outra questão, para a qual peço o empenho dos Srs. Deputados: o Convênio nº 36/92, do Confaz. Por não haver a concordância de todos os Secretários da Fazenda Estadual, o convênio não foi prorrogado e, por isso, todos os insumos agrícolas brasileiros estão sendo taxados em sua plenitude com o ICMS – a semente, o fertilizante, as máquinas, as rações para animais –, e isso está encarecendo e inviabilizando a produção agropecuária brasileira. É preciso que todos nós, Governo Federal, Ministro da Agricultura, todos os Senadores e Deputados, nos empenhemos para fazer com que esse convênio continue ou que se zere essa tributação, porque ela onera as contas do produtor com mais um custo, o que ele não pode suportar. A agricultura está quebrada, falida, não tem condições de sobreviver – e, repito, com mais esse custo está inviabilizada.

Precisamos do empenho de todos para que a atividade agrícola possa continuar existindo e para que não perdure essa tributação. Que os Estados, o Governo Federal e esta Casa compreendam que temos de mudar esse quadro para que o ICMS seja retirado dos insumos.

Santa Catarina, por exemplo, Estado produtor e exportador de sementes, está hoje com um setor que tem 100 milhões de reais em investimentos inviabilizados, em função dessa medida do Secretário da Fazenda, do Confaz.

O Congresso Nacional tem de acabar com o Confaz, porque basta um Secretário de Estado da Fazenda não concordar, ou seja, não haver unanimidade, para que as coisas não aconteçam. Precisamos acertar as contas, e o agricultor não pode pagar o preço da falta de entendimento de um Secretário da Fazenda.

Sr. Presidente, apelamos ainda ao Governo para que force o sistema financeiro a dar dinheiro para o plantio dessa safra. Estamos numa situação difícil: não há dinheiro – ou há muito pouco – para o plantio, e não há mais prazo. Na agricultura há hora certa para plantar e para colher. Se isso não for feito na época certa, realmente vamos ter problemas muito difíceis para o próximo ano. A previsão se completa com as notícias do **El Niño** – e a seu respeito, hoje, na Comissão de Agricultura e Política Rural, os técnicos da área falaram intensamente. Estamos, portanto, colocando uma espada na cabeça do produtor, porque, além de obrigá-lo a plantar sem que ele tenha recursos, não há seguro.

O Governo tem de assumir o compromisso de criar o seguro agrícola, para garantir que, tendo sua produção prejudicada em função de eventual ocorrência de problemas de chuvas no Sul ou de estiagem no Norte e Nordeste, o agricultor não pagará a conta.

Apelamos ao Governo para que assuma definitivamente a orientação ao produtor em relação às questões climáticas e à safra que vai ser plantada e colhida no ano vem. Assim, poderemos acertar a produção agrícola nacional, medida que é de vital importância não só para a agricultura, mas para a economia brasileira e para o Plano Real.

Sr. Presidente, se houver frustração na safra, se não protegermos os agricultores, tenho certeza de que o Plano Real não se manterá. Nesse caso, as conseqüências não serão só para a agricultura, mas para a indústria, o comércio e para toda a economia brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO GOUVÊA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO GOUVÊA (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a flexibilização do horário de funcionamento do comércio é um assunto que vem sendo discutido em todo o País.

A esse respeito, ultimamente tenho recebido grande número de correspondências, pró e contra.

O próprio Governo Federal entrou nessa discussão visando desobstruir o caminho para a solução desse quase impasse. Para tanto, escolheu a via rápida da medida provisória, que acabou sendo suspensa por força de liminar.

Mesmo que o instrumento legal utilizado pelo Governo tenha sido mal escolhido – não vou entrar nesse mérito –, entendo que o tema é relevante e se inscreve entre aquelas opções que o mundo de hoje, com suas rápidas transformações, nos apresenta como possibilidade concreta de maior desenvolvimento. E essa opção deve ser analisada sob o ponto de vista dos três personagens principais: o cliente, o comerciário e o comerciante.

É necessário, de pronto, ter claro que comércio é prestação de serviço e, por isso mesmo, deve estar sempre à disposição quando procurado. Assim, parece lógico que seja o cliente quem deva indicar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Sob esse aspecto, se o cliente preferir fazer suas compras aos domingos, é de bom senso que esse serviço esteja disponível também aos domingos. Porém, como saber concretamente a preferência do cliente? Dando oportunidade para que o mesmo se manifeste, o que só é possível, evidentemente, se a flexibilização do horário de funcionamento do comércio for admitida pelas outras duas partes: o comerciário e o comerciante.

A maior resistência à mudança parece partir dos comerciários. Os argumentos são basicamente três: primeiro, que a flexibilização não aumentará a renda do trabalhador nem fará crescer postos de trabalho; segundo, que desaparecerá o direito comum a todos os outros trabalhadores – o descanso dominical –, e, finalmente, que os pequenos comerciantes não teriam condições de bancar os custos da abertura aos domingos.

Quanto a esses comerciantes, é necessário atentar para o fato de que, sobretudo nos bairros e na periferia da cidade, eles já abrem seu comércio aos domingos – e não consta que estejam se queixando dos custos dessa abertura, além do que, a flexibilização do horário não significa a obrigação de adotá-la. Se ela não servir, porque o custo estaria sendo superior ao benefício, esse pequeno comerciante simplesmente não a adotaria. É uma questão de bom senso.

Sr. Presidente, há um dado importante também do ponto de vista social: a medida da flexibilização não pode ser obrigatória. Deve abrir aos domingos apenas o estabelecimento que queira fazê-lo e que alcance um acordo justo com seus empregados.

Para compreender adequadamente essa questão é preciso colocá-la sobre um pano de fundo mais amplo, o das novas relações de trabalho. Há uma tendência mundial de entender o trabalho em função de realização de metas, resultados e motivação, deixando em segundo plano a remuneração fixa e a estabilidade no emprego. Essa observação foi feita com muita propriedade pelo Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, Sr. Gelson Merísio, em artigo recentemente publicado no nosso Estado.

Diz S. Sª.:

> Uma cidade, um Estado, um país que tenha urgência em se desenvolver não pode ficar de fora das transformações por que o mundo passa. Ficar a reboque das transformações gera custo, trabalho e é improdutivo. E todos desejamos exatamente o contrário.

O comércio pode dar um bom exemplo dessa tendência se os que o vivem, os comerciários e os comerciantes, assumirem a responsabilidade de encontrar a melhor forma de servir a seus clientes. Ao flexibilizar o horário de funcionamento do comércio, eles estarão rompendo a rotina, correndo riscos e experimentando novos caminhos para atender exatamente a esse objetivo e, em conseqüência, aumentar os resultados positivos que essa mudança tem condições de proporcionar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (Bloco/PCdoB – DF. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Supremo Tribunal Federal – STF –, que estendeu a onze servidores públicos federais civis o reajuste de 28,86% concedido aos servidores militares em 1993, necessita julgar definitivamente essa questão, extinguindo de vez a pretensão do Governo Federal de adiar eternamente o pagamento desse reajuste a todos os servidores.

O Governo Federal ainda não cumpriu a decisão e a jurisprudência firmada na Suprema Corte do País. Muito embora a decisão do STF somente beneficie onze servidores públicos, o Governo Federal tem por obrigação moral estender o benefício à totalidade do funcionalismo público federal civil.

A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal é clara e definitiva. Não cabem adiamentos.

O Governo Federal não pode fugir ao cumprimento de determinação judicial. Não pode se furtar ao cumprimento da lei. A decisão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal beneficia indiretamente todos os servidores públicos federais civis e não apenas os onze servidores que entraram com a ação.

Há mais de três anos o Governo Federal não concede reajuste salarial ao funcionalismo público. A insensatez governamental vem levando o desespero a milhares de famílias servidoras.

Estamos diante de um claro desrespeito ao princípio constitucional da harmonia entre os Poderes da União. Os servidores públicos civis ainda aguardam que o Governo Federal cumpra a decisão dos Ministros do STF.

Por enquanto, o Governo Federal se acha inflexível, alegando não haver qualquer sobra de caixa para estender os 28,86% aos demais servidores. Isso quando o Orçamento da União deste ano dispõe de uma dotação de R$ 4,16 bilhões para a concessão de um reajuste para o servidor público federal.

Era o que queria dizer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até agora não conseguimos encontrar uma explicação que se possa considerar lógica para o veto do Sr. Presidente da República ao dispositivo da nova lei de trânsito que exigia a realização de exame psicotécnico para o cidadão que pretenda tirar carteira de motorista.

De há muito é nossa convicção que o problema do trânsito somente se resolverá, ou, pelo menos, se tornará menos grave e, portanto, menos criminoso, se as autoridades responsáveis, nas diversas áreas do Governo aí envolvidas, adotarem, em conjunto, uma série de providências capazes de enfrentar, com rigor e realismo, a situação que enfrenta nossa gente.

Ao que podemos perceber, as diversas campanhas em favor de um trânsito mais civilizado costumam cingir-se à relação motorista/pedestre, quando, na verdade, a questão, em seu todo, inclui outros itens de relevo.

Um deles é a produção automobilística. Nossos carros podem não ser mais aquelas carroças a que se referiu um ex-Presidente da República. Mas,

seguramente, têm apresentado problemas de toda ordem, como a questão da segurança dos freios, das barras laterais, do poder de arranque e o mais. Com isso, os carros nacionais acabam por se transformar em armas perigosas, mortais.

Outro aspecto envolve, essencialmente, nossa engenharia rodoviária. Não nos referimos, apenas, à situação de abandono e destruição a que está entregue a malha viária do país. Queremos destacar um aspecto que consideramos grave na construção da estrada: a cada instante deparamos com placas indicando curvas perigosas, trechos sujeitos a derrapagem, queda de barreiras e coisas que tais, como se esses perigos tivessem ali nascido como uma árvore e não fossem, como de fato o são, obra de engenharia. Ou seja: podem perfeitamente ser evitados.

Mas a questão que nos traz a esta tribuna hoje é aquela a que nos referimos de início: o exame psicotécnico. Ninguém duvida da facilidade com que se consegue a carteira de habilitação, dada, antes de mais nada, a promiscuidade que existe entre proprietários de auto-escolas e empregados e diretores dos Departamentos de Trânsito, Brasil afora. Mesmo assim, e admitindo-se que tais exames de habilitação sejam realizados, em sua maioria, dentro dos padrões de correção e, portanto, de respeito à legislação, não vemos por que deixar de exigir o exame psicotécnico. Ora, o candidato a motorista exibe suas qualidades ao volante acompanhado de um inspetor do Detran; depois vai a exame de vista e ao chamado exame médico, muito mais pró-forma do que para efeitos reais. Mas o psicotécnico tem a vantagem de poder desvendar determinados traços de personalidade que nem sempre são visíveis mas que, possuídos por quem dirige um veículo, pode se transformar em ameaça de vida não apenas para o transeunte, mas para o próprio chofer.

Ora, se a questão do trânsito, como dissemos, envolve alguns itens, entre o quais está a relação motorista/pedestre, por que fazer mais complexa, ou, melhor dizendo, mais perigosa essa relação?

Estão, assim, corretas as entidades representativas de nossos psicólogos, que protestam contra o veto presidencial, razão por que, além da solidariedade que lhes trago, trago, também, a certeza de que, junto com outros Parlamentares, tudo faremos para sua derrubada.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para externar minha opinião sobre processo em que a Câmara dos Deputados se viu envolvida ontem, a votação para preenchimento de vaga no Tribunal de Contas da União.

Não votei contra a indicação do Senador Valmir Campelo para o Tribunal de Contas da União por motivo pessoal. Não uso esse tipo de argumento para informar ações por mim assumidas desta tribuna e em toda a minha atividade parlamentar.

Precisamos reformular toda a concepção vigente no Brasil em relação às cortes de contas, sejam federais, estaduais ou municipais.

O método pelo qual o Congresso Nacional – ora Senado, ora Câmara – aprova o nome de um integrante de uma das Casas para compor o Tribunal de Contas da União parece não levar em conta critério fundamental: a necessidade de os Ministros daquele Tribunal serem pessoas ligadas à atividade de auditoria ou contabilidade, enfim, com vasto conhecimento de contabilidade pública, para que possamos ter nossos Tribunais de Contas efetivamente como fiscais do Executivo.

No modelo que temos, a par dessa indicação política na constituição dos Tribunais de Contas, temos também o fato de que a outra parte – refiro-me ao Tribunal de Contas da União, como também poderia referir-me aos Tribunais dos Estados e Municípios – é constituída de membros indicados pelo Executivo.

Ora, Sr. Presidente, como membro do Executivo, indicado pelo Executivo, irá impugnar as contas de quem o indicou?

Então, acho que nossos Tribunais de Contas padecem de vício de origem, faltando aos seus integrantes a isenção e a independência necessárias para que tenhamos Tribunais efetivamente firmes na fiscalização do correto uso do dinheiro público.

Era o que tinha a dizer.

Assumem sucessivamente a Presidência os Srs. José Maurício, 1º Suplente de Secretário, e Michel Temer, Presidente.

O SR. ELIAS MURAD – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo congratular-me com a Mesa da Câmara dos Deputados pela alta qualidade do serviço médico oferecido aos Parlamentares através do nosso sistema ambulatorial, sob a direção do Dr. José Luiz Veloso Barbosa.

Há poucos dias fiz um **check-up**. Eu me sentia muito bem, mas ao fazer o **check-up** descobriram uma patologia. Fui submetido a uma cirurgia e hoje eu me sinto totalmente recuperado, graças ao efi-

ciente trabalho dos nossos médicos e paramédicos da instituição.

Aproveito a oportunidade em que parabenizo V. Exª e todos os demais membros da Mesa pelo apoio que têm dado ao Departamento Médico, principalmente pela aparelhagem de alta qualidade – uma tomografia computadorizada, por exemplo, realizamos no momento em que for necessária –, para sugerir aos meus colegas que procurem aquele Departamento e também façam seu **check-up**.

Poderá acontecer com qualquer um o mesmo que ocorreu comigo: não apresentava sintoma algum e o **check-up** diagnosticou patologia, logo tratada e erradicada.

Parabéns à Mesa, à Casa e aos médicos da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Deputado Elias Murad, agradeço a V. Exª a atenção.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu partido, comunico à Casa que decidimos convocar o Ministro Sérgio Motta a comparecer à Comissão de Defesa do Consumidor. Temos apoiado a política de telecomunicações do Governo, mas ficamos perplexos com a portaria que proíbe a comercialização de telefone.

A medida não é eficaz e não trará solução alguma para o problema. De acordo com o diagnóstico feito em todo o setor, sabemos que a solução virá através do aumento da oferta. No momento a demanda é muito superior à oferta, e portarias desse tipo não resolvem o problema. O próprio ex-Ministro Antonio Carlos Magalhães já tentou fazê-lo uma vez, mas voltou atrás.

Da mesma maneira, desejo advertir o Governo para declaração feita pelo Ministro Sérgio Motta, no Rio de Janeiro. S. Exa. disse que os especuladores deverão ser apedrejados – e isso fere a política nacional de direitos humanos.

No momento em que o País procura mostrar ao mundo que possui uma política nacional de direitos humanos, no momento em que vamos às escolas e às universidades discutir política de direitos humanos, penso ser fundamental que o próprio Ministério do Presidente Fernando Henrique Cardoso interiorize essa política e evite declarações tão desastrosas, como a do Ministro Sérgio Motta.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. MARTA SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive reunida, no último dia. 20, com integrantes de uma associação empresarial que vem fazendo um trabalho muito importante na discussão e aprimoramento de idéias no campo das atividades sociais das empresas no Brasil.

Trata-se do GIFE – Grupo de Instituições, Fundações e Empresas – com sede em São Paulo. O GIFE é composto por cerca de quarenta associados, que têm departamentos com ações específicas para a promoção social. São grandes empresas ou fundações, tais como: Fundação BRADESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Abrinq, Fundação McArthur, etc.

O GIFE "busca expressar a responsabilidade e a conseqüente participação da iniciativa privada na reorganização do espaço público, visando à melhoria das condições de vida do cidadão brasileiro, através de ações eficazes e permanentes".

O tema da nossa reunião foi o balanço social. Temos uma proposição tramitando nesta Casa que visa à criação desse instrumento, que servirá para averiguar os investimentos realizados na promoção social e na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores das empresas públicas ou privadas com 100 ou mais empregados. O projeto está atualmente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Tem como Relator o meu colega de bancada Jair Meneguelli.

Fiquei muito feliz ao saber da reação positiva da maioria dos empresários a essa idéia. A própria Comissão de Valores Mobiliários publicou instrução normativa, em junho, tornando público que está colhendo sugestões para a implantação do balanço social entre as empresas de capital aberto.

Sabemos que alguns setores empresariais resistem à idéia da obrigatoriedade da elaboração do balanço. Prefeririam que este fosse facultativo ou ao menos que fosse gradualmente implantado.

Nesse sentido, estamos também ouvindo diversos setores empresariais e de trabalhadores para a melhoria do nosso projeto. Penso que a obrigatoriedade é a melhor saída porque a mera faculdade fará apenas uma minoria de empresas elaborar o documento – aquelas grandes, que já fazem trabalhos na área social. Entretanto, reconheço que a compulso-

riedade da elaboração do balanço social pode ser melhor discutida.

A idéia que permeia o projeto é a do engajamento das empresas no desenvolvimento do País, ultrapassando a idéia de que à empresa interessa tão-somente o lucro, seja ele a qualquer custo. É evidente que esse escopo continua a ser o primordial interesse das empresas, mas é também evidente que o capitalismo atingiu um estágio mais maduro, no qual a consciência da importância social das empresas é hoje bastante evoluído. A maioria dos empresários sabe o quanto é importante não danificar a fauna e a flora em nome do lucro ou prejudicar a saúde do trabalhador.

É de se reconhecer que essa tomada de consciência não é propriamente fruto de uma constatação humanitária ou "politicamente correta", mas sim de uma necessidade de mercado – as empresas que poluem o meio ambiente ou que mantêm uma política de recursos humanos injusta têm uma imagem negativa junto ao consumidor.

É nessa linha que a idéia do balanço social pode encontrar eco junto ao empresariado, que terá interesse em mostrar à sociedade como e quanto gasta na preservação do meio ambiente, na educação do trabalhador, na implantação de atividades de apoio à cidadania etc.

Essa é a tônica do nosso projeto. Acredito que os empresários de visão irão apoiar essa idéia.

Era o que tinha a dizer.

VI – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – Bloco/PMDB; Francisco Rodrigues – PTB; Luciano Castro – PSDB; Luís Barbosa – PPB; Moisés Lipnik – PL; Robério Araújo – PPB; Salomão Cruz – PSDB.

Amapá

Antônio Feijão – PSDB; Eraldo Trindade – PPB; Fátima Pelaes – PSDB; Gervásio Oliveira – Bloco/PDT; Murilo Pinheiro – PFL; Sérgio Barcellos – PFL; Valdenor Guedes – PPB.

Pará

Anivaldo Vale – PSDB; Benedito Guimarães – PPB; Elcione Barbalho – Bloco/PMDB; Gerson Peres – PPB; Giovanni Queiroz – Bloco/PDT; José Priante – Bloco/PMDB; Nicias Ribeiro – PSDB; Olávio Rocha – PSDB; Paulo Rocha – Bloco/PT.

Ceará

Ubiratan Aguiar – PSDB.

Piauí

Heráclito Fortes – PFL.

Paraíba

Efraim Morais – PFL.

Pernambuco

Nilson Gibson – PSB; Severino Cavalcanti – PPB.

Minas Gerais

João Magalhaes – Bloco/PMDB; José Rezende – PPB; José Santana de Vasconcellos – PFL; Lael Varella – PFL; Leopoldo Bessone – PTB; Márcio Reinaldo Moreira – PPB; Marcos Lima – Bloco/PMDB; Maria Elvira – Bloco/PMDB; Mário de Oliveira – PPB; Mauro Lopes – Bloco/PMDB; Nárcio Rodrigues – PSDB; Neif Jabur – PPB; Nilmário Miranda – Bloco/PT; Octávio Elisio – PSDB; Odelmo Leão – PPB; Osmânio Pereira – PSDB; Paulo Delgado – Bloco/PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belém – PFL; Roberto Brant – PSDB; Romel Anízio – PPB; Ronaldo Perim – Bloco/PMDB; Saraiva Felipe – Bloco/PMDB; Sérgio Miranda – Bloco/PCdoB; Sérgio Naya – PPB; Silas Brasileiro – Bloco/PMDB; Sílvio Abreu – Bloco/PDT; Tilden Santiago – Bloco/PT; Vittório Medioli – PSDB; Wagner do Nascimento – PPB; Zaire Rezende – Bloco/PMDB.

Espírito Santo

Adelson Salvador – Bloco/PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – Bloco/PMDB; João Coser – Bloco/PT; Luiz Buaiz – PL; Marcus Vicente – PSDB; Nilton Baiano – PPB; Rita Camata – Bloco/PMDB; Roberto Valadão – Bloco/PMDB.

Rio de Janeiro

Alcione Athayde – PPB; Aldir Cabral – PFL; Alexandre Cardoso – PSB; Alexandre Santos – PSDB; Arolde de Oliveira – PFL; Candinho Mattos – PSDB; Carlos Alberto Campista – PFL; Carlos Santana – Bloco/PT; Cidinha Campos – Bloco/PDT; Eurico Miranda – PPB; Fernando Gabeira – PV; Fernando Gonçalves – PTB; Fernando Lopes – Bloco/PDT; Francisco Silva – PPB; Jair Bolsonaro – PPB; Jandira Feghali – Bloco/PCdoB; João Mendes – PPB; Jorge Wilson – Bloco/PMDB; José Carlos Coutinho – PFL; José Carlos Lacerda – PSDB; José Egydio – PFL; José Maurício – Bloco/PDT; Laprovita Vieira – PPB; Laura Carneiro – PFL; Lima Netto – PFL; Márcia Cibilis Viana – Bloco/PDT; Milton Temer – Bloco/PT; Miro Teixeira – Bloco/PDT; Moreira

Franco – Bloco/PMDB; Noel de Oliveira – Bloco/PMDB; Osmar Leitão – PPB; Paulo Feijó – PSDB; Roberto Campos – PPB; Ronaldo Cézar Coelho – PSDB; Ronaldo Santos – PSDB; Rubem Medina – PFL; Sérgio Arouca – PPS; Simão Sessim – PPB; Vanessa Felippe – PFL.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho – PPB; Alberto Goldman – PSDB; Aldo Rebelo – Bloco/PCdoB; Almino Affonso – PSB; Aloysio Nunes Ferreira – PSDB; Antônio Carlos Pannunzio – PSDB; Arlindo Chinaglia – Bloco/PT; Arnaldo Faria de Sá – PPB; Arnaldo Madeira – PSDB; Ary Kara – PPB; Carlos Apolinário – Bloco/PMDB; Carlos Nelson – Bloco/PMDB; Celso Russomanno – PPB; Corauci Sobrinho – PFL; Cunha Lima – PPB; Dalila Figueiredo – PSDB; De Velasco – Bloco/PRONA; Delfim Netto – PPB; Duilio Pisaneschi – PTB; Edinho Araújo – Bloco/PMDB; Eduardo Coelho – PSDB; Fausto Martello – PPB; Fernando Zuppo – Bloco/PDT; Franco Montoro – PSDB; Hélio Bicudo – Bloco/PT; Hélio Rosas – Bloco/PMDB; Ivan Valente – Bloco/PT; Jair Meneguelli – Bloco/PT; João Melão Neto – PFL; João Paulo – Bloco/PT; José Anibal – PSDB; José Coimbra – PTB; José de Abreu – PSDB; José Genoíno – Bloco/PT; José Machado – Bloco/PT; José Pinotti – PSB; Koyu Iha – PSDB; Lamartine Posella – PPB; Luciano Zica – Bloco/PT; Luiz Eduardo Greenhalgh – Bloco/PT; Luiz Máximo – PSDB; Maluly Netto – PFL; Marcelo Barbieri – Bloco/PMDB; Marcos Vinícius de Campos – PFL; Marquinho Chedid – Bloco/PSD; Marta Suplicy – Bloco/PT; Michel Temer – Bloco/PMDB; Nelson Marquezelli – PTB; Paulo Lima – PFL; Pedro Yves – PPB; Ricardo Izar – PPB; Robson Tuma – PFL; Salvador Zimbaldi – PSDB; Sílvio Torres – PSDB; Telma de Souza – Bloco/PT; Tuga Angerami – PSDB; Ushitaro Kamia – PPB; Vadão Gomes – PPB; Valdemar Costa Neto – PL; Vicente Cascione – PTB; Wagner Rossi – Bloco/PMDB; Wagner Salustiano – PPB; Zulaiê Cobra – PSDB.

Mato Grosso

Antônio Joaquim – Bloco/PDT; Gilney Viana – Blco – PT; Murilo Domingos – PTB; Pedro Henry – PSDB; Rodrigues Palma – PTB; Rogério Silva – PFL; Tete Bezerra – Bloco/PMDB; Welinton Fagundes – PL.

Distrito Federal

Agnelo Queiroz – Bloco/PCdoB; Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PPB; Chico Vigilante – Bloco/PT; Jofran Frejat – PPB; Maria Laura – Bloco/PT; Osório Adriano – PFL; Wigberto Tartuce – PPB.

Goiás

Aldo Arantes – Bloco/PCdoB; Barbosa Neto – Bloco/PMDB; João Natal – Bloco/PMDB;*

Jovair Arantes – PSDB; Lídia Quinan – Bloco/PMDB; Marconi Perillo – PSDB; Maria Valadão – PTB; Nair Xavier Lobo – Bloco/PMDB; Orcino Gonçalves – Bloco/PMDB; Pedro Canedo – PL; Pedro Wilson – Bloco/PT; Roberto Balestra – PPB; Rubens Cosac – Bloco/PMDB; Vilmar Rocha – PFL.

Mato Grosso do Sul

Dilso Speráfico – PSDB; Flávio Derzi – PPB; Marçal Filho – PSDB; Marilu Guimarães – PFL; Marisa Serrano – PSDB; Nelson Trad – PTB; Oscar Goldoni – Bloco/PMDB; Saulo Queiroz – PFL.

Paraná

Abelardo Lupion – PFL; Affonso Camargo – PFL; Alexandre Ceranto – PFL; Antônio Ueno – PFL; Basilio Villani – PSDB; Chico da Princesa – PTB; Dilceu Sperafico – PPB; Djalma de Almeida César – Bloco/PMDB; Fernando Ribas Carli – PPB; Flávio Arns – PSDB; Hermes Parcianello – Bloco/PMDB; João Iensen – PPB; José Borba – PTB; José Janene – PPB; Luciano Pizzatto – PFL; Luiz Carlos Hauly – PSDB; Mauricio Requião – Bloco/PMDB; Max Rosenmann – PSDB; Moacir Micheletto – Bloco/PMDB; Nedson Micheleti – Bloco/PT; Nelson Meurer – PPB; Odílio Balbinotti – PSDB; Padre Roque – Bloco/PT; Paulo Bernardo – Bloco/PT; Paulo Cordeiro – PFL; Renato Johnsson – PSDB; Ricardo Barros – PPB; Ricardo Gomyde – Bloco/PCdoB; Valdomiro Meger – PFL; Werner Wanderer – PFL.

Santa Catarina

Dejandir Dalpasquale – Bloco/PMDB; Dércio Knop – Bloco/PDT; Edinho Bez – Bloco/PMDB; Edison Andrino – Bloco/PMDB; Hugo Biehl – PPB; João Pizzolatti – PPB; José Carlos Vieira – PFL; Mário Cavallazzi – PPB; Milton Mendes – Bloco/PT; Neuto de Conto – Bloco/PMDB; Paulo Bauer – PFL; Paulo Bornhausen – PFL; Paulo Gouvea – PFL; Serafim Venzon – Bloco/PDT; Valdir Colatto – Bloco/PMDB; Vânio dos Santos – Bloco/PT.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – Bloco/PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPB; Airton Dipp – Bloco/PDT; Arlindo Vargas – PTB; Augusto Nardes – PPB; Carlos Cardinal – Bloco/PDT; Darcísio Perondi – Bloco/PMDB; Ênio Bacci – Bloco/PDT; Esther

Grossi – Bloco/PT; Ezidio Pinheiro – PSDB; Fetter Júnior – PPB; Germano Rigotto – Bloco/PMDB; Jair Soares – PPB; Jarbas Lima – PPB; Júlio Redecker – PPB; Luiz Roberto Ponte – Bloco/PMDB; Matheus Schmidt – Bloco/PDT; Miguel Rossetto – Bloco/PT; Nelson Harter – Bloco/PMDB; Nelson Marchezan – PSDB; Odacir Klein – Bloco/PMDB; Osvaldo Biolchi – PTB; Paulo Paim – Bloco/PT; Paulo Ritzel – Bloco/PMDB; Renan Kurtz – Bloco/PDT; Valdeci Oliveira – Bloco/PT; Waldomiro Fioravante – Bloco/PT; Wilson Cignachi – Bloco/PMDB; Yeda Crusius – PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A lista de presença registra o comparecimento de 283 Senhores Deputados.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a V. Exª que esteve hoje nesta Casa delegação do Governo francês chefiada pela Profª Elisabeth Catta e pelo Conselheiro de Estado francês Yves Robineau, autoridades vinculadas à codificação das leis daquele país.

O grupo de trabalho criado por V. Exª, que nos tem como coordenador, recebeu os ilustres representantes do Governo francês, ocasião em que se debateram assuntos de alta importância.

Nesses quatro meses de atividades, o grupo de trabalho encaminhará uma codificação, uma sistematização e uma consolidação da legislação do meio ambiente no País a V. Exª Também encaminhará as atividades para consolidação das leis agrícolas, começando pelo crédito rural, além de ter tomado algumas providências referentes a uma possível codificação da Lei de Educação e da Lei de Mineração.

Estamos, assim, participando de atividade que consideramos da mais alta importância, a exemplo de outros países mais desenvolvidos, que já a vêm realizando, a fim de ordenar, sistematizar e consolidar as leis brasileiras, de acordo com a orientação de V. Exª e sua determinação de criar o grupo de trabalho que estamos coordenando.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vai-se passar à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sras. e Srs. Deputados, os Srs. Líderes fizeram um acordo e sugeriram a apreciação, em primeiro lugar, do item 1 da pauta, ou seja, a eleição dos membros da Câmara dos Deputados para compor o Conselho da República.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos passar, portanto, ao item 1 da pauta.

–1–

ELEIÇÃO PARA MEMBROS DO CONSELHO DA REPÚBLICA, NOS TERMOS DO INCISO VII, DO ARTIGO 89, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A eleição, conforme dispõe o art. 225 do Regimento Interno, combinado com os arts. 7º e 8º, incisos I a IV, far-se-á por escrutínio secreto. O Deputado, ao votar, assinalará dois nomes, colocando a cédula em envelope e, em seguida, dirigir-se-á à mesa receptora para o registro de seu nome e o depósito do envelope na urna. Os Srs. Deputados encontrarão nas cabines o material necessário à votação.

Concorrem os seguintes candidatos, por ordem alfabética:

1 – Deputado Cunha Lima;
2 – Prof. Fábio Konder Comparato;
3 – Deputado Franco Montoro;
4 – Deputado Gonzaga Patriota;
5 – Deputado Jair Bolsonaro;
6 – Deputado Lima Neto;
7 – Deputado Odacir Klein;
8 – Deputado Severiano Alves;
9 – Deputado Werner Wanderer.

Retiraram suas inscrições os Srs. Deputados Duílio Pisaneschi, Luiz Carlos Hauly, Pedro Valadares, Ricardo Barros e Antonio Carlos Pannunzio.

Considerar-se-ão eleitos, em primeiro escrutínio, os candidatos que obtiverem maioria absoluta dos votos, presente a maioria absoluta da Câmara dos Deputados. A ordem de classificação será decrescente. Os dois primeiros serão titulares e suplentes; quanto aos demais, até o sexto colocado, não se exige para estes o **quorum** de maioria absoluta de votos. Se apenas um ou nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta, haverá um segundo escrutínio destinado a preencher a vaga de titular ou titulares e das suplências, quando se decidirá por maioria simples de votos, desde que presente a maioria absoluta dos Srs. Deputados, ou seja, pelo menos 257 votantes, obedecendo-se ainda à ordem de classificação decrescente. Havendo empate, receberá melhor classificação o candidato mais idoso. Os suplentes serão indicados de acordo com a ordem decrescente de votação, como primeiro, segundo, terceiro e quarto suplente.

Devo comunicar aos Srs. Parlamentares que o mandato dos eleitos pela Câmara dos Deputados é de três anos. Os escrutinadores serão indicados no momento adequado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, parece-me que pela primeira vez estamos diante de um problema de natureza constitucional, e peço a atenção dos nobres colegas.

O Conselho da República tem uma representação institucional do Poder Legislativo. Como o Poder Legislativo se representa no Conselho da República? Segundo o art. 89, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal, pelos Líderes da Maioria e Minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esta é a representação institucional do Poder Legislativo no Conselho da República. Na chapa para eleição do Conselho da República, além dessa representação institucional do art. 89, temos a eleição de membros do Poder Legislativo para o Conselho da República.

Então qual é a questão de ordem? O posicionamento do Presidente da Câmara dos Deputados no Conselho da República é um; ocasionalmente seu voto será um; o Deputado Federal no Conselho da República será um, e o seu voto será um. Será que não haverá uma deformação na composição do Conselho da República ao elegermos colegas nossos, na medida em que a Câmara e o Senado estão representados pelos seus Presidentes e pelos Líderes da Maioria e Minoria?

Esta é a primeira questão que apresento em relação ao art. 89.

A segunda questão: numa situação polêmica em que o Conselho da República vai ter que decidir – intervenção federal ou decretação de estado de sítio –, nós, Deputados, vamos nos dirigir ao Presidente, que é o nosso representante, para a sua representação no Conselho da República. Qual o vínculo do Deputado em relação ao colega que vai participar do Conselho, tendo o Presidente da Câmara dos Deputados na mesma condição?

É este o segundo ponto da minha questão de ordem. A condição de exercer o mandato de Deputado Federal para representar no Conselho da República, por estas razões que abordei, deveria ser motivo de impedimento de natureza constitucional. Poderemos estar criando um problema quando o Conselho tiver que votar e decidir, porque estarei representado no Conselho da República pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que é o Chefe de um Poder. Como vamos igualar o Chefe do Poder Legislativo a um Deputado com o mesmo voto ou com a mesma voz?

Entendo, com esta questão, Sr. Presidente, que os Líderes deveriam examinar melhor a composição do Conselho da República. Não se trata de uma Comissão Especial da Câmara, não é um **status** constitucional, mas um Conselho de Assessoramento Superior do Estado Democrático de Direito. Por isso os Presidentes da Câmara e do Senado e os Líderes da Maioria e da Minoria estão lá.

Formulo esta questão de ordem porque podemos correr o risco de contrariar esse conceito supremo e constitucional da composição do Conselho da República.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Deputado José Genoíno, respondo a sua questão de ordem dizendo que a preocupação que V. Exª expressa é interessante politicamente.

De fato, se estivéssemos, neste momento, construindo a Constituição Federal numa Assembléia Constituinte, a pertinência de sua preocupação seria irrecusável. Acho o raciocínio de V. Exª de uma limpidez política extraordinária. Confesso que, se estivéssemos agora numa Assembléia Constituinte e eu tivesse de votar, votaria na direção da proposta de V. Exª, ou seja, que a representação da Câmara, assim como a do Senado, dá-se pelas suas Presidências e pelos Líderes aqui mencionados da chamada Maioria e Minoria, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Entretanto aqui, Deputado José Genoíno, não posso fugir à clareza do texto. Portanto, invoco o brocardo latino **in claris cessat interpretationem**, que quer dizer: diante da clareza do texto, não há como interpretar de outra maneira.

Vamos ler o inciso VII do art. 89, invocado por V. Exª, onde está dito que, além das figuras legislativas mencionadas por V. Exª, serão componentes do Conselho da República seis cidadãos brasileiros natos. É a primeira condição. E eu aqui desde logo respondo: os Deputados Federais, ou Deputados Estaduais que fossem, são cidadãos brasileiros natos. Segunda condição: que tenham mais de 35 anos de idade – portanto, é o segundo pressuposto –, e, além dessa: eleitos pela Câmara dos Deputados. De modo que o inciso VII do art. 89 não faz distinção entre os cidadãos. Quisesse dar a interpretação que

V. Exª, sob o ângulo político adequadamente está dando, ela faria a ressalva.

De modo que neste particular, embora lamentando, eu sou obrigado a indeferir a questão de ordem de V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Respeito a resposta legal, estritamente legal, de V. Exª Agradeço as considerações feitas na resposta e espero que a questão política oriente o voto dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Neste momento, determino o início do processo de votação. Devo registrar que, tal como acordado entre todas as Lideranças, enquanto se processar a votação para a eleição dos membros do Conselho da República, vamos prosseguir com a Ordem do Dia.

O SR. NEIVA MOREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. NEIVA MOREIRA (Bloco/PDT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há vários Deputados pertencentes aos partidos do Bloco da Oposição candidatos ao Conselho da República. Decidimos hoje que o melhor caminho é liberar o voto dos nossos Deputados para escolherem aqueles que consideram mais qualificados para esse posto.

O SR. JOSÉ MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT– Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho da República, o Colégio de Vice-Líderes do PT e esta Liderança decidiram indicar o nome do jurista Fábio Konder Comparato por entendermos que é uma personalidade jurídica do campo democrático, intelectual de grande responsabilidade na vida pública brasileira, com uma vasta contribuição ao processo democrático brasileiro. Por essas razões, entendemos que essa função do Conselho da República deve ser ocupada primordialmente por pessoas que tenham uma trajetória absolutamente comprometida com as tradições democráticas do nosso País, principalmente uma pessoa de respeitabilidade no plano intelectual e jurídico, e de grande incidência sobre a opinião pública brasileira. Acredito que o currículo do ilustre jurista Fábio Konder Comparato dispensa comentários.

A bancada do PT, portanto, indica e faz a defesa veemente do jurista Fábio Konder Comparato.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, os Vice-Líderes do PT e esta Liderança consideram de bom alvitre que esta Casa faça uma reflexão sobre os nomes elencados na lista de candidatos.

Além de sugerir o nome Jurista Fábio Konder Comparato, consideramos que este pleito deveria ser reivindicado por personalidades que não detenham mandato parlamentar, ou que não pretendam disputar mandato parlamentar no próximo ano. Este é o critério que a coordenação da bancada do PT traz à consideração do Plenário, que, ao examinarem a lista de candidatos, conclamamos os Srs. Deputados a levar em conta.

Entretanto, deixamos registrado que o nome que a bancada do PT indicou, defende publicamente e para o qual pede o voto dos Srs. Deputados, é o do jurista Fábio Konder Comparato. O PT libera sua bancada quanto ao voto para a segunda vaga, mas insiste na necessidade de que se verifique e avalie com bastante acuidade o critério de que esta vaga seja preenchida por quem não detenha mandato parlamentar, ou que não venha pleitear a sua reeleição no próximo pleito. Este é o critério defendido pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consta da Ordem do Dia de hoje a votação de um projeto de emenda constitucional em segundo turno. Gostaria de solicitar aos Srs. Parlamentares que permaneçam em plenário, porque naturalmente, após a votação e escolha dos membros do Conselho da República, entraremos na Ordem do Dia. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Devo dizer a V. Exª e ao Plenário que, ao mesmo tempo em que está em curso a eleição para escolha dos membros do Conselho da República, estaremos dando prosseguimento à Ordem do Dia. Portanto, convoco os Srs. Deputados a virem a plenário e aqui permanecerem, para que possamos votar proposta de emenda constitucional em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Matéria sobre a mesa:

Requerimento

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o art. 155, do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência urgência, para inclusão na Ordem do Dia, do PDL nº 573 (Mensagem nº 594/97), da Comissão de Rela-

ções Exteriores e de Defesa Nacional, que "aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997".

Sala das Sessões, – **Luis Eduardo,** Líder do Governo – **Geddel Vieira Lima,** Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA – **Paulo Heslander,** Líder do PTB – **Aécio Neves,** Líder do PSDB – **Arnaldo Faria de Sá,** Vice-Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o requerimento. Como votam os Srs. Líderes?

A SRA. JOANA DARC (Bloco/PT – MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a matéria foi discutida amplamente na Comissão de Relações Exteriores, da qual faço parte. Inclusive, obtive, por parte da Polícia Federal, toda orientação e explicações necessárias. A Polícia Federal respondeu a todas as indagações que fiz com relação a esse projeto e às Mensagens de nºs 594 e 595. Mas aproveito a oportunidade para fazer algumas considerações que considero importantes, com relação ao requerimento, até para alertar os nobres Deputados desta Casa.

Neste acordo, as partes contratantes desenvolverão cooperação técnica e operacional na área de segurança pública, comprometendo-se mutuamente em darem-se assistência na parte de crime transnacional organizado, no tráfico de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas, imigração irregular e terrorismo. Além disso, a cooperação poderá estender-se a outros campos, como lavagem de dinheiro, tráfico de armas, segurança de portos, aeroportos e fronteiras, manutenção da ordem pública, polícia técnico-científica e gestão, recrutamento, seleção, formação e especialização de pessoal. O acordo abrange uma série de coisas, das quais nós, brasileiros, temos certeza da importância e sabemos como é fundamental para nosso País delas cuidar.

Ocorre, Sr. Presidente, que o § 2° do art. 4º desse acordo diz que os países envolvidos se comprometem a prevenir e reprimir a imigração ilegal e irregular em seus territórios, devendo cooperar na identificação, interpelação e reencaminhamento dos imigrantes ilegais e na troca de informação sobre redes de ramificação de imigração ilegal e fraude documental.

Ora, Sr. Presidente, a ressalva que fazemos é quanto ao § 2º do art. 4º, porque o tratado todo segue normas usualmente aceitas em documentos bilaterais. A inclusão de imigração irregular no Acordo Internacional de Segurança Pública, a nosso ver, passa a ter influência criminal, não é apropriada e ultrapassa os limites da liberdade de ir e vir, mesmo que de forma irregular, principalmente quando se tem em conta de que a maioria esmagadora de imigrantes irregulares é constituída de trabalhadores pobres, que saem de um país por causa de condições de trabalho insuficientes, para irem em busca de outro em que essas condições sejam satisfatórias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que na França existem duas leis, a Pasquá e a Debré, que perseguiram e estão perseguindo muito os imigrantes daquele país. Não falo nem da preocupação do governo francês com relação aos brasileiros, porque lá somos 7 mil em situação irregular. Mas, se mantivermos o texto do § 2º do art. 4º desse Tratado, iremos ensejar perseguição em especial aos nossos imigrantes brasileiros, como a todos os outros imigrantes que estão na França.

É fundamental que olhemos com carinho essa questão, porque, caso o tratado seja assinado como está, a Embaixada brasileira na França irá sentir-se constrangida quando for procurada por um brasileiro que esteja irregularmente naquele país e queira auxílio para defender sua situação, pois o funcionário da Embaixada será obrigado a cumprir um acordo que vai discriminar esse imigrante e não vai respeitar os direitos humanos.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto a nossa posição favorável à assinatura desse tratado, mas faço esta ressalva com relação ao § 2º do art. 4º, exatamente por ser ele discriminatório com relação aos imigrantes que estão na França, principalmente com relação aos brasileiros que terão tratamento sofrível naquele país.

O SR. GERSON PERES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota favoravelmente ao requerimento e aguarda a oportunidade para examinar o mérito da matéria.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim". O Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, havia feito minha inscrição junto a V. Exª como postulante a um dos cargos no Conselho da República. Posteriormente, tendo ciência de que o PSDB como um todo tinha a intenção de indicar o nome do nosso companheiro Franco, oficiei a V. Exa que abria mão de minha candidatura.

Agora, peço a V. Exª permissão para dizer a todos que me distinguiram com sua atenção que sufraguem, entre outros nomes honrados que estão fazendo parte da chapa, o do ex-Governador Franco Montoro como um dos nossos representantes para o Conselho da República.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o artigo 155, do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência urgência, para inclusão na Ordem do Dia, do PDL nº 574 (Mensagem nº 595/97), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997".

Sala das Sessões, – **Luís Eduardo**, Líder do Governo – **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona – **Paulo Heslander**, Líder do PPB – **Aécio Neves**, Líder do PSDB – **Arnaldo Faria de Sá**, Vice-Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o requerimento. Como votam os Srs. Líderes?

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim" e aguardará para examinar o mérito da matéria.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

A SRA. JOANA DARC (Bloco/PT – MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição vota "sim".

Aproveito a oportunidade para reafirmar que é importante aprovarmos este Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para que a Polícia Federal possa implementar dois programas fundamentais: o Promotec e o Pró-amazônia, projetos que viabilizarão maior segurança das fronteiras do País e permitirão que o Projeto Sivam seja efetivado na prática.

O Bloco encaminha o voto "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim".

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à Mesa que reitere aos Srs. Deputados que na votação para o Conselho da República deve ser usada apenas uma cédula e nela marcados dois nomes, porque alguns companheiros estavam se dirigindo à votação com duas cédulas, o que pode impugnar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Bem lembrado por V. Exª

Reitero que os Srs. Deputados devem assinalar numa mesma cédula o nome de seus dois candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Sr. Presidente,

> Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a apreciação do Projeto de Lei n.º 3.553/97, do Poder Executivo, que dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação de Natureza Financeira – CPMF.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1997. – Assinam: Deputados **Luís Eduardo**, Líder do Governo; **Aécio Neves**, Líder do PSDB; **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL; **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona; **Arlindo Vargas**, Vice-Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia do Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei n.º 3.553/97, do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1997. – Assinam: Líder do Governo, Deputado **Luís Eduardo**; Líder do PFL, Deputado **Inocêncio Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqueles que estiverem de acordo com o pedido de retirada permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência regime de urgência "urgentísssima" na apreciação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 299/96, do Senado Federal, que susta os Decretos n.º 1.498 e 1.499, de 1995, que constituíram Comissões Especiais de Revisão dos Processos de Anistia de que trata a Lei n.º 8.878, de 1994.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1997. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do Bloco Parlamentar PDT/PT/PCdoB – Deputado **Geddel Vieira**, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB – Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder do PSB – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB – Deputado **Paulo Heslander**, Líder do PTB – Deputado **Waldemar Costa Neto**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento :

Sr. Presidente,

> Requeremos nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno a retirada da Ordem do Dia de hoje do Requerimento dos Srs. Líderes solicitando urgência para apreciação do Decreto Legislativo nº 299/96, que "susta os Decretos nºs 1.498 e 1.499, de 1995, que constituíram Comissões Especiais de Revisão dos Processos de Anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 1994".

Assinam: Deputados **Luís Eduardo**, Líder do Governo, **Odelmo Leão**, Líder do PPB; **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL; **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona; **Silvio Torres**, Vice-Líder do PSDB; **Duílio Pisaneschi**, Vice-Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o Requerimento. Deputado Matheus Schmidt, V. Exª quer encaminhar?

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – O Bloco é contra a retirada. O Bloco vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos contra a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PL?

O SR. LUIZ BUAIZ (PL – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL vota "não" à retirada.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Bloco do PMDB?

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", para a retirada.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal vota "sim", pela retirada.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a retirada permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno, solicitamos urgência para a apreciação do PL nº 3792/93, de autoria do Deputado Fábio Feldmann, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1997. – **Neiva Moreira**, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB – **José Machado**, Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB – **Sérgio Guerra**, PSB – **Fernando Gabeira**, PV – **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL – **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o Requerimento. Como votam os Srs. Líderes?

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV vota "sim".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim" e aguarda o mérito para examinar a matéria.

O SR. LUIZ BUAIZ (PL – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL vota "sim".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição vota "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal considera importantíssima a matéria. Por isso, o PFL vota "sim" à urgência urgentíssima desse projeto de lei que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria virá à pauta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há recurso sobre a mesa:

RECURSO N.º 198/97

Senhor Presidente,

Com base no artigo 132, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, recorro ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei n.º 2.524, de 1996, que "dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências."

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1997. – Deputado **Miguel Rossetto**, Vice-Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB. Adão Pretto – PT; Agnelo Queiroz – PCdoB; Airton Dipp – PDT; Alcides Modesto – PT; Aldo Arantes – PCdoB; Alexandre Cardoso – PSB; Almino Affonso – PSB; Arlindo Chinaglia – PT; Arnaldo Faria de Sá – PPB; Carlos Santana – PT; Chico Vigilante – PT; Eduardo Jorge – PT; Esther Grossi – PT; Fernando Ferro – PT; Fernando Gabeira – PV; Geraldo Pastana – PT; Gilney Viana – PT; Haroldo Sabóia – PT; Hélio Bicudo – PT; Humberto Costa – PT; Inácio Arruda – PCdoB; Ivan Valente – PT; Jair Meneguelli – PT; Jandira Feghali – PCdoB; Jaques Wagner – PT; Joana Darc – PT; João Fassarella – PT; José Aníbal – PSDB; José Genoíno – PT; José Machado – PT; Lindberg Farias – PSTU; Luciano Zica – PT; Luiz Alberto – PT; Luiz Eduardo Greenhalgh – PT; Luiz Gushiken – PT; Maria Laura – PT; Matheus Schmidt – PDT; Milton Mendes – PT; Milton Temer – PT; Nilmário Miranda – PT; Nilson Gibson – PSB; Padre Roque – PT; Paulo Bernardo – PT; Paulo Rocha – PT; Pedro Valadares – PSB; Pedro Wilson – PT; Raquel Capiberibe – PSB; Sandra Starling – PT; Sérgio Miranda – PCdoB; Socorro Gomes – PCdoB; Telma de Souza – PT; Tilden Santiago – PT; Vânio dos Santos – PT; Waldomiro Fioravante – PT; Walter Pinheiro – PT.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sr. Presidente, como autor, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIGUEL ROSSETTO (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Parlamentares, o recurso ao parecer conclusivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se dá em cima do Projeto de Lei n.º 2.524, que

trata do parcelamento das férias dos servidores públicos e da concessão do direito a férias para os Ministros.

Esse projeto passou por uma apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, sendo objeto de acordo a partir de uma negociação com o próprio Mare, e foi submetido à ap'reciação da mesma Comissão e, posteriormente, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sr. Presidente, o recurso tem como objetivo permitir que possamos aperfeiçoar este projeto a partir da apresentação de emendas em plenário.

Informo a V. Exª e aos Srs. Parlamentares que, em negociação com o próprio Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Deputado Aloysio Nunes, há a concordância do próprio Líder do Governo para que possamos, acolhendo-se esse recurso, melhorar esse projeto a partir de emendas apresentadas em plenário.

Portanto, o objetivo desse recurso é exatamente permitir, a partir desse entendimento e da aprovação de emendas, que melhoremos a redação deste projeto.

Por isso, solicito a este Plenário a sua aprovação.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o Recurso. Esclareço aos Srs. Líderes que quem votar "sim" aprova o recurso; quem votar "não" indefere o recurso.

Tem a palavra o Líder do Governo.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou apelar para os Líderes dos partidos que dão sustentação ao Governo que aprovem o recurso do Deputado Miguel Rossetto.

Em primeiro lugar, acho que, vindo a matéria ao plenário, poderemos, dentro de um entendimento, melhorar o texto e aprová-la rapidamente.

O Governo naturalmente tem pressa em aprovar esse projeto, mas não será um pouco mais de tempo para melhorar o seu conteúdo que irá atrapalhar.

Conseqüentemente, peço a todos que votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os demais Líderes?

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota favorável ao recurso.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota "sim".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição, pelas razões expostas pelo Deputado Miguel Rossetto, vota "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse recurso é importante para que se possa corrigir os defeitos de uma emenda que não foi aprovada pelo ilustre Relator, sendo que S. Exª verificou que é um engano que poderá ser corrigido em plenário.

Portanto, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" ao recurso.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o recurso.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria entrará em pauta oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) –

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 338-C, DE 1996
(Do Poder Executivo)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 338-B, de 1996, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares; tendo parecer da Comissão Especial pela aprovação (Relator: Sr. Werner Wanderer).

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há oradores inscritos para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno para falar a favor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, vamos votar a PEC nº 338, que dispõe sobre o regime jurídico constitucional dos militares. Esta PEC não pode ser reduzida a um tratamento salarial diferente para servidores militares e civis. Os servidores militares têm, pela natureza constitucional da profissão,

pela natureza intrínseca dos riscos e da carreira, uma diferença em relação aos servidores civis.

O processo de modernização e reorganização das Forças Armadas, a provável discussão no Congresso Nacional sobre uma política de defesa, que deve ser antecedida pelo Ministério da Defesa, a discussão hoje no mundo sobre a mobilidade das Forças Armadas, como um elemento central para a política de defesa no mundo inteiro, e a renovação tecnológica do aparelho militar exigem maior flexibilidade e mobilidade para tratar o militar.

Isso não quer dizer que devam ser concedidos privilégios, que deva ser concedida uma diferença de casta.

Entendo que essa PEC produz um estatuto diferente. O problema que muitas vezes encontramos aqui é porque, como há um achatamento salarial dos servidores civis, muitos Deputados têm dúvidas sobre a questão do tratamento constitucional do integrante das Forças Armadas, o qual é, por sua natureza, diferente do integrante do serviço público federal.

Sr. Presidente, poderíamos estar aqui fazendo um debate dessa PEC, envolvendo a abrangência da política de defesa para o País. É por isso que me tenho batido por essa PEC, que tenho defendido a justeza e a necessidade dela.

Isso não significa achatamento salarial para servidor público, que não pode esperar sua vinculação ao servidor militar para ter aumento. O servidor público tem que ter aumento pela sua capacidade de mobilização, de pressão, de reivindicação junto ao Governo.

Não podemos amarrar o processo de modernização das Forças Armadas. Há uma questão de tratamento constitucional idêntico ao do servidor civil. Conseguimos, no primeiro turno, evoluir para separar o tratamento constitucional das Forças Armadas com o tratamento constitucional das PMs. Esse foi um passo importante, retirando-se a definição sobre força auxiliar e de reserva. No entanto, Sr. Presidente, ainda se mantém, na remissão ao art. 42, o regime jurídico dos militares como militares estaduais.

Sr. Presidente, desejo manifestar que há um destaque a ser apreciado nesta Casa sobre a supressão dos incisos II a VIII da emenda que foi objeto de uma negociação no primeiro turno. Creio que esse destaque não é necessário. Divirjo da sua oportunidade regimental e do seu mérito, mas ele será apreciado pela maioria da Casa.

Entendo que, do ponto de vista das Forças Armadas, o que me interessa discutir, esta PEC possibilita à Casa discutir o papel e a reorganização das Forças Armadas num outro patamar, num outro nível.

Por isso é que não acho necessário esse destaque, até porque, no que diz respeito à segurança pública, há uma emenda constitucional sendo discutida numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, onde vamos tratar do estatuto e do papel constitucional das PMs. Ali é o lugar apropriado para este debate.

Sr. Presidente, quero deixar registrado que discordo do destaque no seu procedimento e no seu mérito e que sou favorável à PEC nos termos da votação do primeiro turno. Respeito a posição da minha bancada e os destaques que vão ser apresentados para apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Essa é minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há sobre a Mesa os seguintes Requerimentos de destaque

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 338-C/95

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO

Senhor Presidente,

Com base no art. 161, inciso I, § 2º, requeremos destaque para votação em separado do art. 2º da PEC n.º 338-C/95.

Justificação

O artigo 2º, a fim de descaracterizar a conceituação de "servidor público" e permitir que em seu lugar os militares não mais sejam como tal considerados, dá ao art. 42 e da Seção III do Capítulo VII do Título III da Constituição uma nova redação. Na Constituição em vigor, esta Seção e artigo definem os militares como "servidores públicos militares" e, uma vez afastada esta conceituação, estará aberto caminho para que os militares tenham aumentos diferenciados, a qualquer título, sem respeitar o art. 37, X da Carta Magna, que prevê reajuste igual e sem distinção de índices entre todos os servidores para reposição de perdas inflacionárias.

Por isso, para manter, minimamente, a integridade da Carta de 1988 em relação ao servidores públicos, este dispositivos deve ser rejeitado e suprimido.

Sala das Sessões, – Deputado **José Machado,** Bloco Parlamentar PT/PDT/PC do B.

REQUERIMENTO

Requer destaque para suprimir a expressão "incisos II a VIII, constante da redação do art. 42, § 1º da Constituição, dada pelo art. 2º n.º 338, de 1996.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 101, inciso II, alínea **b**, item 4; art. 161, inciso V e § 2º e art. 162 do Regimento Interno; destaque para suprimir a expressão "incisos II a VIII", constante da redação do art. 42, § 1º, da Constituição, dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda Constitucional n.º 338, de 1996.

Sala das Sessões, de 1997. – **Simara Ellery,** vice-líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA. – **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL – **Arnaldo Faria de Sá,** Vice-Líder do PPB – **Matheus Schimidt,** Vice-Líder do Bloco Parlamentara – PT/PDT/PCdoB – **Wagner Rossi,** Vice-Líder do Bloco Parlamentar – PMDB/PSD/PSL/PRONA. – **Danilo Pisaneschi,** Vice-Líder do PTB – **Fernando Gabeira** – PV – **Arnaldo Madeira** – Vice-Líder do PSDB.

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 101, inciso II, alínea **b**, item 4; art. 161, inciso V e § 2º, e art. 162 do Regimento Interno, destaque para suprimir a expressão "incisos II a VIII", constante da redação do art. 42, § 1º da Constituição, dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda Constitucional n.º 338, de 1996.

Justificação

A remissão aos incisos do § 3º do art. 142 torna-se desnecessária uma vez que esse parágrafo prevê as prerrogativas, direitos e deveres dos militares e como o **caput** do art. 42 e seus parágrafos fazem as ressalvas das peculiaridades dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, portanto a supressão dos incisos faz-se necessária.

Sala das Sessões, de de 1997. – **Arnaldo Faria de Sá,** Vice-Líder do PPB.

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO

Senhor Presidente,

Com base no art. 161, inciso I, § 2º, requeremos Destaque para votação em separado do art. 4º do Substitutivo à PEC nº 338-C/95.

Justificação

Juntamente com o destaque oferecido ao art. 2º, visa o presente destaque impedir que, por meio de um artifício conceitual, os militares possam ser descaracterizados como o que, em razão de sua vinculação com o Estado e com a Sociedade, verdadeiramente são:

"SERVIDORES PÚBLICOS"

Tais servidores ocupam cargos militares, criados por lei em número certo, são remunerados pelos cofres públicos e prestam, nos termos e limites da lei e da Constituição, serviço público. São agentes públicos vinculados ao Estado em razão de profissão – profissão militar – e, por isso, jamais podem ser colocados, no Estado Democrático de Direito, acima do Estado, do Poder Público e da Administração Pública. A redação dada ao art. 142 é decorrente da alteração promovida ao art. 42, que passa a referir-se apenas aos policiais militares, mas em ambos os casos afastando a identidade entre civis e militares como servidores públicos, incorporando o novo art. 142 às demais regras relativas à carreira da profissão militar. Como no caso dos servidores civis, são regras que devem ser mantidas no capítulo da Administração Pública, já se dirigem a disciplinar a relação funcional e previdenciária desses servidores como Estado.

Sala das Sessões, – Dep. **José Machado,** Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou submeter a votos a

Proposta de Emenda à Constituição nº 338, de 1996, em 2º turno, ressalvados os destaques:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37, inciso XV, da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. .....

.....

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I;

....."

Art. 2º A Seção II, do Capítulo VII, do Título III da Constituição passa a denominar-se "DOS SERVIDORES PÚBLICOS" e a Seção III do Capítulo VII do Título III da Constituição Federal passa a denominar-se "DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS", dando-se ao art. 42 a seguinte redação:

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, § 3º e do art. 142, § 2º e § 3º, incisos II a VIII, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos Governadores.

§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o

disposto no art. 40, §§ 4º e 5º; e aos militares do Distrito Federal e dos Territórios, o disposto no art. 40, § 6º.

Art. 3º O art. 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição passa a vigorar com nova redação e será acrescentada uma alínea "f" a esse inciso, como se segue:

"Art. 61. .....

§ 1º .....

.....

II - .....

.....

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

.....

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

Art. 4º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 142 da Constituição:

"Art. 142. .....

.....

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial. em tempo de guerra;

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV;

IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 4°, 5° e 6º;

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra."

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro reconhece o valor e a importância da PEC n.º 338 e vota "sim".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro discutiu esta matéria, fez até uma sugestão para que fossem retirados alguns pontos que pareciam exagerados, supérfluos e desnecessários e viu que a mesma foi aprovada, mesmo com aquele defeito técnico de redação nos incisos I ao VI, que eram dispensáveis. Mas vamos manter a coerência, votando "sim" e pedindo aos colegas que permaneçam com esta votação.

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição não tem uma posição de consenso a respeito da votação da proposta. Como ocorreu na votação do primeiro turno, também no segundo turno cada partido vai explicitar a sua posição.

O PDT, meu partido, vota a favor da proposta.

Consideramos que é importante os militares terem regime diferenciado, como está disposto na proposta. A figura do militar de uma Nação está muito ligada à causa da soberania nacional. Só isso, Sr. Presidente, já é suficiente para mostrar que é um funcionário, um servidor que precisa ser tratado de forma diferenciada.

No que diz respeito à Polícia Militar, achamos que as Polícias Militares dos Estados são instituições relevantes, que prestaram grandes serviços na formação da nacionalidade. As forças públicas, as forças militares de Estados como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e de tantos outros figuram hoje na história da formação política desses Estados.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul, por exemplo, é ligada às tradições do Rio Grande do Sul. Esteve presente em todos os movimentos armados que lá ocorreram no fim do século passado e neste século, sendo o último deles o movimento da legalidade, em 1961, ocasião em que lutou pelos direitos constitucionais do Presidente da República.

Por essas considerações, o PDT vota "sim" à proposta em votação.

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, até pelas palavras do Deputado José Genoíno, tem a compreensão de que as Forças Armadas precisam ter tratamento diferenciado. É importante enaltecer este debate, que evolui e progride nesta Casa, a respeito do novo papel das Forças Armadas. No geral, estamos de acordo com isso. Entretanto, a bancada do PT discutiu o assunto e entendeu que a aprovação dessa PEC traz prejuízos ao conjunto dos servidores públicos, razão pela qual vamos repetir a nossa posição aqui expressada no primeiro turno.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra a PEC, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PT vota "não".

Como vota o PCdoB?

O SR. ALDO ARANTES (Bloco/PCdoB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, o PCdoB reafirma o voto que deu no primeiro turno.

Temos uma posição, que definimos aqui no processo de discussão dessa PEC, de discordar daqueles que querem desestabilizar as Forças Armadas. Consideramos que as Forças Armadas têm um papel decisivo para assegurar a soberania do País. No entanto, manifestamos a nossa discordância e apresentamos inclusive uma alternativa, no sentido de, assegurando um tratamento diferenciado às Forças Armadas, não permitir uma dissociação entre os salários dos servidores civis e militares.

Por isso, mantendo o voto do primeiro turno, o PCdoB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PCdoB vota "não".

Como vota o Bloco/PMDB?

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, coerente com a posição já adotada no primeiro turno da votação desta PEC, e no entendimento de que é importante que se estabeleça o regime constitucional dos militares – e ainda assim se encontrou, na discussão da matéria, uma fórmula adequada, que levou a um entendimento em torno da posição dos militares componentes das corporações estaduais –, o PMDB, repetindo, por coerência, vota, também no segundo turno, favorável à proposta.

O PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PMDB vota "sim". Como vota o PSDB?

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PFL?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Creio, Sr. Presidente, que

essa votação em segundo turno é para confirmar o que fizemos em primeiro turno. Depois de uma discussão muito ampla sobre a função dos militares, resolveu-se que aquilo definido pela Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 é de fundamental importância, tanto a constitucionalização das Forças Armadas quanto a dos militares dos Estados. Aí se fez uma diferença essencial: as Forças Armadas ficam como órgãos permanentes, ficam com a sua função da segurança nacional, e os militares, tanto os policiais quanto os corpos de bombeiros, como forças auxiliares.

Mas, Sr. Presidente, a segurança pública hoje é um tema que interessa a todos. A segurança pública é a função precípua do Estado. Por isso, reestruturar as forças militares no nosso País, nos Estados e no Distrito Federal, é condição fundamental para esse Estado moderno e eficiente que desejamos que aqui se faça.

Assim, defendemos um comando único para as forças militares dos Estados e do Distrito Federal. O Secretário de Segurança Pública seria o comandante das forças militares dos Estados e do Distrito Federal. Fica a Polícia Civil encarregada do inquérito, e a Polícia Militar encarregada do policiamento, quer preventivo, quer repressivo, quer ostensivo.

Assim, Sr. Presidente, com a extinção das Casas Militares dos Governos dos Estados, evitaríamos um grande paralelismo que hoje tem prejudicado sobremaneira o desempenho das forças militares dos Estados.

Sr. Presidente, manter as forças militares constitucionalizadas é de fundamental importância para a restauração e reestruturação da segurança pública no País. Portanto, no sentido de que desejamos a cada dia uma segurança pública mais organizada e que o Estado brasileiro proporcione cada vez mais segurança ao cidadão, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" à votação em segundo turno da PEC que dispõe sobre os militares e a organização das forças militares no País.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, durante o primeiro turno de votação desse projeto de emenda constitucional, esta Casa deu clara demonstração de amadurecimento e compreensão, votando, por esmagadora maioria, esta emenda, que atende não somente aos interesses dos militares brasileiros, mas sobretudo aos de todo o funcionalismo.

É preciso que se diga novamente que os militares fazem parte de carreira especial; é preciso destacar as peculiaridades do trabalho do militar; é preciso chamar a atenção para o fato de que toda vinculação é ruim, até porque ela representa uma desconfiança não só do Poder Executivo como também do próprio Poder Legislativo. A vinculação vem tornando muito difícil para o Poder Executivo poder corrigir distorções salariais hoje existentes em todo o funcionalismo brasileiro. Em alguns casos, Sr. Presidente, buscam-se artifícios; em outros, manobras.

O certo é que esta Casa já se decidiu pela desvinculação –e tenho certeza de que hoje ratificará essa decisão –, atendendo inclusive a uma costura muito bem feita pelos Deputados Abelardo Lupion e Silas Brasileiro, que, na Comissão, resolveram de forma competente as questões das polícias militares estaduais.

Por isso, apelo para todo o Plenário a fim de que renove mais uma vez a confiança, votando "sim" esta emenda, que é muito importante para a nossa Constituição.

O Governo recomenda o voto "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota favoravelmente à PEC que trata do regime constitucional dos militares.

A presente proposição volta para apreciação no segundo turno, como determina o texto constitucional. Na votação do primeiro turno, o PSB votou contrariamente. Todavia, modifica, agora, a sua posição, votando favoravelmente.

Estabelecida a negociação, chegou-se a um texto possível que, levado à apreciação do Plenário, merece a acolhida da maioria exigida. O PSB é pela aprovação.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro recomenda o voto "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "não".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Srs. Deputados, queiram selecionar os seus votos.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar o botão preto no painel até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que ainda não registraram os seus votos queiram fazê-lo nas bancadas que estiverem com as luzes acesas. O procedimento é o mesmo dos postos avulsos: registrar código de votação, selecionar o voto e apertar o botão preto.

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

O SR. ARNALDO MADEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, recomenda o voto "sim" e conclama aos Srs. Deputados que venham ao plenário votarem "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB, o PSD, o PSL e o PRONA, que constituem o Bloco/PMDB, estão votando "sim" e solicitam a presença de suas bancadas para que possam participar da votação nominal, já que se trata de uma PEC. O PMDB vota "sim".

A SRA. VANESSA FELIPPE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. VANESSA FELIPPE (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.) –Sr. Presidente, votei "não", mas o meu voto é "sim".

O SR. JOSÉ MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, a bancada do PT vota "não" e recomenda aos Srs. Deputados que sufraguem o nome do jurista Fábio Konder Comparato para o Conselho da República.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, recomenda o voto "sim".

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (PSB – RJ. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro quer recomendar aos nossos Pares aqui na Câmara o nome do companheiro Gonzaga Patriota, que significa a participação de um Parlamentar do interior, de um Parlamentar com uma trajetória que todos conhecem e, principalmente, com o espírito de contribuição à sociedade brasileira que S. Exª vem dando.

Então, o Partido Socialista Brasileiro solicita e recomenda aos nossos Pares o voto no companheiro Gonzaga Patriota.

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores está votando "não".

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB – RS. Sem revisão da oradora.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", mas lembra aos Srs. Deputados que haverá outra votação de destaque de bancada que será nominal. Portanto, é preciso permanecer em plenário.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim".

A SRA. CIDINHA CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (Bloco/PDT – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apertei o botão "sim", e acendeu "abstenção". Quero confirmar o meu voto "sim".

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB pede aos Deputados do Bloco/PMDB que venham a plenário, estamos em processo de votação.

O PMDB vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo solicita o voto "sim" e pede aos Parlamentares que se encontram nas diferentes dependências da Casa que compareçam ao plenário, pois trata-se de uma votação de emenda constitucional da maior importância.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa que compareçam ao plenário para que possamos concluir a votação desta Proposta de Emenda à Constituição, que requer o **quorum** qualificado de três quintos. Por tratar-se de emenda constitucional, a presença de todos é da mais alta importância para que a Câmara dos Deputados possa decidir com a maioria dos seus membros.

O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – O PPB encaminha o voto "sim".

O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA (Bloco/PDT – AP. Sem revisão do orador.) – Seguindo orientações da Liderança, Sr. Presidente, o PDT encaminha o voto "sim".

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB – RS. Sem revisão da oradora.) – O PSDB encaminha o voto "sim".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – O PPB encaminha o voto "sim".

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB – RS. Sem revisão da oradora.) – O PSDB encaminha o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – A Liderança do PMDB continua pedindo aos Srs. Deputados que venham a plenário. Estamos em processo de votação.

O PMDB recomenda o voto "sim" e avisa que haverá mais uma votação nominal.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares que venham ao plenário para que possamos concluir a votação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Trata-se de votação em segundo turno para confirmar a votação em primeiro turno.

O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – O PPB encaminha o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – O PMDB encaminha o voto "sim".

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB – RS. Sem revisão da oradora.) – O PSDB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "sim" e pede a presença de todas as bancadas em plenário para encerrarmos a votação em segundo turno.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares no sentido de que venham ao plenário para concluirmos a votação desta PEC n.º 338, que dispõe sobre o regime dos militares. Trata-se de votação em segundo turno. Precisamos do **quorum** qualificado de três quintos.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – O PPB encaminha o voto "sim".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, as bancadas do PT e do PCdoB votam "não".

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, digitei o meu código, mas meu nome não saiu no painel. Solicito a V. Exª que tome as providências.

O PSDB vota "sim".

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SEVERIANO ALVES (Bloco/PDT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero retificar o meu voto. Votei abstenção, mas quero votar "sim".

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim" e solicita aos Parlamentares que ainda não estão em plenário que para cá venham para cumprir o seu dever do voto.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim" e pede aos Srs. Deputados que venham ao plenário e que aqui permaneçam, pois haverá mais uma votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Esclareço aos Srs. Deputados que haverá mais quatro votações.

Solicito aos Srs. Deputados que venham ao plenário, pois, logo mais, encerrarei a votação.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham a plenário, pois estamos concluindo a votação da PEC n.º 338, que dispõe sobre o regime dos militares. Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição que requer **quorum** qualificado de três quintos.

Nesse sentido, conclamo os Srs. Parlamentares a virem a plenário para concluirmos esta votação e votarmos mais um destaque.

O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. ROMEL ANÍZIO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro recomenda o voto "sim" e conclama os Srs. Parlamentares que estão em seus gabinetes e nas demais dependências da Casa a virem a plenário.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB comunica que estamos votando a PEC n.º 338, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Ao mesmo tempo, recomenda o voto "sim".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PPB – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, posso registrar a apresentação de um projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Peço a V. Ex.ª que aguarde o término da votação.

O SR. NILSON GIBSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. ROMEL ANÍZIO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro vota "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos votando em segundo turno a PEC n.º 338, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

O PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. ROMEL ANÍZIO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro recomenda o voto "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB convida seus Deputados a virem ao plenário. Estamos em processo de votação nominal, e o PSDB orienta seus Deputados a votarem "sim".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores recomenda o voto "não".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. ROMEL ANÍZIO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro recomenda o voto "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro meu voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores recomenda o voto "não".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim" e comunica à sua bancada que teremos mais três votações na noite de hoje.

O PPB encaminha o voto "sim" e solicita à sua bancada que permaneça em plenário, pois teremos mais três votações na noite de hoje. O PPB vota "sim".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores recomenda o voto "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham a plenário, pois estamos concluindo a votação desta PEC.

O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB convida seus Deputados para virem a plenário e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apelaria para V. Ex.ª que aguardasse alguns instantes, pois alguns Srs. Deputados estão comparecendo neste momento ao plenário.

O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores recomenda o voto "não".

O SR. HAROLDO LIMA (Bloco/PCdoB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "não".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

A SRA. SIMARA ELLERY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos votando a PEC n.º 338, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares, e o PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo apela aos Srs. Parlamentares que se encontram nas diferentes dependências da Casa – a lista da portaria registra o comparecimento de mais de 460 Deputados – para que compareçam imediatamente ao plenário, pois estamos em processo de votação de uma emenda constitucional da maior importância e precisamos de **quorum** qualificado.

O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim" e insiste para que seus Parlamentares venham ao plenário. O PMDB vota "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto "sim" e convida os Srs. Deputados a virem ao plenário.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham imediatamente ao plenário, pois estamos concluindo uma votação de proposta de emenda à Constituição, que requer **quorum** qualificado de três quintos, portanto, 308 votos a favor.

O Partido da Frente Liberal recomenda o voto "sim" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham imediatamente ao plenário, pois estamos concluindo a votação desta PEC.

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, venham ao plenário. Vou encerrar a votação.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB insiste na presença dos Srs. Deputados em plenário e recomenda o voto "sim". Alerta, ainda, que teremos outra votação nominal logo a seguir, o que mostra ser de toda conveniência que os Srs. Deputados permaneçam em plenário.

O PMDB vota "sim".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB convoca os Srs. Deputados para virem ao plenário e orienta o voto "sim".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há 461 Srs. Deputados na Casa. Solicito a todos os que ainda não o fizeram que compareçam ao plenário para votar.

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Convoco os Srs. Deputados para virem ao plenário. Estamos votando Proposta de Emenda Constitucional, que requer procedimento diferente do usado na votação para o Conselho da República.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB solicita aos Srs. Deputados que acorram ao plenário e recomenda o voto "sim". Ressaltamos, ainda, que na seqüência haverá outra votação nominal.

O PMDB, portanto, recomenda o voto "sim".

O SR. LUCIANO ZICA (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PT recomenda o voto "não".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB convoca os Srs. Deputados para virem ao plenário e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim", comunica à sua bancada que teremos mais três votações na noite de hoje e solicita a V. Ex.ª o encerramento da votação. ,

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está encerrada a votação.

O SR. BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PPB – DF. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT –BA. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, meu voto é "não", e não há registro no painel.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou anunciar o resultado da votação: votaram "sim" 379 Srs. Deputados; votaram "não" 58 Srs. Deputados; abstiveram-se cinco Srs. Deputados. Total de votantes: 442.

É aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição n.º 338/96.

VOTARAM OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – Bloco/PMDB – Sim
Francisco Rodrigues – PTB – Sim
Luciano Castro – PSDB – Sim
Luís Barbosa – PPB – Sim
Robério Araújo – PPB – Sim
Salomão Cruz – PSDB – Sim

Amapá

Antônio Feijão – PSDB – Sim
Eraldo Trindade – PPB – Sim
Fátima Pelaes – PSDB – Sim
Gervásio Oliveira – Bloco/PDT – Sim
Murilo Pinheiro – PFL – Sim
Sérgio Barcellos – PFL – Sim
Valdenor Guedes – PPB – Sim

Pará

Anivaldo Vale – PSDB – Sim
Asdrubal Bentes – Bloco/PMDB – Sim
Benedito Guimarães – PPB – Sim
Geraldo Pastana – Bloco/PT – Não
Gerson Peres – PPB – Sim
Giovanni Queiroz – Bloco/PDT – Sim
José Priante – Bloco/PMDB – Sim
Mário Martins – Bloco/PMDB – Sim
Nicias Ribeiro – PSDB – Sim
Olávio Rocha – PSDB – Sim
Paulo Rocha – Bloco/PT – Não
Raimundo Santos – PFL – Sim
Socorro Gomes – Bloco/PCdoB – Não
Vic Pires Franco – PFL – Sim

Amazonas

Arthur Virgílio – PSDB – Sim
Átila Lins – PFL – Sim
Cláudio Chaves – PFL – Sim
João Thome Mestrinho – Bloco/PMDB – Sim
Luiz Fernando – PSDB – Sim
Pauderney Avelino – PFL – Sim

Rondônia

Confúcio Moura – Bloco/PMDB – Sim
Emerson Olavo Pires – PSDB – Sim
Eurípedes Miranda – Bloco/PDT – Sim
Expedito Júnior – PFL – Sim
Marinha Raupp – PSDB – Sim
Moisés Bennesby – PSDB – Sim
Oscar Andrade – PFL – Sim
Silvernani Santos – PFL – Sim

Acre

Carlos Airton – PPB – Sim
Célia Mendes – PPB – Sim
Chicão Brígido – Bloco/PMDB – Sim
Emílio Assmar – PPB – Sim
João Tota – PPB – Sim
Osmir Lima – PFL – Sim
Regina Lino – Bloco/PMDB – Sim
Zila Bezerra – PFL – Sim

Tocantins

Antônio Jorge – PFL – Sim
Darci Coelho – PFL – Sim
Dolores Nunes – PFL – Sim

Freire Júnior – Bloco/PMDB – Sim
Melquiades Neto – PFL – Sim
Osvaldo Reis – PPB – Sim
Udson Bandeira – Bloco/PMDB – Sim

Maranhão

Albérico Filho – Bloco/PMDB – Sim
Antônio Joaquim Araújo – PL – Sim
César Bandeira – PFL – Sim
Costa Ferreira – PFL – Sim
Davi Alves Silva – PPB – Sim
Eliseu Moura – PL – Sim
Neiva Moreira – Bloco/PDT – Sim
Pedro Novais – Bloco/PMDB – Abstenção
Remi Trinta – PL – Sim
Roberto Rocha – PSDB – Sim
Sarney Filho – PFL – Sim
Sebastião Madeira – PSDB – Sim

Ceará

Aécio de Borba – PPB – Abstenção
Anibal Gomes – PSDB – Sim
Antônio Balhmann – PSDB – Sim
Arnon Bezerra – PSDB – Sim
Edson Silva – PSDB – Sim
Firmo de Castro – PSDB – Sim
Gonzaga Mota – Bloco/PMDB – Sim
Inácio Arruda – Bloco/PCdoB – Não
José Linhares – PPB – Sim
José Pimentel – Bloco/PT – Não
Leônidas Cristino – PPS – Sim
Paes de Andrade – Bloco/PMDB – Sim
Paulo Lustosa – Bloco/PMDB – Sim
Pimentel Gomes – PSDB – Sim
Pinheiro Landim – Bloco/PMDB – Sim
Raimundo Gomes de Matos – PSDB – Sim
Roberto Pessoa – PFL – Sim
Rommel Feijó – PSDB – Sim
Ubiratan Aguiar – PSDB – Sim
Vicente Arruda – PSDB – Sim

Piauí

Alberto Silva – Bloco/PMDB – Sim
Ari Magalhães – PPB – Sim
B. Sá – PSDB – Sim
Ciro Nogueira – PFL – Sim
Felipe Mendes – PPB – Sim
Heráclito Fortes – PFL – Sim
João Henrique – Bloco/PMDB – Sim
Júlio Cesar – PFL – Sim
Mussa Demes – PFL – Sim
Paes Landim – PFL – Sim

Rio Grande do Norte

Augusto Viveiros – PFL – Sim
Betinho Rosado – PFL – Sim
Henrique Eduardo Alves – Bloco/PMDB – Sim
Iberê Ferreira – PPB – Sim

Paraíba

Adauto Pereira – PFL – Sim
Álvaro Gaudêncio Neto – PFL – Sim
Armando Abílio – Bloco/PMDB – Sim
Efraim Morais – PFL – Sim
Enivaldo Ribeiro – PPB – Sim
Gilvan Freire – PSB – Sim
Ivandro Cunha Lima – Bloco/PMDB – Sim
José Luiz Clerot – Bloco/PMDB – Sim
Roberto Paulino – Bloco/PMDB – Sim
Wilson Braga – PSDB – Sim

Pernambuco

Ademir Cunha – PFL – Sim
Álvaro Ribeiro – PSB – Sim
Antônio Geraldo – PFL – Sim
Fernando Ferro – Bloco/PT – Não
Fernando Lyra – PSB – Sim
Gonzaga Patriota – PSB – Sim
Humberto Costa – Bloco/PT – Não
Inocêncio Oliveira – PFL – Sim
João Colaço – PSB – Sim
José Chaves – Bloco/PMDB – Sim
José Jorge – PFL – Sim
José Mendonça Bezerra – PFL – Sim
Mendonça Filho – PFL – Sim
Nilson Gibson – PSB – Sim
Osvaldo Coelho – PFL – Sim
Pedro Correa – PPB – Sim
Roberto Fontes – PFL – Sim
Salatiel Carvalho – PPB – Sim
Severino Cavalcanti – PPB – Sim
Sílvio Pessoa – Bloco/PMDB – Sim
Wolney Queiroz – Bloco/PDT – Sim

Alagoas

Albérico Cordeiro – PTB – Sim
Augusto Farias – PFL – Sim
Benedito de Lira – PFL – Sim
Ceci Cunha – PSDB – Sim
Fernando Torres – PSDB – Sim
José Thomaz Nono – PSDB – Sim
Luiz Dantas – Bloco/PSD – Sim
Moacyr Andrade – PPB – Sim
Pedro Luís Albuquerque – PFL – Sim

Sergipe

Adelson Ribeiro – PSDB – Sim
Carlos Magno – PFL – Sim
José Teles – PPB – Sim
Marcelo Déda – Bloco/PT – Não
Pedro Valadares – PSB – Sim

Bahia

Alcides Modesto – Bloco/PT – Não
Aroldo Cedraz – PFL – Sim
Benito Gama – PFL – Sim
Cláudio Cajado – PFL – Sim
Colbert Martins – PPS – Sim
Coriolano Sales – Bloco/PDT – Sim
Domingos Leonelli – PSB – Sim
Eujácio Simões – PL – Sim
Félix Mendonça – PTB – Sim
Geddel Vieira Lima – Bloco/PMDB – Sim
Haroldo Lima – Bloco/PCdoB – Não
Jaime Fernandes – PFL – Sim
Jairo Azi – PFL – Sim
Jairo Carneiro – PFL – Sim
João Almeida – PSDB – Sim
João Carlos Bacelar – PFL – Sim
João Leão – PSDB – Sim
Jonival Lucas – PFL – Sim
José Carlos Aleluia – PFL – Sim
José Lourenço – PFL – Sim
José Rocha – PFL – Sim
Leur Lomanto – PFL – Sim
Luís Eduardo – PFL – Sim
Luiz Alberto – Bloco/PT – Não
Luiz Braga – PFL – Sim
Luiz Moreira – PFL – Sim
Manoel Castro – PFL – Sim
Mário Negromonte – PSDB – Sim
Pedro Irujo – Bloco/PMDB – Sim
Prisco Viana – PPB – Sim
Roberto Santos – PSDB – Sim
Sérgio Carneiro – Bloco/PDT – Sim
Severiano Alves – Bloco/PDT – Sim
Simara Ellery – Bloco/PMDB – Sim
Ursicino Queiroz – PFL – Sim
Walter Pinheiro – Bloco/PT – Não

Minas Gerais

Ademir Lucas – PSDB – Sim
Aécio Neves – PSDB – Sim
Antônio do Valle – Bloco/PMDB – Sim
Aracely de Paula – PFL – Sim
Armando Costa – Bloco/PMDB – Sim
Danilo de Castro – PSDB – Sim
Elias Murad – PSDB – Sim
Eliseu Resende – PFL – Sim
Fernando Diniz – Bloco/PMDB – Sim
Francisco Horta – PFL – Sim
Genésio Bernardino – Bloco/PMDB – Sim
Hugo Rodrigues da Cunha – PFL – Sim
Ibrahim Abi-Ackel – PPB – Sim
Israel Pinheiro – PTB – Sim
Jaime Martins – PFL – Sim
Joana Darc – Bloco/PT – Não
João Fassarella – Bloco/PT – Não
João Magalhaes – Bloco/PMDB – Sim
José Rezende – PPB – Sim
José Santana de Vasconcellos – PFL – Sim
Lael Varella – PFL – Sim
Leopoldo Bessone – PTB – Sim
Márcio Reinaldo Moreira – PPB – Sim
Marcos Lima – Bloco/PMDB – Sim
Maria Elvira – Bloco/PMDB – Sim
Mário de Oliveira – PPB – Sim
Mauro Lopes – Bloco/PMDB – Sim
Nárcio Rodrigues – PSDB – Sim
Neif Jabur – PPB – Sim
Nilmário Miranda – Bloco/PT – Não
Octávio Elisio – PSDB – Sim
Odelmo Leão – PPB – Sim
Paulo Delgado – Bloco/PT – Não
Paulo Heslander – PTB – Sim
Raul Belém – PFL – Sim
Roberto Brant – PSDB – Sim
Romel Anízio – PPB – Sim
Ronaldo Perim – Bloco/PMDB – Sim
Saraiva Felipe – Bloco/PMDB – Sim
Sérgio Miranda – Bloco/PCdoB – Não
Sérgio Naya – PPB – Sim
Sílvio Abreu – Bloco/PDT – Sim
Tilden Santiago – Bloco/PT – Não
Vittório Medioli – PSDB – Sim
Wagner do Nascimento – PPB – Sim
Zaire Rezende – Bloco/PMDB – Não

Espírito Santo

Adelson Salvador – Bloco/PMDB – Sim
Etevalda Grassi de Menezes – Bloco/PMDB – Sim
João Coser – Bloco/PT – Não
Luiz Buaiz – PL – Sim
Marcus Vicente – PSDB – Sim
Nilton Baiano – PPB – Não
Rita Camata – Bloco/PMDB – Sim
Roberto Valadão – Bloco/PMDB – Sim

Rio de Janeiro

Alcione Athayde – PPB – Sim

Aldir Cabral – PFL – Sim
Alexandre Santos – PSDB – Sim
Arolde de Oliveira – PFL – Sim
Candinho Mattos – PSDB – Sim
Carlos Alberto Campista – PFL – Sim
Carlos Santana – Bloco/PT – Não
Cidinha Campos – Bloco/PDT – Abstenção
Eurico Miranda – PPB – Sim
Fernando Gabeira – PV – Não
Fernando Gonçalves – PTB – Sim
Fernando Lopes – Bloco/PDT – Não
Francisco Silva – PPB – Sim
Jair Bolsonaro – PPB – Sim
Jandira Feghali – Bloco/PCdoB – Não
João Mendes – PPB – Sim
Jorge Wilson – Bloco/PMDB – Sim
José Carlos Lacerda – PSDB – Sim
José Egydio – PFL – Sim
Laprovita Vieira – PPB – Sim
Laura Carneiro – PFL – Sim
Lima Netto – PFL – Sim
Márcia Cibilis Viana – Bloco/PDT – Sim
Milton Temer – Bloco/PT – Não
Miro Teixeira – Bloco/PDT – Sim
Moreira Franco – Bloco/PMDB – Sim
Noel de Oliveira – Bloco/PMDB – Sim
Osmar Leitão – PPB – Sim
Paulo Feijó – PSDB – Sim
Roberto Campos – PPB – Sim
Ronaldo Cézar Coelho – PSDB – Sim
Ronaldo Santos – PSDB – Sim
Rubem Medina – PFL – Sim
Sérgio Arouca – PPS – Não
Simão Sessim – PPB – Sim
Vanessa Felippe – PFL – Não

São Paulo

Adhemar de Barros Filho – PPB – Sim
Alberto Goldman – PSDB – Sim
Aldo Rebelo – Bloco/PCdoB – Não
Almino Affonso – PSB – Sim
Aloysio Nunes Ferreira – PSDB – Sim
Antônio Carlos Pannunzio – PSDB – Sim
Arlindo Chinaglia – Bloco/PT – Não
Arnaldo Faria de Sá – PPB – Sim
Arnaldo Madeira – PSDB – Sim
Ary Kara – PPB – Sim
Carlos Apolinário – Bloco/PMDB – Sim
Carlos Nelson – Bloco/PMDB – Sim
Celso Russomanno – PPB – Sim
Corauci Sobrinho – PFL – Sim
Cunha Lima – PPB – Sim
Dalila Figueiredo – PSDB – Sim
De Velasco – Bloco/PRONA – Sim
Duilio Pisaneschi – PTB – Sim
Edinho Araújo – Bloco/PMDB – Sim
Eduardo Coelho – PSDB – Sim
Fausto Martello – PPB – Sim
Fernando Zuppo – Bloco/PDT – Sim
Franco Montoro – PSDB – Sim
Hélio Bicudo – Bloco/PT – Não
Hélio Rosas – Bloco/PMDB – Sim
Ivan Valente – Bloco/PT – Não
Jair Meneguelli – Bloco/PT – Não
João Melão Neto – PFL – Sim
João Paulo – Bloco/PT – Não
José Anibal – PSDB – Sim
José Augusto – PPS – Não
José Coimbra – PTB – Sim
José Genoíno – Bloco/PT – Não
José Machado – Bloco/PT – Não
José Pinotti – PSB – Sim
Koyu Iha – PSDB – Sim
Lamartine Posella – PPB – Sim
Luciano Zica – Bloco/PT – Não
Luiz Eduardo Greenhalgh – Bloco/PT – Não
Luiz Máximo – PSDB – Sim
Maluly Netto – PFL – Sim
Marcelo Barbieri – Bloco/PMDB – Sim
Marcos Vinícius de Campos – PFL – Sim
Marquinho Chedid – Bloco/PSD – Abstenção
Michel Temer – Bloco/PMDB – Abstenção (Art. 17, § 1º do RICD.)
Nelson Marquezelli – PTB – Sim
Paulo Lima – PFL – Sim
Pedro Yves – PPB – Sim
Ricardo Izar – PPB – Sim
Robson Tuma – PFL – Sim
Salvador Zimbaldi – PSDB – Sim
Sílvio Torres – PSDB – Sim
Telma de Souza – Bloco/PT – Não
Tuga Angerami – PSDB – Não
Ushitaro Kamia – PPB – Sim
Valdemar Costa Neto – PL – Sim
Vicente Cascione – PTB – Sim
Wagner Rossi – Bloco/PMDB – Sim
Zulaiê Cobra – PSDB – Sim

Mato Grosso

Antônio Joaquim – Bloco/PDT – Sim
Gilney Viana – Bloco – PT – Não
Murilo Domingos – PTB – Sim
Pedro Henry – PSDB – Sim
Rodrigues Palma – PTB – Sim
Rogério Silva – PFL – Sim

Tete Bezerra – Bloco/PMDB – Sim
Welinton Fagundes – PL – Sim

Distrito Federal

Agnelo Queiroz – Bloco/PCdoB – Não
Augusto Carvalho – PPS – Não
Chico Vigilante – Bloco/PT – Não
Jofran Frejat – PPB – Sim
Maria Laura – Bloco/PT – Não
Osório Adriano – PFL – Sim
Wigberto Tartuce – PPB – Sim

Goiás

Aldo Arantes – Bloco/PCdoB – Não
Barbosa Neto – Bloco/PMDB – Sim
João Natal – Bloco/PMDB – Sim*
Lídia Quinan – Bloco/PMDB – Sim
Marconi Perillo – PSDB – Sim
Maria Valadão – PTB – Sim
Nair Xavier Lobo – Bloco/PMDB – Sim
Orcino Gonçalves – Bloco/PMDB – Sim
Pedro Canedo – PL – Sim
Pedro Wilson – Bloco/PT – Não
Roberto Balestra – PPB – Sim
Rubens Cosac – Bloco/PMDB – Sim
Vilmar Rocha – PFL – Sim

Mato Grosso do Sul

Dilso Speráfico – PSDB – Sim
Flávio Derzi – PPB – Sim
Marçal Filho – PSDB – Sim
Marilu Guimarães – PFL – Sim
Marisa Serrano – PSDB – Sim
Nelson Trad – PTB – Sim
Oscar Goldoni – Bloco/PMDB – Sim
Saulo Queiroz – PFL – Sim

Paraná

Abelardo Lupion – PFL – Sim
Affonso Camargo – PFL – Sim
Alexandre Ceranto – PFL – Sim
Antônio Ueno – PFL – Sim
Basilio Villani – PSDB – Sim
Chico da Princesa – PTB – Sim
Dilceu Sperafico – PPB – Sim
Djalma de Almeida César – Bloco/PMDB – Sim
Fernando Ribas Carli – PDT – Sim
Flávio Arns – PSDB – Sim
Hermes Parcianello – Bloco/PMDB – Sim
João Iensen – PPB – Sim
José Borba – PTB – Sim
José Janene – PPB – Sim
Luciano Pizzatto – PFL – Sim
Luiz Carlos Hauly – PSDB – Sim
Maurício Requião – Bloco/PMDB – Sim
Max Rosenmann – PSDB – Sim
Moacir Micheletto – Bloco/PMDB – Sim
Nedson Micheleti – Bloco/PT – Não
Nelson Meurer – PPB – Sim
Odílio Balbinotti – PSDB – Sim
Paulo Bernardo – Bloco/PT – Não
Paulo Cordeiro – PFL – Sim
Renato Johnsson – PSDB – Sim
Ricardo Barros – PPB – Sim
Ricardo Gomyde – Bloco/PCdoB – Não
Valdomiro Meger – PFL – Sim
Werner Wanderer – PFL – Sim

Santa Catarina

Dejandir Dalpasquale – Bloco/PMDB – Sim
Dércio Knop – Bloco/PDT – Sim
Edinho Bez – Bloco/PMDB – Sim
Edison Andrino – Bloco/PMDB – Abstenção
Hugo Biehl – PPB – Sim
João Pizzolatti – PPB – Sim
José Carlos Vieira – PFL – Sim
Milton Mendes – Bloco/PT – Não
Neuto de Conto – Bloco/PMDB – Sim
Paulo Bauer – PFL – Sim
Paulo Bornhausen – PFL – Sim
Paulo Gouvea – PFL – Sim
Serafim Venzon – Bloco/PDT – Sim
Valdir Colatto – Bloco/PMDB – Sim
Vânio dos Santos – Bloco/PT – Não

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – Bloco/PT – Não
Adroaldo Streck – PSDB – Sim
Adylson Motta – PPB – Sim
Airton Dipp – Bloco/PDT – Sim
Arlindo Vargas – PTB – Sim
Augusto Nardes – PPB – Sim
Carlos Cardinal – Bloco/PDT – Sim
Darcísio Perondi – Bloco/PMDB – Sim
Ênio Bacci – Bloco/PDT – Sim
Esther Grossi – Bloco/PT – Não
Ezidio Pinheiro – PSDB – Sim
Fetter Júnior – PPB – Sim
Germano Rigotto – Bloco/PMDB – Sim
Jair Soares – PPB – Sim
Jarbas Lima – PPB – Sim
Júlio Redecker – PPB – Sim
Luiz Roberto Ponte – Bloco/PMDB – Sim
Matheus Schmidt – Bloco/PDT – Sim
Miguel Rossetto – Bloco/PT – Não
Nelson Harter – Bloco/PMDB – Sim

Nelson Marchezan – PSDB – Sim
Odacir Klein – Bloco/PMDB – Sim
Osvaldo Biolchi – PTB – Sim
Paulo Paim – Bloco/PT – Não
Paulo Ritzel – Bloco/PMDB – Sim
Renan Kurtz – Bloco/PDT – Sim
Valdeci Oliveira – Bloco/PT – Não
Waldomiro Fioravante – Bloco/PT – Não
Wilson Cignachi – Bloco/PMDB – Sim
Yeda Crusius – PSDB – Sim

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. LUCIANO ZICA (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, comunico a esta Casa que hoje recorremos, na Comissão de Minas e Energia...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O assunto é relativo à matéria em votação, Sr. Deputado?

O SR. LUCIANO ZICA – Não, Sr. Presidente, mas V. Ex.ª já proclamou o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Solicito a V. Ex.ª que aguarde o término da votação dos destaques. Quando a terminarmos, com muito prazer concederei a palavra a V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Passa-se à votação dos destaques. Votaremos, em primeiro lugar, requerimento para votação em globo dos destaques simples, de seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 162, inciso XIV, do Regimento Interno, votação em globo dos destaques simples apresentados à PEC 338/96.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 1997. – **LUÍS EDUARDO**, Líder do Governo – **Arnaldo Madeira**, Vice-Líder do PSDB – **Wagner Rossi**, Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA – **Gerson Peres**, Vice-Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim" ao requerimento.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota "sim".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro vota "sim".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Bloco de Oposição vota "não".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. EDISON ANDRINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. EDISON ANDRINO (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero retificar meu voto na votação anterior. No painel está registrado "abstenção", mas meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – V. Ex.ª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação, em globo, os destaques simples.

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO
(Simples)

Senhor Presidente,

Com base no art. 161, inciso I, § 2º, requeremos Destaque para Votação em Separado do art. 2º da PEC n.º 338-C/95. – Deputado **José Machado,** Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB.

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO
(Simples)

Senhor Presidente,

Com base no art. 161, inciso I, § 2º, requeremos Destaque para votação em separado do art. 4º do **Substitutivo à PEC n.º 338-C/95.** – Deputado **José Machado,** Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB.

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 101, inciso II, alínea **b,** item 4; art. 161 e § 2º, e art. 162 do Regimento Interno, destaque para suprimir a expressão "incisos II a VIII", constante da redação do art.

42, § 1º, da Constituição, dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda Constitucional n.º 338, de 1996. – **Arnaldo Faria de Sá,** Vice-Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora iremos votar contra os destaques.

O PSB vota "não".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – O PTB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – O Partido Progressista Brasileiro vota "não", Sr. Presidente.

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – O Bloco diverge, Sr. Presidente. O PDT vota "não" aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PDT vota "não" aos destaques.

E o PT, como vota, Deputado José Machado?

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, subscrevemos dois destaques simples, que neste momento serão votados globalmente. Um dos destaques refere-se à votação em separado do art. 2º da PEC n.º 338, de 1995, e o outro é para votação em separado do art. 4º do mesmo substitutivo.

Estamos votando a favor desses destaques, porque estamos sendo coerentes com a votação do substitutivo, da matéria principal, e já defendemos nossa posição quando votamos pela rejeição da PEC.

A nosso juízo, a proposta de emenda constitucional irá proporcionar tratamento diferenciado aos servidores militares. Argumentamos contra essa separação, ainda que reconheçamos o papel diferenciado das Forças Armadas e a necessidade de aprofundar o debate sobre seu papel na sociedade brasileira. Votamos contra a PEC e encaminhamos favoravelmente aos destaques, exatamente porque não aceitamos a idéia de que os servidores militares tenham tratamento diferenciado quanto à remuneração. Isso é uma discriminação contra os servidores públicos civis.

Portanto, do mesmo modo que somos pela rejeição da PEC, coerentemente com essa posição em primeiro turno e com a votação em segundo turno, agora encaminhamos voto favorável a esses destaques por entender que estamos sendo coerentes com a visão que temos defendido ao longo do debate nesta Legislatura em torno das reformas da Previdência e administrativa, em defesa de um serviço público de boa qualidade e transparente e de uma reforma democrática do Estado brasileiro, que o coloque a serviço da sociedade.

Somos contra toda e qualquer política que leve a cabo o desmantelamento dos serviços públicos, que passa pelas propostas em curso nesta Casa, pela desmoralização e desqualificação do servidor público civil.

Por essa razão, em que pese ao reconhecimento de que o debate em torno das Forças Armadas é qualificado, de alto nível, e enaltecendo o papel relevante que elas têm na construção estratégica da Nação brasileira, nós, sem aceitarmos a pecha de corporativismo, achamos que a aprovação dessa PEC e a rejeição dos nossos destaques levam a uma desqualificação e a uma desmoralização ainda maior do quadro de servidores públicos civis. E a Oposição, aqui representada pelo Partido dos Trabalhadores, não aceita isso em hipótese alguma. Portanto, nossa posição ficará registrada nos Anais da Casa. Nunca renunciaremos à nossa posição ao longo de todo o debate sobre as reformas constitucionais.

Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente aos destaques.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acompanhamos a fundamentação do Deputado José Machado, e a Liderança do PCdoB encaminha o voto "sim" aos destaques simples.

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeitamos as ponderações feitas pelo nobre Deputado José Machado, que sempre tem pautado sua atuação em normas da melhor qualidade.

Mas, Sr. Presidente, o PMDB entende que não há forma mais discriminatória do que tratamento igualitário para situações diferentes. Trata-se, no caso, de uma das instituições fundamentais da Pátria brasileira: as Forças Armadas. Por isso, todo o esforço em dar a elas estatuto constitucional que lhes seja próprio, exclusivo, do qual necessitam e são merecedores.

Assim, o PMDB vota "não", pela rejeição das emendas.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "não", pela rejeição dos requerimentos simples.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "não".

O SR. VICENTE ANDRÉ GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. VICENTE ANDRÉ GOMES (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Quem estiver de acordo com os requerimentos permaneça como se acha. (Pausa.)

Rejeitados.

O SR. HAROLDO SABÓIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. HAROLDO SABÓIA (Bloco/PT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de bancada do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.ª, nos termos do art.101, inciso II, alínea **b**, item 4; art. 161, inciso V e § 2º, e art.162 do Regimento Imterno, destaque para suprimir a expressão "incisos II a VIII", constante da redação do art. 42, § 1º, da Constituição, dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda Constitucional n.º 338, de 1996.

Assinam: **Simara Elleri,** Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL; **Arnaldo Faria de Sá,** Vice-Líder do PPB; **Matheus Schmidit,** Vice-Líder do Bloco Parlamentar do PT/PDT/PC do B; **Wagner Rossi,** Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona; **Duílio Pisanesch,** Vice-Líder do PTB; **Fernando Gabeira,** PV; e **Arnaldo Madeira,** Vice-Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ DE ABREU – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ DE ABREU (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "sim".

O SR. MAGNO BACELAR (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação nominal anterior, meu voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação a expressão destacada. Como votam os Srs. Líderes?

Quem quiser manter a expressão, vota "sim"; quem quiser apoiar o destaque e suprimir a expressão, vota "não".

O SR. NILSON GIBSON (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "não", para retirar.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota "não".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria alertar V. Ex.ª para essa mexida na emenda. Podemos incorrer em grave erro de inconstitucionalidade na aplicação, para os militares dos Estados, do inciso I do art. 142, § 3º. Na hora em que vamos tirar – só quero alertar – do inciso II ao VIII, deixamos para aplicar o inciso I, conseqüentemente. Vou ler o inciso I:

As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres... – quero apenas deixar registrado nos Anais, porque possivelmente vamos incorrer numa inconstitucionalidade–... a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos de postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas.

Apenas para alertar, mexemos muito – eu fui um dos que mexeram –, mas vamos votar conforme o acordo.

O PPB vota "não".

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição encaminha o voto "não".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto "não".

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recomendo o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, queiram sentar-se. Vamos votar. Convoco os Srs. Deputados para virem ao plenário.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não'.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "não".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto "sim", para manter a expressão "incisos II a VIII".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PFL vota "não", para manter de I a X.

O SR. ALDO ARANTES (Bloco/PCdoB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Srs. Deputados, queiram selecionar os seus votos.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar o botão preto no painel até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que ainda não registraram os seus votos queiram fazê-lo nas bancadas que estiverem com as luzes acesas. O procedimento é o mesmo dos postos avulsos: registrar código de votação, selecionar o voto e apertar o botão preto.

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

O SR. VICENTE ANDRÉ GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. VICENTE ANDRÉ GOMES (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não".

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT mantém a posição explicitada há pouco, vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB e o Bloco encaminham o voto "não".

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista encaminha o voto "não".

O SR. JOSÉ MACHADO (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O SR. ALDO ARANTES (Bloco/PCdoB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, recomenda o voto "não".

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB pede atenção, pois estamos votando "não" desta vez.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não".

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de oposição vota "sim" e alerta o Plenário para as palavras providenciais do Deputado Gerson Peres sobre a possibilidade de estarmos incursionando em grave inconstitucionalidade.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB recomenda o voto "não".

O SR. CARLOS MELLES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS MELLES (PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria retificar meu voto na votação da PEC nº 338: "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro recomenda o voto "não".

O SR. WAGNER ROSSI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB pede atenção aos Srs. Deputados do Bloco. O PMDB vota "não".

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de oposição vota "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não", para tirar aquela expressão, suprimindo os incisos II ao VIII e preservando o I.

O PFL recomenda o voto "não".

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "não".

O SR. ALCIDES MODESTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. ALCIDES MODESTO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. ANTONIO UENO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.a a palavra.

O SR. ANTONIO UENO (PFL – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei "sim", mas o meu voto é "não".

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex.a a palavra.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto foi "sim".

O SR. MATHEUS SCHMIDT – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MATHEUS SCHMIDT (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT está votando "não".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não".

O SR. LIMA NETTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LIMA NETTO (PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria confirmar o meu voto "não", não tenho certeza se votei certo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT recomenda o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB pede aos Srs. Deputados que venham ao plenário. Esta é a última votação, e o PMDB vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT recomenda o voto "sim".

O SR. SERAFIM VENZON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SERAFIM VENZON (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, equivoquei-me. O meu voto é "não".

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

O SR. SILAS BRASILEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SILAS BRASILEIRO (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei "sim". É para efeito de registro.

O SR. HERMES PARCIANELLO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HERMES PARCIANELLO (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma retificação de voto. Votei "sim", mas o voto correto é "não", e gostaria que constasse em ata.

A SRA. SIMARA ELLERY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Bloco do PMDB vota "não".

O SR. WOLNEY QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (Bloco/PDT – PE. Sem revisão do orador.)– Sr. Presidente, gostaria que constasse em ata que votei "sim", mas meu voto é "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não" e faz um apelo aos Srs. Parlamentares para que venham ao plenário, a fim de que possamos concluir a votação desta PEC. O PFL recomenda o voto "não".

O SR. ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, recomenda o voto "não".

A SRA. VANESSA FELIPPE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. VANESSA FELIPPE (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.) –Sr. Presidente, apenas a título de segurança, eu, que já retifiquei meu voto, vou retificar mais uma vez: na votação anterior, eu votei "não", mas queria votar "sim".

O SR. DILCEU SPERAFICO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. DILCEU SPERAFICO (PPB – PR. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, quero retificar meu voto. Votei "sim", mas meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Esclareço aos Srs. Parlamentares que na terça-feira da próxima semana haverá sessão ordinária, com pauta, às 14h.

A SRA. SIMARA ELLERY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. ENIO BACCI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero retificar meu voto. Votei "sim", mas meu voto é "não".

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB pede aos Deputados que venham ao plenário. Esta é a última votação. O PMDB vota "não".

O SR. ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não" e pede aos Srs. Parlamentares que venham ao plenário.

O SR. PEDRO VALADARES (PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB recomenda o voto "não".

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores recomenda o voto "sim".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham ao plenário, a fim de que possamos concluir esta votação.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB também recomenda o voto "não".

O SR. PADRE ROQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PADRE ROQUE (Bloco/PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior a esta, meu voto foi "não". Quero deixar registrado o meu voto "não" na votação anterior a esta.

A SRA. SIMARA ELLERY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria retificar meu voto na votação anterior. Infelizmente, achei que o partido estivesse votando "sim", mas nosso partido está votando "não". Então, votei "sim", mas meu voto é "não".

O SR. ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o voto do PFL é "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB comunica aos Srs. Deputados do Bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA que ainda estamos em processo de votação.

O PMDB vota "não".

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL informa aos Deputados que estão chegando ao plenário que o voto é "não".

O SR. DUILIO PISANESCHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

A SRA. DALILA FIGUEIREDO (PSDB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda o voto "não" e reitera o apelo aos Srs. Parlamentares no sentido de que venham ao plenário, para concluirmos esta votação.

Na votação anterior – votação em segundo turno do substitutivo do Relator – votaram 437 Srs. Parlamentares. Nesta, votaram, até agora, 398 Srs. Deputados. Faltam 39 Srs. Deputados que votaram na primeira votação. Além do mais, estão presentes na Casa 461 Srs. Deputados.

Por isso, apelamos aos nobres colegas para que venham ao plenário, para concluirmos a votação desse destaque relativo à PEC 338, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

O PFL recomenda o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "não".

O SR. ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

A SRA. SIMARA ELLERY (Bloco/PMDB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB está votando "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Todos votaram?

Está encerrada a votação.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que votei "não" e meu nome não apareceu no painel. Só agora observei.

O SR. RAUL BELÉM (PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

O SR. BASÍLIO VILLANI (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

O SR. JOSÉ BORBA (PTB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou anunciar o resultado da votação: 65 votos "sim", 338 votos "não" e 2 abstenções. Total de votantes: 405.

A expressão foi suprimida.

VOTARAM OS SEGUINTE SENHORES DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – Bloco/PMDB – Não
Francisco Rodrigues – PTB – Não
Luís Barbosa – PPB – Não
Robério Araújo – PPB – Não
Salomão Cruz – PSDB – Abstenção

Amapá

Antônio Feijão – PSDB – Não
Eraldo Trindade – PPB – Não
Fátima Pelaes – PSDB – Não
Murilo Pinheiro – PFL – Não
Sérgio Barcellos – PFL – Não
Valdenor Guedes – PPB – Não

Pará

Anivaldo Vale – PSDB – Não
Asdrúbal Bentes – Bloco/PMDB – Não
Benedito Guimarães – PPB – Não
Geraldo Pastana – Bloco/PT – Sim
Gerson Peres – PPB – Não
Giovanni Queiroz – Bloco/PDT – Não
José Priante – Bloco/PMDB – Não
Mário Martins – Bloco/PMDB – Não
Nícias Ribeiro – PSDB – Não
Olávio Rocha – PSDB – Não
Paulo Rocha – Bloco/PT – Sim
Raimundo Santos – PFL – Não
Vic Pires Franco – PFL – Não

Amazonas

Cláudio Chaves – PFL – Não
João Thomé Mestrinho – Bloco/PMDB – Não
Luiz Fernando – PSDB – Não
Pauderney Avelino – PFL – Não

Rondônia

Confúcio Moura – Bloco/PMDB – Não
Emerson Olavo Pires – PSDB – Não
Eurípedes Miranda – Bloco/PDT – Não
Expedito Júnior – PFL – Não
Marinha Raupp – PSDB – Não
Moisés Bennesby – PSDB – Não
Oscar Andrade – PFL – Não
Silvernani Santos – PFL – Não

Acre

Carlos Airton – PPB – Não
Célia Mendes – PPB – Não
Chicão Brígido – Bloco/PMDB – Não
Emílio Assmar – PPB – Não
João Tota – PPB – Não
Osmir Lima – PFL – Não
Regina Lino – Bloco/PMDB – Não
Zila Bezerra – PFL – Não

Tocantins

Antônio Jorge – PFL – Não
Darci Coelho – PFL – Não
Dolores Nunes – PFL – Não
Freire Júnior – Bloco/PMDB – Não
Melquíades Neto – PFL – Sim
Osvaldo Reis – PPB – Não
Udson Bandeira – Bloco/PMDB – Não

Maranhão

César Bandeira – PFL – Não
Costa Ferreira – PFL – Não
Davi Alves Silva – PPB – Não
Eliseu Moura – PL – Não
Haroldo Sabóia – Bloco/PT – Sim
Magno Bacelar – PFL – Não
Neiva Moreira – Bloco/PDT – Não
Remi Trinta – PL – Não
Roberto Rocha – PSDB – Não
Sebastião Madeira – PSDB – Não

Ceará

Aécio de Borba – PPB – Não
Aníbal Gomes – PSDB – Não
Antônio Balhmann – PSDB – Sim
Arnon Bezerra – PSDB – Não
Edson Silva – PSDB – Não
Gonzaga Mota – Bloco/PMDB – Não
Inácio Arruda – Bloco/PCdoB – Sim
José Linhares – PPB – Não
José Pimentel – Bloco/PT – Sim

Leônidas Cristino – PPS – Não
Pimentel Gomes – PSDB – Não
Pinheiro Landim – Bloco/PMDB – Não
Raimundo Gomes de Matos – PSDB – Não
Rommel Feijó – PSDB – Não
Ubiratan Aguiar – PSDB – Não
Vicente Arruda – PSDB – Não

Piauí

Alberto Silva – Bloco/PMDB – Não
Ari Magalhães – PPB – Não
B. Sá – PSDB – Não
Ciro Nogueira – PFL – Não
Felipe Mendes – PPB – Não
Heráclito Fortes – PFL – Não
João Henrique – Bloco/PMDB – Não
Júlio César – PFL – Não
Mussa Demes – PFL – Não
Paes Landim – PFL – Não

Rio Grande do Norte

Augusto Viveiros – PFL – Não
Betinho Rosado – PFL – Não
Cipriano Correia – PSDB – Não
Henrique Eduardo Alves – Bloco/PMDB – Não
Iberê Ferreira – PPB – Não

Paraíba

Adauto Pereira – PFL – Não
Álvaro Gaudêncio Neto – PFL – Não
Armando Abílio – Bloco/PMDB – Não
Efraim Morais – PFL – Não
Enivaldo Ribeiro – PPB – Não
Gilvan Freire – PSB – Sim
Ivandro Cunha Lima – Bloco/PMDB – Não
Roberto Paulino – Bloco/PMDB – Não
Wilson Braga – PSDB – Não

Pernambuco

Ademir Cunha – PFL – Não
Álvaro Ribeiro – PSB – Não
Antônio Geraldo – PFL – Não
Fernando Ferro – Bloco/PT – Sim
Fernando Lyra – PSB – Não
Gonzaga Patriota – PSB – Não
Humberto Costa – Bloco/PT – Sim
Inocêncio Oliveira – PFL – Não
João Colaço – PSB – Não
José Chaves – Bloco/PMDB – Não
José Mendonça Bezerra – PFL – Não
Mendonça Filho – PFL – Não
Nilson Gibson – PSB – Não
Pedro Correa – PPB – Não
Roberto Fontes – PFL – Não
Salatiel Carvalho – PPB – Não
Severino Cavalcanti – PPB – Não
Sílvio Pessoa – Bloco/PMDB – Não
Vicente André Gomes – PSB – Não
Wolney Queiroz – Bloco/PDT – Sim

Alagoas

Augusto Farias – PFL – Não
Benedito de Lira – PFL – Não
Ceci Cunha – PSDB – Não
Fernando Torres – PSDB – Não
José Thomaz Nonô – PSDB – Não
Moacyr Andrade – PPB – Não
Pedro Luís Albuquerque – PFL – Não

Sergipe

Adelson Ribeiro – PSDB – Não
Carlos Magno – PFL – Não
José Teles – PPB – Não
Marcelo Déda – Bloco/PT – Sim
Pedro Valadares – PSB – Não

Bahia

Alcides Modesto – Bloco/PT – Sim
Aroldo Cedraz – PFL – Não
Benito Gama – PFL – Não
Cláudio Cajado – PFL – Não
Colbert Martins – PPS – Não
Coriolano Sales – Bloco/PDT – Sim
Domingos Leonelli – PSB – Não
Eujácio Simões – PL – Não
Félix Mendonça – PTB – Não
Geddel Vieira Lima – Bloco/PMDB – Não
Haroldo Lima – Bloco/PCdoB – Sim
Jaime Fernandes – PFL – Não
Jairo Azi – PFL – PFL – Não
Jairo Carneiro – PFL – Não
Jaques Wagner – Bloco/PT – Sim
João Almeida – PSDB – Não
João Carlos Bacelar – PFL – Não
João Leão – PSDB – Não
Jonival Lucas – PFL – Não
José Lourenço – PFL – Não
José Rocha – PFL – Não
Leur Lomanto – PFL – Não
Luís Eduardo – PFL – Não
Luiz Alberto – Bloco/PT – Sim
Luiz Braga – PFL – Não
Luiz Moreira – PFL – Não
Manoel Castro – PFL – Não
Mário Negromonte – PSDB – Não
Pedro Irujo – Bloco/PMDB – Não

Prisco Viana – PPB – Não
Roberto Santos – PSDB – Sim
Sérgio Carneiro – Bloco/PDT – Não
Severiano Alves – Bloco/PDT – Sim
Simara Ellery – Bloco/PMDB – Não
Ursicino Queiroz – PFL – Não
Walter Pinheiro – Bloco/PT – Sim

Minas Gerais

Ademir Lucas – PSDB – Não
Aécio Neves – PSDB – Não
Antônio do Valle – Bloco/PMDB – Não
Aracely de Paula – PFL – Não
Armando Costa – Bloco/PMDB – Não
Bonifácio de Andrada – PSDB – Não
Carlos Melles – PFL – Não
Danilo de Castro – PSDB – Não
Elias Murad – PSDB – Não
Francisco Horta – PFL – Não
Genésio Bernardino – Bloco/PMDB – Não
Hugo Rodrigues da Cunha – PFL – Não
Ibrahim Abi-Ackel – PPB – Não
Israel Pinheiro – PTB – Não
Jaime Martins – PFL – Não
Joana d'Arc – Bloco/PT – Sim
João Fassarella – Bloco/PT – Não
João Magalhães – Bloco/PMDB – Não
José Rezende – PPB – Não
Leopoldo Bessone – PTB – Não
Márcio Reinaldo Moreira – PPB – Não
Marcos Lima – Bloco/PMDB – Não
Mário de Oliveira – PPB – Não
Nárcio Rodrigues – PSDB – Não
Neif Jabur – PPB – Não
Nilmário Miranda – Bloco/PT – Sim
Octávio Elisio – PSDB – Sim
Odelmo Leão – PPB – Não
Osmânio Pereira – PSDB – Não
Paulo Delgado – Bloco/PT – Sim
Paulo Heslander – PTB – Não
Roberto Brant – PSDB – Não
Romel Anízio – PPB – Não
Ronaldo Perim – Bloco/PMDB – Não
Sérgio Miranda – Bloco/PCdoB – Sim
Sérgio Naya – PPB – Não
Silas Brasileiro – Bloco/PMDB – Não
Sílvio Abreu – Bloco/PDT – Não
Tilden Santiago – Bloco/PT – Sim
Vittorio Medioli – PSDB – Não
Wagner do Nascimento – PPB – Não
Zaire Rezende – Bloco/PMDB – Sim

Espírito Santo

Adelson Salvador – Bloco/PMDB – Não
Etevalda Grassi de Menezes – Bloco/PMDB – Não
João Coser – Bloco/PT – Sim
Luiz Buaiz – PL – Não
Marcus Vicente – PSDB – Não
Nilton Baiano – PPB – Não
Rita Camata – Bloco/PMDB – Não
Roberto Valadão – Bloco/PMDB – Não

Rio de Janeiro

Alcione Athayde – PPB – Não
Aldir Cabral – PFL – Não
Alexandre Santos – PSDB – Não
Candinho Mattos – PSDB – Não
Carlos Alberto Campista – PFL – Não
Carlos Santana – Bloco/PT – Sim
Cidinha Campos – Bloco/PDT – Não
Eurico Miranda – PPB – Não
Fernando Gabeira – PV – Sim
Fernando Gonçalves – PTB – Não
Fernando Lopes – Bloco/PDT – Sim
Francisco Silva – PPB – Não
Jair Bolsonaro – PPB – Não
Jandira Feghali – Bloco/PCdoB – Sim
João Mendes – PPB – Não
Jorge Wilson – Bloco/PMDB – Não
José Egydio – PFL – Não
Laprovita Vieira – PPB – Não
Laura Carneiro – PFL – Não
Lima Netto – PFL – Não
Márcia Cibilis Viana – Bloco/PDT – Não
Milton Temer – Bloco/PT – Sim
Miro Teixeira – Bloco/PDT – Não
Moreira Franco – Bloco/PMDB – Não
Noel de Oliveira – Bloco/PMDB – Não
Osmar Leitão – PPB – Não
Paulo Feijó – PSDB – Não
Roberto Campos – PPB – Não
Ronaldo Santos – PSDB – Não
Rubem Medina – PFL – Não
Simão Sessim – PPB – Não
Vanessa Felippe – PFL – Não

São Paulo

Alberto Goldman – PSDB – Não
Aldo Rebelo – Bloco/PCdoB – Sim
Almino Affonso – PSB – Sim
Aloysio Nunes Ferreira – PSDB – Não
Antônio Carlos Pannunzio – PSDB – Não
Arlindo Chinaglia – Bloco/PT – Sim

Arnaldo Faria de Sá – PPB – Não
Arnaldo Madeira – PSDB – Sim
Ary Kara – PPB – Não
Carlos Apolinário – Bloco/PMDB – Não
Carlos Nelson – Bloco/PMDB – Não
Corauci Sobrinho – PFL – Não
Cunha Lima – PPB – Não
Dalila Figueiredo – PSDB – Não
De Velasco – Bloco/PRONA – Não
Duílio Pisaneschi – PTB – Não
Edinho Araújo – Bloco/PMDB – Não
Eduardo Coelho – PSDB – Não
Fausto Martello – PPB – Não
Fernando Zuppo – Bloco/PDT – Não
Franco Montoro – PSDB – Não
Hélio Bicudo – Bloco/PT – Sim
Hélio Rosas – Bloco/PMDB – Não
Ivan Valente – Bloco/PT – Sim
Jair Meneguelli – Bloco/PT – Sim
João Melão Neto – PFL – Não
João Paulo – Bloco/PT – Sim
José Aníbal – PSDB – Não
José Augusto – PPS – Sim
José Coimbra – PTB – Não
José de Abreu – PSDB – Não
José Genoíno – Bloco/PT – Sim
José Machado – Bloco/PT – Sim
José Pinotti – PSB – Não
Koyu Iha – PSDB – Não
Lamartine Posella – PPB – Não
Luciano Zica – Bloco/PT – Sim
Luiz Eduardo Greenhalgh – Bloco/PT – Sim
Luiz Máximo – PSDB – Não
Maluly Netto – PFL – Não
Marcelo Barbieri – Bloco/PMDB – Sim
Marcos Vinícius de Campos – PFL – Não
Michel Temer – Bloco/PMDB – Abstenção (art. 17, § 1º do RICD)
Nelson Marquezelli – PTB – Não
Paulo Lima – PFL – Não
Pedro Yves – PPB – Não
Ricardo Izar – PPB – Não
Robson Tuma – PFL – Não
Salvador Zimbaldi – PSDB – Não
Sílvio Torres – PSDB – Não
Telma de Souza – Bloco/PT – Sim
Tuga Angerami – PSDB – Sim
Ushitaro Kamia – PPB – Não
Valdemar Costa Neto – PL – Não
Vicente Cascione – PTB – Não
Wagner Rossi – Bloco/PMDB – Não
Zulaiê Cobra – PSDB – Não

Mato Grosso

Antônio Joaquim – Bloco/PDT – Não
Murilo Domingos – PTB – Não
Pedro Henry – PSDB – Não
Rodrigues Palma – PTB – Não
Rogério Silva – PFL – Não
Teté Bezerra – Bloco/PMDB – Não
Welinton Fagundes – PL – Não

Distrito Federal

Agnelo Queiroz – Bloco/PCdoB – Sim
Augusto Carvalho – PPS – Sim
Benedito Domingos – PPB – Não
Chico Vigilante – Bloco/PT – Sim
Jofran Frejat – PPB – Não
Maria Laura – Bloco/PT – Sim
Osório Adriano – PFL – Não
Wigberto Tartuce – PPB – Não

Goiás

Aldo Arantes – Bloco/PCdoB – Sim
João Natal – Bloco/PMDB – Não
Lídia Quinan – Bloco/PMDB – Não
Marconi Perillo – PSDB – Não
Maria Valadão – PTB – Não
Nair Xavier Lobo – Bloco/PMDB – Não
Orcino Gonçalves – Bloco/PMDB – Não
Pedro Wilson – Bloco/PT – Sim
Roberto Balestra – PPB – Não
Rubens Cosac – Bloco/PMDB – Não
Vilmar Rocha – PFL – Não

Mato Grosso do Sul

Dilso Sperafico – PSDB – Não
Marçal Filho – PSDB – Não
Marilu Guimarães – PFL – Não
Marisa Serrano – PSDB – Não
Nelson Trad – PTB – Não
Oscar Goldoni – Bloco/PMDB – Não
Saulo Queiroz – PFL – Não

Paraná

Abelardo Lupion – PFL – Não
Alexandre Ceranto – PFL – Não
Antônio Ueno – PFL – Sim
Chico da Princesa – PTB – Não
Dilceu Sperafico – PPB – Sim
Djalma de Almeida César – Bloco/PMDB – Não
Fernando Ribas Carli – Bloco/PDT – Não
Flávio Arns – PSDB – Não
Hermes Parcianello – Bloco/PMDB – Sim
João Iensen – PPB – Não
José Janene – PPB – Não

Luciano Pizzatto – PFL – Não
Luiz Carlos Hauly – PSDB – Não
Maurício Requião – Bloco/PMDB – Não
Max Rosenmann – PSDB – Não
Moacir Micheletto – Bloco/PMDB – Não
Nedson Micheleti – Bloco/PT – Sim
Nelson Meurer – PPB – Não
Odílio Balbinotti – PSDB – Não
Padre Roque – Bloco/PT – Sim
Paulo Bernardo – Bloco/PT – Sim
Paulo Cordeiro – PFL – Não
Renato Johnsson – PSDB – Não
Valdomiro Meger – PFL – Não
Werner Wanderer – PFL – Não

Santa Catarina

Dejandir Dalpasquale – Bloco/PMDB – Não
Dércio Knop – Bloco/PDT – Sim
Edinho Bez – Bloco/PMDB – Não
Edison Andrino – Bloco/PMDB – Não
Hugo Biehl – PPB – Não
João Pizzolatti – PPB – Não
José Carlos Vieira – PFL – Não
Mário Cavallazzi – PPB – Não
Milton Mendes – Bloco/PT – Sim
Neuto de Conto – Bloco/PMDB – Não
Paulo Bauer – PFL – Não
Paulo Gouvea – PFL – Não
Serafim Venzon – Bloco/PDT – Sim
Valdir Colatto – Bloco/PMDB – Não

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – Bloco/PT – Sim
Adylson Motta – PPB – Não
Aírton Dipp – Bloco/PDT – Não
Arlindo Vargas – PTB – Não
Augusto Nardes – PPB – Não
Carlos Cardinal – Bloco/PDT – Não
Darcísio Perondi – Bloco/PMDB – Não
Ênio Bacci – Bloco/PDT – Sim
Esther Grossi – Bloco/PT – Sim
Ezídio Pinheiro – PSDB – Não
Fetter Júnior – PPB – Não
Germano Rigotto – Bloco/PMDB – Não
Jair Soares – PPB – Não
Jarbas Lima – PPB – Não
Júlio Redecker – PPB – Não
Luís Roberto Ponte – Bloco/PMDB – Não
Matheus Schmidt – Bloco/PDT – Não
Miguel Rossetto – Bloco/PT – Sim
Nelson Harter – Bloco/PMDB – Não
Odacir Klein – Bloco/PMDB – Não
Osvaldo Biolchi – PTB – Não
Paulo Paim – Bloco/PT – Sim
Paulo Ritzel – Bloco/PMDB – Não
Renan Kurtz – Bloco/PDT – Não
Valdeci Oliveira – Bloco/PT – Sim
Waldomiro Fioravante – Bloco/PT – Sim

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte Redação Final:

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 338-D, DE 1996

Dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37, inciso XV, da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. .....

.....

XV – os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I;

....."

Art. 2º A Seção II do Capítulo VII do Título III da Constituição passa a denominar-se "Dos Servidores Públicos" e a Seção III do Capítulo VII do Título III da Constituição Federal passa a denominar-se "Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", dando-se ao art. 42 a seguinte redação:

"Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 3º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos Governadores.

§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 4º e 5º; e aos militares do Distrito Federal e dos Territórios, o disposto no art. 40, § 6º."

Art. 3º O inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61 .....

§ 1º .....

.....

II – .....

.....

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

.....

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

Art. 4º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 142 da Constituição:

"Art. 142. .....

.....

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

I – as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, e uso dos uniformes das Forças Armadas;

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III – O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

V – o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

VI – o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;

VII – o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;

VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV, e XV;

IX – aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 4º, 5º e 6º;

X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra."

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Werner Wanderer,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que forem pela sua aprovação permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUCIANO ZICA (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra neste momento para comunicar a V. Exª e a esta Casa que recorremos hoje, na Comissão de Minas e Energia, com base nos art. 55, 96 e 119, §§ 2º, 3º e 4º, do Regimento Interno, contra a votação do parecer do Deputado Paulo Bornhausen ao Projeto de Lei nº 3.285/92, que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica.

Requeremos que seja considerado como não escrito o parecer do Deputado Paulo Bornhausen ao Projeto de Lei nº 3.285, de 1992, com base nos artigos que mencionamos do Regimento Interno, porque, como dispõe o art. 55, matérias que não são da

competência de uma Comissão não podem receber desta análise de mérito.

Nesse sentido, queremos alertar o Plenário e a Mesa de que o parecer aprovado na Comissão de Minas e Energia desrespeita o Regimento Interno e o espírito de preservação da Mata Atlântica, considerando como argumento para a votação a inclusão da Mata Atlântica como componente da matriz energética, o que de fato não é. Temos hoje uma parcela remanescente da Mata Atlântica, que não chega a 10% do originalmente existente. Esse parecer contraria também o disposto no art. 225 da Constituição Federal, na medida em que submete a Conselhos Municipais decisão sobre aquilo que o referido artigo estabelece como patrimônio da União: a Mata Atlântica, o Pantanal Mato-Grossense e a Floresta Amazônica brasileira.

Nesse sentido, encaminhamos à Mesa os documentos que fundamentam nosso requerimento, juntamente com um abaixo-assinado de representantes de quinhentas entidades não-governamentais, com a mesma interpretação que fazemos, aguardando o deferimento da Mesa, para que seja considerado como não escrito o parecer aprovado hoje na Comissão de Minas e Energia como substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.285, de 1992.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – A Mesa recebe e encaminha o requerimento de V. Exª

O Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heraclito Fortes, 1º Vice-Presidente.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (Bloco/PT – MG.) – Sr. Presidente, registro com pesar a tragédia, que poderia ter sido evitada, ocorrida ontem na cidade de Juiz de Fora, quando um trem da antiga Rede Ferroviária Federal, hoje MRS Logística, colheu um ônibus escolar que conduzia alunos da Escola Municipal Marcos Freesz, do bairro Eldorado.

Morreram no acidente dois alunos – Paulo Henrique de Souza Rosa, de 8 anos, e Juliana Gonçalves, de 11 anos – e vários outros estão hospitalizados, traumatizando física e psicologicamente todos os passageiros transportados: diretora, vice, supervisora, professores, alunos e comovendo toda a comunidade.

A Rede Ferroviária, Sr. Presidente, há muitos anos tem um projeto de fazer o contorno da cidade de Juiz de Fora, e é essencial que isso seja feito, sendo a precária sinalização do trecho o mais provável responsável pelo acidente.

Peço a Deus que conforte as famílias dos dois alunos e proteja a comunidade da Escola Municipal Marcos Freesz.

O SR. ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PPB – GO. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, quero comunicar ao meu partido, o PPB, e ao meu Líder, Deputado Odelmo Leão, que a partir de hoje estarei em desacordo com a orientação do partido em relação às matérias do Governo. Terei prazer em lutar junto com o partido em relação às matérias que não são de interesse do Governo, mas quanto às matérias de interesse do Governo, infelizmente, estarei em desacordo com a orientação do meu Líder.

Faço a comunicação através da tribuna para não deixar dúvidas quanto ao meu comportamento.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr. Presidente, peço a palavra

pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto foi "não".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a apresentação de um projeto de lei que cria o Conselho Federal dos Despachantes e os Conselhos Regionais.

Os despachantes prestam um grande serviço à população e efetivamente não têm o devido reconhecimento dos seus direitos e também de suas funções.

Por isso, apresentamos esse projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Pergunto se todos os Srs. Deputados já votaram para a eleição dos membros do Conselho da República.

Está encerrada a votação.

Convido para compor a comissão escrutinadora os Srs. Deputados Arlindo Vargas, Alcione Athay-

de, Wolney Queiroz, Moreira Franco, Jairo Azi, João Pizzolatti e Albérico Filho.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o meu voto foi "não".

O SR. LUCIANO CASTRO (PSDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o meu voto foi "não".

O SR. ÁTILA LINS (PFL – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o meu voto foi "não".

O SR. ALBÉRICO FILHO (Bloco/PMDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o meu voto foi "não".

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto não se inicia o processo de apuração, quero manifestar minha solidariedade ao Deputado Luciano Zica pelo recurso apresentado por S.Exa. relativo a decisão de hoje da Comissão de Minas e Energia. Quero ressaltar que a Comissão, hoje, lamentavelmente, cometeu um engano ao aprovar o substitutivo do Deputado Paulo Bornhausen ao projeto do Deputado Fábio Feldman que estabelece a regulamentação do uso da Mata Atlântica. O fato de ter sido aprovado o substitutivo Paulo Bornhausen criou um gravíssimo precedente para a utilização do pouco que ainda resta da Mata Atlântica e que foi colocado por nós, Constituintes, como um patrimônio nacional. Um dos mais graves problemas do substitutivo é transferir ao Município, por intermédio de uma Comissão própria, o direito de decidir sobre o uso da Mata Atlântica. É inconstitucional, a meu ver, que a decisão sobre o uso de um patrimônio nacional seja transferida, em termos de competência, ao Município. É profundamente lamentável que a Comissão tenha tomado essa decisão sobre matéria extremamente delicada. Não podemos esquecer que a Mata Atlântica, além de patrimônio nacional na Constituição brasileira, é também reconhecida pela ONU como um patrimônio natural. Portanto, espero que, sendo o projeto trazido ao Plenário, possamos rejeitar o substitutivo ou aprová-lo com as emendas que apresentamos, o Deputado Luciano Zica e eu, hoje, na Comissão de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Deputado Saulo Queiroz, a Mesa novamente solicita a presença de V. Exª para participar do processo de escrutinação.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "não".

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, desejo registrar meu voto "não" na votação anterior.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "não".

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PTB – AL. Sem revisão do orador) –Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "não".

O SR. SILVIO TORRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dar conhecimento ao Plenário de uma grande obra realizada em São Paulo e inaugurada na última segunda-feira. Não se trata de uma obra de concreto, uma obra que tenha visibilidade, uma obra para aparecer, mas de uma obra que vai no sentido de valorizar a cidadania e que se chama Poupatempo. O que é o Poupatempo? Trata-se de um espaço num prédio público na Secretaria da Fazenda com 6 mil metros quadrados. São 274 serviços à disposição do cidadão, num único local. O mais importante é o tratamento: as pessoas que estarão trabalhando lá são treinadas para resolver os problemas do cidadão, com um atendimento eficiente e personalizado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse espaço público em São Paulo estão instalados os seguintes órgãos ou empresas: CDHU, Caixa Econômica Federal, Comgás, Detran, Eletropaulo, Imprensa Oficial de São Paulo, Instituto de Pesos e Medidas, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Nossa Caixa, Nosso Banco, Polícia Civil, PROCON, SABESP, SEADE, Secretarias da Cultura, do Emprego, da Fazenda e dos Transportes, TELESP e muitos outros. Todos estarão à disposição do cidadão, na Praça da Sé, a área mais movimentada de

São Paulo, logo após uma estação de metrô. Os cidadãos poderão efetuar pagamento de prestações, tirar segundas vias de documentos, fazer licenciamentos, etc. Enfim, é uma série de serviços que vão poupar tempo.

A essa grande obra que o Governo Covas oferece à população de São Paulo chamou-se Poupatempo. Logo mais teremos instalados outros Poupatempos por todo o Estado. Tudo isso mostra que o Governo Covas está cumprindo seu compromisso de valorização do cidadão e do contribuinte paulista. Quero deixar registrada essa importante obra para a comunidade paulista.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo saciar uma curiosidade: a eleição atualmente é realizada em dois turnos. Se um candidato não conseguir maioria absoluta dos votos, teremos um segundo turno com os candidatos mais votados, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – É evidente. Caso não se complete o número necessário de votos – metade mais um –, será marcada nova data para o segundo escrutínio.

O SR. JOÃO LEÃO – Se acontecer, por exemplo, de nenhum candidato obter maioria absoluta, disputariam então os dois mais votados?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Todos os outros disputariam o segundo turno.

O SR. JOÃO LEÃO – Todos os outros?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Todos os outros.

O SR. JOÃO LEÃO – Não seriam os dois mais votados?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Não, todos os outros.

O SR. JOÃO LEÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Informo que foram contadas 458 sobrecartas, número que coincide com o número de votantes. Está sendo, portanto, iniciado o processo de apuração.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não seria mais fácil se V. Exª fosse cantando voto a voto?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Não seria mais fácil, até porque o processo já foi iniciado.

O SR. LUÍS EDUARDO – Inclusive porque V. Exª tem boa voz.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Exatamente para poupá-la é que estou pedindo aos escrutinadores que façam a apuração, a fim de guardá-la para uma hora em que possa fazer melhor uso, nobre Deputado.

O SR. ADROALDO STRECK – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que ficasse consignado em ata que meu voto na votação anterior foi "não".

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto é "não".

O SR. PEDRO WILSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO WILSON (Bloco/PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã estaremos na cidade de Dourados, integrando a Comissão de Direitos Humanos, para avaliar a questão da violência.

Como também não estaremos aqui na sexta-feira, leio, para divulgação, o pronunciamento em que saúdo a cidade de Goiânia pelos 64 anos de existência que completará na sexta-feira, dia 24 de outubro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos dia 24 de outubro o aniversário da Capital do Estado de Goiás. Goiânia de Goiás. Goiânia das flores. Goiânia dos índios, negros e brancos. Goiânia dos pioneiros, desbravadores e sonhadores do futuro. Goiânia dos migrantes de todos os rincões do País e do mundo. Goiânia sempre jovem, estudantil, operaria, plural, critica, democrática, artística e cosmopolita. Goiânia do terceiro milênio com paz e justiça social.

Goiânia completa 64 anos. São mais de seis décadas de trabalho, de labuta diuturna no sentido de construir uma cidade humana. Um cidade que pudesse acolher homens e mulheres de boa vontade, solidários, trabalhadores, sonhadores de um sonho comum: o de ver surgir no coração do Brasil uma cidade cosmopolita nas idéias, aberta, dinâmica, plural, sem amarras com o atrasado e pronta para en-

frentar os desafios do presente com vistas a um futuro digno para todos.

Goiânia dos Riachos Capim Puba e Anicuns, do Rio Meia Ponte que foram ontem espelhos d'água, fonte de abastecimento da cidade nascente. Hoje, quase não passam de depósitos de lixo. E o que poderão ser no amanhã dependerá do que nós, goianos e goianienses, queremos e podemos resgatar, reconstruir como fontes de vida. Goiânia da terra, da água, do ar que Deus deu a todos.

Goiânia do Lago das Rosas, palco de manifestações e comemorações mil de estudantes, de professores, de ambientalistas, de empresários, de operários, de servidores públicos. Do Lago dos cisnes, do Zoológico, que propiciou e continua a propiciar conhecimentos, lazer e sonhos a centenas de crianças, jovens e idosos.

Goiânia do Morro do Mendalha, da Serrinha, da Estação Ferroviária e da Rodoviária, das Praças Bandeirantes, Cívica, Tamandaré, do Sol, Universitária, Boaventura, Cruzeiro e tantas outras que já foram e continuam a ser locais de vida, circulação, trabalho, beleza e lazer.

Goiânia das universidades, da UFG e da UCG, das Faculdades Anhangüera, da ESEFEGO, do IFITEG, do Objetivo. Universidades que contribuíram e continuam a contribuir com trabalhos, ensino, pesquisa, extensão, propostas habitacionais, ambientalistas, esportistas, assistência médica, assistencial, técnico-profissional em todas as áreas das ciências e do saber.

Goiânia cidade planejada para 50 mil habitantes que, em decorrência do êxodo rural, das migrações, do crescimento econômico de nossa sociedade, hoje conta com mais de 1 milhão de habitantes. Goiânia democrática das manifestações por reforma agrária e reforma urbana, por liberdade democrática e de imprensa, por ensino público de qualidade para todos. Goiânia dos sem-teto, das crianças de rua, dos moradores de rua e de tantas manifestações de violações aos direitos humanos, infelizmente presentes em todas as cidades de nosso País.

Goiânia da busca urgente de soluções, dos problemas ecológicos e sociais, da busca de cidadania para os marginalizados, pelas entidades civis organizadas, pelas associações de moradores, pelos sindicatos, pelas universidades, pelas igrejas, pela administração petista de ontem, pela administração presentes e por todas as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do povo.

Goiânia das cores preto e branco, do vermelho e preto, do vermelho e branco, do verde e do branco, dos grandes Clubes como Goiás, Vila Nova, Goiânia, Atlético. Goiânia do Estádio Serra Dourada, do Ginásio Rio Vermelho, do Centro de Convenções e do Teatro Goiânia, palcos de grandes espetáculos esportivos e artísticos.

Goiânia do canto e do pincel. De tantos e tantos que criam, divulgam, promovem e difundem a cultura de um povo ao dizer das belezas, dos sons, das etnias, das cores, dos amores, presentes nos cerrados, nos rios, flora e fauna de uma região localizada no coração de uma grande nação.

Goiânia das contradições e das tradições. Goiânia de ontem e de hoje. Goiânia 64 anos. Goiânia que, comparada a um ser humano, chega na terceira idade. Chega viva, alegre, bela e esperançosa mesmo em face das dificuldades que enfrenta em seu cotidiano.

Goiânia cantando e caminhando sempre. Vimos essa metrópole crescer e esperamos vê-la, rumo ao ano 2000, como a cidade da esperança, da democracia, dos direitos humanos, da cidadania, da ética na política e no desenvolvimento econômico e social para todos – homens e mulheres do campo e da cidade.

O SR. PEDRO HENRY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO HENRY (PSDB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria registrar que, na última votação, o meu voto foi "não".

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem a palavra o Deputado José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considere meu discurso como lido. V. Exª pode passar a palavra a outro Deputado. Estou acompanhando de perto a apuração e prefiro não falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Foram contadas 458 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Estará eleito, em primeiro escrutínio, aquele que obtiver de 230 votos em diante.

O SR. PEDRO HENRY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO HENRY (PSDB – MT. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, apenas quero registrar que na primeira votação o meu voto foi "sim".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que constasse da ata que na votação anterior meu voto foi "não".

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Deputado Celso Russomanno, V. Exª será atendido.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando disse a V. Exª que o sistema de anunciar voto a voto seria mais prático, foi justamente para evitar que acontecesse o que me parece estar ocorrendo.

Se um Deputado obtém uma votação muito expressiva, faltando dois votos para atingir maioria absoluta dos votantes, é natural que este Deputado queira a recontagem, até porque o sistema é extremamente difícil, na medida em que existe uma cédula com uma série de nomes, podendo haver qualquer tipo de confusão.

Pessoalmente, se for esse caso, apelo a V.Exa, Sr. Presidente, no sentido de patrocine a recontagem. Solicito que V. Exª, sempre muito justo, isento e rigoroso no cumprimento do Regimento, aceite o apelo e faça a recontagem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Eu, humildemente, confesso a V. Exª, Deputado LUÍS EDUARDO, que o pouco que conheço do Regimento desta Casa aprendi com V. Exª no exercício da Presidência dos trabalhos.

O SR. LUÍS EDUARDO – Então, solicito que aplique os conhecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Assim sendo, a primeira providência é aguardar o resultado. Posteriormente, se algum dos candidatos solicitar recontagem dos votos, evidentemente, a Mesa acatará o pedido e tomará a decisão de recontá-los.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – A Mesa vai anunciar o resultado da votação.

Total de votos obtidos: Deputado Cunha Lima, 120; Dr. Fábio Konder Comparato, 60; Deputado Franco Montoro, 145; Deputado Gonzaga Patriota, 68; Deputado Jair Bolsonaro, 35; Deputado Lima Netto, 54; Deputado Odacir Klein, 226; Deputado Severiano Alves, 51 e Deputado Werner Wanderer, 80.

Ninguém atingiu o **quorum** mínimo exigido de 230 votos.

A Mesa marcará novo escrutínio, com os mesmos candidatos.

VOTARAM OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS:

Minas Gerais

Ademir Lucas – PSDB; Aécio Neves – PSDB; Antônio do Valle – PMDB; Aracely de Paula – Bloco – PFL; Armando Costa – PMDB; Bonifácio de Andrada – Bloco – PTB; Carlos Melles – Bloco – PFL; Danilo de Castro – PSDB; Elias Murad – PSDB; Eliseu Resende – Bloco – PFL; Fernando Diniz – PMDB; Francisco Horta – Bloco – PFL; Genésio Bernardino – PMDB; Hugo Rodrigues da Cunha – Bloco – PFL; Ibrahim Abi-Ackel – PPB; Israel Pinheiro – PTB; Jaime Martins – Bloco – PFL; Joana Darc – PT; João Fassarella – PT; João Magalhães – PMDB; José Rezende – Bloco – PTB; José Santana de Vasconcellos – Bloco – PFL; Lael Varella – Bloco – PFL; Leopoldo Bessone – Bloco – PTB; Márcio Reinaldo Moreira – PPB; Marcos Lima – PMDB; Maria Elvira – PMDB; Mário de Oliveira – PPB; Mauro Lopes – Bloco – PMDP; Narcio Rodrigues – PSDB; Neif Jabur – PPB; Nilmário Miranda – PT; Octávio Elísio – PSDB; Odelmo Leão – PPB; Osmânio Pereira – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – Bloco/PTB; Raul Belém – Bloco – PFL; Roberto Brant – Bloco – PSDB; Romel Anízio – PPB; Ronaldo Perim – PMDB; Saraiva Felipe – PMDB; Sérgio Miranda – PCdoB; Sérgio Naya – PPB; Silas Brasileiro – PMDB; Sílvio Abreu – PDT; Tilden Santiago – PT; Vittorio Medioli – PSDB; Wagner do Nascimento – PPB; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Adelson Salvador – Bloco – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PMDB; João Coser – PT; Luiz Buaiz – Bloco – PL; Marcus Vicente – PSDB; Nilton Baiano – PPB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Alcione Athayde – PPB; Aldir Cabral – PFL; Alexandre Cardoso – PSB; Alexandre Santos – PSDB; Arolde de Oliveira – Bloco – PFL; Candinho Mattos – PSDB; Carlos Alberto Campista – PFL; Carlos Santana – PT; Cidinha Campos – PDT; Eurico Miranda – PPB; Fernando Gabeira – PV; Fernando Gonçalves – Bloco – PTB; Fernando Lopes –

PDT; Francisco Silva – PPB; Jair Bolsonaro – PPB; Jandira Feghali – PCdoB; João Mendes – PPB; Jorge Wilson – PMDB; José Carlos Lacerda – PSDB; José Egydio – Bloco – PFL; José Maurício – PDT; Laprovita Vieira – PPB; Laura Carneiro – PFL; Lima Netto – Bloco – PFL; Márcia Cibilis Viana – PDT; Milton Temer – PT; Miro Teixeira – PDT; Moreira Franco – PMDB; Noel de Oliveira – PMDB; Osmar Leitão – PPB; Paulo Feijó – PSDB; Roberto Campos – PPB; Ronaldo Cezar Coelho – PSDB; Ronaldo Santos – PSDB; Rubem Medina – Bloco – PFL; Sérgio Arouca – PPS; Simão Sessim – PPB; Vanessa Felippe – PFL.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho – PPB; Alberto Goldman – PSDB; Aldo Rebelo – PCdoB; Almino Affonso – PSB; Aloysio Nunes Ferreira – PSDB; Antônio Carlos Pannunzio – PSDB; Arlindo Chinaglia – PT; Arnaldo Faria de Sá – PPB; Arnaldo Madeira – PSDB; Ary Kara – PPB; Carlos Apolinário – PMDB; Carlos Nelson – PMDB; Celso Russomanno – PPB; Corauci Sobrinho – Bloco – PFL; Cunha Lima – PPB; Dalila Figueiredo – PSDB; De Velasco – Prona; Delfim Netto – PPB; Duilio Pisaneschi – Bloco – PTB; Edinho Araújo – PMDB; Eduardo Coelho – PSDB; Fausto Martello – PPB; Fernando Zuppo – PDT; Franco Montoro – PSDB; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; Ivan Valente – PT; Jair Meneguelli – PT; João Mellão Neto – Bloco – PFL; João Paulo – PT; José Aníbal – PSDB; José Augusto – PPS; José Coimbra – Bloco – PTB; José de Abreu – PSDB; José Genoíno – PT; José Machado – PT; José Pinotti – PSB; Koyu Iha – PSDB; Lamartine Posella – PPB; Luciano Zica – PT; Luiz Eduardo Greenhalgh – PT; Luiz Máximo – PSDB; Maluly Netto – Bloco – PFL; Marcelo Barbieri – PMDB; Marcos Vinícios de Campos – PFL; Marquinho Chedid – Bloco – PSD; Marta Suplicy – PT; Michel Temer – PMDB; Nelson Marquezelli – Bloco – PTB; Paulo Lima – Bloco – PFL; Pedro Yves – PPB; Ricardo Izar – PPB; Robson Tuma – PFL; Salvador Zimbaldi – PSDB; Silvio Torres – PSDB; Telma de Souza – PT; Tuga Angerami – PSDB; Ushitaro Kamia – Bloco – PPB; Vadão Gomes – PPB; Valdemar Costa Neto – PL; Vicente Cascione – Bloco – PTB; Wagner Rossi – PMDB; Zulaiê Cobra – PSDB.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco – PFL; Affonso Camargo – Bloco – PFL; Alexandre Ceranto – Bloco – PFL; Antonio Ueno – Bloco – PFL; Basílio Villani – PSDB; Chico da Princesa – Bloco – PTB; Dilceu Sperafico – PPB; Djalma de Almeida Cesar – PMDB; Fernando Ribas Carli – PDT; Flávio Arns – PSDB; Hermes Parcianello – PMDB; José Borba – Bloco – PTB; José Janene – PPB; Luciano Pizzatto – Bloco – PFL; Luiz Carlos Hauly – PSDB; Maurício Requião – PMDB; Max Rosenmann – PSDB; Moacir Micheletto – PMDB; Nedson Micheleti – PT; Nelson Meurer – PPB; Odílio Balbinotti – PSDB; Padre Roque – PT; Paulo Bernardo – PT; Paulo Cordeiro – Bloco – PTB; Renato Johnsson – PPB; Ricardo Barros – Bloco – PFL; Ricardo Gomyde – PCdoB; Valdomiro Meger – PFL; Werner Wanderer – Bloco – PFL.

Santa Catarina

Djandir Dalpasquale – PMDB; Edinho Bez – PMDB; Edison Andrino – PMDB; Hugo Biehl – PPB; João Pizzolatti – PPB; José Carlos Vieira – Bloco – PFL; Mário Cavallazzi – PPB; Milton Mendes – PT; Neuto de Conto – PMDB; Paulo Bauer – PFL; Paulo Bornhausen – Bloco – PFL; Paulo Gouvea – Bloco – PFL; Serafim Venzon – PDT; Valdir Colatto – PMDB; Vânio dos Santos – PT.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPB; Aírton Dipp – PDT; Arlindo Vargas – PPB; Augusto Nardes – PPB; Carlos Cardinal – PDT; Darcísio Perondi – PMDB; Enio Bacci – PDT; Esther Grossi – PT; Ezídio Pinheiro – PSDB; Fetter Júnior – PPB; Germano Rigotto – PMDB; Jair Soares – Bloco – PPB; Jarbas Lima – PPB; Júlio Redecker – PPB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Matheus Schmidt – PDT; Miguel Rossetto – PT; Nelson Harter – PMDB; Nelson Marchezan – PSDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Biolchi – Bloco – PTB; Paulo Paim – PT; Paulo Rítzel – PMDB; Renan Kurtz – PDT; Valdeci Kurtz – PDT; Valdeci Oliveira – PT; Waldomiro Fioravante – PT; Wilson Cignachi – PMDB; Yeda Crusius – PSDB;

Roraima

Alceste Almeida – PMDB; Francisco Rodrigues – PTB; Luciano Castro – PTB; Luis Barbosa – PPB; Robério Araújo – PPB; Salomão Cruz – PSDB.

Amapá

Antonio Feijão – PSDB; Eraldo Trindade – PPB; Fátima Pelaes – PSDB; Gervásio Oliveira – PDT; Murilo Pinheiro – PFL; Sérgio Barcellos – PFL; Valdenor Guedes – PPB;

Pará

Anivaldo Vale – PSDB; Asdrúbal Bentes – PMDB; Benedito Guimarães – PPB; Elcione Barba-

lho – PMDB; Geraldo Pastana – PT; Gerson Peres – PPB; Giovanni Queiroz – PDT; José Priante – PMDB; Mário Martins – PMDB; Nicias Ribeiro – PSDB; Olávio Rocha – PSDB; Paulo Rocha – PT; Raimundo Santos – PFL; Socorro Gomes – PCdoB; Vic Pires Franco – PFL;

Amazonas

Arthur Virgílio – PSDB; Átila Lins – PFL; Cláudio Chaves – PFL; João Thomé Mestrinho – PMDB; Luiz Fernando – PPB; Pauderney Avelino – PFL;

Rondônia

Confúcio Moura – PMDB; Emerson Olavo Pires – PSDB; Eurípedes Miranda – PDT; Expedito Júnior – PFL; Marinha Raupp – PSDB; Moisés Bennesby – PSDB; Oscar Andrade – PFL;

Acre

Carlos Airton – PPB; Célia Mendes – PPB; Chicão Brígido – PMDB; Emílio Assmar – PPB; João Tota – PPB; Osmir Lima – PFL; Regina Lino – PMDB; Zila Bezerra – PFL;

Tocantins

Antônio Jorge – PFL; Darci Coelho – PFL; Dolores Nunes – PFL; Freire Júnior – PMDB; Melquíades Neto – PFL; Osvaldo Reis – PPB; Udson Bandeira – PMDB;

Maranhão

Albérico Filho – PMDB; Antonio Joaquim Araujo – PL; Cesar Bandeira – PFL; Costa Ferreira – PFL; Davi Alves Silva – PPB; Eliseu Moura – PL; Haroldo Sabóia – PT; Magno Bacelar – PFL; Neiva Moreira – PDT; Pedro Novais – PMDB; Remi Trinta – PL; Roberto Rocha – PSDB; Sarney Filho – PFL; Sebastião Madeira – PSDB;

Ceará

Aécio de Borba – PPB; Aníbal Gomes – PSDB; Antonio Balhmann – PSDB; Arnon Bezerra – PSDB; Edson Silva – PSDB; Firmo de Castro – PSDB; Gonzaga Mota – PMDB; Inácio Arruda – PCdoB; José Linhares – PPB; José Pimentel – PT; Leônidas Cristino – PPS; Paulo Lustosa – PMDB; Pimentel Gomes – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Raimundo Gomes de Matos – PSDB; Roberto Pessoa – PFL; Rommel Feijó – PSDB; Ubiratan Aguiar – PSDB; Vicente Arruda – PSDB;

Piauí

Alberto Silva – PMDB; Ari Magalhães – PPB; B.Sá – PSDB; Ciro Nogueira – PFL; Felipe Mendes – PPB; Heraclito Fortes – PFL; João Henrique – PMDB; Júlio Cesar – PFL; Mussa Demes – PFL; Paes Landim – PFL;

Rio Grande do Norte

Augusto Viveiros – PFL; Betinho Rosado – PFL; Cipriano Correia – PSDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Iberê Ferreira – PPB;

Paraíba

Adauto Pereira – PFL; Álvaro Gaudêncio Neto – PFL; Armando Abílio – PMDB; Efraim Morais – PFL; Enivaldo Ribeiro – PPB; Gilvan Freire – PSB; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; Roberto Paulino – PMDB; Wilson Braga – PSDB;

Pernambuco

Ademir Cunha – PFL; Álvaro Ribeiro – PSB; Antônio Geraldo – PFL; Fernando Ferro – PT; Fernando Lyra – PSB; Gonzaga Patriota – PSB; Humberto Costa – PT; Inocêncio Oliveira – PFL; João Colaço – PSB; José Chaves – PMDB; José Jorge – PFL; José Mendonça Bezerra – PFL; Mendonça Filho – PFL; Nilson Gibson – PSB; Osvaldo Coelho – PFL; Pedro Correa – PPB; Roberto Fontes – PFL; Salatiel Carvalo – PPB; Severino Cavalcanti – PPB; Sílvio Pessoa – PMDB; Vicente André Gomes – PSB; Wolney Queiroz – PDT;

Alagoas

Albérico Cordeiro – PTB; Benedito de Lira – PFL; Ceci Cunha – PSDB; Fernando Torres – PSDB; José Thomaz Nonô – PSDB; Luiz Dantas – PSD; Moacyr Andrade – PPB; Pedro Luís Albuquerque – PFL;

Sergipe

Adélson Ribeiro – PSDB; Bosco França – PMN; Carlos Magno – PFL; José Teles – PPB; Marcelo Déda – PT; Pedro Valadares – PSB;

Bahia

Alcides Modesto – PT; Aroldo Cedraz – PFL; Benito Gama – PFL; Claudio Cajado – PFL; Colbert Martins – PPS; Coriolano Sales – PDT; Domingos Leonelli – PSB; Eujácio Simões – PL; Felix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PCdoB; Jaime Fernandes – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jaques Wagner – PT; João Almeida PSDB; João Carlos Bacelar – PFL; João Leão – PSDB; Jonival Lucas – PFL; José Carlos Aleluia – PFL; José Lourenço – PFL; José Rocha – PFL; Leur Lomanto – PFL; LUÍS EDUARDO –

PFL; Luiz Alberto – PT; Luiz Braga – PFL; Luiz Moreira – PFL; Manoel Castro – PFL; Mário Negromonte – PSDB; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPB; Roberto Santos – PSDB; Sérgio Carneiro – PDT; Severiano Alves – PDT; Simara Ellery – PMDB; Ursicino Queiroz – PFL; Walter Pinheiro – PT;

Mato Grosso

Antonio Joaquim – PDT; Gilney Viana – PT; Murilo Domingos – PTB; Pedro Henry – PSDB; Rodrigues Palma – PTB; Rogério Silva – PFL; Tete Bezerra – PMDB; Welinton Fagundes – PL;

Distrito Federal

Agnelo Queiroz – PCdoB; Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PPB; Chico Vigilante – PT; Jofran Frejat – PPB; Maria Laura – PT; Osório Adriano – PFL; Wigberto Tartuce – PPB;

Goiás

Aldo Arantes – PCdoB; Barbosa Neto – PMDB; João Natal – PMDB; Lidia Quinan – PMDB; Marconi Perillo – PSDB; Maria Valadão – PTB; Nair Xavier Lobo – PMDB; Orcino Gonçalves – PMDB; Pedro Canedo – PL; Pedro Wilson – PT; Roberto Balestra – PPB; Rubens Cosac – PMDB; Vilmar Rocha – PFL;

Mato Grosso do Sul

Dilso Sperafico – PSDB; Flávio Derzi – PPB; Marçal Filho – PSDB; Marilu Guimarães – PFL; Marisa Serrano – PSDB; Nelson Trad – PTB; Oscar Goldoni – PMDB; Saulo Queiroz – PFL.

O SR. RICARDO GOMYDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

SR. RICARDO GOMYDE (Bloco/PCdoB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto "sim" na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª trouxe as trevas com o anúncio do resultado, certamente. (Apagam-se as luzes do plenário.)

Infelizmente não posso pedir a recontagem de porque, evidentemente, meu nome não esteve submetido à votação, e o Deputado Odacir Klein declinou de fazê-lo. Eu estava insistindo justamente porque achava que poderia ter havido algum tipo de equívoco. Certamente a convocação de nova eleição confirmará o nome do Deputado Odacir Klein.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – A matéria vai a segundo escrutínio, aí com maioria simples. Todos os candidatos constantes do primeiro turno, se assim desejarem, poderão candidatar-se para o segundo escrutínio.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento: os votos nulos são contados para efeito de **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Para efeito de **quorum.**

O SR. LUÍS EDUARDO – Porque, evidentemente, na minha opinião deveriam ser contados somente os votos válidos.

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Nobre Deputado, o dispositivo regimental determina que os votos em branco sejam computados como válidos.

O SR. LUÍS EDUARDO – E os nulos também?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Os nulos, não.

O SR. LUÍS EDUARDO – Então, os votos nulos foram excluídos?

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) – Foram excluídos.

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Heraclito Fortes) –

Apresentação de proposições

Os Srs. Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SENHORES:

NEIVA MOREIRA – Requerimento de informações ao Ministério da Cultura sobre dados referentes às leis de incentivo cultural ao cinema.

ALEXANDRE CARDOSO – Projeto de lei que estabelece o dia 27 de novembro como o Dia Nacional de Combate ao Câncer.

CESAR BANDEIRA E OUTROS – Proposta de emenda à Constituição que estabelece perda de mandato para os membros do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal que trocarem de partido, alterando os arts. 17 e 55.

JAQUES WAGNER – Requerimento de informações ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária sobre os resultados do Primeiro Censo Nacional da Reforma Agrária e da pesquisa por amostragem realizada simultaneamente.

FERNANDO GABEIRA – Projeto de lei que estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências.

ARTHUR VIRGÍLIO – Projeto de lei que dispõe sobre o prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral da Lei nº 9.504, de 1997.

PEDRO LUÍS ALBUQUERQUE E INOCÊNCIO OLIVEIRA – Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de realização de sessão solene, dia 16 de setembro de 1998, em homenagem aos 181 anos de emancipação política do Estado de Alagoas.

Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de realização de sessão solene, dia 23 de agosto de 1998, em comemoração ao Dia do Artista.

Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de realização de sessão solene, dia 27 de abril de 1988, em homenagem a Mário Jorge Lobo Zagallo, técnico de futebol.

ROBERTO ROCHA E OUTROS – Proposta de emenda à Constituição que altera o art. 182, § 1º.

CIDINHA CAMPOS – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre aquisição de imóvel pela Caixa Econômica Federal.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Projeto de lei que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes e dá outras providências.

ROBERTO PESSOA – Projeto de lei que dispõe sobre a vedação de exigência de hipoteca de bens imóveis, como garantia real, no momento da concessão de empréstimos ou financiamentos a micro e pequenas empresas e produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e dá outras providências.

NELSON HARTER – Projeto de lei que altera o art. 50 da Lei nº 6.015, de 1973 – Lei de Registros Públicos.

Projeto de lei que inclui parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 1994.

Projeto de lei que dá nova redação ao inciso VI do art. 49 da Lei nº 5.988, de 1973.

PAULO ROCHA – Projeto de lei que acrescenta parágrafos ao art. 149 do Código Penal.

SALVADOR ZIMBALDI – Requerimento de informações ao Ministério do Trabalho sobre os Conselhos Nacional do Trabalho, Deliberativo do FAT, Nacional do FGTS, Nacional de Imigração e da Fundacentro.

DAVI ALVES SILVA – Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, de liberação de recursos para o exercício de 1988, para eletrificação rural em Municípios do Estado do Maranhão, na forma estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

LUCIANO ZICA – Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de não-consideração de parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 3.285, de 1992.

INÁCIO ARRUDA E MATHEUS SCHMIDT – Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de realização de sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, pelo transcurso dos 90 anos de seu nascimento.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2.913, DE 1997

(Do Sr. Neiva Moreira)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Cultura sobre dados referentes às leis de incentivo cultural ao cinema.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Cultura, o seguinte pedido de informações:

a) Projetos aprovados em 1996, valor solicitado em cada um e captação obtida;

b) Projetos aprovados em 1997 e valores solicitados;

c) Projetos aprovados em 1997 que conseguiram, até o momento, captação;

Justificação

Foi divulgado pelo jornal **Gazeta Mercantil** de dezesseis de julho deste ano, dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com relação ao número de projetos cinematográficos e seu orçamento global. Conforme publicado pelo periódico, houve registro de 35 projetos, orçados em 59,9 milhões só neste ano. Com base nestas informações e visando um melhor esclarecimento com relação à lei do Audiovisual, seus investimentos e seus retornos, entendo serem úteis as informações solicitadas acima.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Neiva Moreira.**

PROJETO DE LEI Nº 3.749, DE 1997

(Do Sr. Alexandre Cardoso)

Estabelece o dia 27 de novembro como o Dia Nacional de Combate ao Câncer.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 27 de novembro como o Dia Nacional de Combate ao câncer.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Dia Nacional de Combate ao Câncer foi criado pela Portaria nº 707, de 1988. Neste dia, são realizadas atividades de esclarecimento á população e distribuição de material educativo a respeito desta tão temida doença, que ainda afeta a nossa população em proporções assustadoras. É também a data quando se divulga a programação anual em diversos setores, como Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Secretarias de Saúde e Educação e organizações não-governamentais.

A transformação, através de uma Lei, do dia 27 de novembro do dia oficial de combate ao câncer, reforçará a importância destas ações para toda a população brasileira, e propiciará um apoio maior a todas as atividades desenvolvidas.

Por estas razões, julgamos justo e oportuno apresentar este Projeto de Lei, consagrando este dia ao combate ao câncer, especialmente dentro do entendimento que esta é mais uma das inúmeras estratégias para reduzir sua incidência, acolhendo sugestão de instituições que lidam com esta patologia.

Assim sendo, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões, de 1997. – Deputado **Alexandre Cardoso.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 542/97

(Do Sr. Cesar Bandeira)

Estabelece perda de mandato para os membros do Poder Legislativo Federal, estadual e municipal que trocarem de partido, alterando os arts. 17 e 55.

As mesa da Câmara dos Deputados e do Senador Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulga a seguinte Emenda ao Texto Constitucional.

Art. 1º Acrescenta-se ao art. 17 da Constituição da República o seguinte parágrafo:

Art. 17. .....

.....

§ 5º Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar como fundador da constituição de novo Partido ou se já houver cumprido, no mínimo, dois anos de seu mandato.

Art. 2º Acrescenta-se ao art. 55 da Constituição da República o seguinte inciso:

Art. 55. .....

.....

VII – que deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, segundo o previsto no § 5º do art. 17.

Art. 3º O § 3º do art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 55. .....

.....

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa..

Justificação

A democracia moderna necessita de partidos fortes. O desenvolvimento da democracia ocidental neste século apoia-se no crescimento e estruturação dos partidos políticos: é através deles que se dá a intermediação da cidadania, bem como são eles o canal legitimo para assegurar tanto a representação dos interesses sociais quanto a governabilidade. São os partidos que capitalizam as reivindicações dos grupos sociais e é através deles que as massas participam do processo de formação das decisões políticas.

No Brasil, porém, os partidos estão muito aquém de sua responsabilidade política. Somos a única grande Nação que tem partidos frágeis, desorganizados, indisciplinados, e o nosso sistema eleitoral contribui para isto. As regras do jogo favorecem os candidatos em detrimento das organizações, assegurando-lhes excessiva autonomia. Hoje, a legislação eleitoral e partidária não contém nenhuma medida que impeça um político de mudar de partido. A freqüência com que os políticos brasileiros mudam de partido é verdadeiramente atordoante. Um cálculo baseado em dados incompletos mostra que os políticos do Congresso anterior pertenceram a uma média de 2,6 partidos; com os dados completos, o número seria ainda maior (segundo Scott Mainwaring, in Novos Estudos Cebrap nº 29, março de

1991). Esta mudança freqüente de partidos solapa a própria noção de representação que é a base da democracia liberal.

É necessário pois que busquemos mecanismos que possam reverter este quadro, assegurando o fortalecimento partidário. É neste sentido que apresentamos esta proposta vinculando os mandatos aos partidos de forma a coibir as migrações partidárias eleitoreiras e fortalecer os partidos como os legítimos mediadores da representação nacional.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – **Cesar Bandeira,** Deputado Federal.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2914, DE 1997

(Do Sr. Jaques Wagner)

Solicita ao Sr. Ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária, os resultados completos do Primeiro Censo Nacional da Reforma Agrária, assim como os dados brutos levantados por este.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitados ao Sr. Ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária, Raul Jungmann, os resultados completos do Primeiro Censo Nacional da Reforma Agrária, assim como da pesquisa por amostra realizada simultaneamente a ele.

O Primeiro Censo Nacional da Reforma Agrária, realizado através de convênio firmado entre a Universidade de Brasília, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, teve apenas parte de seus resultados divulgados, sendo que os dados brutos levantados por ele ainda não foram abertos ao público. Solicito, portanto, a íntegra dos dados brutos levantados pelo censo e compilados pelos professores da Universidade de Brasília, incluindo todas as perguntas feitas pelos pesquisadores.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – **Jaques Wagner,** Deputado Federal – PT/BA.

PROJETO DE LEI Nº 3.750, DE 1997

(Do Sr. Fernando Gabeira)

Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das garrafas e embalagens plásticas utilizadas para comercialização de seus produtos as empresas produtoras e distribuidoras de:

I – bebidas de qualquer natureza;

II – óleos combustíveis, lubrificantes e similares;

III – cosméticos;

IV – produtos de higiene e limpeza.

Parágrafo único. Considera-se destinação final ambientalmente adequada, para os efeitos desta lei:

I – a utilização das garrafas e embalagens plásticas em processos de reciclagem, com vistas à fabricação de embalagens novas ou a outro uso econômico;

II – a reutilização das garrafas e embalagens plásticas, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

Art. 2º As empresas de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores.

Parágrafo único. O preço mínimo para a recompra deverá corresponder a, no mínimo, cinco por cento do produto vendido na embalagem, de acordo com a tabela do distribuidor.

Art. 3º No processo de licenciamento ambiental das empresas de que trata o art. 1º, condicionar-se-á a obtenção da licença, ou sua renovação, à manutenção de centros de recompra de plásticos ou à contratação de terceiros para prestação de serviços de recompra e reciclagem, com a finalidade de assegurar o cumprimento das determinações desta lei.

Art. 4º O polietileno tereftalato (PET) reciclado pode ser utilizado na fabricação de garrafas plásticas para embalagem de bebidas, desde que em camada que não entre em contato direto com o líquido.

Art. 5º A partir de um ano da publicação desta lei, fica proibida a utilização de plásticos com processos de reciclagem distintos numa mesma garrafa ou embalagem.

Art. 6º As empresas de que trata o art. 1º empregarão, no mínimo, dez por cento dos recursos financeiros utilizados em sua veiculação publicitária para divulgação de mensagens educativas objetivando:

I – combater o lançamento de lixo plástico em corpos dágua;

II – informar sobre os locais e as condições de recompra das embalagens plásticas;

III – estimular a coleta das embalagens plásticas para reciclagem.

Art. 7º É proibida a referência à condição de descartabilidade das embalagens plásticas na rotula-

gem ou veiculação publicitária, por qualquer meio, dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º

§ 1º A embalagem dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º deverá conter informação sobre a condição reciclável da mesma e sobre o preço mínimo que pode ser obtido na sua devolução, bem como sobre a proibição de seu descarte no solo, corpos dágua ou qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública.

§ 2º As empresas de que trata o art. 1º terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta lei, para adequarem seus produtos ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 8º É proibido o descarte de lixo plástico no solo, em corpos dágua ou em qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública, sujeitando-se o infrator a multa aplicada pelos órgãos competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), nos valores previstos na regulamentação desta lei.

Art. 9º Sem prejuízo da responsabilização por danos ambientais causados pelas embalagens plásticas de seus produtos, a infração aos arts. 1º, 2º, 5º, 6º e 7º sujeita as empresas a uma ou mais das seguintes sanções, aplicadas pelos órgãos competentes integrantes do Sisnama:

I – multa, nos valores previstos na regulamentação desta lei;

II – interdição;

III – suspensão ou cassação de licença ambiental.

Art. 10. O procedimento previsto no art. 2º será implantado segundo o seguinte cronograma:

I – no prazo de um ano da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, cinqüenta por cento das embalagens comercializadas;

II – no prazo de dois anos da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, setenta e cinco por cento das embalagens comercializadas;

III – no prazo de três anos da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, noventa por cento das embalagens comercializadas.

Art. 11. Eleva-se para vinte por cento a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos seguintes produtos finais:

I – sacos e sacolas de polietileno;

II – garrafas de polietileno tereftalato (PET).

Parágrafo único. Excetuam-se da elevação de alíquota do IPI prevista no **caput** deste artigo as garrafas de PET fabricadas com material reciclado, observadas as condições previstas no art. 4º.

Art. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias de sua publicação.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A poluição por plásticos é responsável por inúmeros prejuízos ao meio ambiente, à saúde e à segurança da população.

A escala do problema é gigantesca. Praticamente todas as áreas urbanas do País convivem com inundações provocadas pelo assoreamento de valas, rios e canais e pelo entupimento de galerias pluviais, em muitos casos relacionadas diretamente ao descarte irresponsável de lixo plástico. Empilhado nas encostas, o lixo plástico ocasiona desabamentos. A sua incineração sem controle, que ocorre com freqüência, produz dioxinas cujos efeitos nocivos à saúde humana nem mesmo são completamente conhecidos. O fenômeno El Niño promete para os próximos meses grandes inundações, o que ressalta a urgência de medidas que reduzam substancialmente o vazamento de lixo e, em particular, de lixo plástico, nos rios, canais e galerias pluviais.

Os ganhos obtidos com a utilização de embalagens plásticas em termos de praticidade e de redução de custos precisam ser analisados com responsabilidade, por meio de equação que também considere seus efeitos negativos, especialmente no que toca à produção de resíduos não degradáveis.

A solução ambientalmente adequada para essa questão passa, necessariamente, por dois pontos básicos: a redução do uso das embalagens plásticas, com a substituição por outros materiais em todos os casos em que isto for viável, o incremento das atividades de reciclagem de plásticos e a criação de um estímulo material que leve a população a recolher essas garrafas e embalagens, em lugar de descartá-las.

A quase totalidade dos tipos de plásticos pode ser objeto de processos de reciclagem. As atividades de reciclagem de plásticos implantadas no Brasil até o momento, no entanto, são ínfimas diante do recomendável. Com o intuito de avançar no enfrentamento do problema, apresenta-se aqui projeto de lei que, em linhas básicas, estabelece um circuito de recompra das garrafas plásticas pelas empresas que as utilizam para comercialização de seus produtos, obrigando a implantação de processos de reciclagem e fixando sanções e outras medidas de controle. As empresas passam a ser responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das em-

balagens plásticas, deixando de transferir esse ônus para toda a sociedade.

Diante da importância da matéria, conta-se com o apoio e o entusiasmo dos ilustres Parlamentares no processo de discussão e aperfeiçoamento da proposta, e na sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Fernando Gabeira.**

PROJETO DE LEI Nº, 3.751, DE 1997

(Do Sr. Arthur Virgílio)

Dispõe sobre o prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral da Lei nº 9.504/97.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação: "Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 30 meses antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais, e ter domicílio eleitoral na circunscrição correspondente em idêntico prazo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Urge trabalhar no sentido de fortalecer o sistema partidário brasileiro. Com efeito, nada mais nocivo para a política nacional que o atual laxismo das leis partidária e eleitoral. Só na atual legislatura, mais de 40% dos Deputados Federais mudaram de legenda, alguns até em quatro ou mais ocasiões, este dado podendo ser confrontado com o percentual de renovação da Câmara dos Deputados, que está em torno de 60% e que reflete o desagrado do eleitorado com os políticos.

Tal situação enfraquece o Congresso Nacional e, em decorrência, ameaça o equilíbrio dos três poderes e a própria Democracia. A atual situação de permissividade deriva do fim da ditadura militar, quando foi restabelecido o Estado de Direito e passou a haver mais liberdade para se compor o quadro político-partidário nacional. Criaram-se então dezenas de legendas e houve intensa movimentação de filiação e desfiliação, visando a ajustar o sistema político à nova realidade do país.

Hoje, porém, já se sabe qual é o panorama político-partidário, quais as legendas representativas de parte expressiva ou de organizadas minorias da sociedade, e quais outras mal representam apenas a si próprias, sem nenhum vínculo com a sociedade.

Não mais se justifica, portanto, manter essa facilidade de trocar de legenda repetidas vezes em um mesmo mandato. E o projeto que ora submeto à consideração das Senhoras e Senhores Deputados visa a aprimorar a Democracia no Brasil. Fortalecer os partidos é, pois, fortalecer o sistema político, é solidificar a Democracia e o Estado de Direito. A palavra de ordem é acabar com as famigeradas "legendas de aluguel" e refletir profundamente sobre o sistema eleitoral, patrocinando medidas que façam o processo avançar positiva e maduramente. Eis, em suma, porque solicito as Senhoras e Senhores Deputados apoio para este Projeto de Lei que simboliza passo importante no quadro da reforma política que a sociedade brasileira reclama.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Arthur Virgílio** (PSDB – AM)

REQUERIMENTO Nº , DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sessão solene em homenagem aos 181 anos de Emancipação Política do Estado de Alagoas, para o dia 16 de setembro de 1998.

Nome	Assinatura	Partido-UF
Pedro Luís		PFL/AL
Inocêncio Oliveira		PFL/PE

REQUERIMENTO Nº DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sessão solene ao Dia do Artista, para o dia 23 de agosto de 1998.

Nome	Assinatura	Partido-UF
Pedro Luís		PFL/AL
Inocêncio Oliveira		PFL/PE

REQUERIMENTO Nº , DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sessão solene em homenagem ao Sr. MÁRIO JORGE LOBO ZAGALO, técnico de futebol, para o dia 27 de abril do ano de 1998.

Nome	Assinatura	Partido-UF
Pedro Luís		PFL/AL
Inocêncio Oliveira		PFL/PE

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 543, DE 1997

(Do Sr. Roberto Rocha e outros)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição

Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Artigo único. O § 1º do art. 182 da Constituição Federal passa a viger com a seguinte redação:

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para Municípios com mais de dez mil habitantes na zona urbana de sua sede, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão rural.

Justificação

Foi de bom alvitre a proposição do Constituinte ao exigir o plano diretor para cidades de certo porte. De fato, a planificação dos centros urbanos é de suma importância para a manutenção da qualidade de vida. Entretanto, cremos que hoje pequena falha na análise do problema: buscou-se determinar a obrigatoriedade através da população da cidade, sem levar em conta que este País têm Municípios maiores do que alguns países, com população desconcentrada. Deste modo, caíram na obrigatoriedade Comunas de pequeníssima população urbana, centros de sete ou oito quarteirões, que não justificariam o altíssimo custo da confecção de um Plano Diretor através de consultores externos, haja vista que Municípios de pequeno porte dificilmente contarão com pessoal próprio com o conhecimento específico necessário para tal empreitada.

De outra parte, alteramos o vocábulo "cidade" para "Município", por entender ser este último mais preciso do que o original.

Diante do que foi exposto é que esperamos contar com o apoio dos nobre colegas para ver aprovada a presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Roberto Rocha.**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2.915, DE 1997

Requer informações sobre o imóvel abaixo relacionado.

Autora: Deputada Cidinha Campos

Destinatário: Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda

CIDINHA CAMPOS, Deputada Federal, vem pelo presente, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 115, inciso I, do Regimento Interno, requerer as seguintes informações:

1) Se a Caixa Econômica Federal – CEF, adquiriu um imóvel à rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2.370, Nova Iguaçu – Rio de Janeiro.

2) Em caso positivo, se houve licitação. Em caso de licitação, requeiro cópia do instrumento da licitação.

3) Em caso negativo, quais as razões.

Justificação

Recebi informações de que o citado imóvel foi adquirido pela Caixa Econômica Federal – CEF, por um valor super avaliado, razão pela qual requeiro as informações.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputada **Cidinha Campos.**

PROJETO DE LEI Nº 3.752, DE 1997

(Do Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá)

Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais ficarão subordinados ao Conselho Federal dos Despachantes.

Art. 2º A profissão de despachante será única e exclusivamente permitida às pessoas que se submeterem e forem aprovadas no competente concurso para obtenção de título de habilitação do despachante.

§ 1º O concurso para obtenção do título de habilitação do despachante será instaurado mediante edital baixado pelo Conselho Federal dos Despachantes.

§ 2º O concurso acima declarado será efetivado, aplicado e executado pelos respectivos Conselhos Regionais de cada localidade.

§ 3º O Concurso será de provas e títulos, sendo que a prova escrita versará sobre as disciplinas que abaixo segue:

– Português

– Matemática

– Legislação de Trânsito (Código Brasileiro e Legislação Correlata)

– Legislação de estrangeiro

– Organização policial em âmbito federal, estadual e municipal

– Conhecimentos da legislação referente à atividade de Despachante

– Legislação fiscal aplicável em âmbito federal, estadual e municipal

– Conhecimento gerais

§ 4º Para a aprovação do candidato a Despachante, deverá ser observada a pontuação de 1 (um) até 10 (dez). Sendo a nota mínima para a aprovação de 6 (seis) pontos para cada disciplina, observadas as regras pertinentes constantes dos editais.

§ 5º O candidato para ser Despachante deverá ter 21 (vinte e um) anos completos.

Art. 3º Após a efetiva aprovação do candidato no concurso, na qual o tornará habilitado para o exercício da profissão de despachante, este deverá promover o seu registro junto ao Conselho Regional de sua localidade, de acordo com esta lei.

§ 1º O candidato aprovado no concurso deverá juntar ao seu requerimento:

a) Documento de identidade;

b) Prova de quitação com o serviço militar;

c) Prova de quitação eleitoral;

d) atestado de capacidade intelectual e profissional, passada por órgão de representação legal da classe;

e) certidões de execuções criminais das Justiças Estaduais e Federal da localidade onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

f) atestados de sanidade física e mental;

g) certidão negativa de todos os Cartórios de Protestos de Títulos referente ao último qüinqüênio;

h) certidão negativa junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

i) certidões de distribuições de Ações Cíveis, executivos fiscais, falências e concordatas e processos extintos e em andamento;

j) certificado de conclusão do 2º grau;

§ 2º Dos estrangeiros exige-se a naturalização.

§ 3º O pedido de registro deverá ser publicado no **Diário Oficial** da União, no **Diário Oficial** do Estado e do Distrito Federal. Na publicação, deverá constar o município de atividade do requerente. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para qualquer impugnação.

§ 4º Efetuado o registro, será expedida a carteira de habilitação, com o número do mesmo.

§ 5º Expedida a carteira de habilitação profissional, o Conselho Regional fixará o prazo máximo de 90 (noventa) dias ao portadora para que satisfaça a legislação fiscal vigente, referente ao licenciamento para se estabelecer, sob pena de cancelamento automático do registro e cassação imediata do mesmo.

§ 6º Nos casos de transferências de Município, o Despachante terá que requerer com 30 (trinta) dias de antecedência ao Conselho Regional. Sendo aceito, terá que cumprir o § 5º.

§ 7º Se a transferência for negada, o despachante terá que fazer recurso ao Conselho Federal.

§ 8º Nos casos de transferência de localidade, em que o Despachante passará a integrar outro Conselho Regional, deverá ser efetuada uma reciclagem para que sua carteira de habilitação profissional seja transferida. Se for aprovado na Reciclagem, terá que cumprir o § 5º. Se for aprovado, terá que cumprir o § 7º.

§ 9º O despachante poderá trabalhar fora do município, onde estiver credenciado, quando se tratar de desdobramento dos serviços entregues em sua sede.

Art. 4º Não podem exercer a Profissão de Despachante:

a) os que não podem ser comerciantes;

b) os falidos não reabilitados ou quando condenados por crime falimentar, com sentença condenatória transitada em julgado;

c) os que tenham sido condenados por sentença penal transitada em julgado; nos delitos qualificados como infamante, tais como: falsidade, estelionato, apropriação indébita, contrabando, tóxicos, eleitoral, roubo, furto e lenocínio. Passíveis, expressamente de pena de perda do cargo público; e

d) os que estiverem com o seu registro profissional cancelado.

Art. 5º As pessoas jurídicas só poderão exercer a atividade mediante registro no Conselho Regional dos Despachantes e sob a responsabilidade de Despachante devidamente habilitado.

§ 1º Não será vedada a constituição de filiais, sendo, entretanto, expressamente proibido o exercício de atividade desta pessoa jurídica sem a presença, coordenação e responsabilidade de um despachante habilitado.

§ 2º As pessoas jurídicas poderão manter em sua sede até quatro prepostos para exercer a função em todos os órgãos e entes públicos.

§ 3º O Despachante que exerce a sua profissão como autônomo poderá manter em sua sede até dois prepostos para exercer suas funções em todos os órgãos e entes públicos.

§ 4º Os prepostos deverão preencher os seguintes requisitos:

a) ser absolutamente capazes;

b) 2º grau completo;

c) os estrangeiros deverão ser naturalizados; e

d) não estar incluso nas proibições do art. 3º, alíneas **c** e **d.**

§ 5º Os prepostos terão registro no Conselho Regional, sendo que o seu registro deverá ter o número e o nome do Despachante responsável.

§ 6º O alvará de funcionamento, que será renovado anualmente pelo Conselho Regional e Sindicato da categoria, deverá constar o(s) da(s) pessoa(s) que constitue(em) a sociedade e de seus prepostos.

a) ficará a critério de cada Conselho Regional e Sindicato da Categoria a regulamentação do alvará.

Art. 6º O número de registro do Despachante no Conselho Regional deverá constar, obrigatoriamente, em todos os meios que divulguem a atividade do mesmo, ou seja, propaganda, cartões de visita, etc.

Art. 7º Todos os órgãos e entes públicos só poderão receber pedidos, processos, taxas e impostos com a identificação emitido pelo Conselho Regional e pelo Sindicato da Categoria, em local visível.

Parágrafo único. O despachante, como seu preposto, deverá portar obrigatoriamente o crachá de identificação emitido pelo Conselho Regional e pelo Sindicato da Categoria, em local visível.

Art. 8º Compete ao Despachante, legalmente concursado e inscrito no Conselho Regional de sua localidade, prestar com exclusividade seus serviços profissionais perante todos os órgãos e entes públicos em quaisquer esferas dentro do território nacional.

§ 1º O atendimento será permitido individual e diretamente ao cidadão.

§ 2º Todos os Despachantes e seus prepostos, expressamente identificados pelas suas Carteiras de Habilitaçãoo Profissional e crachás, terão livre acesso a todos os órgãos e entes públicos, nos horários pré-determinados, para requererem, executarem e retirarem qualquer tipo de documentação, tais como: certidões, atestados, cadastros em geral, passaportes, carteiras de identidade, certificados em geral, credenciais, alvarás, registros em geral.

Art. 9º O Despachante, pela natureza dos atos praticados em seu mister, estará autorizado a atuar em nome e na defesa dos interesses de seus comitentes, em todos os órgão e entes públicos, independentemente de mandato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos atos próprios de advogado e de despachante aduaneiro.

Art. 10. O Despachante que, para atender à necessidade grave e premente de ordem particular e devidamente justificada, se agastar de suas atividades, inclusive por motivo de férias,, deverá comunicar o fato ao Conselho Regional no prazo mínimo de 3 (três) dias, a contar do evento, comunicando qual o preposto que ficará responsável pela atividade.

§ 1º O período de afastamento do despachante será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

§ 2º Ocorrendo a impossibilidade de reassumir as funções no tempo cifado, o Despachante deverá requerer a prorrogação do prazo junto ao Conselho Regional de seu estado-membro.

§ 3º No afastamento do Despachante por doença ou para atender à necessidade grave, o Conselho Regional nomeará um "Despachante-Curador" em comum acordo com a entidade familiar.

§ 4º Fica facultado a entidade familiar o requerimento de nomeação de um "Despachante-Curador", para que exerça as funções pertinentes, até que um membro da entidade familiar possa obter o credenciamento, que deverá ocorrer, também, por concurso, respeitando as regras contidas no regulamento.

Art. 11. Constitue falta, na profissão de Despachante:

§ 1º Prejudicar, por dolo ou culpa, interesses confiados a seus cuidados.

§ 2º Auxiliar, ou por qualquer meio, facilitar o exercício da profissão aos que estiverem proibidos, impedidos ou não habilitados para exercê-la.

§ 3º Não comunicar a seu afastamento, conforme o art. 9º

§ 4º Promover ou facilitar a terceiros transaçõ-es ilícitas ou que, por qualquer forma, prejudicar interesses de todos os órgãos e entes públicos.

§ 5º Violar o sigilo profissional ou expor a imagem do comitente ao ridículo ou situação vexatória.

§ 6º Negar aos comitentes prestação de contas, ou recebidos de quantias ou documentos que, o qual será renovado anualmente pelo Conselho Regional e Sindicato da categoria.

§ 7º Recusar a portar o crachá de identificação nos recintos das repartições públicas, o qual será renovado anualmente pelo Conselho Regional e Sindicato da categoria.

§ 8º Não ressarcir seus comitentes e os poderes públicos por danos e prejuízos que der causa por ação ou omissão.

§ 9º Não comunicar a mudança de endereço no prazo de 30 (trinta) dias ao Conselho Regional.

Parágrafo Décimo. Não afixar em local visível e de fácil leitura o título de habilitação com o alvará de funcionamento.

Art. 12. A fiscalização do exercício da profissão de Despachante será feita pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais dos Despachantes que ficam criados por esta Lei.

Art. 13. O Conselho Federal será único no Território Nacional, com sede na Capital Federal, sendo obrigatoriamente composto por Despachantes integrantes dos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. Cada Conselho Regional indicará um membro que irá compor o Conselho Regional.

Art. 14. O Conselho Federal, no gozo de suas atribuições, designará somente 1 (um) Conselho Regional para cada Estado e Distrito Federal.

Art. 15. Os Conselhos Regionais serão constituídos pelo Presidente do Sindicato da Categoria do Estado, mais 10 (dez) membros da Diretoria e 10 (dez) membros da categoria eleitos em Assembléia Geral no Sindicato.

§ 1º Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de 4 (quatro) anos. O exercício do mandato será gratuito.

§ 2º Só será admitida uma reeleição total dos Conselhos – Federais e Estaduais.

Art. 16. Todo Despachante tem o livre direito de recorrer contra qualquer ato promovido pelo Conselho Regional.

Art. 17. Ao Conselho Federal compete, especificamente:

a) elaborar o seu Regimento Interno;

b) criar os Conselhos Regionais, bem como fiscalizá-los periodicamente, omitindo para tanto, relatórios que serão afixados em local de livre acesso;

c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e dirimi-las;

d) examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, inclusive podendo modificar as distorções que contrariem a Lei e as Normas Gerais do Conselho;

e) fixar, por proposta de cada Conselho Regional, as contribuições e jurídicas prestadoras de serviços;

f) apreciar e julgar todos os recursos propostos e entregues aos Conselhos Regionais;

g) fixar as contribuições, emolumentos e muitas aplicáveis, tanto pelo Conselho Federal como pelos Conselhos Regionais;

h) deliberar sobre casos omissos.

Art. 18. Aos Conselhos Regionais compete, em especial:

a) elaborar o seu Regimento interno, submetendo à aprovação do Conselho Federal;

b) decidir sobre os pedidos de registro de despachantes e pessoas jurídicas;

c) organizar e manter o registro profissional;

d) expedir as carteiras profissionais;

e) impor sanções previstas nesta Lei.

Art. 19. Aos Despachantes serão aplicados pelos Conselhos Regionais, com recurso voluntário para o Conselho Federal, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, as seguintes sanções disciplinares:

a) advertência particular;

b) advertência pública;

c) multa equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIRS;

d) suspensão do exercício da profissão por até 1 (um) ano com a respectiva intervenção do Conselho Regional que assume a entrega e execução dos documentos em andamento;

e) a reincidência poderá acarretar numa suspensão da carteira profissional e intervenção no escritório que exerce a atividade.

f) cancelamento do registro com apreensão da carteira profissional e intervenção no escritório que exerce atividade.

§ 1º Na determinação da sanção aplicável, orientar-se-á o Conselho Pelas circunstâncias de cada caso, de modo a considerar grave ou leve a falta.

§ 2º A multa será imposta de forma acumulada ou não, sendo que na hipótese de reincidência da mesma falta, as demais sanções poderão subir ao dobro.

Art. 20. A renda do Conselho Federal será constituída de 20% (vinte por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições, emolumentos e muitas devidas pelos despachantes e pessoas jurídicas prestadores de serviços.

Art. 21. Os despachantes que, na data da publicação desta lei, estiverem no exercício da profissão, serão registrados independentemente das formalidades exigidas no art. 2º, desde que requeiram dentro de 120 (cento e vinte) dias, comprovando o exercício efetivo da profissão, mediante atestado de indoneidade moral e profissional, passando pelo Sindicato local, ou mais próximo, e os conhecimentos de pagamentos dos respectivos impostos efetuados antes da data da referida publicação.

Art. 22. Os membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais que exercerão o primeiro mandato, serão eleitos dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei, pelas Assembléias Gerais dos Sindicatos, órgão ou representação legal da classes dos Despachantes.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Justificação

A categoria profissional dos despachantes tem prestado no decorrer dos anos relevantes serviços à comunidade. É inegável o interesse público de que se reveste a atividade, trazendo maior conforto ao cidadão que não deseje submeter-se à estressante rotina dos órgãos públicos. Para tanto, pode a comunidade recorrer, se assim o desejar, aos servidores dos despachantes.

Em que pese a relevância dos serviços prestados, a categoria encontra-se legalmente desamparada, submetendo-se, muitas vezes, à desconsideração de determinados funcionários com os quais tem que, necessariamente, manter relações profissionais.

A presente iniciativa tem por objetivo a criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais dos despachantes, visando, estabelecer os direitos e deveres dos despachantes, garantindo-lhes a possibilidade de atuar com dignidade, sem ser subserviente.

Reconhecido o interesse público de que se reveste a proposição, solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Arnaldo Faria de Sá.**

PROJETO DE LEI Nº 3.753, DE 1997

(Do Sr. Roberto Pessoa)

Dispõe sobre a vedação de exigência de hipoteca de bens imóveis, como garantia real, no momento da concessão de empréstimos ou financiamentos a micro e pequenas empresas e produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e dá outras providências.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º É vedado às instituições financeiras exigir hipoteca de bens imóveis, como garantia real, no momento da concessão de empréstimos ou financiamentos de valor até R$20.000,00 (vinte mil reais), a micros e pequenas empresas e produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. A garantia de que trata este artigo, e o pagamento das despesas dela decorrentes, poderão ser assegurados às instituições financeiras, mediante contrato de mandato ou outro documento equivalente, sob condição suspensiva de ocorrer a inadimplência do devedor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Como sabemos, hipoteca é direito real de garantia que grava coisa imóvel ou bem que a lei entende por hipotecável, pertencente ao devedor ou a terceiro, sem transmissão de posse ao credor, conferindo a este o direito de promover a sua venda judicial, pagando-se preferencialmente, se inadimplente o devedor.

É sabido, igualmente, que a efetivação da hipoteca depende da emissão de uma série de documentos, certidões cartoriais e contratos que acabam onerando, sobremaneira, o devedor, e atrasando, ainda mais, a realização do empréstimo ou financiamento pretendido. Tal fato não se justifica, principalmente quando se trata, como é o caso, de operações de valores relativamente pequenos, ou seja, de até R$20.000,00 (vinte mil reais).

Tais exigências, embora importantes para o credor, podem ser perfeitamente postergadas e exigidas somente por ocasião da ocorrência de atraso de pagamento, sem que isso traga, no nosso entender, prejuízos ao credor.

Nesse sentido, propomos que às instituições financeiras seja vedado exigir hipoteca de bens móveis, como garantia real, no momento de concessão de empréstimos ou financiamentos, de valor até R$20.000,00 (vinte mil reais), a micros e pequenas empresas e produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas. Referida garantia no entanto, poderá ser as-

segurada ao credor, mediante contrato de mandato ou outro documento equivalente sob condição suspensiva de ocorrer a inadimplência do devedor. O credor subordina, por conseguinte, a exigência da hipoteca do bem a um evento futuro, ou seja, à inadimplência do devedor.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação o projeto de leite que submetemos à apreciação da Casa.

Sala das Sessões, em 22 de outubro 1997. – Deputado **Roberto Pessoa.**

PROJETO DE LEI Nº 3.754, DE 1997
(Do Sr. Nelson Harter)

Altera o art. 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar de domicílio dos pais ou da mãe, dentro do prazo de quinze dias, ampliando-se até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

Parágrafo único. Para o registro do nascimento no local de domicílio dos pais ou no da mãe, deverá ser exigida prova de residência.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A falta de hospitais e maternidades em várias cidades de nosso país obriga as parturientes a dar luz em lugares distantes daqueles em que são domiciliadas e onde o recém-nascido também residirá.

A lei atual dispõe que o nascimento seja registrado na localidade em que se deu o parto.

Assim, pode ocorrer um falso dado de pessoas nascidas em um município mas com o qual não possuem nenhum vínculo.

O Projeto de Lei que estamos apresentando permite a opção dos pais pelo local onde ocorreu o parto ou pelo de sua residência, que deverá ser comprovado quando do registro de nascimento.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares que a sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1997. – Deputado **Nelson Harter.**

PROJETO DE LEI Nº 3.755, DE 1997
(Do Sr. Nelson Harter)

Inclui parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se um novo parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a seguinte redação, passando o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 30. .....
I – .....
II – .....

§ 1º Não se incluem nas hipóteses do inciso I o docentes dos cursos jurídicos.

§ 2º Os membros do Poder Legislativo municipal podem exercer a advocacia contra ou a favor das pessoas nomeadas no inciso II, desde que não digam respeito ao respectivo Município."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pelo presente projeto, os Vereadores, desde que não ocupem cargos junto à Mesa da Câmara, podem exercer a advocacia, inclusive contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público da União, dos Estados ou do Distrito Federal, ou de outros Municípios.

Com efeito, não nos parece indicado impedir, por exemplo, que um Vereador de uma pequena cidade não possa advogar contra ou a favor de uma empresa pública estadual. Se considerarmos, de modo contrário, que ele deve ser impedido, afastaremos das Câmaras Municipais muitos profissionais do direito, cuja contribuição ao processo legislativo poderia ser relevante. Ressalte-se que em muitas cidades a remuneração dos edis é quase simbólica. Impedir, pois, que estes exerçam suas atividades profissionais, quando essas não são, a rigor, incompatíveis com seu trabalho parlamentar, não é a melhor opção.

Não se deve impor aos Vereadores mecanicamente os impedimentos reservados aos Deputados

Federais e Estaduais. A própria Constituição Federal dispõe, segundo o inciso IX do artigo 29, que as proibições e incompatibilidades dos membros do Congresso Nacional só se aplicam ao exercício da vereança, no que elas couber.

Ante o exposto, peço aos meus ilustres pares apoio ao presente projeto.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Nelson Harter.**

PROJETO DE LEI Nº 3.756, DE 1997

(Do Sr. Nelson Harter)

Dá nova redação ao inciso VI do art. 49 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do art. 49 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. .....

.....

VI – a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou para fins exclusivamente didáticos, nos locais de ensino, bem como em shows beneficentes, não havendo, em qualquer caso, intuito de lucro."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A cobrança de taxa ao Ecad, em caso de shows beneficentes, desestimula a realização de atividades cujo escopo é apenas a caridade, a filantropia, o auxílio ao próximo.

Não havendo, em tais situações, a intenção de lucro, não vemos razão para o recolhimento de direitos autorais por parte do Ecad.

Neste sentido, conclamamos nossos ilustres Pares à aprovação do presente Projeto, a fim de se corrigir essa injustiça.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1997. – Deputado **Nelson Harter.**

PROJETO DE LEI Nº 3.757, DE 1997

(Do Sr. Paulo Rocha)

Acrescenta parágrafos ao art. 149 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 149. .....

§ 1º Incide na mesma pena quem contratar de qualquer forma o trabalho de menor de quatorze anos, direta ou indiretamente, para fins econômicos, salvo o de auxílio em âmbito familiar do adolescente aos pais ou responsáveis, fora do horário escolar e que não prejudique na formação educacional e seja compatível com suas condições físicas e psíquicas.

§ 2º A pena é aumentada de um terço se o trabalho for insalubre, perigoso ou penoso."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A criança tem sido muito explorada no trabalho, direta e indiretamente por empresas que não as contratam por ser proibido pela Constituição o trabalho de menor de 14 anos, mas usufruem de sua mão-de-obra, terceirizando as atividades que são imprescindíveis para alcançarem o seu fim econômico.

Assim procedem empresas extrativas de madeira, pedras, metais, indústrias e no meio rural as empresas agrícolas ou que dependem de produtos dessa natureza e que exploram o trabalho infantil.

Há crianças trabalhando com foices, enxadas, facões, máquinas perigosas e assim mutiladas, perdendo braços, pernas, ficando cegas, sofrendo queimaduras e intoxicações por agrotóxicos, além de outros danos graves à sua saúde.

Além disso, abandonam a escola, propagando o analfabetismo e prejudicando de forma lamentável o futuro do País que deve ser formado de cidadãos cultos e competentes para bem administrá-lo.

Ao contrário, as crianças e adolescentes se tornam depauperados, mal nutridos e explorados por adultos inescrupulosos que não respeitam a dignidade do ser humano, pensando apenas em baratear os custos finais dos produtos, utilizando a mão-de-obra não onerosa e o trabalho escravo de crianças, adolescentes e de suas famílias.

Segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílio relativa a 1995, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, há, no Brasil, 3.599.747 (exclusi-

ve a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá) pessoas entre 10 e 14 anos de idade economicamente ativas e 5.115.062 na faixa etária entre 15 e 17 anos.

A criança quando é completamente dominada pelo adulto, obedecendo às suas ordens fielmente, não reclamando direitos e produzindo como um trabalhador maior de idade.

Só o fato de deixar os estudos ou chegar à escola exausta, sem condições de aprendizagem, já seria suficiente para impedir o seu trabalho, sendo a educação fundamental para o desenvolvimento de qualquer país.

A presente proposição é importante pois tipifica como crime a contratação do trabalho do menor de 14 anos, ressalvando, entretanto, o auxílio que os adolescentes devem aos pais nas tarefas domésticas e no regime de economia familiar para seu sustento, fora do horário escolar e compatível com as condições físicas e psíquicas do menor, esperando por isso o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Paulo Rocha.**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2.916/97
(Do Senhor Salvador Zimbaldi)

Requer o encaminhamento de ofício ao Ministro do Trabalho, solicitando informações sobre o Conselho Nacional do Trabalho, do Conselho Deliberativo do FAT, do Conselho Nacional do FGTS, do Conselho Nacional de Imigração e Conselho da Fundacentro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência nos termos do art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara, que oficie ao Senhor Ministro do Trabalho, pois o referido Ministério sedia importantes Conselhos, acima relacionados, instrumentos que buscam assegurar uma participação institucional em importantes fóruns de decisão, de efetiva importância política, com poderes efetivo sobre uma quantia muito considerável de recursos públicos.

Nesse sentido solicito informar, em relação aos conselhos enumerados acima os seguintes quesitos:

a) Quais os critérios utilizados para a escolha das entidades que compõe os conselhos, seu nível de representatividade, etc.?

b) Quais os requisitos devem ser preenchidos pelos indicados, inclusive quanto a idoneidade moral e quais são os mecanismos de prestação de contas?

c) Cópia da legislação, de atos normativos, regimentais, nomeações, etc.

d) Cópia de eventuais propostas ou estudos disponíveis de alteração da estruturação e funcionamento dos conselhos.

Assim sendo, o ofício a ser encaminhado deverá enfatizar todos os quesitos levantados.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1997. – Deputado **Salvador Zimbaldi**, Vice-Líder do PSDB/SP.

INDICAÇÃO Nº 1.043 DE 1997
(Do Sr. Deputado Davi Alves Silva)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério da Reforma Agrária, a liberação de recursos para o Exercício de 1998, na forma estabelecida pela LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Dar-se-á a seguinte redação: ficam aprovados recursos financeiros para implantação de rede de eletrificação rural no Estado do Maranhão, nos municípios relacionados e conforme artigos a seguir:

Art. 1º – Celebração de Convênios para implantação de rede de eletrificação rural aos seguintes municípios: Estreito, São Pedro dos Crentes, Porto Franco, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Sítio Novo, Lajeado, Senador Edson Lobão, Davinópolis, Henrique de La Roque, Buritirana, Itinga, Cidelândia, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Alto Alegre, São João do Carú, Paulo Ramos, Lago dos Rodrigues, Porção de Pedra, Lagoa Grande, São Raimundo das Mangabeiras, Amarante, Grajaú, Formosa, Paraíso, Campestre, Zé Doca, Barra do Corda, Esperantinópolis, Matões, Lagoa do Mato, Imperatriz, Vitorino Freire, Altamira, Olho Dágua das Cunhãs, Juçaral do Sena, Santa Luzia do Paruá, Perimirim, Araguanã, Bernardo do Mearim, São Luís, Riachão, Feira Nova, Humberto de Campos, Codó, Colinas, Guimarães, Cururupu, Candido Mendes, Pio XII, Alto Parnaíba e Carutapera, estabelecendo-se aqui o valor de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para cada município citado, cujos recursos serão no valor total de R$6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais), na pasta de sua competência.

Art. 2º – Celebração de Convênios para implantação de rede de eletrificação rural aos se-

guintes municípios: Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Açailândia, Santa Luzia, Bom Jardim, João Lisboa, Arame, Parnarama e Porção de Pedra, estabelecendo-se aqui o valor de R$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para cada município citado nestes artigo, cujos recursos serão no valor total de R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na pasta de sua competência.

Art. 3º – Fica aprovado crédito no valor de R$9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais) para execução de serviços de eletrificação rural em 65 municípios do Estado do Maranhão, para o exercício financeiro de 1998.

Brasília (DF), 6 de outubro de 1997. – **Davi Alves Silva**, Deputado Federal PPB/MA.

REQUERIMENTO

(Do Senhor Deputado Davi Alves Silva – PPB/MA)

Requer o envio do Projeto de Indicação solicitando ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério da Reforma Agrária, a liberação de recursos para o exercício de 1998, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no projeto em anexo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e parágrafo 1º Do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Indicação em anexo, solicitando ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério da Reforma Agrária, recursos para o exercício de 1998, na forma estabelecida a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1997. – Deputado **Davi Alves Silva**, PPB/MA.

REQUERIMENTO Nº , 1997

(Do Sr. Luciano Zica)

Requer seja considerado como não escrito o Parecer do Deputado Paulo Bornhausen ao Projeto de Lei nº 3.285/92.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos dos arts. 55, 96 e 119, §§ 2º e 4º, do Regimento Interno, que considere não escrito o Substitutivo, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, aprovado na Comissão de Minas e Energia, Sessão do dia 22-10-97, ao Projeto de Lei nº 3.285/92, que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica.

Justificação

O Projeto de Lei nº 3.285/92 não foi originalmente distribuído à esta Comissão de Minas e Energia, o que revela o entendimento inicial da Mesa de que a matéria não era de competência sua. Todavia, atendendo a um requerimento do Deputado Paulo Bornhausen, a Presidência concedeu a esta Comissão a oportunidade para se manifestar sobre a matéria. Na sua justificativa o nobre Deputado argumenta que o Projeto em questão tem implicações na esfera da geração e consumo de energia, na medida em que afeta a produção de lenha na área coberta pela Mata Atlântica.

Como é do conhecimento de V. Exª, a toda Comissão compete manifestar-se somente sobre o que for de sua estrita competência (art. 55 do Regimento Interno). Além disso, no caso de audiência especial, o pronunciamento da Comissão deve versar exclusivamente sobre a questão formulada (art. 140, inciso II).

Esta não foi entretanto a orientação adotada pelo nobre Deputado Paulo Bornhausen no seu Relatório. No Substitutivo proposto ao Projeto de Lei nº 3.285/92, o nobre Relator trata de temas que não guardam nenhuma relação direta ou indireta com a questão energética e que são, muitas vezes, de competência inequívoca da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, como procuraremos demonstrar em seguida:

1) No art. 3º, § 1º, alínea **a**, do Substitutivo, no caso de corte raso e supressão da vegetação primária ou secundário secundária nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, exclui-se a necessidade da realização de estudos de impacto ambiental matéria de competência óbvia da CDCMAM.

2) No 3, § 1º, alínea **b**, do Substitutivo, autoriza-se corte raso e a supressão da vegetação secundária em estágio avançado ou médio de regeneração da Mata Atlântica quando necessários ao desenvolvimento, pelo pequeno produtor, de atividades agropecuárias imprescindíveis à sua subsistência e de sua família. Ora, atividade agropecuária não tem nenhuma relação com energia. O nobre relator poderia, quando muito, admitir semelhante exceção para a produção de lenha.

3) Na hipótese prevista no item 1 acima, quando se tratar de obra em área urbana, e naquela prevista no item 2, transfere-se a competência para autorizar o corte e a supressão da vegetação do órgão estadual para um conselho municipal (art. 3º, § 3º, alínea **b** e § 4º), proposto no próprio Substitutivo (art. 18). A criação de um conselho municipal, para tratar de temas que nenhuma relação apresentam com a

questão energética, também ultrapassa os limites regimentalmente autorizados para a manifestação desta Comissão.

4) No art. 4º, transfere-se do Estado para o Município a competência para autorizar o parcelamento urbano em áreas com vegetação primária ou vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica. Mais uma vez, não existe nenhuma ligação entre parcelamento do solo em área urbana e energia.

5) No art. 7º, admite-se a exploração de madeira em áreas cobertas por vegetação primária e secundária em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica nas seguintes situações:

a) exploração eventual, para consumo direto nas propriedades ou posses das populações rurais; – o Substitutivo não limita a exploração eventual à extração de lenha, o máximo que se poderia admitir.

b) exploração de indivíduos da espécie araucária angustifolia com Diâmetro à Altura do Peito – CAP, superior a 40cm (quarenta centímetros), nas áreas de floresta ombrófila mista; – e difícil acreditar que árvores de Araucária com mais de 40cm de DAP vão ser cortadas com o propósito de produzir lenha, e se isso fosse verdade seria inadmissível.

c) nos demais casos, mediante Plano de Manejo Florestal Sustentável, – novamente as possibilidades de exploração não são limitadas à produção de lenha ou outros produtos energéticos.

6) Finalmente, no art. 19 do Substitutivo, transfere-se para os Estados a competência para estabelecer os limites das áreas de preservação permanente, matéria hoje regulada pelo Código Florestal. Este assunto não guarda a mais tênue relação com a questão energética e é de competência indiscutível da CDCMAM.

Os argumentos arrolados demonstram de forma inegável que o ilustre relator, Deputado Paulo Bornhausen, passou ao largo do disposto no Regimento Interno desta Casa, fato este que, no nosso entendimento, impõe a esta Presidência o dever inafastável de considerar como não escrito o Parecer em questão.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1997. – Deputado **Luciano Zica.**

REQUERIMENTO Nº /97

Do Sr. Deputado Inácio Arruda – PC do B/CE

Requer a convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional para homenagear o arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares no transcurso dos 90 anos de seu nascimento.

Sr. Presidente,

De acordo com o art. 53 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeremos a V. Exª ouvido o plenário, a convocação de Sessão Solene para homenagear o Sr. Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, um dos maiores arquitetos no século XX, no transcurso dos 90 anos de seu nascimento.

Justificação

Há 90 anos, no dia 15 de dezembro de 1907, nascia, no Rio de Janeiro, o Sr. Oscar Niemeyer um dos principais arquitetos do século XX e uma das mais significativas referências intelectuais deste país. Sua obra transcende às fronteiras brasileiras, encontrando-se disseminada em cerca de 15 países. Seu conceito de arquitetura, nos traços e nas curvas de seu desenho, articulado com o profundo compromisso com seu povo e com o progresso social, revela a paixão pelo trabalho, pela causa socialista, a enorme confiança na saga dos brasileiros por uma vida próspera e feliz.

Niemeyer encontra sua identidade com o mundo da arquitetura no final da década de 20, como estudante da Escola Nacional de Belas Artes, num momento em que a jovem República brasileira ainda não apresentava uma identidade política e cultural definida. O Rio de Janeiro vivia a Belle Epoque

O País viveria nesta década fatos que marcariam decididamente nossa História: a Semana de Arte moderna de 1922, que acentuava a nacionalidade e a força das manifestações artísticas do século XX; a fundação do Partido Comunista do Brasil, representando a organização dos trabalhadores brasileiros e uma resposta às desigualdades que definiam os contornos do incipiente capitalismo brasileiro; a revolução de 1930, que inaugura a era Vargas e a edificação dos pilares do Estado autoritário brasileiro. Como personagem que vai se destacando no curso das transformações, o arquiteto Oscar Niemeyer mergulha na saga da construção de um Brasil progressivamente urbano e socialmente complexo.

O trabalho com Lúcio Costa também apresentou influência fundamental na vida de Niemeyer, trazendo esta relação o contato com a visão modernista de Le Corbusier, arquiteto francês que projetara o palácio do Ministério de Educação, e expressava o marco zero das construções modernistas no Brasil. Assim definiu o Poeta Ferreira Gullar:

"Niemeyer teve a seu favor o fato de viver numa época em que o Brasil estava sendo construído (...) é gênio, porque a arquitetura moderna, essa que tem como figuras exponenciais Walter Gropius, Le Corbusier, Frank Loyd Wrigt predominou no mun-

do com linhas retas e ele, ainda muito jovem, criado num país periférico, teve a audácia de romper com essa expressão funcionalista. É um mistério como esse carioca provinciano, criado em Laranjeiras, garoto boêmio da Lapa, teve a valentia de entrar nesse panteão para fazer o que lhe deu na cabeça. Mas se a época não permite o gênio não aparece."

Ao longo de seis décadas, Niemeyer produziu mais de 413 projetos, dos quais 181 construídos no exterior. A beleza moderna de sua arquitetura encanta o mundo. "De sua prancheta cambaleante", como define o jornalista Marcos Sá Corrêa, brotaram belos desenhos, que se espalham pelo espaço urbano da Europa e América. Diversos países – entre os quais se destacam França, Argélia, Itália, Alemanha, Argentina, Venezuela, Nicarágua, Cabo Verde, Estados Unidos, México, Portugal e Uruguai – têm o privilégio de ver semeadas em suas terras, a arte do genial arquiteto brasileiro. Hoje, seus croquis transformaram-se em escolas, catedrais, mesquitas, capelas, fábricas, palácios, paradas de ônibus, praças, quartéis e cidades.

Sua militância política ocupa lugar de destaque na sua trajetória de vida. Adepto, defensor e propagandista das idéias socialistas, compreendeu desde cedo a relação entre os desenhos arquitetônicos e o planejamento urbano e a importância de uma sociedade onde os trabalhadores possam verdadeiramente encontrar a mais plena felicidade. Para Niemeyer,"... a arquitetura não é tão importante, importante é a vida".

Por tudo isso, o Congresso Nacional prestará significativa homenagem a este brasileiro que engrandece e dignifica nosso País, pela riqueza de sua contribuição à formação da nossa identidade nacional. A partir da epopéia viva do **"arquiteto de Brasília"** podemos, sem nenhum dúvida, vislumbrar ângulos e caminhos que nem sempre coincidem com as sombrias e monocórdias retas do cotidiano adverso.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1997. – Deputado **Inácio Arruda.**

Deputado Matheus Schmidt P/Líder do Bloco PT/PDT/PCdoB.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Pará

Asdrubal Bentes – Bloco/PMDB; Geraldo Pastana – Bloco/PT; Mário Martins – Bloco/PMDB; Raimundo Santos – PFL; Socorro Gomes – Bloco/PCdoB; Vic Pires Franco – PFL.

Amazonas

Alzira Éwerton – PSDB; Arthur Virgílio – PSDB; Átila Lins – PFL; Cláudio Chaves – PFL; João Thomé Mestrinho – Bloco/PMDB; Luiz Fernando – PPB; Pauderney Avelino – PFL.

Rondônia

Confúcio Moura – Bloco/PMDB; Emerson Olavo Pires – PSDB; Eurípedes Miranda – Bloco/PDT; Expedito Júnior – PFL; Marinha Raupp – PSDB; Moisés Bennesby – PSDB; Oscar Andrade – PFL; Silvernani Santos – PFL.

Acre

Carlos Airton – PPB; Célia Mendes – PPB; Chicão Brígido – Bloco/PMDB; Emílio Assmar – PPB; João Tota – PPB; Osmir Lima – PFL; Regina Lino – Bloco/PMDB; Zila Bezerra – PFL.

Tocantins

Antônio Jorge – PFL; Darci Coelho – PFL; Dolores Nunes – PFL; Freire Júnior – Bloco/PMDB; Melquíades Neto – PFL; Osvaldo Reis – PPB; Udson Bandeira – Bloco/PMDB.

Maranhão

Albérico Filho – Bloco/PMDB; Antônio Joaquim Araújo – PL; César Bandeira – PFL; Costa Ferreira – PFL; Davi Alves Silva – PPB; Eliseu Moura – PL; Haroldo Sabóia – Bloco/PT; Magno Bacelar – PFL; Neiva Moreira – Bloco/PDT; Pedro Novais – Bloco/PMDB; Remi Trinta – PL; Roberto Rocha – PSDB; Sarney Filho – PFL; Sebastião Madeira – PSDB.

Ceará

Aécio de Borba – PPB; Anibal Gomes – PSDB; Antônio Balhmann – PSDB; Arnon Bezerra – PSDB; Edson Silva – PSDB; Firmo de Castro – PSDB; Gonzaga Mota – Bloco/PMDB; Inácio Arruda – Bloco/PCdoB; José Linhares – PPB; José Pimentel – Bloco/PT; Leônidas Cristino – PPS; Paes de Andrade – Bloco/PMDB; Paulo Lustosa – Bloco/PMDB; Pimentel Gomes – PSDB; Pinheiro Landim – Bloco/PMDB; Raimundo Gomes de Matos – PSDB; Roberto Pessoa – PFL; Rommel Feijó – PSDB; Vicente Arruda – PSDB.

Piauí

Alberto Silva – Bloco/PMDB; Ari Magalhães – PPB; B. Sá – PSDB; Ciro Nogueira – PFL; Felipe Mendes – PPB; João Henrique – Bloco/PMDB; Júlio Cesar – PFL; Mussa Demes – PFL; Paes Landim – PFL.

Rio Grande do Norte

Augusto Viveiros – PFL; Betinho Rosado – PFL; Cipriano Correia – PSDB; Henrique Eduardo Alves – Bloco/PMDB; Iberê Ferreira – PPB.

Paraíba

Adauto Pereira – PFL; Álvaro Gaudêncio Neto – PFL; Armando Abílio – Bloco/PMDB; Enivaldo Ribeiro – PPB; Gilvan Freire – PSB; Ivandro Cunha Lima – Bloco/PMDB; José Luiz Clerot – Bloco/PMDB; Roberto Paulino – Bloco/PMDB; Wilson Braga – PSDB.

Pernambuco

Ademir Cunha – PFL; Álvaro Ribeiro – PSB; Antônio Geraldo – PFL; Fernando Ferro – Bloco/PT; Fernando Lyra – PSB; Gonzaga Patriota – PSB; Humberto Costa – Bloco/PT; Inocêncio Oliveira – PFL; João Colaço – PSB; José Chaves – Bloco/PMDB; José Jorge – PFL; José Mendonça Bezerra – PFL; Mendonça Filho – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Pedro Corrêa – PPB; Roberto Fontes – PFL; Salatiel Carvalho – PPB; Sílvio Pessoa – Bloco/PMDB; Vicente André Gomes – PSB; Wilson Campos – PSDB; Wolney Queiroz – Bloco/PDT.

Alagoas

Albérico Cordeiro – PTB; Augusto Farias – PFL; Benedito de Lira – PFL; Ceci Cunha – PSDB; Fernando Torres – PSDB; José Thomaz Nonô – PSDB; Luiz Dantas – Bloco/PSD; Moacyr Andrade – PPB; Pedro Luís Albuquerque – PFL.

Sergipe

Adelson Ribeiro – PSDB; Bosco França – PMN; Carlos Magno – PFL; José Teles – PPB; Marcelo Déda – Bloco/PT; Pedro Valadares – PSB.

Bahia

Alcides Modesto – Bloco/PT; Aroldo Cedraz – PFL; Benito Gama – PFL; Cláudio Cajado – PFL; Colbert Martins – PPS; Coriolano Sales – Bloco/PDT; Domingos Leonelli – PSB; Eujácio Simões – PL; Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – Bloco/PMDB; Haroldo Lima – Bloco/PCdoB; Jaime Fernandes – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jaques Wagner – Bloco/PT; João Almeida – PSDB; João Carlos Bacelar – PFL; João Leão – PSDB; Jonival Lucas – PFL; José Carlos Aleluia – PFL; José Lourenço – PFL; José Rocha – PFL; Leur Lomanto – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto – Bloco/PT; Luiz Braga – PFL; Luiz Moreira – PFL; Mancel Castro – PFL; Mário Negromonte – PSDB; Pedro Irujo – Bloco/PMDB; Prisco Viana – PPB; Roberto Santos – PSDB; Sérgio Carneiro – Bloco/PDT; Severiano Alves – Bloco/PDT; Simara Ellery – Bloco/PMDB; Ursicino Queiroz – PFL; Walter Pinheiro – Bloco/PT.

Minas Gerais

Ademir Lucas – PSDB; Aécio Neves – PSDB; Antônio do Valle – Bloco/PMDB; Aracely de Paula – PFL; Armando Costa – Bloco/PMDB; Bonifácio de Andrada – PSDB; Carlos Melles – PFL; Danilo de Castro – PSDB; Elias Murad – PSDB; Eliseu Resende – PFL; Fernando Diniz – Bloco/PMDB; Francisco Horta – PFL; Genésio Bernardino – Bloco/PMDB; Hugo Rodrigues da Cunha – PFL; Ibrahim Abi-Ackel – PPB; Israel Pinheiro – PTB; Jaime Martins – PFL; Joana Darc – Bloco/PT; João Fassarella – Bloco/PT.

Goiás

Sandro Mabel – Bloco/PMDB; Zé Gomes da Rocha – Bloco/PSD.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Roraima

Elton Rohnelt – PFL; Moiés Lipnik – PL.

Amapá

Raquel Capiberibe – PSB.

Pará

Antonio Brasil – Bloco/PMDB; Hilário Coimbra – PSDB.

Amazonas

Euler Ribeiro – PFL.

Tocantins

Paulo Mourão – PSDB.

Maranhão

Jayme Santana – PSDB; Marcia Marinho – PSDB; Mauro Fecury – PFL; Nan Souza – Bloco/PSL.

Ceará

Antonio dos Santos – PFL; Nelson Otoch – PSDB.

Rio Grande do Norte

Cárlos Alberto – PSDB; João Faustino – PSDB; Ney Lopes – PFL.

Paraíba

Jose Aldemir – Bloco/PMDB; Ricardo Rique – Bloco/PMDB.

Pernambuco

Luiz Piauhylino – PSDB; Ricardo Heráclio – PSB; Wilson Campos – PSDB.

Sergipe

Cleonancio Fonseca – Bloco/PMDB; Wilson Cunha – PTB.

Bahia

Nestor Duarte – PSDB; Roland Lavigne – PFL.

Minas Gerais

Herculano Anghinetti – PPB; Philemon Rodrigues – PTB; Sandra Starling – Bloco/PT.

Espírito Santo

Feu Rosa – PSDB; Luiz Durão – PFL.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle – PL; Cândido Mendes – PSDB; Flavio Palmier da Veiga – PSDB; Itamar Serpa – PSDB; Lindberg Farias – PSTU; Maria da Conceição Tavares – Bloco/PT; Roberto Jefferson – PTB.

São Paulo

Cunha Bueno – PPB; Eduardo Jorge – Bloco/PT; Jorge Tadeu Mudalen – PPB; Jurandyr Paixão – PPB; Luiz Gushiken – Bloco/PT; Welson Gasparini – PSDB.

Goiás

Pedrinho Abrão – PTB.

Rio Grande do Sul

Luiz Mainardi – Bloco/PT.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Encerro a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 23, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

URGÊNCIA
(Artigo 155 do Regimento Interno)

Votação

1
PROJETO DE LEI Nº 3.792-D, DE 1993
(DO SR. FÁBIO FELDMANN)

Votação, em turno único do Projeto de Lei nº 3.792-C, de 1993, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; tendo pareceres das Comissões: de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação, com emendas (Relator: Sr. Maurício Requião); de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Sr. Sarney Filho) ; e da Comissão de constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Relator: Sr. Adhemar de Barros Filho) Pendente de pareceres às Emendas de Plenário.

Discussão

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 573, DE 1997
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 1997, que aprova o Texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 574, DE 1997
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 1997, que aprova o Texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, celebrado entre o Governo da Repúbica Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. Pendente de pareceres das Comissões: de Economia, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Redação.

PRIORIDADE

Discussão

4

PROJETO DE LEI Nº 1.813-A, DE 1991
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n 1.813, de 1991, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e dá outras providências; tendo pareceres das comissões: de Relações Exteriores, pela aprovação, com emendas (Relator: Sr. Jorge Uequed); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação deste e das emendas da Comissão de Relações Exteriores, na forma das emendas apresentadas pelo relator (Relator: Sr. Almino Affonso).

ORDINÁRIA

Discussão

5

PROJETO DE LEI Nº 2.855-E, DE 1992
(DO SR. LUCIANO PIZZATTO)

Discussão, em turno único, do SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL ao Projeto de Lei nº 2.855-C, de 1992, que amplia os limites do Parque Nacional do Superagui criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989; tendo pareceres das Comissões; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (Relator: Sr. Valdemar Costa Neto); de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, contra o voto do Deputado Jarbas Lima (Relator: Sr. Rodrigues Palma).

		12:30 José Genoíno
		12:55 Sérgio Miranda
		13:20 Nilson Gibson
27	2ª-feira	15:00 José Priante
		15:25 Eliseu Resende
		15:50 Vicente Cascione
		16:15 César Bandeira
		16:40 Inácio Arruda
		17:05 Aldo Rebelo
		17:30 Nárcio Rodrigues
		17:55 José Pimentel
		18:20 Zaire Rezende
28	3ª-feira	15:00 Oscar Andrade
		15:25 Gerson Peres
29	4ª-feira	15:00 Germano Rigotto
		15:25 Yeda Crusius
30	5ª-feira	15:00 Jaime Martins
		15:25 Saulo Queiroz
31	6ª-feira	10:00 Waldomiro Fioravante
		10:25 Dalila Figueiredo
		10:50 Telma de Souza
		11:15 Augusto Viveiros
		11:40 Antonio Feijão
		12:05 Luiz Alberto
		12:30 Giovanni Queiroz
		12:55 Salatiel Carvalho
		13:20 Roberto Valadão

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.210/96 - do Senado Federal (PLS nº 31/96) - que "dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa
VISTA: Concedida em 06.08.97 ao Deputado Nilson Gibson.

PAUTA Nº 51/97 (REMANESCENTE)

A - Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Casa:

URGÊNCIA URGENTÍSSIMA (ART. 155 DO RI)

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.211/96 - do Senado Federal (PLS nº 32/96) - que "institui o Estatudo da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição".
RELATOR: Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa
VISTA: Concedida em 06.08.97 ao Deputado Nilson Gibson.

PAUTA Nº 55/97

A - Proposição sujeita a disposições especiais (art. 202 e 203 do RI):

TRAMITAÇÃO ESPECIAL

1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 235/95 - da Srª. Vanessa Felippe e outros - que "suprime-se o termo "civis" do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias".
RELATOR: Deputado PRISCO VIANA
PARECER: pela inadmissibilidade desta e da Proposta de Emenda à Constituição nº 461/97, apensada; e pela anti-regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 479/95, apensada .

PAUTA Nº 55/97

A - Matéria sujeita à apreciação da Comissão sem prazo determinado:

1 - CONSULTA Nº 14/97 - da Mesa - que "solicita a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação acerca dos aspectos jurídicos envolvendo o pedido de autoria dos Srs. Deputados Carlos Alberto Campista e Ronaldo Santos, referente ao ressarcimento pelas perdas pecuniárias decorrentes do não exercício do mandato desde o início da legislatura".
RELATOR: Deputado NILSON GIBSON
PARECER: pela concessão do ressarcimento de todos as importâncias e vantagens, inerentes ao exercício do mandato parlamentar, não recebidas desde o início da legislatura, em virtude da anulação da eleição de 3 de outubro de 1994 no Estado do Rio de Janeiro

PAUTA Nº 66/97 (REMANESCENTE)

A - Proposição sujeita a disposições especiais (art. 202 e 203 do RI):

TRAMITAÇÃO ESPECIAL

1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 275/95 - do Sr. João Thomé Mestrinho e outros) - que "altera o artigo 199 da Constituição Federal, dispondo sobre a destinação de recursos públicos para o financiamento e custeio das ações de saúde".
RELATOR: Deputado ALMINO AFFONSO
PARECER REFORMULADO: pela admissibilidade, com substitutivo
VISTA CONJUNTA: Concedida aos Deputados Vicente Arruda e Milton Temer em 26.11.96.

PAUTA Nº 74/97

A - Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.368-B/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "determina a alienação de bens imóveis de propriedade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, destinados a residência de seus servidores, através de linha de crédito especial aberto pela CEF - Caixa Econômica Federal".
RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do

sustitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e das subemendas da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
VISTA: Concedida em 04.09.97 ao Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

PAUTA Nº 76/97

A - Proposição sujeita a disposições especiais (art. 202 e 203 do RI):

TRAMITAÇÃO ESPECIAL

1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308/96 - da Srª. Jandira Feghali e outros - que "dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 17 da Constituição Federal".
RELATOR: Deputado ARY KARA
PARECER: pela admissibilidade, com emenda

PAUTA Nº 77/97

A - Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Casa:

URGÊNCIA

1 - PROJETO DE LEI Nº 4.676/94 - do Senado Federal (PLS nº 160/93) - que "que dispõe sobre a distribuição de processos a magistrados designados para os Tribunais Eleitorais e dá outras providências ".
RELATOR: Deputado NILSON GIBSON
PARECER: pela inconstitucionalidade

PAUTA Nº 80/97

A - Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.176/95 - do Poder Executivo (Mensagem nº 1.174/95) - que "estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ADHEMAR DE BARROS FILHO
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, nos termos do substitutivo apresentado; e pela inconstitucionalidade da subemenda apresentada pela Comissão de Finanças e Tributação
VISTA CONJUNTA: Concedida em 17.09.97 aos Deputados Raul Belém, Alzira Ewerton, Matheus Schmidt , Sérgio Miranda e Marcelo Déda.

PAUTA Nº 84/97 (REMANESCENTE)

A - Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.775-A/97 - do Sr. Sandro Mabel - que "altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que 'dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins'".
RELATOR: Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda

PAUTA Nº 91/97

A - Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - PROJETO DE LEI Nº 256/91 - da Srª Jandira Feghali - que "regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV e dá outras providências."
RELATOR: Deputado VICENTE CASCIONE
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos termos do substitutivo apresentado
VISTA:Concedida em 16/10/97 ao Deputado JARBAS LIMA

PAUTA Nº 94/97

A - Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Casa:

TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA

1 - SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123-D/89 - que "DISCIPLINA A

ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do artigo 59 da Constituição"
RELATOR : Deputado ARY KARA
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar

P A U T A Nº 95/97

A - Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Casa:

PRIORIDADE

1 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 180/97 - que "regulamenta o art. 45 da Constituição Federal, estabelecendo a representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ASDRÚBAL BENTES
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e,
no mérito, pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado

A V I S O Nº 31/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início: 17.10.97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso: 5ª Sessão

A - Da análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art.54,I)

1 - PROJETO DE LEI Nº 4.751-B/90 - do Sr. Elias Murad - que "dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre a AIDS ou SIDA a nível do Iº e IIº graus de ensino e nos cursos de formação de professores, com ênfase especial nos aspectos científicos da prevenção e da educação sexual".
RELATOR: Deputado SÍLVIO PESSOA

B - Da análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.091-A/96 - do Sr. João Pizzolatti - que "revoga o inciso IV e o parágrafo 1º do artigo 8º, o inciso VI do artigo 58 e o artigo 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que 'dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB '".
Apensado: Projeto de Lei nº 2.714/97
RELATOR: Deputado FREIRE JÚNIOR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

A V I S O Nº 32/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início.: 21/10/97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso: 2ª Sessão

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.207-A/97 - do Senado Federal - que "regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".
Relator: Deputado LUÍS ALBERTO

2 - PROJETO DE LEI Nº 3.611/97 - do Sr. Vanio dos Santos - que "transforma a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em Parque Nacional Marinho do Arvoredo".
Relator: Deputado SERAFIM VENZON

3 - PROJETO DE LEI Nº 3.636/97 - do Sr. Roberto Pessoa - que "obriga a realização de exames laboratoriais, por amostragem, nos produtos agropecuários nacionais e importados, a fim de detectar excessos de resíduos de agrotóxicos".
Relator: Deputado LUÍS BARBOSA

4 - PROJETO DE LEI Nº 3.638/97 - da Sra. Dalila Figueiredo - que "proíbe a fabricação e a comercialização, em todo o território nacional, de bacias sanitárias e outros dispositivos hidráulico-sanitários que não preencham requisitos mínimos de economia de água".
Relatora: Deputada MARIA VALADÃO

5 - PROJETO DE LEI Nº 3.659/97 - do Sr. Nilson Gibson - que "dispõe sobre a manutenção de elevadores em edifícios públicos ou de uso coletivo e dá outras providências".
Relator: Deputado MAX ROSENMANN

A V I S O Nº 33/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início.: 23/10/97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso:

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.650/97 - do Poder Executivo (MSC 1.052/97) - que "altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, outros produtos e dá outras providências".
Relatora: Deputada ALCIONE ATHAYDE

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

A V I S O Nº 12/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS AO SUBSTITUTIVO

Início.: 16-10-97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso: 5ª Sessão

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO.

1 - PROJETO DE LEI Nº 4.101/89 - do Sr. Paulo Paim - que "Dispõe sobre a transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências".
RELATOR: Deputado VALDECI OLIVEIRA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

A V I S O Nº 01/97

RECEBIMENTO DE SUGESTÕES

Início.: 21/10/97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso: 3ª Sessão

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.599/97 - do Poder Executivo (Mensagem nº 997/97) - que "estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas".
RELATOR para oferecimento de subsídios: Deputado PEDRO WILSON

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE ANÁLISE E PROPOSTAS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO ESPECIAL COM OBJETIVO DE ACOMPANHAR E PARTICIPAR DA DISCUSSÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ALCA - ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

LOCAL: Plenário 4, Anexo II
HORÁRIO: 10h

CONVIDADO:
Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil
TEMA:
"O CUSTO BRASIL" E "A POSIÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA".

A V I S O Nº 31/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início.: 22/10/97
Prazo.: 5 Sessões
Decurso: 2ª Sessão

A - Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54,II):

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.470-A/97 - do Poder Executivo (MSG nº 907/97) - que "cria o Quadro de Oficiais de Saúde do Exército - QOSau, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado AUGUSTO VIVEIROS

B - Da Análise do Mérito:

2 - PROJETO DE LEI Nº 1.865-A/96 - do Sr. Luiz Fernando (em apenso o PL nº 2.326/96) - que "dispõe sobre tarifas bancárias e multas contratuais cobradas a aposentados, pensionistas e beneficiários".
RELATOR: Deputado AUGUSTO VIVEIROS

3 - PROJETO DE LEI Nº 3.664/97 - do Sr. Fernando Lopes - que "dispõe sobre a exigibilidade do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana sobre

áreas situadas no perímetro urbano municipal, independentemente de sua utilização, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MAX ROSENMANN

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PAUTA Nº 33/97
AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL: *Plenário 9*

TEMA: DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NAS OBRAS DAS BARRAGENS DO VALE DO JEQUITINHONHA
CONVIDADOS:
Senhor RUY JOSÉ VIANA LAGE, Presidente da COPASA-MG,
Prof. ADIR JOSÉ DE FREITAS, especialista em construção de Barragens

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A V I S O Nº 22/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS
Início: 20/10/97
Prazo: 5 Sessões
Decurso: 2ª Sessão

1 - PROJETO DE LEI Nº 202-A/95 - do Sr. Agnelo Queiroz - que "dispõe sobre a criação dos Conselhos Federais e Regionais de Enfermagem e dá outras providências."
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO

2 - PROJETO DE LEI Nº 397-A/95 - do Sr. Franco Montoro - que "Institui o abono de permanência em serviço."
RELATOR: Deputado JOFRAN FREJAT

3 - PROJETO DE LEI Nº 975/95 - do Sr. Paulo Feijó - que "Cria o Seguro Nacional de Saúde e a Contribuição Nacional de Saúde e dá outras providências."
RELATOR: Deputado IBERÊ FERREIRA

4 - PROJETO DE LEI Nº 1.740/96 - da Sra. Vanessa Felipe - que "proíbe a fabricação e comercialização de produtos, de qualquer natureza, destinados ao público infantil, reproduzindo a forma de cigarro e similares e dá outras providências."
RELATOR: Deputado FERNANDO GONÇALVES

5 - PROJETO DE LEI Nº 1.992-A/96 - do Sr. Benedito Guimarães - que "altera o valor da pensão mensal vitalícia dos seringueiros da região Amazônica que tenham trabalhado na produção de borracha durante a Segunda Guerra Mundial."
RELATOR: Deputado CLÁUDIO CHAVES

6 - PROJETO DE LEI Nº 3.018-A/97 - do Sr. Silas Brasileiro - que "proibe a venda de bebida alcoólica num raio de até 200 (duzentos) metros de estabelecimento escolares."
RELATOR: Deputado FERNANDO GONÇALVES

7 - PROJETO DE LEI Nº 3.343-A/97 - do Sr. Luiz Fenando - que "determina a instalação de posto de serviço e atendimento médico de urgência nos aeroportos que especifica."
RELATOR: Deputado ARMANDO ABÍLIO

8 - PROJETO DE LEI Nº 3.372-A97 - da Sra. Marinha Raupp - que "Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal."
RELATORA: Deputada MÁRCIA MARINHO

9 - PROJETO DE LEI Nº 3.409/97 - do Se. Paulo Lustosa - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento a pacientes com riscos de vida, de deficiência ou de lesão permanente."
RELATORA: Deputada TETÉ BEZERRA

10 - PROJETO DE LEI Nº 3.556/97 - do Sr. Waldomiro Fioravante - que "Regulamenta os atos de suspensão e cancelamento de benefícios previdenciários."
RELATOR: Deputado JAIR SOARES

11 - PROJETO DE LEI Nº 3.560/97 - do Sr. Milton Mendes - que "Dá nova redação ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso."
RELATOR: Deputado JOFRAN FREJAT

12 - PROJETO DE LEI Nº 3.569/97 - do Sr. José Pinotti - que "Dispõe sobre incentivos fiscais para a pesquisa clínica e desenvolvimento tecnológico na área de saúde."
RELATOR: Deputado IBERÊ FERREIRA

13 - PROJETO DE LEI Nº 3.573/97 - da Sra. Dalila Figueiredo - que "Modifica a redação do art. 248 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente."
RELATORA: Deputada RITA CAMATA

14 - PROJETO DE LEI Nº 3.575/97 - do Sr. Koyu Iha - que "modifica artigos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente."
RELATOR: Deputada ALCIONE ATHAYDE

15 - PROJETO DE LEI Nº 3.587/97 - do Sr. Arnaldo Faria de Sá - que "Assegura a trabalhadores, aposentados e pensionistas da Previdência Social, tratamento dentário às expensas do Sistema Único de Saúde - SUS."
RELATOR: Deputado JOSÉ ALDEMIR

16 - PROJETO DE LEI Nº 3.604/97 - do Sr. Moisés Lipnik - que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências."
RELATOR: Deputado CARLOS MAGNO

17 - PROJETO DE LEI Nº 3.608/97 - do Sr. Augusto Nardes - que "Altera o art. 18 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências."
RELATOR: Deputado JOFRAN FREJAT

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.610/97 - do Sr. João Fassarella - que "Acrescenta dispositivos ao art. 2º da lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela Jurisdicional de interesse coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências."
RELATOR: Deputado SERAFIM VENZON

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.614/97 - do Sr. Luiz Alberto - que "Estabelece a obrigatoriedade da identificação étnico-racial nos serviços de saúde públicos e privados."
RELATOR: Deputado ARMANDO ABÍLIO

20 - PROJETO DE LEI Nº 3.626/97 - do Sr. Ricardo Izar - que "Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, com o fim de proibir o uso de produtos fumígenos em todas as dependências dos estabelecimentos de ensinos do País."
RELATOR: Deputado ELIAS MURAD

21 - PROJETO DE LEI Nº 3.629/97 - do Sr. Tuga Angerami - que "torna obrigatório a realização de exame anatomopatológico de tecidos e órgãos retirados cirurgicamente do corpo humano e dá outra providências."
RELATORA: Deputada ALCIONE ATHAYDE

22 - PROJETO DE LEI Nº 3.632/97 - do Sr. Agnelo Queiroz - que "Determina que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio coloquem armários à disposição dos alunos para a guarda do material didático."
RELATORA: Deputada MÁRCIA MARINHO

23 - PROJETO DE LEI Nº 3.643/97 - do Senado Federal - que "Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e o art. 186 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os transtornos dos discos intervertebrais recidivantes entre as doenças e condições que dão direito à aposentadoria por invalidez."
RELATOR: Deputado NILTON BAIANO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISO Nº 40/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS AO SUBSTITUTIVO

Início: 23/10/97
Prazo: 5 Sessões
Decurso: -

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

1 - PROJETO DE LEI Nº 3.347/97 - (PL nº 3.597/97,apensado) - do Sr. João Coser - que "torna obrigatória a emissão de documento informativo das condições de trabalho insalubres e periculosas, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado HUGO RODRIGUES DA CUNHA

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

A V I S O Nº 26/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início.: 16.10.97
Prazo.: 5 sessões
Decurso: 5ª sessão

1 - PROJETO DE LEI Nº 633-B/95 - da Sra. Yeda Crusius - que "dá nova redação ao caput do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PEDRO HENRY

II - COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL ALCA

PAUTA Nº 5/97

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE ANÁLISE E PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Horário: 10h
Local: Plenário 4, Anexo II

1 - Comissão Especial com o objetivo de acompanhar e participar da discussão para implementação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.
Relator: Deputado FRANCISCO HORTA
Convidado:
- Dr. MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES.
Temas:
- "O Custo Brasil" e
- "A Posição Brasileira no Processo de Integração Hemisférica".

III - COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

P A U T A Nº 23/97

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Horário: 10 horas
Local: Plenário nº 02, Anexo II

A) Apresentação, discussão e votação da Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 07/10/97.

B) Apresentação, discussão e votação das seguintes matérias:

1 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 19/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R$ 18.912.789,00, para os fins que especifica".
Relator: Deputado ALEXANDRE CERANTO
Voto: Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alteração.

2 - Contas do Governo Federal referentes a 1996
Síntese do Relatório do Tribunal de Contas da União.
Relatório do Senador JEFFERSON PÉRES
Voto: pela APROVAÇÃO das Contas, com ressalvas e recomendações.

A V I S O Nº 16/97

RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início.: 22/10/97
Prazo.: 08 DIAS
Decurso: 02 DIAS

1 - PROJETO DE LEI Nº 34/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério da Fazenda, *crédito especial até o limite de* R$ 4.407.770,00, para os fins que especifica".

2 - PROJETO DE LEI Nº 35/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R$ 4.935.000,00, para os fins que especifica".

3 - PROJETO DE LEI Nº 36/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R$ 138.360,00, para os fins que especifica".

NOTA:
AS EMENDAS SÓ SERÃO ACEITAS EM FORMULÁRIO PRÓPRIO DISPONÍVEL NAS SECRETARIAS DAS COMISSÕES.
HORÁRIO: DE 09:00 ÀS 12:00 E 13:30 ÀS 18:30

(Encerra-se a sessão às 20 horas.)

ATOS DO PRESIDENTE

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990 e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, DIANA SOARES MACHADO para exercer cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativa – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, padrão 36, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Aparecida Couto Teixeira, conforme ato do Presidente de 22 de março de 1994, publicada no **Diário Oficial** da União de 28 de março de 1994.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1997. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, INALDO BARBOSA MARINHO JUNIOR para exercer cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, padrão 36, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, em vaga decorrente da aposentadoria de Sandra da Rocha Marmo de Oliveira, conforme Ato do Presidente de 04 de maio de 1994, publicada no **Diário Oficial** da União de 09 de maio de 1994.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1997. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, LINDAURA OLIVEIRA GUIMARÃES SOUSA para exercer, o Núcleo de Atendimento a Programas Especiais, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 2º do Ato da Mesa nº 58, de 04 de abril de 1997.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1997. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

O Deputado Ricardo Izar, Presidente desta Comissão, fez a seguinte:

Distribuição nº 20/97

Em 22-10-97

À Deputada ALCIONE ATHAYDE

Projeto de Lei nº 3.650/97 – do Poder Executivo (MSC nº 1.052/97) – que "altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, outros produtos e dá outras providências".

Sala da Comissão, 22 de outubro de 1997. – **Aurenilton Araruna de Almeida**, Secretário.

(Biênio 1997/98)

Presidente:
MICHEL TEMER – PMDB/SP

1º Vice-Presidente:
HERÁCLITO FORTES – PFL/PI

2º Vice-Presidente:
SEVERINO CAVALCANTI – PPB/PE

1º Secretário:
UBIRATAN AGUIAR – PSDB/CE

2º Secretário:
NELSON TRAD – PTB/MS

3º Secretário:
PAULO PAIM – PT/RS

4º Secretário:
EFRAIM MORAIS – PFL/PB

Suplentes de Secretário:
1º JOSÉ MAURÍCIO – PDT/RJ

2º WAGNER SALUSTIANO – PPB/SP

3º ZÉ GOMES DA ROCHA – PMDB/GO

4º LUCIANO CASTRO – PSDB/RR

PARTIDOS, BLOCOS E RESPECTIVAS BANCADAS

BLOCO PARLAMENTAR

PFL

Líder: INOCÊNCIO OLIVEIRA

Vice-Líderes

José Carlos Aleluia (1º Vice)	José Santana de Vasconcellos
Abelardo Lupion	Lima Netto
Álvaro Gaudêncio Neto	Marilu Guimarães
Antônio dos Santos	Mendonça Filho
Antônio Geraldo	Mussa Demes
Aracely de Paula	Ney Lopes
Benedito de Lira	Osório Adriano
Carlos Melles	Paes Landim
César Bandeira	Paulo Bornhausen
Corauci Sobrinho	Paulo Gouvêa
Darci Coelho	Roberto Araújo
Euler Ribeiro	Robson Tuma
Francisco Horta	Vilma Rocha
José Lourenço	Werner Wanderer

Bloco (PMDB,PSD,PSL,PRONA)

Líder: GEDDEL VIEIRA LIMA

Vice-Líderes:

Wagner Rossi (1º Vice)	Marisa Serrano
Confúcio Moura	Pedro Novais
Darcísio Perondi	Pinheiro Landim
Edinho Bez	Regina Lino
Fernando Diniz	Ricardo Rique
Gonzaga Mota	Roberto Valadão
José Chaves	Robson Tuma
José Luiz Clerot	Rubens Cosac
Lídia Quinan	Simara Ellery
Luis Roberto Ponte	Tetê Bezerra
Maria Elvira	

PSDB

Líder: AÉCIO NEVES

Vice-Líderes:

Arnaldo Madeira (1º Vice)	Salvador Zimbaldi
Adroaldo Streck	Narcio Rodrigues
Jovair Arantes	Nelson Otoch
Rommel Feijó	Osmânio Pereira
José Thomaz Nonô	Yeda Crusius
Fernando Torres	Candinho Mattos
Pedro Henry	Mario Negromonte
Feu Rosa	José Aníbal
Sílvio Torres	Alzira Éwerton
Marconi Perillo	Welson Gasparini
Nícias Ribeiro	Luiz Piauhylino
Sebastião Madeira	Fátima Pelaes

Bloco (PT,PDT,PCdoB)

Líder: ALDO ARANTES

Vice-Líderes:

Alcides Modesto	Luciano Zica
Ênio Bacci	Luiz Eduardo Greenhalgh
Euripedes Miranda	Luiz Gushiken
Fernando Ferro	Marcelo Deda
Fernando Zuppo	Marta Suplicy
Giovanni Queiroz	Matheus Schmidt
Humberto Costa	Miguel Rossetto
Jandira Feghali	Milton Temer
Jaques Wagner	Miro Teixeira
João Fassarella	Neiva Moreira
José Genoíno	Sérgio Miranda

PPB

Líder: ODELMO LEÃO

Vice-Líderes:

Gerson Peres (1º Vice)	João Mendes
Arnaldo Faria de Sá	Valdenor Guedes
Ibrahim Abi-Ackel	Ricardo Barros
Laprovita Vieira	Alcione Athayde
Wigberto Tartuce	Robério Araújo
Roberto Balestra	Benedito Guimarães
Jair Soares	Romel Anízio
Eraldo Trindade	Lamartine Posella
Benedito Domingos	José Janene
Jofran Frejat	José Linhares

PTB

Líder: PAULO HESLANDER

Vice-Líderes:

Duilio Pisaneschi (1º Vice)	José Coimbra
Arlindo Vargas	José Borba
Maria Valadão	

PSB

Líder: ALEXANDRE CARDOSO

Vice-Líderes:

Pedro Valadares (1º Vice)	Ricardo Heráclio
Vicente André Gomes	

PL

Líder: VALDEMAR COSTA NETO

Vice-Líderes:

Luiz Buaiz (1º Vice)	Pedro Canedo
Eujácio Simões	

Parágrafo 4º, art. 9º – RI

PPS

PMN
Repr.: BOSCO FRANCA

PV
Repr.: FERNANDO GABEIRA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Vice-Líderes:

Elton Rohnelt (1º Vice)
Sandro Mabel
Rodrigues Palma
Antônio Carlos Pannunzio
Paudemey Avelino

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Hugo Biehl (PPB)
1º Vice-Presidente: Nelson Meurer(PPB)
2º Vice-Presidente: Roberto Pessoa (PFL)
3º Vice-Presidente: Antonio do Valle (PMDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Abelardo Lupion	Antônio Jorge
Adauto Pereira	Antonio Ueno
Alexandre Ceranto	Benedito de Lira
Carlos Melles	Betinho Rosado
Elton Rohnelt	Jonival Lucas
Jaime Fernandes	José Rocha
Roberto Fontes	Lael Varella
Roberto Pessoa	Luís Eduardo
Wilson Cunha	Maria Valadão
1 vaga	Saulo Queiroz
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Antonio do Valle	Adelson Salvador
Armando Costa	Alberto Silva
Dejandir Dalpasquale	Darcísio Perondi
Etevalda Grassi de Menezes	Maurício Requião
Moacir Micheletto	Mauro Lopes
Nelson Harter	Paulo Lustosa
Orcino Gonçalves	Sandro Mabel
Roberto Paulino	Udson Bandeira
Silas Brasileiro	Zé Gomes da Rocha
Valdir Colatto	1 vaga
PSDB	
B. Sá	Adelson Ribeiro
Ezidio Pinheiro	Fernando Torres
Marinha Raupp	Raimundo Gomes de Matos
Odílio Balbinotti	Salomão Cruz
Olávio Rocha	5 vagas
Ronaldo Santos	
3 vagas	
Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)	
Adão Pretto (PR)	Dércio Knop
Alcides Modesto (PT)	Fernando Zuppo
Carlos Cardinal (PDT)	Giovanni Queiroz (PDT)
Ênio Bacci (PDT)	João Coser (PT)
Geraldo Pastana (PT)	José Pimentel (PT)
Luiz Durão (PDT)	Padre Roque (PT)
Luiz Mainardi (PT)	Paulo Rocha (PT)
Waldomiro Fioravante (PT)	Valdeci Oliveira (PT)
PPB	
Cleonâncio Fonseca	Aécio de Borba
Dilceu Sperafico	Ari Magalhães
Hugo Biehl	Augusto Nardes
Nelson Meurer	Chico da Princesa (PTB)
Roberto Balestra	João Tota
Romel Anizio	Osvaldo Reis
Wagner do Nascimento	2 vagas
1 vaga	
PTB	
Félix Mendonça	Arlindo Vargas
Nelson Marquezelli	Murilo Domingos
PSB	
1 vaga	Raquel Capiberibe
PL	
Etevalda Grassi de Menezes	Eujácio Simões
PPS	
Augusto Carvalho	Pedrinho Abrão
PMN	
Bosco França	1 vaga

Secretário: Moizes Lobo da Cunha
Local: Plenário 114, Bloco das Lideranças às quartas-feiras e quintas-feiras – 9 horas
Telefones: 318-6916/6978/6979/6981

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: José Priante (PMDB)
1º Vice-Presidente: Pinheiro Landim(PMDB)
2º Vice-Presidente: Carlos Airton (PPB)
3º Vice-Presidente: Elton Rohnelt (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Célia Mendes	Átila Lins
Elton Rohnelt	Cláudio Chaves
Murilo Pinheiro	Euler Ribeiro
Osmir Lima	Osmir Lima
Zila Bezerra	Raimundo Santos
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Elcione Barbalho	Asdrúbal Bentes
José Priante	Confúcio Moura
Nan Souza	Emílio Assmar
Pinheiro Landim	Mário Martins
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Alzira Ewerton	Anivaldo Vale
Hilário Coimbra	Fátima Pelaes
Luiz Fernando	Nicias Ribeiro
Moisés Bennesby	Rommel Feijó
Salomão Cruz	1 vaga
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Eurípedes Miranda	Gilney Viana
Geraldo Pastana	Luciano Zica
Paulo Rocha	Neiva Moreira
Socorro Gomes	1 vaga
PPB	
Benedito Guimarães	Antonio Jorge
Carlos Airton	Cunha Lima
Pauderney Avelino	Davi Alves Silva
Valdenor Guedes	1 vaga

PTB

Moisés Lipnik	Philemon Rodrigues

PSB

Gervásio Oliveira	Ricardo Heráclito

Secretário: Tercio Mendonça Vila
Local: Plenário – Sala 19, quartas-feiras – 9 horas
Telefones: 318-6998/6999/6970

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Maluly Netto (PFL)
1º Vice-Presidente: Cesar Bandeira (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Edson Queiroz (PPB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Arolde de Oliveira	Antonio dos Santos
Cesar Bandeira	Aracely de Paula
Corauci Sobrinho	José Lourenço
José Jorge	Leur Lomanto
José Mendonça Bezerra	Mendonça Filho
José Rocha	Osvaldo Coelho
Luiz Moreira	Paulo Lima
Maluly Netto	Raimundo Santos
Paulo Bornhausen	Roberto Pessoa
Vic Pires Franco	Sergio Barcelos
1 vaga	Vilmar Rocha
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Carlos Apolinário	Henrique Eduardo Alves
Hélio Rosas	José Priante
Ivandro Cunha Lima	Moacir Micheletto
Marcelo Barbieri	Pinheiro Landim
Nan Souza	Ricardo Rique
Pedro Irujo	Saraiva Felipe
Roberto Valadão	Wagner Rossi
3 vagas	3 vagas
PSDB	
Alberto Goldman	Antonio Carlos Pannunzio
Carlos Alberto	Eduardo Coelho
José de Abreu	Fátima Pelaes
Koyu Iha	Luciano Castro
Luiz Piauhylino	Marcia Marinho
Nelson Marchezan	Narcio Rodrigues
Octavio Elisio	Odilio Balbinotti
Roberto Santos	Renato Johnsson
Salvador Zimbaldi	Welson Gasparini
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Decio Knop (PDT)	Esther Grossi (PT)
Eurípedes Miranda (PDT)	Expedito Junior (PL)
Inácio Arruda (PCdoB)	Fernando Lopes (PDT)
João Paulo (PT)	Ivan Valente (PT)
Tilden Santiago (PT)	Jandira Feghali (PCdoB)
Udson Bandeira (PMDB)	Jaques Wagner (PT)
Walter Pinheiro	Milton Mendes (PT)
Wigberto Tartuce (PPB)	Paulo Delgado (PT)

PPB

Antonio Joaquim Araújo	Gerson Peres
Cunha Bueno	José Janene
João Iensen	Lamartine Posella
Jorge Wilson	Nelson Meurer
Laprovita Vieira	Paulo Lustosa
Roberto Campos	Roberto Balestra
Vadão Gomes	Romel Anízio
1 vaga	Valdenor Guedes

PTB

Luiz Alberto (PT)	José Borba
Murilo Domingos	Philemon Rodrigues
Paulo Cordeiro	Rodrigues Palma

PSB

1 vaga	João Colaço

PL

Welinton Fagundes	Pedro Canedo

Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo
Local: Plenário 13, sala P13, quartas-feiras – 10h –
Telefones: 318-6906 a 6907
Fax: 318-2143

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
1º Vice-Presidente: Freire Junior (PMDB)
2º Vice-Presidente: Moisés Bennesby (PSDB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Déda (PT)

Titulares	Suplentes
PFL	
Antonio dos Santos	Antonio Geraldo
Benedito de Lira	Átila Lins
Jairo Carneiro	Carlos Alberto Campista
Magno Barcelar	Ciro Nogueira
Mussa Demes	Claudio Cajado
Ney Lopes	Corauci Sobrinho
Osmir Lima	Jairo Azi
Paes Landim	Maluly Netto
Raul Belém	Paulo Gouvea
Roland Lavigne	Rubem Medina
Vilmar Rocha	Vanessa Felippe
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Asdrubal Bentes	Ivandro Cunha Lima
Djalma de Almeida Cesar	João Thomé Mestrinho
Fernando Diniz	José Aldemir
Freire Júnior	Marquinho Chedid
Gilvan Freire	Pedro Novais
Henrique Eduardo Alves	Roberto Valadão
João Natal	Rubens Cosac
José Luiz Clerot	Zaire Rezende
Silvio Pessoa	2 vaga
1 vaga	
PSDB	
Alzira Ewerton	Celso Russomano

Cândido Mendes	Franco Montoro
Edson Silva	José Carlos Lacerda
Luiz Máximo	Max Rosenmann
Marcone Perillo	Nestor Duarte
Moisés Bennesby	Roberto Rocha
Nelson Otoch	Salvador Zimbaldi
Nicias Ribeiro	*Vicente Arruda*
Zulaiê Cobra	1 vaga

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Coriolando Sales (PDT)	Enio Bacci (PDT)
Haroldo Sabóia (PT)	Hélio Bicudo (PT)
José Genoíno (PT)	Israel Pinheiro (PTB)
Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)	Joana Darc (PT)
Marcelo Déda (PT)	Marta Suplicy (PT)
Matheus Schmidt (PDT)	Pedro Wilson
Nilmário Miranda (PT)	Sandra Starling (PT)
Sergio Miranda (PCdoB)	Severiano Alves (PDT)
Silvio Abreu (PDT)	Wolney Queiroz (PDT)

PPB

Adhemar de Barros Filho	Adylson Motta
Augusto Farias	Benedito Domingos
Darci Coelho	Bonifácio de Andrada
Gerson Peres	Cleonâncio Fonseca
Ibrahim Abi-Ackel	Jair Bolsonaro
Jarbas Lima	Luís Barbosa
José Rezende	Ricardo Barros
Prisco Viana	Wigberto Tartuce

PTB

Rodrigues Palma	Moisés Lipnik
Vicente Cascione	*Roberto Jefferson*

PSB

Nilson Gibson	1 vaga

PL

Pedro Canedo	Luiz Buaiz

Secretário: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Local: Plenário, sala 1, terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras – 10h –
Telefones: 318-6922 a 318-6925

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Presidente: Ricardo Izar (PPB)
1º Vice-Presidente: Cunha Lima (PPB)
2º Vice-Presidente: Celso Russomanno (PSDB)
3º Vice-Presidente: Luciano Pizzatto (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PFL	
José Carlos Aleluia	Aroldo Cedraz
Laura Carneiro	Célia Mendes
Neiva Moreira	Marilu Guimarães
Sarney Filho	Osório Adriano
Vanessa Felippe	Vic Pires Franco
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Albérico Filho	Freire Júnior
Chicão Brigigo	Inácio Arruda
Fernando Gabeira	Marcos Lima
Regina Lino	Tetê Bezerra
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Adelson Ribeiro	Antonio Balhmann
Celso Russomanno	Itamar Serpa
Flávio Palmier da Veiga	Leônidas Cristino
Max Rosenmann	Vanessa Felippe
Salomão Cruz	1 vaga
Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)	
Gilney Viana	Fernando Ferro
Ivan Valente	Luiz Alberto
Sérgio Carneiro	Ricardo Gomyde
Socorro Gomes	Serafim Venzon
PPB	
Cunha Lima	Alcione Athayde
Jaques Wagner	Cunha Bueno
Luís Barbosa	Herculano Anghinetti
Ricardo Izar	Ushitaro Kamia
PTB	
Luciano Pizzatto	Duilio Pisaneschi
PSB	
Raquel Capiberibe	Gervásio Oliveira

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Plenário 13, Anexo II, Sala 3 – 4ª-feira, 10 horas
Telefones: 318-6929 a 6935
Fax: 318-2146

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: Simão Sessim (PSDB)
1º Vice-Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)
2º Vice-Presidente: Fernando Zuppo (PDT).
3º Vice-Presidente: Neif Jabur (PPB)

Titulares	**Suplentes**
PFL	
Antonio Geraldo	Carlos Magno
Eliseu Moura	César Bandeira
Mauro Fecury	Iberê Ferreira
Murilo Pinheiro	Ney Lopes
Robério Araújo	Wilson Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Antonio Brasil	Carlos Nelson
José Chaves	Nan Souza
Simara Ellery	Oscar Goldoni
Wilson Cignachi	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Ademir Lucas
Eduardo Coelho	B. Sá
Raimundo Gomes de Matos	Ceci Cunha
Simão Sessim	Danilo de Castro

Welson Gasparini	Mário Negromonte

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Fernando Zuppo	Airton Dipp
José Machado	Chico Vigilante
Nedson Micheleti	João Paulo
Valdeci Oliveira	Vânio dos Santos

PPB

João Mendes	Alceste Almeida
Neif Jabur	Darci Coelho
Ricardo Barros	2 vagas
Silvernani Santos	

PTB

Albérico Cordeiro	1 vaga

PV

Emílio Assmar (PPB)	1 vaga

Secretário: Ronaldo de Oliveira Noronha
Local: Plenário 14, terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-7071/7073
Fax: 318-2147

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Presidente: Pedro Wilson (PT)
1º Vice-Presidente: Agnelo Queiroz (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Eraldo Trindade (PPB)
3º Vice-Presidente: Fernando Lopes (PDT)

Titulares	Suplentes

PFL

Carlos Melles	Álvaro Gaudêncio Neto
Francisco Horta	Laura Carneiro
Marilu Guimarães	Magno Bacelar
Paes Landim	Osmir Lima
Vilmar Rocha	1 vaga

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

De Velasco	Freire Júnior
Geddel Vieira Lima	Marcelo Barbieri
Gilvan Freire	Mário Martins
Nilmário Miranda	Rita Camata
Roberto Valadão	1 vaga

PSDB

Dalila Figueiredo	Fernando Gabeira (PV)
Flavio Arns	Franco Montoro
José Aníbal	Welson Gasparini
Márcia Marinho	2 vagas
Sebastião Madeira	

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Agnelo Queiroz	Alcides Modesto
Fernando Lopes	Eurípedes Miranda
Hélio Bicudo	Fernando Ferro
Pedro Wilson	Socorro Gomes

PPB

Eraldo Trindade	Gilney Viana
José Linhares	Herculano Anghinetti
Luiz Alberto (PT)	2 vagas
Walter Pinheiro	

PTB

Luiz Eduardo Greenhalgh	Vicente Cascione

PSB

Gilvan Freire	Humberto Costa (PT)

Secretário: Márcio Marques de Araújo
Local: Sala 185-A Anexo II
Telefones: 318-8285
Fax: 318-2170

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Rubem Medina (PFL)
1º Vice-Presidente: Hugo Rodrigues da Cunha (PFL)
2º Vice-Presidente: Neuto de Conto (PMDB)
3º Vice-Presidente: José Carlos Lacerda (PSDB)

Titulares	Suplentes

PFL

Francisco Horta	Aroldo de Oliveira
Lima Netto	Carlos Melles
Marilu Guimarães	João Mellão Neto
Paulo Bauer	Luiz Braga
Rubem Medina	Pauderney Avelino

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Edison Andrino	Barbosa Neto
Nair Xavier Lobo	Germano Rigotto
Neuto de Conto	Gonzaga Mota
Odacir Klein	José Chaves
Paulo Ritzel	1 vaga

PSDB

Antonio Balhmann	Alzira Ewerton
Candinho Mattos	Anivaldo Vale
José Carlos Lacerda	Antonio Feijão
Renato Johnsson	Moisés Bennesby
Wilson Campos	Yeda Crusius

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Aldo Arantes	Fernando Zuppo
Hugo Rodrigues da Cunha	Julio Redecker
João Fassarella	Luiz Mainardi
Marcia Cibilis Viana	Miguel Rossetto

PPB

Enivaldo Ribeiro	Cunha Lima
Herculano Anghinetti	Fetter Júnior
Lamartine Posella	João Pizzolatti
1 vaga	Márcio Reinaldo Moreira

PTB

Israel Pinheiro	1 vaga

PSB

Ricardo Heráclio	Pedro Valadares

Secretária: Anamélia Ribeiro Correia de Araújo

Local: Plenário 112, Bloco das Lideranças – quartas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-7024 a 7026

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Severiano Alves (PDT)
1º Vice-Presidente: Ricardo Gomyde (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Esther Grossi (PT)
3º Vice-Presidente: Maurício Requião (PMDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Ademir Cunha	Claudio Chaves
Betinho Rosado	Jaime Fernandes
Costa Ferreira	Jairo Carneiro
Expedito Júnior	José Jorge
Osvaldo Coelho	Paes Landim
Paulo Lima	Raul Belém
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
João Thome Mestrinho	Djalma de Almeida Cesar
Maria Elvira	Edinho Araújo
Maurício Requião	José Luiz Clerot
Severiano Alves (PDT)	Lidia Quinan
Zé Gomes da Rocha	Rita Camata
1 vaga	Wagner Rossi
PSDB	
Ademir Lucas	Dalila Figueiredo
Alexandre Santos	Eduardo Coelho
Flavio Arns	Marcus Vicente
João Faustino	Osmanio Pereira
1 vaga	Roberto Santos
Bloco (PT/ PDT/ PcdoB)	
Esther Grossi (PT)	Aldo Arantes
Padre Roque (PT)	Carlos Santana
Pedro Wilson (PT)	Humberto Costa (PT)
Ricardo Gomyde (PCdoB)	Luiz Durão (PDT)
Wolney Queiroz (PDT)	Maria Laura (PT)
PPB	
Augusto Nardes	Augusto Farias
Bonifácio de Andrada	Dolores Nunes
Eurico Miranda	José Linhares
Mario de Oliveira	1 vaga
PTB	
Aécio de Borba (PPB)	Paulo Cordeiro
PSB	
Álvaro Valle (PL)	Gonzaga Patriota

Secretária: Célia Maria Oliveira
Local: – quartas-feiras – 10:00h
Telefones: 318-6900/6905/7011/7012

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
2º Vice-Presidente: Adelson Salvador (PMDB)
3º Vice-Presidente: Augusto Viveiros (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Augusto Viveiros	Aldir Cabral
João Carlos Bacelar	Alvaro Gaudêcnio Neto
Júlio Cesar	Benito Gama
Luiz Braga	Expedito Júnior
Manoel Castro	José Carlos Aleluia
Osório Adriano	José Carlos Vieira
Rogério Silva	Magno Bacelar
Saulo Queiroz	Valdomiro Meger
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Adelson Salvador	Antônio do Valle
Edinho Bez	José Aldemir
Germano Rigotto	Maria Elvira
Gonzaga Mota	Odacir Klein
Hermes Parcianello	Paulo Ritzel
Luís Roberto Ponte	Pedro Irujo
Pedro Novais	Wilson Cignachi
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Anivaldo Vale	Basílio Villani
Arnaldo Madeira	Edson Silva
Fernando Torres	João Leão
Firmo de Castro	Max Rosenmann
Luiz Carlos Hauly	Ronaldo Cézar Coelho
Roberto Brant	Simão Sessim
Yeda Crusius	1 vaga
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Fernando Ribas Carli (PDT)	Coriolano Sales (PDT)
Jaime Martins (PFL)	João Fassarella (PT)
José Lourenço (PFL)	Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)
Maria da Conceição Tavares (PT)	Luiz Gushiken (PT)
Talvane Albuquerque (PFL)	Marcelo Déda (PT)
Vanio dos Santos (PT)	Sergio Miranda (PCdoB)
PPB	
Ari Magalhães	Dilceu Sperafico
Delfim Netto	Felipe Mendes
Fetter Junior	João Mendes
Julio Redecker	Laprovita Vieira
Osmar Leitão	2 vagas
Sergio Naya	
PTB	
Paulo Mourão (PSDB)	Augusto Carvalho (PPS)
silvio Torres (PSDB)	Felix Mendonça
PSB	
João Colaço	Fernando Lyra
PL	
Eujácio Simões	Valdemar Costa Neto

Secretária: Maria Linda Magalhães
Local: Plenário 4 – quartas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-6960/6989/6955

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Aldo Rebelo (PCdoB)
2º Vice-Presidente: José Coimbra (PTB)
3º Vice-Presidente: José Carlos Vieira (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Affonso Camargo	Adauto Pereira
Álvaro Gaudêncio	Jaime Martins
José Carlos Vieira	Lima Netto
Milton Temer (PT)	Marcos Vinícius
Paudemey Avelino	Ursicino Queiroz
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Confúcio Moura	Antônio Brasil
João Magalhães	João Natal
Paulo Lustosa	Luis Roberto Ponte
Rubens Cosac	Silas Brasileiro
1 vaga	Silvio Pessoa
PSDB	
Cipriano Correia	Alexandre Santos
Jayme Santana	Arthur Virgilio
João Leão	Candinho Mattos
Luiz Fernando	Luiz Fernando
Rommel Feijó	Silvio Torres
	Wilson Campos
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Aldo Rebelo (PCdoB)	Cidinha Campos (PDT)
Arlindo Chinaglia (PT)	Luciano Zica
Fernando Lopes (PDT)	Luiz Alberto
Paulo Bernardo (PT)	Nilmário Miranda
PPB	
Benedito Domingos	Adylson Motta
Marcio Reinaldo Moreira	Antonio Jorge
Moacyr Andrade	Herculano Anghinetti
Pedro Correa	Jair Soares
PTB	
José Coimbra	1 vaga
PL	
Valdemar Costa Neto	Giovanni Queiroz (PDT)

Secretário: Jorge Henrique Cartaxa
Local: Plenário 9, Sala 961 – quarta-feira – 10 horas
Telefones: 318-6888 – 318-6887
Fax: 318-2176

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Flavio Derzi (PPB)
1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (PPB)
2º Vice-Presidente: Antonio Feijão (PSDB)
3º Vice-Presidente: Airton Dipp (PDT)

Titulares	Suplentes
PFL	
Antonio Jorge (PPB)	Elton Rohnelt
Eliseu Resende	Julio Cesar
José Carlos Coutinho	Murilo Pinheiro
José Santana de Vasconcelos	Oscar Andrade
Raimundo Santos	Paulo Bornhausen
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Marcos Lima	Dejandir Dalpasquale
Ricardo Rique	Edinho Bez
3 vagas	Simara Ellery
	2 vagas
PSDB	
Adroaldo Streck	José de Abreu
Antonio Feijão	Luiz Piauhylino
Danilo de Castro	Octavio Elísio
Moises Lipnik (PTB)	Paulo Feijó
1 vaga	Vittorio Medioli
Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)	
Airton Dipp (PDT)	Dércio Knop
Fernando Ferro (PT)	Alcides Modesto (PT)
José Maurício (PDT)	Haroldo Lima (PCdoB)
Luciano Zica (PT)	Walter Pinheiro (PT)
PPB	
Fausto Martello	Roberto Campos
Flavio Derzi	Silvernani Santos
Francisco Silva	Vadão Gomes
Salatiel Carvalho	1 vaga
PTB	
José Borba	Nelson Marquezelli
PPS	
Jorge Tadeu Mudalen (PPB)	Carlos Airton (PPB)

Secretária: Valda D. S. Lobo
Local: Plenário sala 15-B, quartas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-6944/6946
Fax: 318-2137

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente:
1º Vice-Presidente: Werner Wanderer (PFL)
2º Vice-Presidente: Mário Cavallazzi (PPB)
3º Vice-Presidente: José Thomaz Nonô (PSDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Aldir Cabral	Abelardo Luppion
Antônio Ueno	Euler Ribeiro
Aracely de Paula	Fráncisco Horta
Aroldo Cedraz	João Carlos Bacelar
Átila Lins	Luciano Pizzatto
Benito Gama	Luiz Moreira
Ciro Nogueira	Rogério Silva
Leur Lomanto	Sarney Filho
Werner Wanderer	Talvane Albuquerque

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Cláudio Cajado	Edison Andrino
De Velasco (PRONA)	Etevalda Grassi de Menezes
Genésio Bernardino	Hélio Rosas
José Lourenço (PFL)	Moreira Franco
Paes de Andrade	Nair Xavier Lobo
Robson Tuma	Neuto de Conto
Wagner Rossi	Noel de Oliveira
2 vagas	Orcino Gonçalves
	1 vaga

PSDB

Arnon Bezerra	Adroaldo Streck
Athur Virgílio	João Faustino
Elias Murad	Luiz Fernando
Feu Rosa	Nelson Otoch
Franco Montoro	Paulo Mourão
Hilário Coimbra	Pimentel Gomes
Itamar Serpa	Roberto Brant
José Aníbal	Ronaldo Santos
José Thomaz Nonô	Zulaiê Cobra

Bloco (PT/ PDT/PCdoB)

Haroldo Lima	Carlos Cardinal
Helio Bicudo	Eduardo Jorge
Joana Darc	Haroldo Sabóia
Luiz Gushiken	José Genonio
Miro Teixeira	Maria da Conceição Tavares
Paulo Delgado	Matheus Schmidt
Renan Kurtz	Sérgio Carneiro
Sandra Starling	Tilden Santiago

PPB

Adylson Motta	Enivaldo Ribeiro
Alceste Almeida	Jofran Frejat
Jair Bolsonaro	Jorge Tadeu Mudalen
João Pizzolatti	José Rezende
José Teles	Salatiel Carvalho
Mário Cavallazzi	Sérgio Naya
Ushitaro Kamia	1 vaga

PTB

Leopoldo Bessone	Etevalda Grassi de Menezes
Pedrinho Abrão	José Coimbra

PSB

Pedro Valadares	Ricardo Heraclio

PL

Fernando Lyra	Alvaro Valle

Secretária: Walbia Vania de Farias Lora
Local: Plenário, sala 3, terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-8266/6992 a 6996
Fax: 318-2125

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
1º Vice-Presidente: Tuga Angerami (PSDB)
2º Vice-Presidente: Cláudio Chaves (PFL)
3º Vice-Presidente: Alcione Athayde (PPB)

Titulares	Suplentes

PFL

Carlos Alberto Campista	Ademir Cunha
Carlos Magno	Alexandre Ceranto
Claudio Chaves	Augusto Viveiros
Euler Ribeiro	Claudio Chaves
Ibere Ferreira	Costa Ferreira
Jonival Lucas	José Carlos Coutinho
Marcos Vinícius de Campos	Laura Carneiro
Ursicino Queiroz	Roland Lavigne
1 vaga	2 vagas

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Armando Abilio	Armando Costa
Darcisio Perondi	Chicão Brigido
Elcione Barbalho	Etevalda Grassi de Menezes
José Aldemir	Genesio Bernardino
Lidia Quinan	João Henrique
Rita Camata	Regina Lino
Saraiva Felipe	3 vagas
Teté Bez	
1 vaga	

PSDB

Ceci Cunha	Elias Murad
Dalila Figueiredo	Ezidio Pinheiro
Fátima Pelaes	Jovair Arantes
Márcia Marinho	Raimundo Gomes de Matos
Osmanio Pereira	Rommel Feijo
Pimentel Gomes	Sebastião Madeira
Tuga Angerami	2 vagas
Vicente Arruda	

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Cidinha Campos	Adão Pretto
Eduardo Jorge	Agnelo Queiroz
Humberto Costa	Fernando Ribas Carli
Jandira Feghali	Jair Meneguelli
José Augusto	Paulo Bernardo
Marta Suplicy	Silvio Abreu
Serafim Venzon	Telma de Souza

PPB

Alcione Athayde	Adhemar de Barros Filho
Arnaldo Faria de Sá	Eurico Miranda
Jair Soares	João Iensen
Jofran Frejat	Moacyr Andrade
José Linhares	Pedro Correa
Nilton Baiano	2 vagas
Sérgio Arouca	

PTB

Fernando Gonçalves	Duilio Pisaneschi
Roberto Jefferson	Etevalda Grassi de Menezes

PSB

Vicente Andre Gomes	Alexandre Cardoso

PL

Luiz Buaiz	José Egydio

Secretária: Jorge Henrique Cartaxo de Arruda
Local: Plenário, sala 9, quartas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-7016 a 7021
Fax: 318-2156.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Osvaldo Biolchi (PTB)
1º Vice-Presidente: Arlindo Vargas (PTB)
2º Vice-Presidente: Jair Menegueli (PT)
3º Vice-Presidente: Zaire Rezende (PMDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Arlindo Vargas (PTB)	Hugo Rodrigues da Cunha
João Mellão Neto	Manoel Castro
Mendonça Filho	Osmir Lima
Milton Mendes (PT)	Paulo Bauer
Valdomiro Meger	Robério Araújo
Zila Vezerra	Werner Wanderer
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Noel de Oliveira	Armando Abílio
Paulo Rocha (PT)	De Velasco (PRONA)
Pinheiro Landim	Valdir Colatto
Sandro Mabel	3 vagas
Zaire Rezende	
1 vaga	
PSDB	
Emerson Olavo Pires	Alberto Goldman
Jovair Arantes	Arnaldo Madeira
Luciano Castro	Domingos Leonelli
Wilson Braga	Feu Rosa
1 vaga	Tuga Angerami
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Agnelo Queiroz (PCdoB)	Aldo Rebelo (PCdoB)
Chico Vigilante (PT)	Gilney Viana
Jair Meneguelli (PT)	Renan Kurtz (PDT)
José Pimentel (PT)	Waldomiro Fioravante (PT)
Maria Laura (PT)	1 vaga
PPB	
Benedito Domingos	Ari Magalhães
Eraldo Trindade	Arnaldo Faria de Sá
Miguel Rossetto (PT)	Benedito Guimarães
Valdenor Guedes	
PTB	
Osvaldo Biolchi	Sérgio Arouca (PPS)
PSB	
1 vaga	Fernando Lyra

Secretária: Talita Yeda de Almeida
Local Plenário sala 11, terças-feiras, quartas-feiras, e quintas-feiras – 10 horas
Telefone: 318-6987/6990/7004/7007

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente João Henrique (PMDB)
1º Vice-Presidente Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente João Maia (PFL)
3º Vice-Presidente Leônidas Cristino (PSDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Barbosa Neto (PMDB)	Affonso Camargo
Célia Mendes	Eliseu Resende
Jairo Azi	Francisco Rodrigues
João Tota (PPB)	José Mendonça Bezerra
Lael Varella	José Santana de Vasconcellos
Oscar Andrade	Mauro Fecury
Oscar Goldoni (PMDB)	Mussa Demes
Paulo Gouvea	Roberto Fontes
Sérgio Barcellos	Zila Bezerra
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Alberto Silva	De Velasco
Carlos Nelson	Hermes Parcianello
Edinho Araújo	João Magalhães
João Henrique	Remi Trinta
Mário Martins	Roberto Paulino
Marquinho Chedid	4 vagas
Mauro Lopes	
Moreira Franco	
Ronaldo Perim	
PSDB	
Leônidas Cristino	Arnon Bezerra
Marcus Vicente	Basílio Villani
Mário Negromonte	Candinho Mattos
Nárcio Rodrigues	Emerson Olavo Pires
Paulo Feijó	Flávio Palmier da Veiga
Pedro Henry	Nícias Ribeiro
Roberto Rocha	Olavio Rocha
Vittorio Medioli	1 vaga
Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)	
Carlos Santana (PT)	Arlindo Chinaglia (PT)
Chico da Princesa (PTB)	Dércio Knop (PDT)
Giovanni Queiroz (PDT)	Geraldo Pastana (PT)
João Coser (PT)	José Augusto (PT)
Lindberg Farias (PCdoB)	José Maurício (PDT)
Telma de Souza (PT)	2 vagas
1 vaga	
PPB	
Benedito Guimarães	Alceste Almeida
Davi Alves Silva	Fausto Martello
Dolores Nunes	Jorge Wilson
Felipe Mendes	Neif Jabur
Osvaldo Reis	Nilton Baiano
1 vaga	Osmar Leitão
PTB	
Duilio Pisaneschi	Fernando Gonçalves
Philemon Rodrigues	Leopoldo Bessone
PSB	
Gonzaga Patriota	Vicente André Gomes

PL

José Egydio — Welinton Fagundes

Secretário: Ruy Omar Prudêncio da Silva
Local: Plenário sala 11, quartas-feiras – 10 horas
Telefones: 318-6973 a 6976

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA)

Proposição: PEC-2/95

Presidente: Saulo Queiroz (PFL)
1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
3º Vice-Presidente: Adylson Motta (PPB)
Relator: Aloysio Nunes Ferreira (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Átila Lins	Ciro Nogueira
Jairo Carneiro	Cláudio Cajado
Paulo Heslander	José Rocha
Saulo Queiroz	Nelson Marquezelli
	1 vaga
PMDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Armando Costa
José Luiz Clerot	Moreira Franco
Pedro Novais	*Zaire Rezende*
PPB	
Adylson Motta	*Flávio Derzi*
Márcio Reinaldo Moreira	Jarbas Lima
Prisco Viana	1 vaga
PSDB	
Antônio Carlos Pannunzio	*Antônio Balhmann*
Arthur Virgílio	Welson Gasparini
PT	
Hélio Bicudo	Marcelo Déda
Milton Temer	Sandra Starling
PDT	
Coriolano Sales	Enio Bacci
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Eujácio Simões	Expedito Júnior
Bloco (PSB/PMN)	
1 vaga	Alexandre Cardoso

Secretária: Maria Helena Coutinho de Oliveira
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-6874/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 9, DE 1995, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 180 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCENTIVO AO TURISMO)

Proposição: PEC-9/95 — **Autor: Ricardo Heráclio e outros**

Presidente: Sandro Mabel (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Aldemir (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nelson Otoch (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Ricardo Barros (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Ciro Nogueira	Carlos Alberto Campista
Cláudio Cajado	Corauci Sobrinho
Hilário Coimbra	Roberto Pessoa
Ricardo Barros	2 vagas
PMDB	
José Aldemir	Albérico Filho
Nair Xavier Lobo	*Hermes Parcianello*
Sandro Mabel	1 vaga
PPB	
Eurico Miranda	Roberto Balestra
Felipe Mendes	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Alexandre Santos	Ceci Cunha
Nelson Otoch	Eduardo Coelho
PT	
Fernando Ferro	João Coser
José Pimentel	Milton Mendes
PDT	
1 vaga	José Maurício
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Pedro Canedo	Eujácio Simões
Bloco (PSB/PMN)	
1 vaga	Ushitaro Kamia (PPB)

Secretária: Angela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17/95, QUE "ALTERA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO DO ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (FIXANDO EM NO MÍNIMO 5 E NO MÁXIMO 47 O NÚMERO DE DEPUTADOS EM CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO)

Proposição: PEC-17/95 **Autor: Antonio Joaquim**

Presidente: Paulo Gouvêa (PFL)
2º Vice-Presidente: Cunha Lima (PPB)
3º Vice-Presidente: Francisco Silva (PPB)
Relator: Felipe Mendes (PPB)

Titulares	Suplentes
PFL/PTB	
Carlos Melles	Aroldo Cedraz
Hilário Coimbra	José Coimbra
Osmir Lima	José Mendonça Bezerra
Paulo Gouvêa	Roberto Fontes
PMDB	
Antônio Brasil	Carlos Apolinário
2 vagas	Carlos Nelson
	Genésio Bernardino
PPB	
Benedito Guimarães	Carlos Airton
Felipe Mendes	Emílio Assmar
Francisco Silva	Pedro Valadares (PSB)
PSDB	
Cunha Lima (PPB)	Adroaldo Streck
Roberto Brant	Alexandre Santos
PT	
João Paulo	Carlos Santana
1 vaga	1 vaga
PDT	
Airton Dipp	Ênio Bacci
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Francisco Horta	Eujácio Simões
Bloco (PSB/PMN)	
1 vaga	Nilson Gibson

Secretário: Mário Drausio Coutinho
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7066/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A, NO PRAZO DE 40 (QUARENTA) SESSÕES, PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20-A, DE 1995, QUE "ESTABELECE O PARLAMENTARISMO".

Proposição: PEC 20-A/95 **Autor: Eduardo Jorge**

Presidente: Franco Montoro (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paes Landim (PFL)
2º Vice-Presidente: Eduardo Jorge (PT)
3º Vice-Presidente: Israel Pinheiro (PTB)
Relator: Odacir Klein (PMDB)
Sub-Relator: Bonifácio de Andrada (PPB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Corauci Sobrinho	
Laura Carneiro	
Paes Landim	
Pauderney Avelino	
Saulo Queiroz	
Vilmar Rocha	
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Carlos Nelson	Adelson Salvador
Moreira Franco	Gonzaga Mota
Odacir Klein	Hélio Rosas
Wagner Rossi	3 vagas
Zaire Rezende	
1 vaga	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Aloysio Nunes Ferreira
Franco Montoro	Arthur Virgílio
Luiz Carlos Hauly	João Faustino
Marconi Perillo	Octávio Elísio
Silvio Torres	Roberto Santos
Yeda Crusius	Zulaiê Cobra
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Eduardo Jorge	Esther Grossi
Haroldo Lima	José Genoíno
João Fassarella	Luiz Gushiken
Pedro Wilson	Paulo Delgado
1 vaga	1 vaga
PPB	
Adylson Motta	5 vagas
Cunha Bueno	
Gerson Peres	
Jair Soares	
Prisco Viana	
PTB	
Israel Pinhero	Arlino Vargas
PSB	
Almino Affonso	Fernando Gabeira (PV)
PFL	
Welinton Fagundes	Pedro Canedo

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 168-A
Telefones: 318-7061/318-7059

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22 DE 1995, ELIMINANDO O SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PARA OS EXECUTIVOS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS

Proposição: PEC-22/95 **Autor: José Janene**

Presidente: Mendonça Filho (PFL)
1º Vice-Presidente: Saulo Queiroz (PFL)
2º Vice-Presidente: Eurico Miranda (PPB)
3º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB)
Relator: Roberto Valadão (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Mendonça Filho	Corauci Sobrinho
Rodrigues Palma	Eliseu Resende
Saulo Queiroz	Fátima Pelaes (PSDB)
Wilson Cunha	Robério Araújo
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
João Almeida	Henrique Eduardo Alves
Roberto Valadão	2 vagas
Teté Bezerra	
Bloco (PPB/PL)	
Eujácio Simões	Alzira Ewerton
Eurico Miranda	Carlos Airton
Ibrahim Abi-Ackel	José Egydio
PSDB	
Koyu Iha	Adroaldo Streck
Nelson Marchezan	Firmo de Castro
Paulo Feijó	1 vaga
1 vaga	
PT	
Fernando Ferro	Gilney Viana
Sandra Starling	Ivan Valente
PDT	
Matheus Schmidt	Coriolano Sales
PSB	
1 vaga	Gervásio Oliveira

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7061 e 318-7065

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 1995, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 230 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A FIM DE REDUZIR LIMITE DE IDADE DOS IDOSOS PARA EFEITO DE GRATUIDADE DOS TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS E DOS SERVIÇOS DE DIVERSÃO PÚBLICA"

Proposição: PEC-40/95 **Autor: Marquinho Chedid**

Presidente: Mário Martins (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alberto Silva (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Leônidas Cristino (PSDB)
Relator:

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Affonso Camargo	Costa Ferreira
Chico da Princesa	Lael Varella
Laura Carneiro	Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen	Philemon Rodrigues
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Alberto Silva	Jorge Wilson (PPB)
Mário Martins	Remi Trinta
1 vaga	1 vaga
Bloco (PPB/PL)	
Nilton Baiano	Davi Alves Silva
2 vagas	Ushitaro Kamia
	1 vaga
PSDB	
Antônio Carlos Pannunzio	Arnaldo Madeira
Leônidas Cristino	José Chaves (PMDB)
Mário Negromonte	Vittorio Medioli
PT	
Carlos Santana	Alcides Modesto
João Coser	João Paulo
PDT	
Serafim Venzon	Vicente André Gomes
PSB	
Raquel Capiberibe	1 vaga

Secretária: Angela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II – Sala 169-B
Telefones: 318-6874/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43-A, DE 1995, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (ALISTAMENTO ELEITORAL)

Proposição: PEC-43/95 **Autora: Rita Camata e outros**

Presidente:
1º Vice-Presidente: Wagner Rossi (PMDB)
2º Vice-Presidente: Rommel Feijó (PSDB)
3º Vice-Presidente: Roberto Fontes (PFL)
Relator: Roberto Fontes (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Duílio Pisaneschi	José Santana de Vasconcellos
Raul Belém	Paulo Gouvea
Roberto Fontes	Paulo Lima
Wilson Cunha	Rodrigues Palma
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Wagner Rossi	Confúcio Moura
2 vagas	2 vagas

Bloco (PPB/PL)

Felipe Mendes	Benedito Guimarães
Gerson Peres	Osvaldo Reis
Luiz Buaiz	1 vaga

PSDB

Aécio Neves	Flávio Arns
Nelson Marchezan	Paulo Mourão
Rommel Feijó	1 vaga

PT

João Fassarella	2 vagas
João Paulo	

PDT

Matheus Schmidt	Coriolano Sales

PSB

Gonzaga Patriota	1 vaga

Secretária: Maria Helena Coutinho de Oliveira
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II – Sala 169-B
Telefones: 318-7067/7066/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 1991, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA POLICIAL"

Proposição: PEC-46/91 **Autor: Hélio Bicudo**

Presidente: Augusto Viveiros (PFL)
1º Vice-Presidente: José Rezende (PPB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Fausto Martello (PPB)
Relator: Hélio Rosas (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Abelardo Lupion	Davi Alves Silva (PPB)
Aldir Cabral	José Borba
Augusto Viveiros	José Rocha
Carlos Magno	Maluly Netto
José Carlos Coutinho	Murilo Pinheiro
José Rezende (PPB)	Paulo Heslander
Lael Varella	1 vaga
PMDB	
Euler Ribeiro (PFL)	Aloysio Nunes Ferreira
Hélio Rosas	Pinheiro Landim
Noel de Oliveira	4 vagas
Sandro Mabel	
2 vagas	
PPB	
Fausto Martello	Alcione Athayde
Jair Bolsonaro	Jarbas Lima
Laprovita Vieira	Rogério Silva (PFL)
Valdomiro Meger (PFL)	2 vagas
Welson Gasparini (PSDB)	
PSDB	
Adelson Ribeiro	Herculano Anghinetti (PPB)
Feu Rosa	Mário Negromonte
2 vagas	Nélson Otoch
	Sebastião Madeira
PT	
Hélio Bicudo	Marta Suplicy
Nilmário Miranda	Milton Mendes
1 vaga	1 vaga
PDT	
Eurípedes Miranda	Magno Bacelar (PFL)
Wilson Braga (PSDB)	Silvio Abreu
Bloco (PL/PSD/PSC)	
De Velasco	José Egydio
Bloco (PSB/PMN)	
Gonzaga Patriota	Adelson Salvador (PMDB)
PCdoB	
Ricardo Gomyde	Haroldo Lima

Secretária: Ângela Mancuso
Local: Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 14, PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO, E ACRESCENTA INCISO" (VOTO FACULTATIVO)

Proposição: PEC-57/95 **Autor: Emerson Olavo**

Presidente:
1º Vice-Presidente: Orcino Gonçalves (PMDB)
2º Vice-Presidente: José de Abreu (PSDB)
3º Vice-Presidente: Benedito Guimarães (PPB)
Relator: Benedito de Lira (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Aracely de Paula	Júlio César
Benedito de Lira	Maria Valadão
Expedito Júnior	Mendonça Filho
Vanessa Felippe	Roberto Fontes
PMDB	
Mauro Lopes	Darcísio Perondi
Orcino Gonçalves	Udson Bandeira
1 vaga	1 vaga
PPB	
Alzira Ewerton (PSDB)	3 vagas
Benedito Guimarães	
Gerson Peres	
PSDB	
José de Abreu	Celso Russomanno
Vicente Arruda	1 vaga
PT	
João Fassarella	João Paulo

Sandra Starling	1 vaga

PDT

Matheus Schmidt	Coriolano Sales

Bloco (PL/PSD/PSC)

Eujácio Simões	1 vaga

Bloco (PSB/PMN)

1 vaga	Gervásio Oliveira

Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7555

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81-A, DE 1995, QUE "CRIA O IMPOSTO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS, DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Proposição: PEC-81/95 **Autor: Marcelo Teixeira**
Presidente: José Carlos Coutinho (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Mario Negromonte (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Roberto Paulino (PMDB)

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Aracely de Paula	Betinho Rosado
Chico da Princesa	José Carlos Aleluia
Corauci Sobrinho	Lima Netto
Duílio Pisaneschi	Murilo Pinheiro
Eliseu Resende	Werner Wanderer
Jonival Lucas	2 vagas
José Carlos Coutinho	

PMDB

Alberto Silva	Henrique Eduardo Alves
Aníbal Gomes	Pedro Irujo
Antônio Brasil	4 vagas
Carlos Nelson	
Roberto Paulino	
1 vaga	

PPB

Basílio Villani	João Pizzolatti
Salatiel Carvalho	Roberto Campos
3 vagas	3 vagas

PSDB

Antônio Feijão	Cunha Lima (PPB)
Leônidas Cristino	Marconi Perillo
Mário Negromonte	2 vagas
Paulo Feijó	
1 vaga	

PT

Carlos Santana	João Coser
Fernando Ferro	Luciano Zica
Luiz Mainardi	Telma de Souza

PDT

José Maurício	Airton Dipp
1 vaga	Fernando Lopes

PL

Francisco Horta	Eujácio Simões

PSB

Pedro Valadares	Ricardo Heráclio

PCdoB

Haroldo Lima	Socorro Gomes

Secretária: Angela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A, PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 1991, QUE "ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 42 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (IRRIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ)

Proposição: PEC-84/91 **Autor: Nicias Ribeiro**
Presidente: Carlos Alberto
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PPB)
3º Vice-Presidente:
Relatora: Elcione Barbalho

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Carlos Alberto (PSDB)	Jaime Fernandes
Hilário Coimbra	Mauro Fecury
Murilo Pinheiro	Roberto Pessoa
Osmir Lima	1 vaga

PMDB

Elcione Barbalho	Euler Ribeiro (PFL)
Olávio Rocha (PSDB)	2 vagas
1 vaga	

PPB

Anivaldo Vale	Gerson Peres
Benedito Guimarães	2 vagas
Raimundo Santos (PFL)	

PSDB

Antônio Feijão	Aécio Neves
Arthur Virgílio	1 vaga

PT

Paulo Rocha	Adão Pretto
1 vaga	Alcides Modesto

PDT

Wolney Queiroz	Wilson Braga

Bloco (PSB/PMN)

Adelson Salvador (PMDB) 1 vaga

Bloco (PL/PSD/PSC)

Francisco Rodrigues (PPB) 1 vaga

Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7555

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO IV DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (NÚMERO DE VEREADORES)

Proposição: PEC-89/95 **Autor: Nicias Ribeiro**

Presidente: Adelson Salvador (PMDB)
1º Vice-Presidente: Bosco França (PMN)
2º Vice-Presidente: Cunha Lima (PPB)
3º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
Relator:

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Cláudio Cajado	Hilário Coimbra
Francisco Horta	Magno Bacelar
Francisco Rodrigues	Raimundo Santos
Valdomiro Meger	Zila Bezerra
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Adelson Salvador	Nan Souza
Bosco França (PMN)	Roberto Paulino
1 vaga	1 vaga
Bloco (PPB/PL)	
Cunha Lima	Benedito Guimarães
Francisco Silva	Felipe Mendes
Lamartine Posella	1 vaga
PSDB	
Nicias Ribeiro	Fátima Pelaes
Zulaiê Cobra	Olávio Rocha
1 vaga	Salomão Cruz
PT	
Luiz Mainardi	Milton Mendes
1 vaga	1 vaga
PDT	
1 vaga	Luiz Durão
PSB	
Alexandre Cardoso	1 vaga

Secretário: Sílvio Sousa da Silva
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7065/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO"

Proposição: PEC-96/92 **Autor: Hélio Bicudo e outros**

Presidente: Wagner Rossi (PMDB)
1º Vice-Presidente: Roberto Valadão (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Jarbas Lima (PPB)
Relator: Jairo Carneiro (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Alvaro Gaudêncio Neto	Antônio dos Santos
Cláudio Cajado	Átila Lins
Corauci Sobrinho	Benedito de Lira
Jairo Carneiro	João Iensen (PPB)
Paes Landim	Leur Lomanto
Vicente Cascione	Paes Landim
1 vaga	Philemon Rodrigues
PMDB	
João Magalhães	Djalma de Almeida César
José Luiz Clerot	Hélio Rosas
Roberto Valadão	Marcos Lima
Wagner Rossi	Mário Martins
2 vagas	Nair Xavier Lobo
	1 vaga
PPB	
Augusto Farias	Alzira Ewerton (PSDB)
Ibrahim Abi-Ackel	Ricardo Izar
Jair Soares	Roberto Balestra
Jarbas Lima	2 vagas
Prisco Viana	
PSDB	
Nelson Otoch	Danilo de Castro
Renato Johnsson	Luiz Piauhylino
Vicente Arruda	Paulo Feijó
Zulaiê Cobra	Wilson Braga
PT	
José Genoíno	Miguel Rossetto
Marcelo Deda	Nedson Micheleti
Milton Mendes	Pedro Wilson
PDT	
Ênio Bacci	Coriolano Sales
Silvio Abreu	Matheus Schmidt
PCdoB	
Aldo Arantes	Haroldo Lima
Bloco (PL/PSD/PSC)	
De Velasco	Francisco Rodrigues (PPB)
Bloco (PSB/PMN)	
Nilson Gibson	Gonzaga Patriota

Secretária: Marlene Nassif
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7067/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 128, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO XVI DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ACUMULAÇÃO DE CARGOS – ODONTÓLOGO)

Proposição: PEC-128/95 **Autor: Nicias Ribeiro**

Presidente: Luiz Moreira (PFL)
1º Vice-Presidente: Fernando Gonçalves (PTB)
2º Vice-Presidente: Adylson Motta (PPB)
3º Vice-Presidente: Jovair Arantes (PSDB)
Relator: Paulo Ritzel (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Fernando Gonçalves	Antônio Ueno
Luiz Moreira	Mauro Fecury
Roland Lavigne	Philemon Rodrigues
Vanessa Felippe	1 vaga
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Aníbal Gomes	Confúcio Moura
De Velasco	Ivandro Cunha Lima
Paulo Ritzel	1 vaga
Bloco (PPB/PL)	
Aylson Motta	José Egydio
Alceste Almeida	Nilton Baiano
Jofran Frejat	Robério Araújo
PSDB	
Ceci Cunha	Antônio Feijão
Jovair Arantes	Arnon Bezerra
Nicias Ribeiro	Olávio Rocha
PT	
Arlindo Chinaglia	Eduardo Jorge
Waldomiro Fioravante	Humberto Costa
PDT	
Renan Kurtz	Carlos Cardinal
PSB	
Nilson Gibson	Gonzaga Patriota

Secretária: Ana Clara Serejo
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, DE 1992, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS)

Proposição: PEC-133/92 **Autor: Nicias Ribeiro**

Presidente: Antônio Brasil (PMDB)
1º Vice-Presidente: Jair Bolsonaro (PPB)
2º Vice-Presidente: Roberto Araújo (PPB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Salomão Cruz (PSDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Alceste Almeida (PPB)	Átila Lins
Salomão Cruz (PSDB)	Hilário Coimbra
Vic Pires Franco	Murilo Pinheiro
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Antônio Brasil	Luiz Fernando (PSDB)
Confúcio Moura	Olávio Rocha (PSDB)
João Thomé Mestrinho	1 vaga
PPB	
Carlos Airton	Benedito Guimarães
Jair Bolsonaro	Rogério Silva (PFL)
Valdenor Guedes	1 vaga
PSDB	
Robério Araújo (PPB)	Sebastião Madeira
Tuga Angerami	1 vaga
PT	
Gilney Viana	Ivan Valente
1 vaga	Marta Suplicy
PDT	
1 vaga	Giovanni Queiroz
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Elton Rohnelt	Expedito Júnior (PPB)
Bloco (PSB/PMN)	
Ràquel Capiberibe	Gervásio Oliveira

Secretária: Edla Calheiros
Local: Serv. Especiais – Anexo II – Sala 169-B
Telefones: 318-70626/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 155, DE 1993, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 53 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (IMUNIDADE PARLAMENTAR)

Proposição: PEC-155/93 ***Autora: Cidinha Campos***

Presidente: Vicente Cascione (PTB)
1º Vice-Presidente: Aloysio Nunes Ferreira (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
3º Vice-Presidente: Prisco Viana (PPB)
Relator: Ibrahim Abi-Ackel (PPB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Adauto Pereira	Aroldo Cedraz
Antônio Geraldo	Jaime Fernandes

Jairo Azi	Luiz Braga
Vicente Cascione	Philemon Rodrigues
Wilson Cunha	Salomão Cruz (PSDB)
2 vagas	Ursicino Queiroz
	1 vaga

PMDB

Aloysio Nunes Ferreira	Edinho Araújo
Gilvan Freire	João Natal
Ivandro Cunha Lima	Jorge Wilson (PPB)
José Luiz Clerot	José Priante
Luiz Fernando (PSDB)	Nicias Ribeiro (PSDB)
1 vaga	Wagner Rossi

PPB

Costa Ferreira (PFL)	Adylson Motta
Dolores Nunes	Mário de Oliveira
Gerson Peres	Roberto Balestra
Ibrahim Abi-Ackel	Talvane Albuquerque (PFL)
Prisco Viana	Welson Gasparini (PSDB)

PSDB

Danilo de Castro	Ezídio Pinheiro
Robério Araújo (PPB)	João Leão
Vicente Arruda	Saulo Queiroz (PFL)
1 vaga	1 vaga

PT

Hélio Bicudo	Fernando Ferro
Marcelo Déda	José Machado
1 vaga	Pedro Wilson

PDT

Cidinha Campos	Magno Bacelar (PFL)
Silvio Abreu	Renan Kurtz

Bloco (PL/PSD/PSC)

Francisco Rodrigues (PPB)	De Velasco

Bloco (PSB/PMN)

1 vaga	Adelson Salvador (PMDB)

PCdoB

Aldo Arantes	Haroldo Lima

Secretária: Ângela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 169, DE 1993, QUE "ALTERA O INCISO IV DO ARTIGO 167 E O ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E PREVÊ RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM NÍVEL DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM O FINANCIAMENTO DAS REDES PÚBLICAS FILANTRÓPICAS E CONVENIADAS"

Proposição: PEC-169/93 **Autores: Eduardo Jorge e Waldir Pires**

Presidente: Roberto Jefferson (PTB)
1º Vice-Presidente: Ursicino Queiroz (PFL)
2º Vice-Presidente:
Relator: Darcísio Perondi (PMDB)

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Carlos Magno	Claudio Chaves
Jairo Azi	Duílio Pisaneschi
Laura Carneiro	Fátima Pelaes (PSDB)
Marcos Vinícius	Jaime Martins
Roberto Jefferson	José Coimbra
Ursicino Queiroz	Luiz Moreira
Vanessa Felippe	Maluly Netto

PMDB

Armando Abílio	Aníbal Gomes
Confúcio Moura	Elcione Barbalho
Darcísio Perondi	Rita Camata
José Pinotti	3 vagas
Saraiva Felipe	
1 vaga	

PPB

Adylson Motta	Alcione Athayde
Jofran Frejat	Fausto Martello
José Linhares	Talvane Albuquerque (PFL)
Moacyr Andrade	2 vagas
Sérgio Arouca (PPS)	

PSDB

Ceci Cunha	B. Sá
Jovair Arantes	Pimentel Gomes
Osmânio Pereira	Robério Araújo (PPB)
1 vaga	Sebastião Madeira

PT

Eduardo Jorge	Arlindo Chinaglia
Humberto Costa	Marta Suplicy
José Augusto	1 vaga

PDT

Serafim Venzon	Giovanni Queiroz
Vicente André Gomes	Wilson Braga

Bloco (PL/PSD/PSC)

Luiz Buaiz	Pedro Canedo

Bloco (PSB/PMN)

Alexandre Cardoso	1 vaga

PCdoB

Agnelo Queiroz	Jandira Feghali

Secretária: Marlene Nassif
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7067/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 169-A, DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE VEREADORES E PREFEITOS MUNICIPAIS"

Proposição: PEC-169/95 **Autor: Fernando Gomes**

Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Luiz Clerot (PMDB)
2º Vice-Presidente: José Teles (PPB)
3º Vice-Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)
Relator:

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Alceste Almeida	Alexandre Ceranto
Célia Mendes	Antônio Geraldo
Costa Ferreira	João Mellão Neto
Rogério Silva	Rubem Medina
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Darcísio Perondi	Orcino Gonçalves
José Luiz Clerot	Paulo Ritzel
Marquinho Chedid	Roberto Paulino
Bloco (PPB/PL)	
José Teles	Valdomiro Meger
2 vagas	2 vagas
PSDB	
Antônio Carlos Pannunzio	Arthur Virgílio
2 vagas	Celso Russomanno
	1 vaga
PT	
Luiz Mainardi	José Machado
Paulo Bernardo	Tilden Santiago
PDT	
José Maurício	Matheus Schmidt
PSB	
Nilson Gibson	Bosco França (PMN)

Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefone: 318-7063/7055

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 173 DE 1995, QUE MODIFICA O CAPÍTULO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACRESCENTA NORMAS ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E ESTABELECE NORMAS DE TRANSIÇÃO

Proposição: PEC-173/95 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: João Mellão Neto (PFL)
1º Vice-Presidente: Hugo Rodrigues da Cunha (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Vadão Gomes (PPB)
Relator: Moreira Franco (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Hugo Rodrigues da Cunha	Jaime Fernandes
João Mellão Neto	João Carlos Bacelar
José Carlos Aleluia	José Carlos Vieira
Paes Landim	José Mendonça Bezerra
Paulo Gouvea	Mauro Fecury
Philemon Rodrigues	Rodrigues Palma
Vicente Cascione	1 vaga
PMDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Carlos Nelson
Elcione Barbalho	Fernando Diniz
Geddel Vieira Lima	José Chaves
Germano Rigotto	Nan Souza (PSL)
Henrique Eduardo Alves	Pinheiro Landim
Moreira Franco	Sandro Mabel
PPB	
Flávio Derzi	Alzira Ewerton (PSDB)
Gerson Peres	Luciano Castro (PSDB)
Jair Bolsonaro	Márcio Reinaldo Moreira
Roberto Campos	Mário Cavallazzi
Vadão Gomes	Prisco Viana
PSDB	
Antônio Carlos Pannunzio	Alexandre Santos
Arnaldo Madeira	João Leão
Raimundo Gomes de Matos	Marconi Perillo
Roberto Brant	Rommel Feijó
PT	
Marcelo Deda	Ivan Valente
Maria Laura	Miguel Rossetto
Telma de Souza	Waldomiro Fioravante
PDT	
Eurípedes Miranda	Fernando Zuppo
Matheus Schimidt	Sílvio Abreu
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Eujácio Simões	1 vaga
Bloco (PSB/PMN)	
Alexandre Cardoso	Nilson Gibson
PCdoB	
Agnelo Queiroz	Aldo Arantes

Secretária: Rejane S. Marques
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Salas 169-B
Telefone: 318-6874/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 175, DE 1995, QUE "ALTERA O CAPÍTULO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL"

Proposição: PEC-175/95 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: Jurandyr Paixão (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PFL)
Relator: Mussa Demes (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Benito Gama	Betinho Rosado
Eliseu Resende	Jaime Fernandes
Félix Mendonça	Júlio César
Mussa Demes	Luiz Braga
Paulo Cordeiro	Osmir Lima
Paulo Lima	Osório Adriano
Rubem Medina	Osvaldo Biolchi
PMDB	
Antônio do Valle	Antônio Brasil
Carlos Nelson	Edinho Bez
José Luiz Clerot	Hélio Rosas
José Priante	Lídia Quinan
Jurandyr Paixão	Paulo Lustosa
Luís Roberto Ponte	Rubens Cosac
PPB	
Enivaldo Ribeiro	Felipe Mendes
João Pizzotatti	Fetter Júnior
Laprovita Vieira	Flávio Derzi
Pauderney Avelino	Vadão Gomes
Renato Johnsson	1 vaga
PSDB	
Firmo de Castro	Alberto Goldman
Luciano Castro	Fernando Torres
Luiz Carlos Hauly	Silvio Torres
Roberto Brant	Yeda Crusius
PT	
Maria da Conceição Tavares	José Machado
Vânia dos Santos	Miguel Rossetto
1 vaga	Paulo Bernardo
PDT	
Airton Dipp	Fernando Lopes
Matheus Schmidt	Fernando Zuppo
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Pedro Canedo	Eujácio Simões
Bloco (PSB/PMN)	
Ricardo Heráclio	1 vaga
PCdoB	
Haroldo Lima	Sérgio Miranda

Secretária: Marlene Nassif
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7067/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 188-A, DE 1994, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS 6º E 7º AO ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DISPONDO SOBRE ANISTIA QUANTO ÀS PUNIÇÕES APLICADAS, ATRAVÉS DE ATOS DE EXCEÇÃO, A SERVIDORES MILITARES"

Proposição: PEC-188/94 **Autor: Zaire Rezende**

Presidente: Ary Kara (PMDB)
1º Vice-Presidente: Roberto Valadão (PMDB)
2º Vice-Presidente: Tuga Angerami (PSDB)
3º Vice-Presidente: Augusto Nardes (PPB)
Relator:

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Osmir Lima	Elton Rohnelt
Paes Landim	Jonival Lucas
Paulo Heslander	José Mendonça Bezerra
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Ary Kara	Rita Camata
Elcione Barbalho	2 vagas
Roberto Valadão	
PPB	
Augusto Nardes	Anivaldo Vale
Jair Bolsonaro	Arnaldo Faria de Sá
1 vaga	Renato Johnsson
PSDB	
Tuga Angerami	Feu Rosa
1 vaga	Roberto Brant
PT	
Gilney Viana	Inácio Arruda (PCdoB)
José Pimentel	Pedro Wilson
PDT	
Eurípedes Miranda	Silvio Abreu
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Eujácio Simões	Expedito Júnior (PPB)
Bloco (PSB/PMN)	
1 vaga	Raquel Capiberibe

Secretário: Sílvio Sousa da Silva
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Salas 169-B
Telefones: 318-7061/7062

COMISSÃO ESPECIAL

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A, NO PRAZO DE 40 (QUARENTA) SESSÕES, PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 320, DE 1996, QUE "ACRESCENTA ALÍNEA "D" AO INCISO II DO ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL." (JULGAMENTO DE PREFEITOS)

Proposição: PEC-320/96 Autor: MATHEUS SCHMIDT
Presidente:
1º Vice-Presidente: Welson Gasparini (PSDB)
Relator: Paulo Lima (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Elton Rohnelt	Affonso Camargo
Jonival Lucas	Arolde de Oliveira
Leur Lomanto	Valdomiro Meger
Paulo Lima	Vilmar Rocha
Bloco (PMDB,PSD,PSL)	
Dejandir Dalpasquale	Djalma de Almeida César
Djalma de Almeida César	Sílvio Pessoa
Rubens Cosac	Simara Ellery
PSDB	
Antônio Carlos Pannunzio	Antônio Feijão
Rommel Feijó	João Leão
Welson Gasparini	José de Abreu
Bloico (PT, PDT, PCdoB)	
Fernando Zuppo	Fernando Ribas Carli
Joana Darc	Sandra Starling
Luciano Zica	Valdeci Oliveira
PPB	
Bonifácio de Andrada	Darci Coelho
Davi Alves Silva	2 vagas
Jarbas Lima	
PTB	
Vicente Cascione	Chico da Princesa

Secretária: Maria do Amparo Bezerra da Silva
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7555/7063

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC Nº 338-A, DE 1996, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL DOS MILITARES" (REGIME DOS MILITARES)

Proposição: PEC-338/96 **Autor: Poder Executivo**
Presidente: Silas Brasileiro (PMDB)
1º Vice-Presidente: Hélio Rosas (PMDB)
2º Vice-Presidente: Valdenor Guedes (PPB)
3º Vice-Presidente: Antônio Feijão (PSDB)
Relator: Werner Wanderer (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Abelardo Lupion	Elton Rohnelt
Maria Valadão	Francisco Rodrigues
Osório Adriano	Jaime Fernandes
Paes Landim	José Borba
Sérgio Barcellos	Luiz Braga
Vicente Cascione	Luiz Moreira
Werner Wanderer	Roberto Pessoa
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Antônio do Valle	De Velasco
Ary Kara	Fernando Diniz
Hélio Rosas	Marquinho Chedid
Orcino Gonçalves	Sandro Mabel
Silas Brasileiro	2 vagas
Simara Ellery	
Bloco (PPB/PL)	
Benedito Domingos	Cunha Lima
Darci Coelho	Hugo Biehl
Jair Bolsonaro	Jorge Tadeu Mudalen
Jorge Wilson	José Rezende
Osmar Leitão	Pedro Corrêa
Valdenor Guedes	1 vaga
PSDB	
Antônio Feijão	Elias Murad
Celso Russomanno	Leônidas Cristino
José Anibal	Nelson Marchezan
Nicias Ribeiro	Pimentel Gomes
Rommel Feijó	Vicente Arruda
PT	
Chico Vigilente	Jaques Wagner
Luiz Eduardo Greenhalgh	João Coser
Marcelo Déda	José Genoíno
PDT	
Silvio Abreu	Matheus Schmidt
PSB	
Gonzaga Patriota	Nilson Gibson
PCdoB	
Haroldo Lima	Aldo Rebelo

Secretária: Maria Auxiliadora
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7056/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC Nº 370-A, DE 1996, QUE "MODIFICA O ARTIGO 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES)

Proposição: PEC-370/96 **Autor: Poder Executivo**

Presidente:
1º Vice-Presidente: Emerson Olavo Pires (PMDB)
2º Vice-Presidente: José Linhares (PPB)
3º Vice-Presidente: Feu Rosa (PSDB)
Relator: Paulo Bornhausen (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Betinho Rosado	Ademir Cunha
Claudio Cajado	Claudio Chaves
Osvaldo Biolchi	Costa Ferreira
Paes Landim	Jonival Lucas
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
Paulo Lima	Osvaldo Coelho
1 vaga	Paulo Cordeiro
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
José Luiz Clerot	Edinho Araújo
Lídia Quinan	Marquinho Chedid
Maria Elvira	Ronaldo Perim
Maurício Requião	Sandro Mabel
Nair Xavier Lobo	2 vagas
1 vaga	
Bloco (PPB/PL)	
Alvaro Valle	Luiz Buaiz
Augusto Nardes	5 vagas
Bonifácio de Andrada	
José Linhares	
Roberto Campos	
Valdomiro Meger (PFL)	
PSDB	
Feu Rosa	Alexandre Santos
Marconi Perillo	Flávio Arns
Nelson Marchezan	Osmânio Pereira
Octavio Elísio	Vicente Arruda
Roberto Santos	Welson Gasparini
PT	
Ivan Valente	Esther Grossi
Pedro Wilson	Miguel Rossetto
Valdeci Oliveira	Walter Pinheiro
PDT	
Severiano Alves	Sérgio Carneiro
PSB	
Gervasio Oliveira	1 vaga
PCdoB	
Ricardo Gomyde	1 vaga

Secretária: Ana Clara Serejo
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC Nº 407/96, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (PRECATÓRIOS)

Proposição: PEC-407/96 **Autor: Luciano Castro**

Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
1º Vice-Presidente: José Rocha (PFL)
3º Vice-Presidente: Flávio Derzi (PPB)
3º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
Relator: José Luiz Clerot (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Abiardo Lupion	Expedito Júnior
Carlos Melles	Luciano Pizzatto
José Rocha	Nelson Marquezelli
Paulo Cordeiro	Silvernani Santos
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
José Luiz Clerot	Fernando Diniz
Luis Roberto Ponte	Pinheiro Landim
Simara Ellery	Roberto Valadão
Bloco (PPB/PL)	
Flávio Derzi	Basílio Villani
Nelson Meurer	Francisco Rodrigues
1 vaga	Roberto Campos
PSDB	
Luciano Castro	Danilo de Castro
Luiz Piauhylino	José Thomaz Nonô
Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
PT	
Marcelo Deda	Chico Vigilante
Milton Mendes	1 vaga
PDT	
Fernando Ribas Carli	Silvio Abreu
PSB	
João Colaço	Gervasio Oliveira

Secretária: Angela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 449, DE 1997, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTIGOS 71 E 72 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INTRODUZIDOS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 1, DE 1994

(FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL)

Proposição: PEC-449/97 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: Luciano Pazzatto (PFL)
1º Vice-Presidente: Roberto Valadão (PMDB)
2º Vice-Presidente: Paulo Bernardo (PT)
3º Vice-Presidente: Enivaldo Ribeiro (PPB)
Relatora: Yeda Crusius (PSDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Alexandro Ceranto	Alceste Almeida
Iberê Ferreira	Carlos Alberto Campista
Júlio César	Francisco Rodrigues
Luciano Pizzatto	Luiz Braga
Rogério Silva	Maria Valadão
Saulo Queiroz	Oscar Andrade

Bloco (PMDB/ PSD/ PSL)

Aníbal Gomes	Jurandyr Paixão
Fernando Diniz	Luis Roberto Ponte
Hélio Rosas	Marisa Serrano
Maria Elvira	Ricardo Rique
Roberto Valadão	Robsón Tuma
Sandro Mabel	Wilson Cignachi

PSDB

Adroaldo Streck	Anivaldo Vale
Arnaldo Madeira	Arnon Bezerra
Basílio Villani	Ceci Cunha
Luiz Piauhylino	Firmo de Castro
Roberto Brant	Raimundo Gomes de Matos
Yeda Crusius	Sílvio Torres

Bloco (PT/ PDT/ PCdoB)

Giovanni Queiroz	Fernando Zuppo
Humberto Costa	Inácio Arruda
Paulo Bernardo	*João Coser*
Sérgio Miranda	José Pimentel
Telma de Souza	Miguel Rossetto

PPB

Benedito Guimarães	Gerson Peres
Enivaldo Ribeiro	Lamartine Posella
Eurico Miranda	Laprovita Vieira
Felipe Mendes	Marcio Reinaldo Moreira
Romel Anízio	Roberto Balestra

PTB

José Borba	Chico da Princesa

PSB

Alexandre Cardoso	Gonzaga Patriota

PL

Eujácio Simões	Luiz Buaiz

Secretária: Rejane Marques
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-6874/7067 Fax: 318-2140

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A ESTUDAR OS PROJETOS PÚBLICOS FEDERAIS DE IRRIGAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS E APRESENTAR PROPOSTAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO, NO SENTIDO DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DOS MESMOS

Presidente: José Rocha (PFL)
1º Vice-Presidente: Júlio César (PFL)
2º Vice-Presidente: João Leão (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Nicias Ribeiro (PSDB)

Titulares	***Suplentes***
Bloco (PFL/PTB)	
Jairo Azi	Adauto Pereira
José Rocha	Betinho Rosado
Júlio César	Cláudio Cajado
Roberto Pessoa	Luiz Braga
PMDB	
Paulo Lustosa	Pinheiro Landim
Simara Ellery	2 vaga
1 vaga	
PPB	
Enivaldo Ribeiro	José Linhares
Felipe Mendes	Marconi Perillo (PSDB)
Sérgio Naya	Moacyr Andrade
PSDB	
João Leão	Ceci Cunha
Nicias Ribeiro	Mário Negromonte
PT	
Ivan Valente	Alcides Modesto
1 vaga	José Pimentel
PDT	
Luiz Durão	1 vaga
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Eujácio Simões	Elton Rohnelt
Bloco (PSB/PMN)	
1 vaga	Bosco França

Secretária: Ana Clara Serejo
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7555/7063

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A ANALISAR A QUESTÃO DO DESEMPREGO

Presidente: Miro Teixeira (PDT)
1º Vice-Presidente: Sandro Mabel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Miguel Rossetto (PT)
3º Vice-Presidente: Célia Mendes (PFL)
Relator: Carlos Alberto (PSDB))

Titulares	**Suplentes**
Bloco (PFL/PTB)	
Ademir Cunha	Álvaro Gaudêncio Neto
Benito Gama	Carlos Magno
Carlos Alberto (PSDB)	Félix Mendonça
Manoel Castro	Júlio César
PMDB	
Albérico Filho	Paulo Lustosa
Luis Roberto Ponte	2 vagas
Sandro Mabel	
PPB	
Célia Mendes (PFL)	Cleonâncio Fonseca
Francisco Silva	2 vagas
José Rezende	

PSDB

Domingos Leonelli	Antônio Balhmann
José Aníbal	Roberto Brant

PT

Maria da Conceição Tavares	Carlos Santana
Miguel Rossetto	Jair Meneguelli

PDT

Miro Teixeira	Fernando Zuppo

Bloco (PL/PSD/PSC)

1 vaga	Pedro Canedo

Bloco (PSB/PMN)

Gonzaga Patriota	1 vaga

Secretária: Maria do Amparo Bezerra da Silva
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7555/7063

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI 846, DE 1995, DA SENHORA DEPUTADA SOCORRO GOMES, QUE "REGULAMENTA O PARAGRAFO ÚNICO DO ARIGO 178 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" E A SEUS APENSADOS. (TRANSPORTE AQUAVIÁRIO - CABOTAGEM)

Poroposição: PL. 0846/95 **Autor: Socorro Gomes**
Presidente: Alberto Silva (PMDB)
1º Vice-Presidente: Genesop Bernardino (PMDB)
2º Vice-Presidente: Fausto Martello (PPB)
3º Vice-Presidente: Leonidas Cristino (PSDB)Relator: José Carlos Aleluia (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco PFL/PTB	
Chico da Princesa	Eliseu Moura
José Carlos Aleluia	João Iesen (PPB)
José Carlos Coutinho	Magno Bacelar
José Carlos Vieira	Mauro Fecury
Lael Varella	Mauro Lopes (PMDB)
Philemon Rodrigues	Rubem Medina
Sergio Barcellos	1 vaga(s)
Bloco PMDB/PSD/PSL	
Alberto Silva	Antonio Brasil
Genesio Bernardino	Zaire Rezende
João Thome Mestrinho	4 vagas
José Pinotti	
Mario Martins	
Moreira Franco	
Bloco PPB,/PL	
Benedito Guimarães	Cunha Lima
Fausto Martello	Eujacio Simões
Fetter Junior	João Pizzolatti
Francisco Silva	Laprovita Vieira
Jair Bolsonaro	Ushitaro Kamia
José Egydio	1 vaga
PSDB	
Leonidas Cristino	Koyu Iha
Mario Negromonte	Luiz Carlos Hauly
Yeda Crusius	Roberto Rocha
2 vaga(s)	2 vaga(s)
PT	
Carlos Santana	Arlindo Chinaglia
João Coser	2 vaga(s)
Telma de Souza	
PDT	
Miro Teixeira	José Maurício
PSSB	
Gervasio Oliveira	Pedro Valadares
PC do B	
Socorro Gomes	Jandira Feghali

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1.151, DE 1995, QUE "DISCIPLINA A UNIÃO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Proposição: PL 1.151/95 **Autora: Marta Suplicy**
Presidente: Maria Elvira (PMDB)
1º Vice-Presidente: Lindberg Farias (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Jorge Wilson (PPB)
3º Vice-Presidente: Salvador Zimbaldi (PSDB)
Relator: Roberto Jefferson (PTB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Iberê Ferreira	Fernando Gonçalves
Marilu Guimarães	Magno Bacelar
Roberto Jefferson	Ursicino Queiroz
Zila Bezerra	1 vaga
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Lindberg Farias (PCdoB)	Fernando Gabeira (PV)
Maria Elvira	Lídia Quinan
1 vaga	1 vaga
Bloco (PPB/PL)	
Alzira Ewerton (PSDB)	Arnaldo Faria de Sá
Jorge Wilson	Herculano Anghinetti
1 vaga	Wagner Salustiano
PSDB	
Celso Russomanno	Osmânio Pereira
Salvador Zimbaldi	Philemon Rodrigues (PTB)
Tuga Angerami	1 vaga
PT	
Jair Meneguelli	José Genoíno
Nilmário Miranda	Marta Suplicy
PDT	
Sérgio Carneiro	Vicente André Gomes

PSB

Fernando Lyra	Raquel Capiberibe

Secretária: Maria Helena C. de Oliveira
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-6874/7066/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR O PROJETO DE LEI Nº 1.159/95, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.354/76, QUE DISPÕE SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL; E DA LEI Nº 8.672/93, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", E A SEUS APENSADOS PROJETO DE LEI Nº 2.437/96 E PROJETO DE LEI Nº 3.633/97

Proposição: PL. nº 1.159/95 **Autor: Arlindo Chinaglia**

Presidente: Germano Rigotto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Cézar Coelho (PSDB)
2º Vice-Presidente: Romel Anízio (PPB)
3º Vice-Presidente: Sandra Starling (PT)
Relator: Antônio Geraldo (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Antônio Geraldo	Carlos Magno
Ciro Nogueira	José Egydio
Corauci Sobrinho	Júlio César
Jaime Martins	Murilo Pinheiro
José Rocha	Ursicino Queiroz
Vanessa Felippe	Valdomiro Meger
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Darcísio Perondi	Carlos Nelson
Germano Rigotto	Freire Júnior
Marquinho Chedid	Maurício Requião
Mauro Lopes	Saraiva Felipe
Sandro Mabel	2 vagas
Sílvio Pessoa	
PSDB	
Ademir Lucas	Adroaldo Streck
Jovair Arantes	Marconi Perillo
Marcus Vicente	Narcio Rodrigues
Renato Johnsson	Paulo Feijó
Ronaldo Cezar Coelho	Raimundo Gomes de Matos
Wilson Campos	Zulaiê Cobra
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Carlos Santana	Aldo Rebelo
Jaques Wagner	Arlindo Chinaglia
Ricardo Gomyde	Fernando Lopes
Sandra Starling	Jair Meneguelli
Severiano Alves	João Paulo
PPB	
Aécio de Borba	Adhemar de Barros Filho
Eurico Miranda	Arnaldo Faria de Sá
Nelson Meurer	Jair Soares
Pedro Yves	2 vagas
Romel Anízio	
PTB	
Leopoldo Bessone	Vicente Cascione
PSB	
Alexandre Cardoso	Álvaro Ribeiro
PL	
Pedro Canedo	Welinton Fagundes

Secretária: Rejane Marques
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 165-B
Telefone: 318-6874/318-7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.673, DE 1996, QUE "AUTORIZA O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA – DNOCS – A DOAR A ESTADOS, MUNICÍPIOS E OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS, OS AÇUDES QUE ESPECIFICA"

Proposição: PL 1.673/95 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: B. Sá (PSDB)
1º Vice-Presidente: Roberto Pessoa (PFL)
2º Vice-Presidente: Paulo Lustosa (PMDB)
3º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
Relator: José Linhares (PPB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Betinho Rosado	Adauto Pereira
César Bandeira	Antônio dos Santos
José Rocha	Iberê Ferreira
Júlio César	Osvaldo Coelho
Mussa Demes	Talvane Albuquerque
Roberto Pessoa	Wilson Cunha
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Ivandro Cunha Lima	João Henrique
José Aldemir	Pinheiro Landim
Paulo Lustosa	Roberto Paulino
Saraiva Felipe	3 vagas
Silvio Pessoa	
1 vaga	
PSDB	
Adelson Ribeiro	Ceci Cunha
B. Sá	João Faustino
Cipriano Corrêia	Luiz Piauhylino
João Leão	Márcia Marinho
Leônidas Cristino	Roberto Santos
Raimundo Gomes de Matos	Vicente Arruda
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Alcides Modesto	Haroldo Lima
Coriolano Sales	Humberto Costa
Fernando Ferro	Jaques Wagner
Inácio Arruda	Marcelo Deda

José Pimentel	Wolney Queiroz

PPB

Ari Magalhães	5 vagas
Enivaldo Ribeiro	
José Linhares	
José Teles	
Wagner do Nascimento	

PTB

Philemon Rodrigues	Arlindo Vargas

PSB

Nilson Gibson	Gonzaga Patriota

Secretária: Edla Bispo
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7062/7061

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A EXAMINAR TODAS AS MATÉRIAS, EM TRÂMITE NESTA CASA, QUE VERSAM SOBRE AS ELEIÇÕES DE 1998 E, ESPECIALMENTE, O PROJETO DE LEI Nº 2.695, DE 1997, DO SENHOR DEPUTADO EDINHO ARAÚJO, QUE "ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ELEIÇÕES DE 1998)

Proposição: PL 2.695/97 **Autor: Edinho Araújo**

Presidente: Mendonça Filho (PFL)
1º Vice-Presidente: Affonso Camargo (PFL)
2º Vice-Presidente: Roberto Santos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Padre Roque (PT)
Relator: Carlos Apolinário (PMDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Affonso Camargo	Álvaro Gaudêncio Neto
Benedito de Lira	Osmir Lima
Corauci Sobrinho	Sarney Filho
Mendonça Filho	Valdomiro Meger
Ney Lopes	Vilmar Rocha
Saulo Queiroz	1 vaga
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Carlos Apolinário	Djalma de Almeida César
Edinho Araújo	Marçal Filho
Fernando Diniz	Pedro Yves
Pedro Irujo	Robson Tuma
Wagner Rossi	Zaire Rezende
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Jayme Santana	Adelson Ribeiro
Nelson Marchezan	Ademir Lucas
Paulo Feijó	Cipriano Correia
Pimentel Gomes	Emerson Olavo Pires
Roberto Santos	Nícias Ribeiro
Sílvio Torres	Paulo Mourão
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Aldo Rebelo	Haroldo Lima
João Almeida (PMDB)	João Paulo
Padre Roque	Luiz Eduardo Greenhalgh
Sandra Starling	Marta Suplicy
Silvio Abreu	1 vaga
PPB	
Benedito Domingos	José Janene
Bonifácio de Andrada	4 vagas
Gerson Peres	
Laprovita Vieira	
Prisco Viana	
PTB	
Leopoldo Bessone	Israel Pinheiro
PSB	
Fernando Lyra	Pedro Valadares
PL	
Valdemar Costa Neto	Luiz Buaiz

Secretária: Angela Mancuso
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7063/7066

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR O PROJETO DE LEI Nº 3.633/97, DO PODER EXECUTIVO, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Proposição: PL 3.633/97 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: Germano Rigotto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Cézar Coelho (PSDB)
2º Vice-Presidente: Romel Anízio (PPB)
3º Vice-Presidente: Sandra Starling (PT)
Relator: Antônio Geraldo (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Antônio Geraldo	Carlos Magno
Ciro Nogueira	José Egydio
Corauci Sobrinho	Júlio Cesar
Jaime Martins	Murilo Pinheiro
José Rocha	Ursicino Queiroz
Vanessa Felippe	1 vaga
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Darcísio Perondi	Freire Júnior
Germano Rigotto	Saraiva Felipe
Marquinho Chedid	4 vagas
Mauro Lopes	
Sandro Mabel	
Sílvio Pessoa	
PSDB	
Ademir Lucas	Adroaldo Streck
Jovair Arantes	Marconi Perillo

Marcus Vicente	Narcio Rodrigues
Renato Johnsson	Paulo Feijó
Ronaldo César Coelho	Raimundo Gomes de Matos
Wilson Campos	Zulaiê Cobra

Bloco (PT, PDT, PCdoB)

Carlos Santana	Aldo Rebelo
Jaques Wagner	Arlingo Chinaglia
Ricardo Gomyde	Fernando Lopes
Sandra Starling	Jair Meneguelli
Severiano Alves	João Paulo

PPB

Aécio de Borba	Arnaldo Faria de Sá
Eurico Miranda	4 vagas
Nelson Meurer	
Pedro Yves	
Romel Anízio	

PTB

Leopoldo Bessone	Vicente Cascione

PSB

Alexandre Cardoso	Álvaro Ribeiro

PL

Pedro Canedo	Welinton Fagundes

Secretária: Rejane Marques
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 165-B
Telefones: 318-6874/318-7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER AO SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.710/93 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO"

Proposição: PL-3.710/93 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: Paulo Gouvêa (PFL)
1º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Pedro Henry (PSDB)
Relator: Ary Kara (PMDB)

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Aldir Cabral	Antônio dos Santos
Carlos Alberto Campista	Arolde de Oliveira
Claudio Chaves	João Carlos Bacelar
Chico da Princesa	Luiz Braga
José Carlos Vieira	Maria Valadão
Paulo Gouvêa	Osório Adriano
Zila Bezerra	1 vaga

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Adelson Salvador	Carlos Nelson
Ary Kara	Fernando Gabeira (PV)
Barbosa Neto	João Thomé Mestrinho
Mário Martins	Nair Xavier Lobo
Max Rosenmann	Paulo Ritzel
1 vaga	Rubens Cosac

Bloco (PPB/PL)

Jarbas Lima	Arnaldo Faria de Sá
João Ribeiro	Cleonâncio Fonseca
Roberto Balestra	Cunha Bueno
Salatiel Carvalho	Cunha Lima
Welinton Fagundes	José Rezende
Wigberto Tartuce	Pedro Canedo

PSDB

Antônio Feijão	Ademir Lucas
Jovair Arantes	Celso Russomanno
Leônidas Cristino	João Leão
Mário Negromonte	Paulo Feijó
Pedro Henry	Simão Sessim

PT

Arlindo Chinaglia	Carlos Santana
Gilney Viana	Nilmário Miranda
Paulo Bernardo	Pedro Wilson

PDT

Renan Kurtz	Fernando Zuppo

PSB

Gonzaga Patriota	Nilson Gibson

PCdoB

Sérgio Miranda	Aldo Rebelo

Secretária: Edla Bispo
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7062/7061

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4.425/94, DO SENADO FEDERAL, QUE "PROÍBE A EXCLUSÃO DE COBERTURA DE DESPESAS COM TRATAMENTO DE DETERMINADAS DOENÇAS EM CONTRATOS QUE ASSEGURAM ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR PELAS EMPRESAS PRIVADAS DE SEGURO-SAÚDE OU ASSEMELHADAS" E DEMAIS PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO NESTA CASA QUE VERSAM SOBRE "PLANOS E SEGUROS DE SAÚDE"

Proposição: PL-4.425/94 **Autor: Senado Federal**

Presidente: Euler Ribeiro (PFL)
1º Vice-Presidente: Talvane Albuquerque (PFL)
2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Pinheiro Landim (PMDB)

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Euler Ribeiro	Claudio Chaves
Iberê Ferreira	Elton Rohnelt
Lima Netto	José Rocha
Roberto Jefferson	Laura Carneiro
Silvernani Santos	Luciano Pizzatto
Ursicino Queiroz	Osvaldo Biolchi
Vanessa Felippe	Rogério Silva

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Darcísio Perondi	Germano Rigotto
Genésio Bernardino	José Aldemir
José Pinotti	José Luiz Clerot
Moreira Franco	Marcos Vinicius de Campos (PFL)
Pinheiro Landim	Paulo Lustosa
Saraiva Felipe	1 vaga

Bloco (PPB/PL)

Cunha Bueno	Eurico Miranda
Herculano Anghinetti	Jofran Frejat
José Egydio	Luiz Buaiz
José Linhares	Moacyr Andrada
Pedro Correa	Nilton Baiano
Talvane Albuquerque (PFL)	

PSDB

Antônio Carlos Pannunzio	Márcia Marinho
Ceci Cunha	Osmânio Pereira
Elias Murad	Pimentel Gomes
Jovair Arantes	Rommel Feijó
1 vaga	Tuga Angerami

PT

Arlindo Chinaglia	Jaques Wagner
Eduardo Jorge	Sandra Starling
Humberto Costa	Sérgio Arouca (PPS)

PDT

Vicente André Gomes	Fernando Ribas Carli

PSB

Ricardo Heráclio	Gonzaga Patriota

PCdoB

Agnelo Queiroz	Jandira Feghali

Secretário: Silvio Sousa da Silva
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7061/7062

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4.376/93, DO PODER EXECUTIVO, QUE "REGULA A FALÊNCIA, CONCORDATA PREVENTIVA E A RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS QUE EXERCEM ATIVIDADE ECONÔMICA REGIDA PELAS LEIS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Proposição: PL nº 4.376/93 **Autor: Poder Executivo**

Presidente: José Luiz Clerot (PMDB)
1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (PPB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Jarbas Lima (PPB)
Relator: Osvaldo Biolchi (PTB)

Titulares	Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Augusto Viveiros	Benito Gama
Francisco Horta	Hugo Rodrigues da Cunha
Osvaldo Biolchi	Paulo Cordeiro
Raul Belém	Roberto Pessoa

PMDB

Dilso Sperafico	Fernando Diniz
Jorge Tadeu Mudalen (PPB)	Gilvan Freire
José Luiz Clerot	Oscar Goldoni

PPB

Ibrahim Abi-Ackel	Adhemar de Barros Filho
Jarbas Lima	Adylson Motta
Valdomiro Meger (PFL)	Raimundo Santos (PFL)

PSDB

Danilo de Castro	Herculano Anghinetti (PPB)
Jovair Arantes	Nelson Otoch

PT

Milton Mendes	Miguel Rossetto
Sandra Starling	Waldomiro Fioravante

PDT

Eurípedes Miranda	Fernando Lopes

Bloco (PL/PSD/PSC)

De Velasco	Francisco Rodrigues (PPB)

PCdoB

Aldo Arantes	Aldo Rebelo

Secretária: Rejane Marques
Local: Serv. de Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-6874/7067

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.430, DE 1990, QUE "ALTERA, ATUALIZA E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" E A SEUS APENSADOS

Proposição: PL 5430/90 **Autor: Senado Federal**

Presidente: Roberto Brant (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jandira Feghali (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Eraldo Trindade (PPB)
Relator:

Titulares	Suplentes
PFL	
Arolde de Oliveira	Antônio Geraldo
Marilu Guimarães	Antônio Ueno
Osmir Lima	Augusto Viveiros
Paes Landim	Cláudio Chaves
Paulo Gouvea	Roberto Fontes
Vic Pires Franco	Zila Bezerra
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Carlos Nelson	Edinho Araújo
Hermes Parcianello	José Luiz Clerot
Moreira Franco	Pinheiro Landim
Paulo Ritzel	3 vagas
2 vagas	
PSDB	
Arnaldo Madeira	Fernando Torres
Domingos Leonelli	Feu Rosa
Marcus Vicente	Flávio Arns
Octávio Elísio	Leônidas Cristino
Pimentel Gomes	Marconi Perillo
Roberto Brant	1 vaga
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Chico Vigilante	Luiz Durão
Jandira Feghali	Luiz Mainardi
José Genoíno	Paulo Rocha
Marta Suplicy	Ricardo Gomyde
Severiano Alves	Valdeci Oliveira
PPB	
Augusto Farias	Arnaldo Faria de Sá
Bonifácio de Andrada	Gerson Peres
Eraldo Trindade	Osvaldo Reis
Francisco Silva	Prisco Viana
Wigberto Tartuce	1 vaga
PTB	
Rodrigues Palma	José Borba
PSB	
Ricardo Heráclio	Pedro Valadares

Secretária: Maria de Fátima Moreira
Local: Serv. Com. Esp. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7066/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA AO ESTUDO DAS REFORMAS POLÍTICAS, DEVENDO PROPOR, DENTRE ESTAS, A ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO ELEITORAL E MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL-PARTIDÁRIA, INCLUSIVE AS NECESSÁRIAS ALTERAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Presidente: Mendonça Filho (PFL)
1º Vice-Presidente: Aracely de Paula (PFL)
2º Vice-Presidente: Jayme Santana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alzira Ewerton (PSDB)

Relator: João Almeida (PMDB)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Aracely de Paula	Iberê Ferreira
Bonifácio de Andrada (PPB)	Paes Landim
Corauci Sobrinho	Pedrinho Abrão
José Santana de Vasconcellos	Ricardo Barros
Mendonça Filho	Roberto Pessoa
Paulo Gouvea	Rodrigues Palma
Vicente Cascione	Vilmar Rocha
PMDB	
João Almeida	Barbosa Neto
Marcelo Barbieri	Marisa Serrano
Nicias Ribeiro (PSDB)	Maurício Requião
Roberto Valadão	Tetê Bezerra
2 vagas	2 vaga
PPB	
Alzira Ewerton	Arnaldo Faria de Sá
Jarbas Lima	Cunha Bueno
José Janene	José Linhares
Prisco Viana	Ricardo Izar
Romel Anízio	1 vaga
PSDB	
Feu Rosa	Aécio Neves
Jayme Santana	Cipriano Correia
Roberto Santos	Paulo Feijó
Silvio Torres	2 vagas
PT	
João Paulo	José Genoino
Paulo Delgado	Padre Roque
Sandra Starling	Waldomiro Fioravante
PDT	
Coriolano Sales	Enio Bacci
Matheus Schmidt	Eurípedes Miranda
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Valdemar Costa Neto	Marquinho Chedid
Bloco (PSB/PMN)	
Fernando Lyra	Pedro Valadares
PCdoB	
Aldo Arantes	Haroldo Lima

Secretária: Brunilde Liviero Carvalho de Moraes
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7067 /6874

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI, EM TRÂMITE NESTA CASA, QUE VERSAM SOBRE MATÉRIAS RELATIVAS AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, REGULAMENTADORAS DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Presidente: Gonzaga Mota (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)
2º Vice-Presidente: Marconi Perillo (PSDB)
3º Vice-Presidente: Vilmar Rocha (PFL)
Relator: Saulo Queiroz (PFL)

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Benito Gama	Augusto Viveiros
Félix Mendonça	Carlos Melles
Manoel Castro	Jonival Lucas
Ney Lopes	José Coimbra
Paes Landim	Lima Netto
Saulo Queiroz	Osório Adriano
Vilmar Rocha	Roberto Pessoa
PMDB	
Edinho Bez	Antônio do Valle
Germano Rigotto	Luís Roberto Ponte
Gonzaga Mota	Marcos Lima
Pedro Novais	Paulo Ritzel
Silas Brasileiro	2 vagas
1 vaga	
PPB	
Delfim Netto	Cunha Bueno
Fetter Júnior	Herculano Anghinetti
José Janene	Laprovita Vieira
Júlio Redecker	Márcio Reinaldo Moreira
Osmar Leitão	Roberto Campos
PSDB	
Firmo de Castro	Antônio Feijão
Luiz Carlos Hauly	Fernando Torres
Marconi Perillo	Octávio Elísio
Yeda Crusius	1 vaga
PT	
José Pimentel	João Coser
Luiz Gushiken	Maria Conceição Tavares
Vânio dos Santos	Nedson Micheleti
PDT	
Coriolano Sales	Márcia Cibilis Viana
Fernando Lopes	Paulo Bernardo (PT)
Bloco (PL/PSD/PSC)	
Francisco Horta	Eujácio Simões
Bloco (PSB/PMN)	
Alexandre Cardoso	Ricardo Heráclio
PCdoB	
Ségio Miranda	Milton Temer (PT)

Secretário: Sílvio Sousa da Silva
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7061/7052

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA AO ESTUDO DAS MEDIDAS LEGISLATIVAS QUE VISEM IMPLEMENTAR, NO BRASIL, AS DECISÕES DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA MULHER

Presidente: Rita Camata (PMDB)
1º Vice-Presidente: Fátima Pelaes (PSDB)
2º Vice-Presidente: Marta Suplicy (PT)
3º Vice-Presidente: Dolores Nunes (PPB)
Relatora: Marilu Guimarães (PFL)

Ttitulares	Suplentes
PFL	
Célia Mendes	Carlos Magno
Fernando Gabeira	Cláudio Chaves
Maria Valadão	Costa Ferreira
Marilu Guimarães	Euler Ribeiro
Ursicino Queiroz	Iberê Ferreira
Zila Bezerra	Vanessa Felippe
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Darcísio Perondi	Nair Xavier Lobo
Elcione Barbalho	Pedro Novais
Regina Lino	Simara Ellery
Rita Camata	3 vagas
Tetê Bezerra	
1 vaga	
PSDB	
Ceci Cunha	Tuga Angerami
Dalila Figueiredo	Vanessa Felippe
Fátima Pelaes	Yeda Crusius
Marcia Marinho	3 vagas
Marinha Raupp	
Zulaiê Cobra	
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Eduardo Jorge	Esther Grossi
Jandira Feghali	Humberto Costa
Marta Suplicy	Marcia Cibilis Viana
Sérgio Carneiro	Sandra Starling
Telma de Souza	Socorro Gomes
PPB	
Alcione Athayde	5 vagas
Arnaldo Faria de Sá	
Alzira Ewerton	
Dolores Nunes	
Herculuano Anghinetti	
PTB	
Etevalda Grassi de Menezes	José Coimbra
PSB	
Raquel Capiberibe	Pedro Valadares

Secretária: Marlene Nassif
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B

Telefones: 318-7067/7066 Fax: 318-2140

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS, COM A FACULDADE DE, AO FINAL, OFERECER PROPOSIÇÕES VERSANDO SOBRE O ASSUNTO, PARA TRAMITAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
1º Vice-Presidente: Carlos Melles (PFL)
2º Vice-Presidente: Nair Xavier Lobo (PMDB)
3º Vice-Presidente: Hélio Bicudo (PT)
Relator: Zulaiê Cobra (PSDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Abelardo Lupion	Ciro Nogueira
Aldir Cabral	*Francisco Horta*
Benedito de Lira	Hugo Rodrigues da Cunha
Carlos Melles	Roberto Fontes
Cláudio Chaves	Roberto Pessoa
Luiz Moreira	Vanessa Felippe
Bloco (PMDB, PSD, PSL)	
Antônio do Valle	De Velasco (PRONA)
Hélio Rosas	Mauro Lopes
Marcelo Barbieri	Orcino Gonçalves
Nair Xavier Lobo	Valdir Colatto
Silas Brasileiro	Zaire Rezende
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Arnon Bezerra	Adelson Ribeiro
Feu Rosa	Alzira Ewerton
Jovair Arantes	Dalila Figueiredo
Luiz Piauhylino	Paulo Feijó
Nelson Otoch	Renato Johnsson
Zulaiê Cobra	Roberto Rocha
Bloco (PT, PDT, PCdoB)	
Eurípedes Miranda	*Chico Vigilante*
Hélio Bicudo	Fernando Ferro
José Genoíno	Fernando Zuppo
Luiz Alberto	José Pimentel
Ricardo Gomyde	Luiz Eduardo Greenhalgh
PPB	
Adylson Motta	Adhemar de Barros Filho
Carlos Airton	Jarbas Lima
Jair Bolsonaro	João Pizzolatti
Jorge Wilson	Vadão Gomes
Mário Cavallazzi	Wigberto Tartuce
PTB	
Vicente Cascione	Nelson Marquezelli
PSB	
Gonzaga Patriota	Nilson Gibson
PL	
Pedro Canedo	Luiz Buaiz

Secretária: Brunilde Liviero C. de Moraes
Local: Serviço de Com. Especiais – Anexo II, Sl. 169-B
Telefones: 318-7067/6874

COMISSÃO ESPECIAL

COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR E PARTICIPAR DA DISCUSSÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS – ALCA

Presidente: Germano Rigotto (PMDB)
Relator: Francisco Horta (PFL)

Titulares	Suplentes
PFL	
Francisco Horta	Lima Netto
José Lourenço	Paulo Gouvêa
Paulo Bornhausen	Rogério Silva
Sarney Filho	Werner Wanderer
Bloco PMDB, PSD, PSL	
Germano Rigotto	José Chaves
2 vagas	Neuto de Conto
	1 vaga
PSDB	
José Aníbal	Arnon Bezerra
Nelson Marchezan	*Feu Rosa*
Octávio Elísio	José Thomaz Nonô
Bloco PT, PDT, PCdoB	
Aldo Rebelo	Geraldo Pastana
Carlos Cardinal	Haroldo Lima
Luiz Gushiken	Maria da Conceição Tavares
PPB	
Ari Magalhães	José Teles
Delfim Netto	Ushitaro Kamia
Júlio Redecker	1 vaga
PTB	
Arlindo Vargas	Paulo Cordeiro

Secretário: Mário Brausio Coutinho
Local: Serv. de Com. Especiais – Anexo II – Sala 169-B
Telefones: 318-7066/7067

COMISSÃO EXTERNA

DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ILEGAL DE PLANTAS E MATERIAL GENÉTICO NA AMAZÔNIA

Presidente: Socorro Gomes (PCdoB)
Vice-Presidente: Confúcio Moura (PMDB)
Relator: Antônio Feijão (PSDB)

Titulares	Suplentes
PFL	
Francisco Rodrigues	Cláudio Chaves
Vic Pires Franco	Murilo Pinheiro
Bloco PMDB, PSD, PSL	
Confúcio Moura	Pinheiro Landim
José Priante	Regina Lino
PSDB	
Antônio Feijão	Alzira Ewerton
Salomão Cruz	Moisés Bennesby
Bloco PT, PDT, PCdoB	
Gilney Viana	Aldo Rebelo
Socorro Gomes	Matheus Schmidt
PPB	
João Tota	Carlos Airton
Valdenor Guedes	Luís Barbosa
PTB	
José Coimbra	1 vaga

Secretária: Maria Helena C. de Oliveira
Local: Serv. Comissões Espec. – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7067/7052

COMISSÃO EXTERNA

DESTINADA A FAZER LEVANTAMENTO DAS OBRAS INACABADAS DO GOVERNO FEDERAL

Coordenador: Deputado Carlos Alberto (PSDB)

Aroldo Cedraz (PFL)	Fernando Ferro (PT)
Carlos Alberto (PSDB)	Simara Ellery (PMDB)
Cunha Bueno (PPB)	

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Serviço de Comissões Especiais – Anexo I, Sala 169-B
Telefones: 318-7061/7062

COMISSÃO EXTERNA

DESTINADA A ACOMPANHAR OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E ÀS QUESTÕES DECORRENTES DESTE PROCESSO

Coordenador: Sarney Filho (PFL)

Benedito Guimarães (PPB)	Salomão Cruz (PSDB)
Carlos Airton (PPB)	Sarney Filho (PFL)
Davi Alves Silva (PPB)	Sebastião Madeira (PSDB)
Gilney Viana (PT)	Silas Brasileiro (PMDB)

Secretária: Edla Calheiros Bispo
Serviço de Comissões Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7062/7061

COMISSÃO EXTERNA

PARA AVERIGUAR, NO PERÍODO DE 17-10-96 A 30-6-97, A AQUISIÇÃO DE MADEIREIRAS, SERRARIAS E EXTENSAS PORÇÕES DE TERRAS BRASILEIRAS POR GRUPOS ASIÁTICOS

Coordenador: Gilney Viana (PT)

Antônio Brasil (PMDB)	Luiz Fernando (PSDB)
Fernando Gabeira (PV)	Osmir Lima (PFL)
Gervásio Oliveira (PSB)	Pauderney Avelino (PPB)
Gilney Viana (PT)	Socorro Gomes (PCdoB)
Luciano Pizzatto (PFL)	

Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Local: Serv. Com. Especiais – Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7066/7067

COMISSÃO EXTERNA

SEM ÔNUS PARA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA EXAMINAR, OS TERMOS E AS CONDIÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – CVRD, INCLUSIVE OS DADOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA CENTRAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA, DESIGNADA OFICIALMENTE "SALA DE INFORMAÇÕES"

Proposição: **Autor: Presidência**

Coordenador: Miro Teixeira (PDT)

Titulares	Suplentes
Antônio Brasil (PMDB)	Miro Teixeira (PDT)
Jair Bolsonaro (PPB)	Belém (PFL)
Haroldo Sabóia (PT)	Socorro Gomes (PCdoB)
João Fassarella (PT)	Tuga Angerami (PSDB)

Secretário: Mário Drausio Coutinho
Local: Serv. Com. Especiais, Anexo II, Sala 169-B
Telefones: 318-7066/7067

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Coordenação de Publicações

PUBLICAÇÕES À VENDA (*)

A Mulher no Mundo do Trabalho - Em busca da igualdade, 1996 Autor: *Comissão Trabalho, Admin. e Serviço Público*	Agricultura e Sociedade: uma abordagem a partir do Parlamento, 1996 Autor: *Com. de Agricultura e Política Rural*	O caso Vale do Jequitinhonha: audiências públicas, 1996 Autor: *Comissão Fiscalização e Controle*	Anais do Forum de Debates - Reforma Tributária, 1997 Autor: *Comissão de Finanças e Tributação*
R$ 1,50	**R$ 2,00**	**R$ 3,00**	**R$ 4,00**
Constituição Federal, 1996 - Emendas de 1/92 a 15/96	CPI destinada a investigar irregularidades na fabricação de medicamentos, 1996 Autor: *CPI medicamentos*	Debate Econômico: Audiências públicas 1995, vol. II, 1996 Autor: *Comissão de Fiscalização Financeira e Controle*	Homenagem ao Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, 1996 Autor: *Hélio Bicudo*
R$ 6,00	**R$ 1,50**	**R$ 8,00**	**R$ 1,50**
Legislação Interna, Vol. X, 1996	O Brasil Visto da Bahia - vol. 1 Autor: *Comissão de Finanças e Tributação, 1996*	O Brasil Visto do Ceará - vol. 2 Autor: *Comissão de Finanças e Tributação, 1996*	O Brasil Visto de Pernambuco - vol. 3 Autor: *Comissão de Finanças e Tributação, 1996*
Sem preço	**R$ 1,50**	**R$ 1,50**	**R$ 1,50**
O Brasil Visto do Rio Grande do Sul - vol. 4 Autor: *Comissão de Finanças e Tributação, 1996*	Perfis Parlamentares - nº 45 - Roberto Morena, 1996 Autor: *Francisco Inácio de Almeida*	Processo Legislativo : contribuição ao debate, 1996 Autor: *Régis Fernandes de Oliveira*	Relatório Anual: março de 1995 a janeiro de 1996 Autor: *Comissão de Direitos Humanos, 1996*
R$ 1,50	**R$ 6,00**	**R$ 3,00**	**R$ 1,00**
Seminário sobre Violência, Drogas e Porte de Armas - 1996 Autor: *Comissão de Defesa Nacional*	Solidariedade à Luta pela Independência do Povo do Timor-Leste, 1996 Autor: *Aldo Arantes*	Tribunal Internacional: Julgamento dos massacres de Eldorado do Carajás e Corumbiara, 1997 Autor: *Comissão de Direitos Humanos*	Um ano de luta pela vida : Relatório Anual de 1996 Autor: *Comissão de Direitos Humanos*
R$ 6,00	**R$ 1,00**	**R$ 3,00**	**Sem preço**

Locais de venda: Bancas de Revistas do subsolo do Ed. Principal e Térreo do Anexo IV da Câmara dos Deputados, telefones 318-6477 e 318-7271

Informações: Coordenação de Publicações - Anexo I - 23º andar - Telefone: 318-6865

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Coordenação de Publicações

NOVOS TÍTULOS (*)

A Mulher no Mundo do Trabalho: Em busca da igualdade - 1996 Autor: *Comissão de Trabalho, Admin. e Serviço Público* **R$ 1,50**	Perfis Parlamentares - nº 45 - Roberto Morena - 1996 Introd.: *Francisco Inácio de Almeida* **R$ 6,00**	Previdência Social: O SUS e a Companhia Vale do Rio Doce - 1997 Autor: *Comissão de Fiscalização e Controle* **R$ 4,00**	Processo Legislativo : contribuição ao debate - 1996 Autor: *Régis Fernandes de Oliveira* **R$ 3,00**
Regimento Interno da CD. - 4ª edição - 1997 **R$ 10,00**	Regulamentação e Fiscalização Profissional - 1997 Autor: *Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público* **R$ 4,00**	Relatório Anual: março de 1995 a janeiro de 1996 Autor: *Comissão de Direitos Humanos* **R$ 1,00**	Seminário sobre Violência, Drogas e Porte de Armas - 1996 Autor: *Comissão de Defesa Nacional* **R$ 6,00**
Solidariedade à Luta pela Independência do Povo do Timor-Leste - 1996 Autor: *Aldo Arantes* **R$ 1,00**	Tribunal Internacional: Julgamento dos massacres de Eldorado do Carajás e Corumbiara - 1997 Autor: *Comissão de Direitos Humanos* **R$ 3,00**	Um ano de luta pela vida : Relatório Anual de 1996 - 1997 Autor: *Comissão de Direitos Humanos* **RS 2,00**	

**Locais de venda:* Bancas de Revistas do subsolo do Ed. Principal e Térreo do Anexo IV da Câmara dos Deputados, telefones 318-6477 e 318-7271

Informações: Coordenação de Publicações - Anexo I - 23º andar - Telefone: 318-6865

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF.**

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

EDIÇÃO DE HOJE: 224 PÁGINAS